

LAZER E TERRITORIALIDADES: TESSITURAS SOCIAIS, CULTURAIS E POLÍTICAS

Christianne Luce Gomes
Denise Falcão
(Orgs.)



UTOPIKA
EDITORIAL

**LAZER E TERRITORIALIDADES:
TESSITURAS SOCIAIS,
CULTURAIS E POLÍTICAS**

**Christianne Luce Gomes
Denise Falcão**
| ORGS. |

2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Gasparini Terra

Secretário Especial do Esporte
Décio dos Santos Brasil

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS
Washington Stecanela Cerqueira

Diretor do DEDAP
Angelo Roger Aroldo de França Costa

Diretor do DEGEP
Hélio da Costa Ferraz Neto

Coordenador-Geral da CGLIS
Clemente Mieznikowski

SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora

Alessandro Fernandes Moreira
Vice-Reitor

Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Gustavo Pereira Côrtes
Diretor

Lygia Paccini Lustosa
Vice-diretora

**Centro de Desenvolvimento de
Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Minas Gerais**

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto – UFMG
Coordenação Geral

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – UFMG
Coordenação Adjunta

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes

Prof. Dr. Daniel Marangon Teixeira

Profa. Dra. Elisângela Chaves

Profa. Dra. Giselle Helena Tavares

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama

Profa. Dra. Kátia Lúcia Moreira Lemos

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva

Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva

Foto capa:

Simone Villani

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação
UTOPIKA EDITORIAL

L431 Lazer e territorialidades : tessituras sociais, culturais e políticas / Christianne Luce Gomes, Denise Falcão (orgs.). – Belo Horizonte : Utopika Editorial, 2019
224 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-67783-08-6

1. Lazer. 2. Esporte. 3. Cultura. 4. Espaços públicos. I. Gomes, Christianne Luce.
II. Falcão, Denise.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física,
Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

SUMÁRIO

Apresentação 11

Christianne Luce Gomes, Denise Falcão

1. A alma encantadora dos lugares: uma abordagem da política cultural “pontos de cultura” em dois bairros de Belo Horizonte/MG 17

Agustín Arosteguy

2. Pacificação das favelas cariocas no contexto dos megaeventos: para além de uma política pública 43

César Castilho, Pedro Castilho

3. Feminilidades, baile *funk* e transgressão: códigos e constituição de um *ethos* feminino singular 61

Iara Viana

4. Interseções entre lazer, turismo e espaços públicos: o caso dos músicos de rua 81

Denise Falcão

5. Áreas en declive y turismo: a la búsqueda de un milagro en la España vacía 99

Dolores Sánchez-Aguilera, Jaume Font-Garolera, Josep Coma-Guitart

6. Migração internacional e novas territorialidades para o lazer: um olhar no litoral turístico do Rio Grande do Norte 115

Salete Gonçalves

7. Interações entre uma rota turística e a intersetorialidade na gestão pública do Turismo na perspectiva regional: o caso Rota das Grutas de Peter Lund/MG 139

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira

8. Rastros de territorialidade: fluxo de relações a partir da prática dos sinos de São João del-Rei/MG 161

Joyce Kimarce do Carmo Pereira

9. Lazer, turismo e políticas públicas na sociedade informacional: ensaios a partir do “surfe de sofá” 183

Marcina Amália Nunes Moreira

10. Territorialidades domésticas projetadas no cinema: retratos da sociedade brasileira no filme *Que horas ela volta?* 201

Christianne Luce Gomes

APRESENTAÇÃO

Enfrentar os desafios de compor uma obra com a pluralidade proposta pelo tema foi instigante e provocador, ao mesmo tempo que nos obrigava a tecer uma rede de perspectivas possíveis entre lazer e territorialidades que se entrecruzam na contemporaneidade. Como obra coletiva, objetivou-se empreender discussões teórico-conceituais e empíricas sobre “lazer e territorialidades”, tendo em vista compreender alguns aspectos sociais, políticos e culturais, entre outros, que são tecidos pelos sujeitos em diferentes territórios (como ruas, praças, parques, centros culturais, casas, bairros, igrejas e redes virtuais), os quais são perpassados, continuamente, por relações de poder.

Composto por pesquisas desenvolvidas na atualidade, este dossiê apresenta as territorialidades presentes em cada estudo com o intuito de ampliar a compreensão das tensões que vivemos no mundo contemporâneo. Afinal, o território, enquanto um espaço social demarcado que remete à construção e à vivência de acordo com o uso e a apreensão dos sujeitos, evidencia a necessária compreensão dos elementos culturais, sociais e políticos em jogo nas experiências de ocupação, gestão e desenvolvimento territorial.

Como nos lembra Rogério Haesbaert¹ (2004, p.24), “cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas”. De acordo com o autor, o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Os lazeres aqui problematizados em seus distintos territórios, elo que une diferentes frentes de pesquisa, ultrapassam um possível entendimento sobre a contraposição entre tempos sociais, como o tempo de lazer e o tempo do trabalho. Galga na esteira dos tempos intersticiais, aqueles que se misturam envoltos pelo universo virtual e pela compressão do tempo/espaço (HARVEY, 2004)², um lazer possuidor de multiconfigurações, capaz de se realizar por distintas formas.

¹ HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

² HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

Neste sentido, nossos lazeres podem tensionar regras de condutas e comportamentos sociais que procuram escamotear as mazelas sociais produzidas pela segregação e não distribuição igualitária, podem apontar direções para criação de políticas públicas que ampliem os acessos a esse direito social, evidenciam processos de ocupações dos espaços públicos que se chocam com interesses mercadológicos, expõem situações em que as minorias sociais precisam transgredir para não serem silenciadas, etc. De certo, o lazer enquanto fenômeno social, compreendido como uma necessidade humana e parte da dimensão cultural de um povo (GOMES, 2014)³, incita uma gama de reflexões e olhares. Por meio de análises pautadas nas contradições sociais, é possível evidenciar questões que vão desde o lazer enquanto fruição e propiciador do sujeito em sua expressão subjetiva de atuação no mundo, ao lazer enquanto um processo de alienação que abarca o sujeito pela sua atratividade mercadológica e pelo entreter-se acrítico.

Considerando estes e outros desafios, os capítulos que compõem este livro são baseados nas pesquisas desenvolvidas e já finalizadas por membros do grupo de pesquisa LUCE (Ludicidade, Cultura e Educação) da UFMG, vinculado ao CNPq e ao Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer de Minas Gerais, da Rede CEDES. Estas investigações foram realizadas, majoritariamente, no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – PPGIEL/UFMG, o quê, por si só, já apresenta uma diversidade de olhares e perspectivas para a temática central do livro.

O primeiro capítulo, de autoria de Agustín Arosteguy, se debruça sobre a política pública Pontos de Cultura/Cultura Viva, analisando duas associações socioculturais atuantes em dois bairros da capital mineira: Saudade e Morro do Papagaio. Intitulada *A alma encantadora dos lugares: uma abordagem da política cultural “pontos de cultura” em dois bairros de Belo Horizonte/MG*, a pesquisa procurou entender os vínculos simbólico-afetivos que as pessoas que atuam nestes territórios estabelecem, considerando os seguintes aspectos: Identidades do território; Atividades de lazer; Memória coletiva e Sentido de lugar. Tendo como ponto de partida o entendimento de que experiências de lazer incitam a configuração de ligações com o território, a partir da construção do sentido de lugar, a reflexão recai sobre as articulações que emergiram entre território, cultura e lazer no espaço desses dois pontos de cultura.

César Castilho e Pedro Castilho são autores do capítulo: *Pacificação das favelas cariocas no contexto dos megaeventos: para além de uma política pública*. O texto analisa os impactos sociais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, em especial nas

³ GOMES, Christianne L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan-abr, 2014.

favelas, a partir das políticas públicas de pacificação implementadas com a conquista da cidade, no ano 2007, como sede de dois megaeventos, a Copa do Mundo de Futebol, de 2014 e os Jogos Olímpicos, de 2016. Embora o índice de criminalidade e o tráfico de drogas tenham sido refreados com a pacificação, os autores deste segundo capítulo alertam para outras consequências sociais drásticas apresentadas pela voz dos sujeitos diretamente acometidos pelo projeto e suas preocupações com o futuro de suas moradias.

Apresentando as juventudes femininas que vivenciam os bailes *funk* como território de lazer e de liberdade de expressão, também chamados “Proibições”, Iara Viana adentra o universo da constituição das identidades femininas de moradoras de bairros favelizados. No terceiro capítulo deste livro, a pesquisadora evidencia no discurso dessas moradoras, o esforço para o exercício de suas representatividades e, em alguma medida, a necessidade de transgressão para sobreviver ao mundo patriarcal. Com o título *Feminilidades, baile funk e transgressão: códigos e constituição de um ethos feminino singular*, este capítulo apresenta análises e compreensões de territórios vivos e pulsantes de práticas de lazer que, às vezes distantes ou de forma intencional, ficam silenciados nas perspectivas de construção para as políticas públicas.

Com o título *Interseções entre lazer, turismo e espaços públicos: o caso dos músicos de rua*, a autora Denise Falcão traz à tona o jogo de forças e poder entre os sujeitos, a sociedade e o Estado na gestão e na apropriação do espaço público de duas cidades turísticas: Rio de Janeiro e Barcelona. Advinda da tensão entre o processo de turistificação e de estetização que essas cidades sofrem, propondo normatizações e formas de condutas para a ocupação destes territórios sociais “revitalizados”, neste quarto capítulo a pesquisa mergulha na prática social dos músicos de rua. O texto procura analisar a luta destes artistas pelo direito à cidade, bem como pelo próprio reconhecimento e valorização/exploração de suas artes como atrativo turístico.

O quinto capítulo é de autoria de três professores da Universidade de Barcelona: Dolores Sánchez-Aguilera, Jaume Font-Garolera e Josep Coma-Guitart. Intitulado *Áreas en declive y turismo: a la búsqueda de un milagro en la España vacía*, o texto, escrito em espanhol, apresenta resultados de uma pesquisa que focaliza a província de Teruel, uma área rural esvaziada e em “declínio”, em decorrência de uma endêmica crise sócio-demográfica marcada pela queda das atividades tradicionais. Em face dessas dificuldades, o segmento turístico é vislumbrado como um último milagre para que áreas esvaziadas, como esta, possam reerguer-se.

O sexto capítulo desta obra coletiva – *Migração internacional e novas territorialidades para o lazer: um olhar no litoral turístico do Rio Grande do Norte* –, de

autoria de Salete Gonçalves, tem como objetivo avaliar em que medida a migração influenciou as experiências de lazer dos estrangeiros pesquisados. O texto apresenta as vivências de lazer dos migrantes internacionais no litoral turístico do Rio Grande do Norte e a formação de novas territorialidades, bem como as relações com o trabalho. Os resultados evidenciam que esses sujeitos migraram em busca de um novo estilo de vida e/ou novos desafios pessoais; de investir no setor turístico e/ou imobiliário, assumir cargos de trabalho e/ou estabelecer vínculos conjugais. Independentemente do perfil dos estrangeiros pesquisados, constatou-se que não se trata de uma busca meramente material, mas simbólica – ligada ao clima, ao sol, à tranquilidade e à natureza – apresentando, assim, outras questões que compõem o lazer. A pesquisa constatou que uma das principais consequências da migração foi a ampliação do lazer e uma fluidez maior nas relações de trabalho, fazendo com que essas duas esferas da vida social sejam mais articuladas, ao invés de serem contrapostas.

No sétimo capítulo, intitulado *Interações entre uma rota turística e a intersetorialidade na gestão pública do turismo na perspectiva regional: o caso rota das grutas de Peter Lund/MG*, a autora Ana Paula Oliveira analisa o processo de elaboração e implementação do projeto estruturador “Rota das Grutas de Peter Lund” e suas interações com a Política de Regionalização do Turismo Brasileiro. No contexto de suas observâncias em relação ao desenvolvimento regional do turismo e do lazer, foi verificado que, na concepção de desenvolvimento que guiou as ações do projeto, persiste uma ênfase em princípios capitalistas, limitando este entendimento à ocorrência de melhores resultados quando se considera o desafio de promover o desenvolvimento regional numa perspectiva democrática, participativa e emancipatória em Minas Gerais e em todo o Brasil.

Rastros de territorialidade: fluxo de relações a partir da prática dos sinos de São João del-Rei/MG é o título do oitavo texto que integra este dossiê. A autora, Joyce Kimarce Pereira, apresentando uma prática arraigada nas tradições da Igreja Católica a partir do ofício de sineiros da cidade São João Del Rei/MG, evidencia a relação de identidade que estes atores sociais mantêm com os sinos e seus toques, bem como a necessidade da manutenção das tradições sineiras do período colonial. A predominância do papel dominante e patriarcal no ofício de sineiro também é destacado nesta pesquisa, apresentando os aspectos conflituosos da prática, o sino constituiu-se ainda como uma forma de expressão do ser e revela uma identidade territorial para os sujeitos envolvidos que se apropriam, legitimam e perpetuam a prática sineira nas territorialidades são-joanenses.

Marcina Amália Moreira, autora do nono capítulo desta obra, tem sua investigação imbricada no mais contemporâneo dos territórios: o virtual.

Pesquisando as formas diferenciadas de acolhimento turístico, a autora apresenta no texto *Lazer, turismo e políticas públicas na sociedade informacional: ensaios a partir do “surfe de sofá”* as redes sociais virtuais de viajantes (RSV), que possibilitam mediações entre práticas de lazer e turismo. A partir da modificação do fluxo de pessoas, de objetos e de informações, nas últimas décadas, a pesquisa aponta para a configuração de um vigoroso *modus vivendi*, que como no caso do *couchsurfing*, propõe uma discussão sobre a sociedade da informação, *web 2.0*.

Finalizando a diversidade de temáticas que compõem o escopo do livro, o texto de autoria de Christianne Luce Gomes, intitulado *Territorialidades domésticas projetadas no cinema: retratos da sociedade brasileira no filme “Que horas ela volta?”*, se debruça sobre a sétima arte ao propor reflexões sobre esse recente e premiado filme brasileiro. Por meio desta cinematografia, a autora discute a temática “lazer e territorialidade” e problematiza as relações sociais constituídas em um território doméstico, no contexto das transformações sociais geradas no Brasil na primeira década do século XXI. As reflexões instigadas pelo filme vão além do território doméstico retratado na tela do cinema, uma vez que evidencia alguns dos alicerces que sustentam a própria sociedade brasileira. Segundo a autora, assistir a um filme como este em nossos momentos de lazer acaba ensinando muito sobre hábitos sociais e culturais arraigados em nosso próprio país, ampliando as possibilidades de compreender e enfrentar as desigualdades sociais existentes no Brasil.

Estes textos nos convidam e incitam, ao mesmo tempo, a entender alguns dos interstícios entre lazer e territorialidades. As tessituras sociais, culturais e políticas construídas a partir dos fragmentos das realidades vividas pelos sujeitos e analisadas pelos pesquisadores aqui reunidos, produzem conhecimentos e argumentos que podem fomentar políticas públicas mais humanas, inclusivas e sustentáveis e que coloquem os sujeitos sociais no centro das discussões como protagonistas e não como atores coadjuvantes silenciados pela opressão das forças hegemônicas.

Boa leitura!
As organizadoras
Maio de 2019.

CAPÍTULO 1

A alma encantadora dos lugares: uma abordagem da política cultural “Pontos de cultura” em dois bairros de Belo Horizonte/MG

Agustín Arosteguy

Introdução

O presente capítulo debruça-se sobre a política cultural pública Pontos de Cultura/Cultura Viva ao analisar duas associações socioculturais atuantes em dois bairros da cidade de Belo Horizonte/MG. Através dessa análise, buscou-se compreender de que maneira as experiências de lazer desenvolvidas pelas duas instituições eram apropriadas pelas pessoas que nelas trabalhavam (funcionários, educadores e participantes das propostas) e o modo pelo qual instigavam o estabelecimento de vínculos afetivos com o território em termos de identificação, representatividade e pertencimento.

É importante mencionar que, na atualidade, tanto a política cultural pública quanto o programa do qual ela fazia parte, foram extintos. Inciaram-se, ambos, em 2004 e estevirem em vigência até junho de 2016 quando, após o impeachment de Dilma Rousseff e a posse do vice-presidente, Michel Temer, a política ficou sem apoio governamental. Assim, um conjunto de políticas foram descontinuadas ou, simplesmente, deixadas fora do projeto político. Neste sentido, os doze anos ininterruptos desta política serão abordados neste capítulo com intuito de descrever suas características, pontuar alguns aspectos relevantes das associações alvo do programa e apresentar os resultados advindos da aplicação da metodologia.

A metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa e envolveu análise documental, observação e entrevistas individuais, contemplando alguns elementos da metodologia desenvolvida por Marcelo Matos¹ (2010), sobretudo no que diz respeito aos aportes que fundamentam a dimensão simbólica, traduzida na afetividade dos habitantes pelo território que habitam. Mediante

esta metodologia adaptada ao presente trabalho, pretendeu-se evidenciar como as práticas de lazer desenvolvidas pelos pontos de cultura incitavam uma construção do sentido de lugar. Lugar este que comporta muito mais que o mero sentido geográfico de localização, pois se refere aos sentidos nele projetados pelas pessoas que o habitam e que, por sua vez, constroem suas identidades de modo dialético. Desta forma, o espaço vivido é um emaranhado de paisagens composto por inúmeros lugares que permeiam e atravessam o cotidiano dos indivíduos, transformando-se em lugares que possuem uma significância que vai além da praticidade e que foge de toda racionalidade. É este conjunto de significados com os quais os habitantes revistem os espaços vividos que faz com que eles se identifiquem mais com uns lugares do que com outros ou, inspirando-nos no título de um livro de João do Rio (2007), lhe outorgam uma alma encantadora aos bairros, às ruas, aos espaços. Isso, precisamente, foi o que os Pontos de Cultura e o Cultura Viva buscaram ressaltar: a alma encantadora das comunidades (BAUMAN, 2003).

Considerando o anteriormente mencionado, este capítulo está estruturado da seguinte forma: **(a)** apresentação da política Pontos de Cultura e suas características; **(b)** descrição das duas associações culturais e seus bairros; **(c)** resultados da metodologia; **(d)** considerações finais.

Apresentação da política Pontos de Cultura e suas características

Desde o seu início, a política Ponto de Cultura procurou identificar e reconhecer a trajetória e o trabalho desenvolvido pelas inúmeras instituições que povoam o Brasil visando estimular, preservar e potencializar a “diversidade cultural brasileira ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária” (SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL, 2010, p.36), incluindo os coletivos minoritários, como quilombolas, caiçaras, LGBT, favelas, etc.

Embora a ação Ponto de Cultura fosse a mais difundida e conhecida, o programa Cultura Viva também estava composto por um grupo significativo

¹ Esta metodologia foi desenvolvida na tese de doutorado do autor, intitulada “A Sensibilidade do Lugar: uma proposta metodológica para aplicação da percepção ambiental nos planos de emergência a derrames de óleo”, em Geografia no Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista.

de outras políticas (Cultura Digital, Pontões, Agente Cultura Viva, Ação Griô, Tuxaua, Pontinhos e Ponto de Mídia Livre) que, na mesma linha, buscavam dinamizar e fortalecer a cultura das comunidades. Cabe destacar ainda que, em um tempo relativamente curto, dez anos, a política Ponto de Cultura foi replicada em vários países da América Latina e Europa, como foi o caso na Colômbia, no México, na Argentina, na Itália, na Espanha, na Inglaterra, entre muitos outros. Assim, fica claro que a base na qual esta política se erigiu foi territorial ou, melhor dizendo, comunitária. Isto permitiu que cada grupo social participasse ativamente na construção da sua cultura, no seu território, através de um “acordo horizontal” com o Estado e não sob a sua condução. Sobre esta questão, o propulsor da ideia que deu origem à política, Célio Turino, declara: “um Estado de ‘novo tipo’, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou, vê os invisíveis” (2010, p.65).

O fato de denominar a política Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva como de base comunitária traz implícito, já na sua conceitualização, um recorte geográfico espacial específico sobre o qual a política repousa e reivindica: o de localidade, o de comunidade na sua mais ampla expressão. Isto significa que a política vem a promover, visibilizar e fortalecer o caráter simbólico existente e palpitante nas comunidades brasileiras, sem importar se são rurais ou urbanas, quilombolas ou caipiras, digitais ou anacrônicas. O único aspecto que realmente importa é que o caráter seja próprio da comunidade, que faça parte das expressões populares de um determinado grupo social e que não seja criado pelo mercado da economia criativa ou imposto pelo poder hegemônico da cultura. Por isto, o Ministério de Cultura (MinC) destaca que, tanto o programa Cultura Viva quanto sua ação principal, o Ponto de Cultura [...], “são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local” (MinC, 2005, p.8). Sentença que encontra eco nas falas de Gilberto Gil, ministro de cultura, à época, quando poeticamente declarou:

Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a “pesca” que se faz há muito tempo, em especial nas **áreas** de risco social, nos **territórios de invisibilidade**, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar. (MinC, 2005, p.8, grifo nosso).

Neste discurso, os pontos de cultura não são uma mera estatística, senão que cada ponto é um “amplificador das expressões culturais de sua comunidade” (*Idem*) ou “um organizador da cultura em nível local [...] Enquanto o Cultura

Viva pode ser identificado como uma macro-rede, o Ponto de Cultura pode ser definido como uma micro-rede” (*Ibidem*, p.37). Considerando que vivemos em um contexto capitalista neoliberal cada vez mais determinado pelo lucro, uma proposta como a do Ponto de Cultura vai na contramão desta lógica ao representar uma defesa da pluralidade e da riqueza que toda cultura possui e constitui uma das maneiras através das quais a cultura é protegida, preservada e transmitida de uma geração à outra. Contudo, é difícil reverter ou diminuir a força do capital e conseguir, de fato, mudar a lógica de mercado em que tudo tem valor, possui preço e, portanto, pode ser comprado e vendido. E a cultura e o lazer não estão isentos disto.

Levando-se isto em conta, queremos destacar duas questões que entendemos primordiais sobre a política Ponto de Cultura. A primeira é que tal política foi criada com o intuito de democratizar o acesso da população brasileira aos equipamentos culturais e de contrabalançar a concentração cultural predominante nas cidades, reconhecendo a diversidade cultural existente em seus diferentes territórios, antes ignorados. A segunda questão é o fato de ela reconhecer e impulsionar as manifestações culturais oriundas das comunidades e o faz sem buscar um retorno econômico ou promover uma lógica capitalista da cultura. Essas associações funcionam, de alguma forma, como alternativa à hegemonização cultural cada vez mais avassaladora, sendo que o mais significativo é que são iniciativas populares não impostas pelo Estado. E nesta diversidade se verifica uma maneira de enxergar os diferentes territórios que compõem uma cidade em termos de identidade cultural e do lazer. Nesta perspectiva, é pertinente trazer as palavras do geógrafo Jorge Barbosa, quando fala das favelas, mas que se pode extrapolar para qualquer bairro ou zona da cidade:

Assim, pensar uma identidade própria e possível da Metrópole consiste em reconhecer as favelas, na sua pluralidade e na sua qualidade de espaço produtor da cultura, como territórios legítimos na realização de um projeto de cidade como espaço de direitos e deveres democráticos (2010, p.5).

Porém, mesmo que o Ponto de Cultura representasse um certo avanço em matéria político-cultural, estava longe de ser a panaceia ou o remédio para a desigualdade sociocultural de uma cidade, país ou região. Neste sentido, era uma política atual, sofrendo tribulações diárias e, como tal, estava viva, em plena movimentação e mutação e ia se ajustando à medida que avançava. São pertinentes, nesta direção, as palavras de Turino, quando ressalta que “Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social”, na qual o “fazer cultural e território estão intrinsecamente vinculados” (2010, p.78).

Assim sendo, o interesse específico é identificar as experiências e vivências por meio das quais as pessoas atuantes nos pontos de cultura se apropriam do lazer e se essa apropriação leva a uma identificação ou, melhor dizendo, a uma construção identitária entre o território e o ser humano. A partir do imaginário coletivo de comunidade, que se manifesta e se expressa através da cultura e da arte articulada pelas políticas culturais públicas, é possível identificar aspectos do território na cultura e, por extensão, no lazer. Seguindo este raciocínio, podemos argumentar que a proposta dos pontos de cultura almejava aflorar os aspectos que compõem a dimensão simbólico-afetiva do território e os traços sensíveis e inconscientes dos coletivos humanos que nele habitam, ou seja, a matéria-prima sobre a qual os Pontos atuavam pertence a esta dimensão e, além de neles atuar, os reativavam na tentativa de propagá-los.

As duas associações culturais investigadas e seus bairros

Dentre dos 26 pontos de cultura localizados em Belo Horizonte, foram selecionados dois baseados em uma junção de três motivos. O primeiro deles é a trajetória continuada e ininterrupta das atividades que cada associação desenvolve. Desta maneira, tanto a Casa do Beco, situada na zona centro-sul, quanto o Grupo Iuna, localizado na zona leste (ver Figura 1), duas das associações mais antigas da cidade, começaram a desenvolver suas atividades muito antes da implantação da política Ponto de Cultura, e continuam a desenvolvê-las de maneira independente e autônoma até os dias de hoje. O segundo critério que levou a esta escolha é o fato destas associações ocuparem lugares próximos a zonas consideradas “centrais” – e, no caso da Casa do Beco, o metro quadrado mais caro da cidade –, porém, simbolicamente, estejam ambas “excluídas” dos circuitos culturais oficiais ou hegemônicos de Belo Horizonte: Circuito Cultural Praça da Liberdade, Praça da Estação, Fundação Clóvis Salgado (FCS), Parque Municipal Américo Renné Giannetti, dos bairros Santa Teresa e da Savassi e da Lagoa da Pampulha. Neste sentido, os dois pontos de cultura selecionados não são frequentados pelos mesmos públicos que, geralmente, frequentam esses circuitos e nem atendem à mesma lógica capitalista da cultura. E o terceiro e último motivo é que, devido às suas longas trajetórias, ambas as associações possuem uma grande representatividade, um alto grau de identificação, e desenvolvem um papel relevante na dinamização dos referidos territórios.

FIGURA 1: Localização dos pontos de cultura pesquisados



Fonte: Elaboração própria através do site do Programa Cultura Viva: <culturaviva.gov.br/>

1. Casa do Beco

A Casa do Beco foi criada em 1995 e está sediada no Morro do Papagaio/Aglomerado Santa Lúcia. O espaço trabalha, prioritariamente, com teatro, tendo seu elenco formado por moradores do morro e que usam o cotidiano da favela como referência para sua pesquisa dramaturgic e artística. Em 2003, o grupo conseguiu adquirir e inaugurar o espaço Casa do Beco, situado na Avenida Arthur Bernardes, 3876. Em 2010, o espaço passou a ser gerido por uma nova equipe, que buscou focar os esforços na formação de novos cidadãos com olhares sensibilizados para o poder de transformação da arte. O objetivo principal da instituição era que as atividades buscassem representar a vida no morro a partir das perspectivas de quem nele vive; procurando dialogar com referências distintas dos estigmas de violência e miséria. Ainda em 2010, a instituição tornou-se ponto de cultura e recebeu a condecoração “O Grande Colar do Mérito Legislativo”, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo projeto “Teatro na Laje”. Consolida-se, também, naquele mesmo ano, o projeto Cine Beco, coletivo de jovens que busca viabilizar a atividade audiovisual na Casa, com curadoria e exibições próprias. Em 2011, cria-se o grupo de teatro “Entre elas”, composto por senhoras do morro.

A Casa implantou as primeiras oficinas técnicas em 2012: de caracterização cênica, de iluminação (junto com o Núcleo Técnico) e de audiovisual (junto com a Quarteto Filmes). A instituição tem garantido uma intensa programação artística por meio de parcerias com vários grupos teatrais

da cidade. As apresentações acontecem tanto na Casa quanto nas praças e ruas da favela. Em 2013, a Casa passou a integrar a “Red Latinoamericana de Teatro en Comunidad” e tornou-se um dos principais mobilizadores da Rede Brasileira de Teatro Comunitário. Além disto, também neste ano, foi criado um novo grupo artístico, a Companhia Movimento do Beco, um coletivo de dança urbana e contemporânea formado por jovens do morro.

No ano 2014, a Casa foi novamente homenageada com o “Título de Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte” pelos seus 18 anos de trabalho em sua comunidade. Entre os anos 2015 e 2016, a instituição continuou a potencializar suas ações pedagógicas e de programação. Implantou o projeto Multiplicando Multiplicadores, que visava formar educadores para aplicar atividades artísticas em sala de aula e realizar os espetáculos que são repertório da instituição (“Estima”, “O Morro do Pássaro Falante” e “Quando eu vim para um Belo Horizonte”). Assim, a Casa do Beco vem tentando fazer com que o teatro, atividade popular, em sua origem, mas elitizada nestes tempos, seja acessível a todos os cidadãos.

Em relação ao bairro Morro do Papagaio, localizado na regional centro-sul (ver Figura 2), encontra-se rodeado pelos bairros Belvedere, Cidade Jardim, Conjunto Santa Maria, Coração de Jesus, Luxemburgo, Santa Lúcia, Santo Antônio, São Bento e Vila Paris. Por estar adjacente a alguns dos bairros com o metro quadrado mais caro da cidade, tornou-se um lugar de forte especulação imobiliária.

FIGURA 2: Localização do bairro Morro do Papagaio na regional centro-sul



Fonte: Elaboração própria através de PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte.

Esse bairro, assim como também o Conjunto de Santa Maria, está marcado pela população pobre em sua luta pela moradia. Na década de 1950, esta zona de apenas mato e uma vila (a Vila Barragem Santa Lúcia) começava a se formar. Esta vila, junto com a Vila Estrela, Vila Santa Rita de Cássia, Vila Esperança e Vila São Bento, compõem o Morro do Papagaio. As construções foram feitas pelos próprios moradores, utilizando-se, principalmente, materiais baratos ou retirados da própria natureza, como o pau-a-pique, o adobe e a madeira (ARREGUY; RIBEIRO, 2008). Também nesta década, 1950, realizou-se a construção da Barragem Santa Lúcia no início do Córrego do Leitão. Por consequência, muitos habitantes da vila tiveram que ser retirados. Foi assim que a Prefeitura construiu o Conjunto Santa Maria, com o fim de abrigar a não só as pessoas removidas da vila da Barragem como também outras provenientes das demais ocupações pobres da cidade (*Idem*).

A versão sobre a origem do nome, segundo os moradores mais antigos, conta que crianças e adolescentes subiam até acima do morro para soltar pipas, também conhecidas como “papagaios”. Embora internamente o Morro do Papagaio seja uma das cinco favelas de um conjunto, externamente denomina o aglomerado por inteiro. Ainda hoje, quase cem anos depois do início da ocupação, as crianças e adolescentes continuam brincando e soltando pipas. Hoje em dia, a origem lúdica do nome tem sido esquecida e o Morro do Papagaio, sobretudo a partir da década de 1980, se tornou sinônimo de crime e violência urbana, ajudando a alimentar o estigma de seus moradores (CRUZ, 2009) e, como salienta Márcia Cruz, foram tais as dimensões que alcançou o estigma, o que levou ao surgimento do nome Aglomerado Santa Lúcia (*Idem*).

Um único ônibus, na realidade um micro-ônibus, passa dentro do Morro do Papagaio, conquista relativamente recente, de 2000. Apesar disto, o Morro está muito bem conectado com o resto da cidade. É uma comunidade muito bem localizada e pode-se ir caminhando para o centro. Devido ao fato de estar rodeado por bairros nobres da zona sul, possui a alcunha de “favela mais nobre da cidade”. Esta proximidade favorece o transporte público no entorno do Aglomerado Santa Lúcia. Segundo dados do censo do IBGE (2010), habitam no Morro do Papagaio 16.914 pessoas. Este número é bem diferente do fornecido por um dos entrevistados, morador do morro, que diz que, atualmente, moram ali em torno de 47 mil pessoas.

2. Grupo Iuna

O Grupo Iuna foi fundado em 1983 pelo Mestre Primo, morador da comunidade do bairro Saudade, com a proposta de preservar a capoeira de Angola e transmiti-la para as pessoas menos favorecidas. Há bastante tempo,

vem sendo apoiado por duas Organizações Não-Governamentais (ONGs) italianas. Desde o ano 2006, a Santo Ângelo envia recursos financeiros para arcar com os custos dos serviços de luz, gás, telefone, *internet* e de manutenção geral do espaço. A segunda ONG, a Nuovo Spazio, ajuda a viabilização do projeto “Para casa”, que consiste em dar apoio aos alunos da formação fundamental no que diz respeito às suas tarefas escolares. É um apoio extra escolar e tem ajuda de custo para cinco educadores que, como requisito, têm que pertencer à comunidade, assim como os estudantes. Em 2009, o Grupo Iuna foi reconhecido como ponto de cultura e se transformou no Centro Cultural e Social Dona Luisa, em homenagem à mãe do Mestre. Encontra-se localizado no número 1500 da rua Doutor Brochado.

Os principais objetivos do Grupo Iuna são cultivar e transmitir a história da capoeira Angola enquanto patrimônio cultural e imaterial afro-brasileiro e difundir as variadas expressões culturais e artísticas deste povo. É a partir disto que o grupo se compromete em promover a valorização integral da comunidade, visando combater preconceitos e discriminações de qualquer natureza. O coletivo pretende atingir estas metas através da reeducação e formação permanente das crianças e jovens atendidos pela associação.

O Grupo Iuna tem como projeto político contribuir com a educação e com a formação ética, política, humana e social de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares através de atividades que estimulem a solidariedade, o desenvolvimento pessoal e a busca de uma melhor qualidade de vida, além de defender o respeito aos direitos sociais e a inclusão cidadã.

O bairro Saudade (ver Figura 3) foi assim denominado devido ao Cemitério da Saudade, que é a segunda necrópole mais antiga da cidade, tendo sido construído em 1941 para atender a população carente que desejava obter um jazigo perpétuo, mas que não tinha acesso ao imponente Cemitério do Bonfim. O bairro surgiu da aprovação dos loteamentos dos parques Vera Cruz e Cruzeiro do Sul, acontecida em 1928, e da construção do cemitério. Foi assim que diversas vilas operárias se formaram, visando acolher as famílias “excluídas deste planejamento que deu origem, além do Saudade, aos bairros vizinhos Sagrada Família, Horto, Instituto Agrônômico, Vera Cruz, Paraíso e Pompeia” (ARREGUY; RIBEIRO, 2008, p.17). Estes dois fatos impulsionaram a ocupação do bairro. Segundo dados do IBGE de 2010, habitam no bairro 4.893 pessoas. A respeito do transporte público, o Saudade encontra-se bastante bem comunicado, já que possui múltiplas linhas de ônibus que o conectam a diferentes partes da cidade. Perto do Grupo Iuna, a uns 5 minutos de caminhada, na Rua Senhor Simone, passam várias linhas.

FIGURA 3: Localização do bairro Saudade na regional leste



Fonte: Elaboração própria através de PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte.

A seguir, se apresentam os resultados da aplicação da metodologia inspirada no estudo de Marcelo Matos (2010). Em relação a isto, é pertinente dizer que as pessoas entrevistadas foram em total 12, sendo oito as vinculadas diretamente com os pontos de cultura: diretores e/ou coordenadores dos pontos (3), que são os responsáveis pela execução, organização e implementação das atividades culturais; trabalhadores e profissionais que atuam nos pontos (3), que são os que realizam a parte operativa dos projetos e ações que impactam, de uma ou outra forma, na geografia e na vida do bairro e na de seus moradores; participantes das atividades (2), que são os destinatários das políticas culturais. Com o intuito de manter o anonimato dos entrevistados, estes foram designados com palavras relacionadas ao teatro, quando vinculados à Casa do Beco, e à capoeira angola, quando vinculados ao Grupo Iuna.

Resultados encontrados: traçando a alma encantadora dos bairros

Este inciso coloca em evidência as narrativas e discursos das oito pessoas que foram entrevistadas na pesquisa quanto às articulações possíveis entre território, cultura e lazer por meio dos vínculos simbólico-afetivos estabelecidos com o lugar em que vivem. Estas ideias, de alguma maneira, estão presentes nas paisagens dos bairros e nos sentimentos pessoais e coletivos. Desta forma,

focando nas categorias de análise utilizadas por Matos (2010), buscamos enxergar o que

[...] cada lugar possui uma essência própria, uma sensibilidade, que o torna atraente e passível de sentimentos, que podem se mostrar topofílicos ou topofóbicos aos habitantes e/ou frequentadores daqueles lugares. (p.18-19).

Embora Matos sistematize cinco indicadores (importância histórica, atividade econômica, local de lazer, memória coletiva e sentido de lugar), para este estudo, adaptamos três destes indicadores e criamos um novo. Assim, chegamos às seguintes categorias de análise: Atividades de lazer, Memória Coletiva, Sentido de lugar e Identidade dos bairros. Deste modo, buscamos ampliar o estudo dos e nos Pontos de Cultura, buscando identificar como as apropriações de lazer das pessoas atuantes se vinculam simbólica e afetivamente com o bairro. Estávamos cientes de que, não obstante, as pessoas dos Pontos compartilhem um lugar em comum, existe o que Capel (1981) define como geografia pessoal: “esa visión mezclada con la fantasía, y modelada por la cultura y la estructura social, que los hombres organizan su comportamiento en el espacio” (p.443). Tendo como norteador este entendimento de geografia pessoal, os bairros Saudade e Morro do Papagaio foram estudados empiricamente para se tentar entender qual era a resposta que os sentidos das pessoas conferiam aos estímulos externos emitidos pelo ambiente que os rodeia (TUAN, 2012), denominado como bairro. Como correlato, citamos a Kevin Lynch, quando fala das cidades e de suas subdivisões, os bairros:

Os bairros não são apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremadamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. (LYNCH, 1997, p.2).

Assim, na discussão destas categorias, foram utilizadas as informações obtidas nas entrevistas e nas imersões de campo, com o intuito de extrair de cada entrevistado as características específicas que seus olhares possuem em termos afetivos, sensoriais e perceptivos do espaço habitado.

A análise dos dados recolhidos no trabalho de campo que se apresenta foi estruturada segundo as quatro categorias já mencionadas: Identidades do território, Atividades de lazer, Memória coletiva e Sentido de lugar.

1. Aspectos sutis da identidade dos dois bairros

De acordo com o que foi observado e respondido pelos entrevistados e

interpretado nesta pesquisa em termos de identidade sutil do território, considera-se que a primeira grande diferença está relacionada com a estrutura dos bairros. No caso do Morro do Papagaio, a estética das moradias (chamadas de “barracos”) é precária e quase não existe separação entre elas. As ruas são mais estreitas e, quando percorridas, é possível sentir e perceber uma vida ativa com muita energia por parte dos moradores. Assim, o grau de ocupação e apropriação do espaço público é alto. Mas, não se ignora que esse tipo de comportamento pode ser ocasionado pelo pequeno tamanho da moradia, o que faz com que as pessoas fiquem mais à vontade na rua. Seja como for, a vida na rua é bem movimentada, barulhenta e também alegre. Uma característica é o som alto. Muitos moradores costumam colocar o som muito alto, tanto nas suas casas quanto nos seus carros. Esta paisagem sonora é uma característica identitária e está presente todo o tempo, de segunda a segunda, e a qualquer hora do dia. A vida intensa gera uma proximidade entre as pessoas do lugar, fazendo com que seja fácil, e rapidamente identificada, a pessoa que é de fora. Pela estrutura dos barracos e casas, tem-se a impressão de que, no morro, há mais habitantes do que o número indicado pelas estatísticas oficiais.

Outra característica a ser destacada tem a ver com a fisionomia do Morro do Papagaio. Suas ruas são bastante sinuosas e cheias de becos e, daí, o nome escolhido pelo diretor da associação cultural nomear o grupo de teatro, Grupo do Beco e, depois, à instituição (Casa do Beco). Os becos, que são caminhos sem saída, estreitos em sua maioria e um pouco escuros, são bem característicos de algumas favelas brasileiras. Eles podem parecer labirintos, sobretudo para as pessoas de fora, mas que também surpreendem aos moradores mais distraídos. Márcia Cruz, em seu livro sobre o Morro do Papagaio, descreve os becos do seguinte modo: “A lógica desses caminhos é lúdica, nada cartesiana, menos ainda planejada, embora os becos resultem de um certo pragmatismo dos moradores. Nasceram para suprir necessidades imediatas, mas se eternizaram no lugar” (2009, p.16). Tanto Cruz como Raul Santiago (2017) coincidem em entender que os becos são as artérias que levam o sangue para o coração que é a favela. Neles, a vida acontece em toda a sua plenitude: eles são “o caminho, o ponto de partida e chegada, o local de encontros e despedidas, o ponto de referência, o abrigo ou o caos” (SANTIAGO, 2017, s/p).

Mesmo inconscientemente, esta estética remete à insegurança criada e fomentada, principalmente, pela mídia e que está instalada no imaginário coletivo. É importante chamar a atenção aqui para o fato de que esta sensação de insegurança, geralmente, não é real quando se tem a oportunidade de conhecer pessoalmente estes bairros e de ver como acontece a vida ali. Com isto, não queremos dizer que não existe violência, e sim apenas ressaltar que, nestes locais, moram

muitas pessoas que são estigmatizadas pelos meios de comunicação. Assim, a sensação que fica quando os visita é de alta energia, é de ter vivido um momento intenso que alcança, positivamente, o corpo e a mente.

Já no bairro Saudade a estrutura característica é mais aberta com ruas mais amplas e com um espaço maior entre as casas. Sem dúvida alguma, isto tem a ver com a forma como a vida acontece na via pública. Parece que a relação entre vida na rua e tipo de moradia é inversa: quanto melhor a qualidade da moradia, menor é o uso e o usufruto da rua. Tudo isto faz com que a experiência de se transitar por suas ruas não se diferencie muito (imagética ou sonoramente) de quando se anda por outros bairros da cidade.

O bairro Saudade, em particular, é bem tranquilo e calmo, isto devido a suas dimensões. Quando se anda pelas ruas, é possível sentir até certo sossego. Esta sensação muda consideravelmente quando você se aventura no bairro ao lado, o Alto Vera Cruz. Ali, a agitação é maior, dado que pelas suas ruas circulam mais ônibus, há mais comércios (supermercados, açougues, restaurantes, lancherias, padarias), escolas, etc. Este contraste, tão marcante, faz com que a “tranquilidade” do Saudade se sobressaia ainda mais.

Em vários momentos da observação de campo no bairro Saudade, parecia que se estava fora da cidade ou em uma pequena cidade do interior, como se esse bairro não pertencesse a Belo Horizonte. Neste ponto, tanto o Saudade como o Morro do Papagaio se parecem, embora mediante características distintas. Ou seja, o que assemelha o Saudade a uma cidade do interior é a tranquilidade, enquanto no Morro é a inter-relação das pessoas que ali moram.

2. Atividades de lazer

Com esta categoria, buscamos não só avaliar o valor de um determinado local (neste caso, os dois bairros) a partir da presença de atividades de lazer, mas também compreender de que maneira as experiências de lazer desenvolvidas pelos Pontos de Cultura são apropriadas pelas pessoas que neles atuam (funcionários e educadores/professores) e instigam o estabelecimento de vínculos simbólico-afetivos com o território em termos de identificação, representatividade e pertencimento. Por isto, aqui se procurou, por um lado, averiguar como a Casa do Beco e o Grupo Iuna definem e/ou determinam as atividades de lazer a serem realizadas e como elas são comunicadas e difundidas nos respectivos bairros e, por outro, como se articulam (ou não) com as demais instituições culturais do bairro e da cidade. Assim, a partir do levantamento feito nos dois bairros, temos o que se segue.

No caso da Casa do Beco, se identificou o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS Santa Rita de Cássia, que está localizado na rua São

Tomás De Aquino, 640 (Vila Santa Rita de Cássia). O CRAS é uma unidade pública de política de assistência social, de base local, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É oferecido o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Neste sentido, são realizadas atividades coletivas como palestras, oficinas, campanhas, reuniões e grupos de reflexão, além de atendimento individual, visitas domiciliares e institucionais. Além do PAIF, o CRAS promove o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atende a toda a família, desde a criança até o idoso e possui uma quadra de esporte. Além disto, há várias outras atividades e oficinas, dentre as quais se encontram: circo, dança de rua, judô e futebol. Bem perto do CRAS, na mesma rua, existe a Biblioteca Pública Regional Santa Rita de Cássia, que faz parte do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais e que promove encontros e trocas entre todos os interessados no mundo do livro. Para tanto, disponibiliza seu acervo de livros e de periódicos para toda a comunidade. No caso do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), que reúne em seu acervo fotografias, objetos, imagens de festas, danças, celebrações, tradições e histórias que representam a tradição e a vida cultural dos moradores das diversas favelas e quilombos urbanos do Estado de Minas Gerais, além de ser um local de resistência, identifica-se com um museu de território que tem como vocação a garantia, o reconhecimento e a salvaguarda das favelas, os verdadeiros quilombos urbanos do Brasil. O Museu, propriamente dito, encontra-se na rua Santo Antônio do Monte, 708 (Vila Estrela, Bairro Santo Antônio). Sua sede, no Beco Santa Inês, 30 (Barragem Santa Lúcia), é onde são realizados alguns eventos e onde se localiza a Biblioteca e, por último, há ainda a loja do Muquifu, situada na rua Principal, 321 (Barragem Santa Lúcia).

Segundo Cenário, o que mais existe atualmente são grupos musicais de estilos diferentes, artistas plásticos, poetas, grupos de dança, todos eles informais. Em relação às artes plásticas, o artista Pelé abriu o Centro Cultural Favela Bela, localizado na rua Principal. Este espaço funciona como um atelier aberto no qual cada pessoa leva seus materiais (pincéis, tela, tintas) e pinta, enquanto Pelé acompanha e, se necessário, também ajuda ante alguma questão. No quesito dança junina está o grupo Sabuco Duro, que já participou e ganhou várias vezes no Arraial de Belô. Infelizmente, o grupo suspendeu as atividades há mais de quatro anos por falta de recursos.

Percorrendo as ruas do Morro do Papagaio, percebe-se que há um reconhecimento acerca da existência da Casa do Beco, sustentada nos seus 20 anos de trajetória. Mesmo aqueles que nunca frequentaram a Casa sabem de

sua existência no Morro do Papagaio. Talvez uma das razões se encontre na filosofia da Casa, que faz questão de participar da vida do bairro, de estar presente para debater as questões e os problemas locais. Assim, sempre algum membro da Casa participa das reuniões do BH Cidadania, da associação de moradores, das creches, das paróquias e também, dentro do possível, tenta ajudar alguma escola ou associação que necessite de algo. A Casa tem o desejo de se ocupar com a vida do bairro e de manter um “vínculo grande com a comunidade”, comenta o entrevistado (Cenário).

No Grupo Iuna, a realidade é diferente. O bairro é menor, questão que também incide na quantidade de atividades de lazer. No levantamento, se constatou que a maioria dos espaços públicos com atividades de lazer estão localizados no Alto Vera Cruz. Embora a distância que separa a sede do Grupo Iuna destes espaços seja pequena, entre 400 metros a 1 quilômetro, já corresponde a outro bairro e, portanto, outra jurisdição.

De acordo com o depoimento de Berimbau, “não tem outros centros culturais, só tem o Grupo Iuna [...]. O Alto Vera Cruz tem muitas mais atividades e muita mais ajuda do governo que aqui”. A entrevistada ressalta: “atividades culturais não. O que tem é em junho, julho, as quadrilhas, as festas juninas e poucos shows, são pontuais, de vez em quando montam na rua um palanque”. Seguindo esta linha, Pandeiro acrescenta:

Tem no Alto Vera Cruz, lá em cima, um centro cultural que é do governo, mas eu não sei como funciona. [...] O Alto Vera Cruz está recheado disso aí [...]. Tem poucas, tinha muitos. Tinha mais, mas vai acabando porque o sistema ele vai acabando com cada um.

Quando questionados sobre a articulação entre o Grupo Iuna e os outros espaços, há uma disparidade de opiniões. Berimbau disse que “a gente está sempre trocando, sempre articulando. Sempre que tem alguma coisa eles vêm e sempre chamam a gente pra participar de lá”. Mas, por outro lado, Pandeiro disse: “Meninas de Sinhá, eu não sei como elas estão. Ele [Flávio Renegado] está lá e também não sei como é que funciona”.

Andando pelas ruas e conversando com pessoas vinculadas a outros espaços e centros culturais do Alto Vera Cruz, foi comentado que o Grupo Iuna não está aberto a colaborações e/ou articulações com instituições do bairro. As parcerias acontecem com outros grupos de capoeira e é usual que os mestres circulem por diferentes grupos como sinal de camaradagem. A capoeira é marcada por um certo desconhecimento por parte das pessoas ou até por preconceito. Seja como for, a capoeira desperta alguns receios no Saudade e arredores. Assim, Berimbau disse: “é um grande problema porque quem

frequenta a igreja não frequenta cultura, não participa”. [...] “eles têm uma visão errônea, principalmente da capoeira. A capoeira é mal vista. Muito difícil, muitos meninos saem daqui por causa da religião”. Contudo, tanto nas entrevistas no Grupo Iuna quanto nas ruas, percebeu-se que as pessoas não têm tanto conhecimento do espaço e também que a associação não está presente nas ruas, deixando de participar das reuniões da associação de moradores, por exemplo. Apesar disso, um ponto em comum entre ambas as instituições estudadas é o motivo pelo qual o teatro e a capoeira se converteram em atividades principais destes dois pontos de cultura, que está relacionado ao interesse pessoal de seus fundadores.

3. Memória coletiva

Para tratar da memória coletiva, é importante considerar que esta categoria guarda uma estreita relação com a história e com o valor histórico que um lugar pode ter para os indivíduos que aí residem. Desde o momento em que o ser humano tenta se conectar com o território através de fatos históricos, monumentos, de citações na literatura e por outras manifestações artísticas com as quais ele se identifica, é possível perceber que estas conexões têm a ver com a memória individual e também com a coletiva. Portanto, entendemos esta categoria como uma maneira através da qual a pessoa estabelece laços subjetivos e até inconscientes com o território que habita. Assim, a memória pode ser passada de pais para filhos, entre vizinhos, amigos, etc. A ideia subjacente a esse pensamento é a questão da união social entre as pessoas que compartilham lembranças e que, nesse movimento, seja possível confirmar a memória coletiva demarcada pelo espaço geográfico que habitam. Seguindo esse raciocínio, Halbwachs sentencia:

[...] o depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que, como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecendo em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele (2006, p.33).

Um outro aspecto de suma importância desta categoria é a sua relação com a identidade do lugar. Neste sentido, concordamos com Matos quando declara que:

Ao resgatar o conjunto de lembranças e recordações de uma época que já passou, mas que ainda encontra-se presente no lugar, através da memória de seus habitantes, torna-se possível traçar uma geografia que contribua efetivamente para a reconstrução da identidade do lugar (2010, p.87).

Diferentemente da categoria anterior, atividades de lazer, a memória coletiva só é possível ser apreendida mediante o discurso oral dos habitantes ou, no nosso caso, através das pessoas atuantes nos Pontos de Cultura. Por sua vez, o que a diferencia do indicador valor histórico é a maneira pela qual se adquire a informação. Por isto, Matos (2010, p.85) ressalta que “para avaliar objetivamente este indicador, o caminho é ouvir as histórias de vida das pessoas que dão vida ao local: pessoas que frequentam, habitam, trabalham, usufruem de alguma maneira o local”, visto que dificilmente encontram-se registradas ou documentadas em livros, em bibliotecas ou arquivos públicos.

Foi com este intuito que abordamos as pessoas atuantes da Casa do Beco e do Grupo Iuna, querendo saber sobre suas lembranças (boas e ruins), sobre seus lugares preferidos e desprezados dentro do bairro, sobre os momentos passados e que ainda conservam na memória e os que preferem esquecer, sobre como enxergam comparativamente seu bairro em relação aos demais bairros da cidade, quais são as reminiscências que traz e/ou conotações que produz ouvir o nome do bairro, qual é a primeira palavra que eles associam com o nome do bairro e qual é o principal problema que eles identificam hoje em dia neste espaço.

Em relação às pessoas entrevistadas da Casa do Beco, o diretor e a responsável financeira nasceram no Morro, a professora de teatro e integrante do grupo mora numa favela vizinha e o coordenador pedagógico frequentou o lugar por nove anos. No caso do Grupo Iuna, três das quatro pessoas entrevistadas nasceram e ainda moram no bairro e a outra frequenta e habita esse espaço de segunda a sexta feira há 17 anos. Então, tanto na Casa do Beco quanto no Grupo Iuna, podemos dizer que o grau de pertencimento e de envolvimento é considerável e, como se percebeu nas entrevistas, o sentimento e a afetividade em relação ao território estão bem presentes em todas as falas.

Desta forma, o primeiro aspecto que se observou, de forma geral, foi que a violência da polícia, os tiroteios, o tráfico de drogas e os amigos, parentes, alunos perdidos para a criminalidade são questões bem presentes no cotidiano dos entrevistados e de todos que habitam nestes bairros. Assim, por exemplo, Proscênio manifesta “uma coisa que me chateou bastante foi o momento em que a gente estava na Casa do Beco, a gente estava ensaiando e assim do nada a gente começou a ouvir muito tiro”.

Já no Grupo Iuna, Pandeiro recorda, com tristeza, dos amigos que foram assassinados pela polícia, mas prefere não guardar momentos infelizes. Ele tenta esquecer, porque “se você fica carregando esses momentos tristes, essa mágoa, não dá para caminhar na linha da militância [...] Eu preciso apostar em uma outra possibilidade, que é a de estar vivo, a de estar resistindo...”.

Embora não seja possível negar nem olhar “enviesado” a violência explícita e quase palpável, a maioria ressaltou que lhes preocupa um tipo de violência especial, a simbólica: o preconceito por parte da sociedade que é “muito grande ainda, morador de favela é morador de favela” (Espaço Cênico) e faz com que os moradores de favela, quando procuram por trabalho, sejam aconselhados de não colocar o endereço. “Se eles veem que você mora na favela, eles não te contratam. A pessoa me falou, não põe seu endereço” (Proscênio). Diante desta realidade adversa, os entrevistados enunciaram, durante as entrevistas, o potencial e as potencialidades das atividades culturais e de lazer desenvolvidas pelas associações pesquisadas. Ao final da entrevista, Cenário deixou bem claro que “comunidade de favela tem que ser olhada a partir do potencial, pelo que tem, e não pela ausência”. Para ele, a comunidade traz lembranças associadas à “conquista, com muitas pessoas fortes, com muita resistência e com muitas pessoas representativas na cidade e por que não, no Brasil”. Proscênio acrescenta: “Eu fico muito feliz. Porque antes era muito difícil a gente ter acesso a uma faculdade. E a maioria da minha sala está com uma graduação”. Neste sentido, cabe salientar que vários entrevistados destacaram como importante para suas vidas a existência e a atuação dos Pontos de Cultura em seus bairros. E, mais do que isto, ao responder ainda sobre o melhor lugar do bairro, Espaço Cênico respondeu: “olha, eu vou ter que jogar uma sardinha para a Casa do Beco, porque eu gosto muito daquele espaço. Eu acho que esse é o lugar mais bonito”. Conforme as palavras de Proscênio: “momentos bons na comunidade, acho que é minha trajetória na Casa do Beco”.

Além do já dito, foi possível enxergar uma peculiar ligação pairando em todas e cada uma das falas. Praticamente todos, de forma mais ou menos direta, destacaram que, apesar de toda essa violência, de toda a disparidade social, preconceito e abandono que existe nestes lugares, ainda “existe uma relação de afinidade muito mais aberta em todos os sentidos do que no próprio asfalto [...] existe uma pureza muito grande nas pessoas, existe uma pureza nas famílias” (Espaço Cênico). Buscando um motivo ou razão para isto, dois dos entrevistados (Espaço Cênico e Proscênio) falaram que isto se devia ao fato de muitos dos moradores serem do interior do Estado. Então, talvez seja também pelo perfil interiorano que caracteriza esses assentamentos urbanos, que a rua se torna um espaço de convívio, de troca, de vida e de lazer. Por tudo isto, não

é por acaso que a resposta à pergunta “qual é a primeira palavra que vem a sua mente quando falamos o nome do bairro (Saudade e Morro do Papagaio)?” foram ‘diversidade’ (Proscênio), ‘resiliência’ (Cenário), ‘acolhimento’ (Bastidores), ‘transformação’ (Espaço Cênico), ‘tranquilidade’ (Pandeiro), ‘alegria’ (Atabaque), ‘Grupo Iuna’ (Berimbau) e ‘velhice’² (Caxixi). Desta forma, através da análise dessa categoria, identificamos que as lembranças das pessoas entrevistadas estão relacionadas, direta ou indiretamente, com atividades de lazer e com manifestações culturais nas quais elas são participantes e/ou protagonistas e, ao mesmo tempo, foi possível enxergar o vínculo estreito que essas atividades/manifestações possuem com um território específico: seus respectivos bairros.

4. Sentido de lugar

Por sentido de lugar, entendemos a identificação subjetiva que os habitantes possuem com o território onde vivem. Por conseguinte, não existem duas identificações idênticas, uma vez que, para cada pessoa, há um sentido de lugar diferente. De certa forma, podemos dizer, embora não na mesma proporção, que o habitante completa o lugar e vice-versa.

Assim, esta categoria, junto com a de memória coletiva e a de importância histórica, ajuda a compor a identidade territorial, entendida como o conjunto de aspectos simbólicos e subjetivos dos quais se apropriam os grupos sociais (HAESBAERT, 1999, 2005). Segundo Tuan (1983), o espaço se transforma em lugar quando a pessoa lhe transfere valores, sentimentos e pensamentos, ou seja, o dota de sua subjetividade, o que coloca em jogo também todas as outras subjetividades coexistentes. Desta forma, existem lugares nos quais a pessoa se sente mais à vontade, mais protegida, mais confortável. Ulrich Beck (1999) definiu este vínculo com os lugares como “topopoligamia”, para se referir ao fenômeno de “casamento” com diversos lugares. Continuando o raciocínio, Marcelo Matos acrescenta:

O sentido de lugar se refere, antes de tudo, às noções de seus significados; intimidade; familiaridade; identidade e singularidade. O cotidiano do indivíduo é permeado por inúmeros espaços/lugares que formam esse caleidoscópio de paisagens que chamamos de espaço vivido. No entanto, dentre os diferentes espaços/lugares pelos quais passamos, existem aqueles com os quais nos identificamos, nós reconhecemos

² A velhice atrelada à questão de ternura em relação às pessoas mais velhas e também por ser um lugar no qual, de tão intensa a ligação afetiva, as pessoas preferem ficar nele toda a vida.

e carregamos conosco todo o seu conteúdo simbólico [...]. Em geral, os lugares que habitamos são os que mais fortemente marcam nossa trajetória individual, [...], pois ao habitar um determinado lugar estabelecemos intensas relações de trocas subjetivas e objetivas, conscientes e inconscientes (2010, p.90).

Da mesma forma que Bauman se refere à comunidade (2003), é possível enxergar o sentido de lugar como algo no qual as pessoas colocam sua subjetividade e produzem de maneira inconsciente uma identificação territorial (BUTTIMER, 1985) ou uma fixação existencial (DARDEL, 2015). Assim, entendemos que, através do sentido de lugar é factível identificar a forma pela qual as pessoas atuantes nos dois Pontos de Cultura concebem os respectivos bairros e com eles se conectam para além do que está materialmente visível, para além do que a realidade física manifesta (HAESBAERT, 1997).

Assim, nas conversas com as pessoas da Casa do Beco, quando perguntadas sobre o vínculo, a relação afetiva com aquele bairro, Cenário sintetizou assim: “é minha raiz, é onde cresci, o lugar onde me criei, o lugar onde me formei, onde me tornei filho, irmão, amigo, aluno, professor, educador, artista. Então é um vínculo de muito cuidado, muito carinho, muito amor, muito afeto”. Este sentimento, de sentir orgulho do lugar onde se nasceu e cresceu, é muito forte. E ainda é mais forte quando se acredita que o trabalho realizado ajuda a transformar a realidade de muitas pessoas. Bastidores acredita tanto no trabalho da Casa do Beco que recusou várias propostas para trabalhar em outros lugares por um salário maior, porque não tinham um trabalho envolvendo pessoas ou nos quais o ser humano não era tão importante. Esta entrevistada aposta no trabalho como elemento transformador das pessoas, não só das que trabalham na Casa, mas também das que a frequentam: “Eu quero a transformação, eu quero contribuir também para a transformação sociocultural que a gente tanto fala. E eu, enquanto pessoa física, também quero isso pra minha vida, eu quero isso na minha casa” (Bastidores).

Embora exista este vínculo especial com o lugar, não é possível desconsiderar o preconceito que ainda existe em certa parte da população e, especificamente, em alguns grupos de teatro que, quando convidados para se apresentar dentro da Casa do Beco, aceitam mas, quando é no morro, ao ar livre, no meio da favela, rejeitam o convite. Neste sentido, Espaço Cênico descreve a relação entre os bairros nobres e a favela como polos completamente diferentes e há uma divisão de classes muito grande e, por isto, considera seu trabalho na Casa como de resistência mesmo, de conscientização desse lugar.

No que diz respeito ao Grupo Iuna, percebe-se uma intensidade similar em relação à identificação subjetiva e ao sentimento de pertencimento. Assim,

Pandeiro, já desde o início da conversa, deixa transparecer sua forte ligação com o território quando salienta:

Eu sempre morei aqui, por isso quis trazer a capoeira pra cá. Eu sei o valor que a capoeira tem na questão da formação, de criar o senso crítico e político nas pessoas, de transformar o pensamento das pessoas, e as pessoas aqui da comunidade não tinham a possibilidade de conhecer o instrumento da capoeira, enquanto luta, enquanto instrumento de transformação, de pensamento, onde cria o senso crítico e político, onde conhece um pouco mais da nossa história.

Quando perguntamos a Berimbau sobre como era estar na frente de uma associação no bairro, respondeu: “Eu vivo isso, esse é meu sonho”. Mesmo ela não tendo nascido e nem sendo moradora do bairro, passa a maior parte do tempo no Saudade e isto, de forma indubitável, acaba por criar laços não só com os habitantes senão também com o território.

Cabe salientar que, as instituições também favorecem a criação de vínculos sociais com os habitantes do bairro que as frequentam, embora seja um grupo reduzido se considerado o total de moradores que ali habitam. Assim, as associações, como Grupo Iuna e Casa do Beco, funcionam como elo entre os habitantes, como lugar de encontro e de sociabilização entre eles. Por isto, pode-se dizer que as associações podem ser um integrante a mais do bairro. Exemplo é o depoimento de Caxixi, quando afirma categoricamente que:

As pessoas que se envolvem um com a outra assim, são filhos das pessoas que moram na comunidade, que fazem parte do Grupo Iuna. Por isso é que a gente tem um convívio mais próximo, mais... A maioria do povo do bairro não é ligado assim não, mas tem convivência só por causa do Grupo Iuna mesmo, por causa das meninas que treinam aqui. Só por isso.

Praticamente em todos os oito relatos dos entrevistados foi possível identificar o sentido de lugar, de pertencimento em cada território investigado. Por tudo isto, a opção de abrir uma associação cultural nestes bairros deveu-se a uma questão pessoal, íntima e subjetiva de seus respectivos diretores ou coordenadores. A questão haver estes dois espaços culturais nestes bairros faz todo sentido para os dois diretores/coordenadores, e está bem nítido que a localização geográfica passa por uma questão de resistência, de luta, de convicção pessoal que, pelo menos nos dois casos estudados, encontra eco na comunidade como um todo.

Considerações finais

Como forma de encerramento, é interessante refletir sobre o componente utópico que caracterizou a política cultural pública Pontos de Cultura em seus 12 anos de vida. A frase que o grande geógrafo brasileiro Milton Santos uma vez proferiu, “a utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo factível”. (SANTOS, 2000, p.71), parece ter inspirado Célio Turino a escrever o livro *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima* (2010). Nele, Turino narra, em primeira pessoa, o encadeamento de situações, experiências e vivências que o levaram, em um primeiro momento, a conceber uma política cultural de base comunitária e, em um segundo momento, durante seu período como Secretário Municipal de Cultura de Campinas, a colocar na prática o “projeto-piloto” do que, tempos depois, viria a ser a política Ponto de Cultura/Cultura Viva. Esta proposta pode ser relacionada à utopia descrita por Milton Santos, a que se distancia do significado etimológico, associado à perfeição e ao ideal no sentido que carrega consigo a conotação de que é uma forma de ilusão entre um real que se rejeita e um ideal que se espera e deseja.

A frase de Santos traz implícita a ideia de construção quando considera o que há ao nosso redor, ou seja, que a utopia é exatamente aqui e agora, é algo possível e alcançável por todos nós, mas temos que estar alertas e atentos para saber quais são as maneiras de atingi-la. E é justamente o desejo latente que radica sua força que é, por extrapolação, a força do Ponto de Cultura, porque não existe nada mais poderoso, nada mais estimulante e, ao mesmo tempo, promissor, que sermos cientes de que o que existe ao nosso alcance (“construída a partir das possibilidades”, “do que já existe como germe”), mas ainda no âmbito da potencialidade (que remete ao conceito de “Ainda-não”, de Boaventura de Sousa Santos), é o que nos permitirá atingir nosso estágio desejado, nossa situação ansiada, nossa utopia factível. É nessa esfera que pensamos que a política Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva operavam.

Ambas as associações se reconheciam pontos de cultura antes mesmo da política cultural ser criada, ou seja, no sentido figurado do termo, elas já atuavam e se sentiam como pontos de cultura. Este sentimento, o de ser um espaço que irradia cultura, apesar de todas as dificuldades e de não contar com nenhum apoio, é o que mobiliza e fundamenta o acionar deles. Em outras palavras, é o motor, é o coração que bombeia sangue para que esses sonhos sejam consumados sem ficar paralisados pelo tamanho e nem pela quantidade de obstáculos. Isto ficou ainda mais palpável quando, na fala dos dois diretores, disseram que não se imaginavam fazendo o mesmo em outro bairro que não

fosse aquele no qual nasceram, se criaram, cresceram e moram até o dia de hoje. Simplesmente, não faria nenhum sentido. Tais experiências de lazer e culturais só fazem sentido quando são pensadas, executadas e compartilhadas com os seus vizinhos, amigos e conhecidos em seus próprios territórios. Estas duas partes são inseparáveis: a experiência em si e o lugar no qual ela se desenvolve. Embora cada associação hoje em dia tenha mais atividades e ofereça propostas para um público mais amplo e diverso, tem muito claro qual é sua atividade principal, qual é seu carro-chefe. Nesta atividade reside a sua identidade, a sua marca e o legado que querem deixar no território. Foi assim que se evidenciou que são justamente estas atividades/práticas/experiências de lazer as que permitem e/ou favorecem a ligação do ser humano ao espaço geográfico. Neste sentido, cabe acrescentar um dado relevante. Das oito pessoas entrevistadas, seis (75%) moram, trabalham e usufruem destes territórios. Das duas restantes, uma conviveu quase que diariamente pelo período de nove anos e, a outra, de segunda a sexta esta é a sua (segunda) casa. O fato da maioria deles morar no bairro faz com que essas propostas de lazer alcancem um sentido mais profundo, já que são destinadas a pessoas com as quais eles convivem e tem a ver com a identidade do território que eles querem construir e projetar.

Como se depreendeu das falas dos entrevistados, estes vínculos simbólico-afetivos que conectam as pessoas com o território, passam, de alguma ou outra forma, pelas práticas de lazer e/ou pelas experiências culturais, ora como produtores e realizadores, ora como praticantes e protagonistas destas. Este conjunto de experiências (de lazer e culturais) ajudam a conformar, em um mesmo tempo, duas identidades: a das pessoas, de forma individual e coletiva, e a do território.

Neste sentido, as pessoas que usufruem o lazer e a cultura em seus bairros apoiam e se identificam completamente com estas vivências e as preservam com o intuito de que continuem crescendo e atingindo cada vez a mais indivíduos. Por tudo o que foi dito durante as entrevistas e percebido nas observações de campo, podemos dizer que o lazer e a cultura desempenham um papel crucial de ligação do ser humano com o território, uma vez que o indivíduo expressa, tanto de maneira consciente como inconsciente, toda sua subjetividade em estreita relação com seu território. E é a partir dele que vai construindo sua identidade como sujeito e como parte de um coletivo, sendo influenciado e influenciador do espaço geográfico e criando raízes tanto físicas e/ou objetivas (que tem a ver com a moradia, as alternativas de transporte público, a existência de hospitais, escolas e demais comércios de primeira necessidade, como, por exemplo, farmácias e supermercados) quanto simbólicas e/ou subjetivas (amizades, família, vivências) com este território. Assim,

tomando emprestadas as palavras de João do Rio (2007) quando descreve as ruas, podemos dizer que todas estas atividades de lazer e de cultura promovidas pelos Pontos de Cultura fazem com que os bairros tenham alma e sejam a “flor de ideal nascido nas sarjetas, sonho perpétuo da cidade à margem da poesia, riso e lágrima, poesia da encantadora alma dos bairros!”

REFERÊNCIAS

- ARREGUY, C. A. C.; RIBEIRO, R. R. (coords.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Centro-Sul. Belo Horizonte: APCBH e ACAP-BH, 2008. 62p.
- _____. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: APCBH e ACAP-BH, 2008. 58p.
- BARBOSA, J. L. Território e Cultura na MetrÓpole. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais... Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças**. Porto Alegre, 2010. p.1-7.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 138p.
- BECK, U. **O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 282p.
- BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A (org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985. p.165-193.
- CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981. 477p.
- CASA DO BECO – HISTÓRIA. Disponível em: < <http://casadobeco.org.br/historia/> > . Acesso em: 11 jul. 2016.
- CRUZ, M. **O Morro do Papagaio**. Belo Horizonte: Conceito, 2009. 116p.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015. 160p.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EdUSP, 2005. p.6774-6792.
- _____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.
- _____. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.3, p.20-32, jan. 1997.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006. 224p.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.
- MATOS, M. **A sensibilidade do lugar: uma proposta metodológica para aplicação da percepção ambiental nos planos de emergência a derrames de óleo**. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia, Área de Concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. _____. **Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. Brasília: MinC, 2005. 88p.
- RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. 222p.
- SANTIAGO, R. **Favelas: o coração e o beco**. Favela em pauta (blog). 2 de dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.favelaempauta.com/favelas-o-coracao-e-o-beco/> > . Acesso em: 19 mai. 2018.
- SANTOS, M. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 127p.
- SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL. **Almanaque Cultura Viva**. Brasília: MinC, 2010. 362p.

TUAN, Y.F. **Topofilia – um estudo da percepção**: atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Edeal, 2012. 344p.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 248p.

TURINO, C. **Ponto de Cultura**. O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. 256p.

Capítulo 2

Pacificação das favelas cariocas no contexto dos megaeventos: para além de uma política pública

César Teixeira Castilho
Pedro Teixeira Castilho

A partir de 2007, o poder público da cidade do Rio de Janeiro iniciou uma ação coordenada entre os setores da polícia local – militar e civil – com o intuito de combater o tráfico de drogas e de armas nas favelas da zona Sul da cidade. Esta política pública, intitulada Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs), foi instaurada pela primeira vez na favela Morro Dona Marta, no ano de 2008. O programa consistia em ocupar estas comunidades e controlar o tráfico através do encarceramento de traficantes e outros indivíduos implicados. Deve-se destacar que o Brasil figura entre os países com maior número de homicídio por habitante (25,2 homicídios por 100.000 habitantes em 2008), e que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais violentas do País (IBGE, 2014; OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA, 2009).

Após esta primeira operação, uma Unidade, ou seja, um prédio da polícia era construído, permitindo que houvesse, doravante, uma intervenção policial permanente. Os policiais permaneciam no mesmo território, ganhavam a confiança da população local, sendo chamados pelo nome e, ademais, participavam de reuniões regulares com o objetivo de averiguar as ações, a eficácia dos projetos desenvolvidos e, concomitantemente, escutar as reivindicações. Eram policiais formados pelos princípios da polícia comunitária e recebiam salário mais elevado em termos médios. Todos eram recrutados ainda jovens, recém-formados, para que se evitasse a entrada de policiais veteranos já envolvidos com a milícia ou outros esquemas de corrupção (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA, 2015).

Embora os números indicassem que a criminalidade havia diminuído drasticamente uma vez implementada as UPPs nas chamadas favelas pacificadas,

atestando parcialmente a eficiência do projeto, a situação socioeconômica dos habitantes permanecia insalubre. Na realidade, em alguns casos, segundo entrevistados da pesquisa, as condições se agravaram, pois o custo de vida havia aumentado, visto que impostos e outras taxas começaram a ser pleiteadas. Assim, uma parte considerável dos habitantes locais criticaram abertamente essas intervenções, dado que, segundo eles, tratava-se de uma “expropriação camuflada” ou uma “retirada branca”. Com efeito, as favelas da zona Sul da cidade estão imbricadas em montanhas belíssimas, o que as confere uma vista privilegiada da cidade, atizando a cobiça das empresas imobiliárias já bem ativas na cidade do Rio:

Segundo os entrevistados, desde a implementação da política de pacificação, um assédio sem restrições foi empregado pelas empresas imobiliárias para tirar proveito da valorização do território da zona Sul. De acordo com os entrevistados, inúmeros habitantes já venderam suas casas, ao ponto que outros sofrem com a cobrança de novos impostos e pelo custo de vida mais elevado (Trecho do caderno de campo do dia 12 de julho de 2014, Rio de Janeiro).

Segundo alguns pesquisadores (BORIUS, 2010; NINNIN, 2014), trata-se de uma “expropriação branca”, pois esta expropriação corresponde à chegada posterior de uma classe alta no local onde se encontravam as favelas. Como resultado da sua pacificação e reabilitação, estas áreas passam a ser ambicionadas pelas camadas abastadas, bem como por empresários, que esperam o momento propício para realizar propostas de compras dos imóveis locais.

Desde 2008, diversas outras UPPs foram implementadas, cobrindo atualmente 38 comunidades de baixa renda e favorecendo a milhares de habitantes, tanto nas favelas quanto em seu entorno. Não obstante, os verdadeiros beneficiários desta política securitária parecem ser os agentes imobiliários e as empresas do setor. Neste aspecto, Borius (2010, p.4) constata:

Os administradores de empresas imobiliárias estimam uma recuperação entre 20 e 50% no preço dos imóveis nos bairros e regiões próximos das favelas pacificadas. O bairro de Botafogo, bairro nobre da zona Sul onde se encontra a favela Morro Dona Marta, Copacabana, Leme, Ipanema, entre outras áreas próximas de favelas pacificadas, todos observam instantaneamente uma valorização do mercado imobiliário.

Nas favelas pacificadas, os traficantes de droga deixaram de atuar nas imediações, seja de forma espontânea, seja através do uso da força e/ou da confrontação policial. Pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro, inúmeras favelas foram pacificadas, atenuando o tráfico de droga ostentatório e,

sobretudo, banindo a atuação das facções criminosas. É preciso destacar que, no entanto, todas as favelas atendidas pela política pública de pacificação se situam na zona Sul da cidade, ou seja, em 15% da região metropolitana e que é o setor mais turístico e com população de maior poder aquisitivo, onde diversas melhorias urbanas foram idealizadas no contexto dos megaeventos esportivos. No mapa abaixo, remarca-se a concentração das regiões pacificadas na região Sul, ao passo que dezenas de outras comunidades se apresentam em outras áreas sensíveis em termos socioeconômicos. Vale ressaltar igualmente que, os equipamentos esportivos relativos aos Jogos Olímpicos (JO) 2016 foram estrategicamente projetados nos entornos das comunidades pacificadas, sobretudo nas da zona Sul.

MAPA 1: Mapa do Rio de Janeiro (Áreas pacificadas e Equipamentos Olímpicos)



Fonte: Castilho (2016).

A pesquisa de campo deste estudo foi empreendida em dois momentos distintos: primeiramente, ao longo da Copa do Mundo (CM) de 2014 – junho e julho 2014 – e após o Mundial, no ano de 2015, durante o mês de agosto, ou seja, um ano antes dos JO 2016. Inicialmente, duas favelas foram acordadas – as comunidades do Vidigal e do Morro Dona Marta. Nestes locais, para além da observação participante efetuada, entrevistas foram conduzidas com

habitantes locais que vivenciaram a implementação da política pacificadora. Ademais, dois projetos sociais foram analisados ao longo da pesquisa empírica: a “Copa do Mundo para os meninos de rua” no Vidigal, e o projeto “Linha de Frente”, que previa a denúncia de abusos de direitos humanos pelo poder público na favela Morro Dona Marta. Esta aproximação junto aos projetos destacados nos permitiu estabelecer uma relação estreita com os habitantes, o que possibilitou uma atitude de confiança entre o pesquisador e os atores envolvidos. Esta etapa é crucial pois algumas questões abordadas tocam diretamente na vida da população local e, além disto, em diversas situações, trata-se de pessoas expostas constantemente aos preconceitos e julgamentos sociais.

Como o objeto aborda uma temática delicada em torno da qual diversas possibilidades de interpretações são possíveis, neste estudo, o foco principal relaciona-se com os megaeventos esportivos e os impactos sociais sem que se tenha a pretensão de esgotar os ângulos de análise sobre a implementação das UPPs no Rio de Janeiro. Trata-se, evidentemente, de uma problemática social implicando os habitantes, ONGs, poderes públicos, forças armadas (polícias militar e civil) e a chegada dos megaeventos esportivos na cidade. No que se refere às entrevistas realizadas junto aos policiais, notadamente ao longo da CM 2014, dificuldades foram encontradas uma vez que a prioridade deste grupo era a segurança e o bom funcionamento do evento. Desta maneira, a propósito das informações relativas às forças armadas, nos apoiamos em documentos publicados na imprensa escrita, bem como em entrevistas concedidas pelos agentes da polícia para diversas mídias ao longo da preparação do evento.

Retrato das favelas e consequências da pacificação

Se analisarmos as imagens atuais difundidas em filmes nacionais recentes¹, as favelas aparecem como lugares infames, desprovidos ou zonas de não-direito e de violência sem limite. As comunidades brasileiras, que existem desde o final do século XIX, nos remetem, sobretudo, a uma imagem de marginalização e de exclusão difíceis de erradicar malgrado o progresso econômico do país nos anos 2000 (DABÈME; LOUAULT, 2013). O município

¹ Entre eles, o filme mais divulgado no exterior foi “Cidade de Deus”, que conta o cotidiano de uma favela violenta do Rio de Janeiro durante o período do seu surgimento entre os anos 1960 e 1970. Este filme recebeu diversos prêmios nos mais diversos festivais de cinema do mundo (DESBOIS, 2011).

do Rio de Janeiro emprega, frequentemente, o recurso das forças armadas nacional para combater o tráfico de drogas na cidade. No entanto, para além de uma violência midiática, as favelas são igualmente um berço soberano de cultura popular essencial para o desenvolvimento econômico dos seus habitantes e do município, haja visto o apelo do Carnaval carioca (VENTURA, 1994; ZALUAR; ALVITO, 1999).

A primeira favela instalou-se no Rio de Janeiro em 1897, tão logo os mais de 20.000 antigos combatentes da Guerra de Canudos² (contra uma comunidade milenarista rebelde do nordeste do país) se realocaram próximos a uma colina, nomeada “colina das favelas”, substantivo oriundo de uma planta resistente da região (VENTURA, 1994). Em seguida, estas áreas acolheram populações economicamente vulneráveis e composta por negros, em sua maioria. A urbanização desenfreada do período pós-guerra aumentou a criminalidade e a exclusão espacial nos centros urbanos. O crescimento econômico dos anos 1960 atraiu inúmeros migrantes originários do Sul e de outras localidades do Sudeste do país. O contraste entre o “morro” e o “asfalto” (colinas *versus* ruas asfaltadas) e a justaposição entre a miséria e a opulência transformaram-se em traços característicos da cidade do Rio de Janeiro e de grande parte das capitais brasileiras (ZALUAR; ALVITO, 1999).

Embora as favelas apresentem uma reputação de áreas violentas e alvo de tráfico de drogas ostensivo, a maioria dos seus habitantes não participa deste universo e sobrevive como pode na realidade contrastada da cidade. De acordo com Freixo (2006), menos de 1% da população que habita nas favelas do Rio está associada ao tráfico de drogas. A título de exemplo, na favela da Rocinha, a maior comunidade do mundo, com cerca de 180.000 pessoas, somente 70 estão verdadeiramente implicados com o tráfico de drogas. No entanto, para aqueles que moram fora da comunidade, como fruto de uma avalanche midiática, acreditam que mais de 80% dos habitantes estão envolvidos neste comércio, segundo mesmo estudo. Majoritariamente, as pessoas que ali habitam são mal pagas e não possuem outra opção de habitação.

Com efeito, mesmo quando têm outras possibilidades, preferem permanecer nas favelas, notadamente aquelas situadas na zona Sul da cidade,

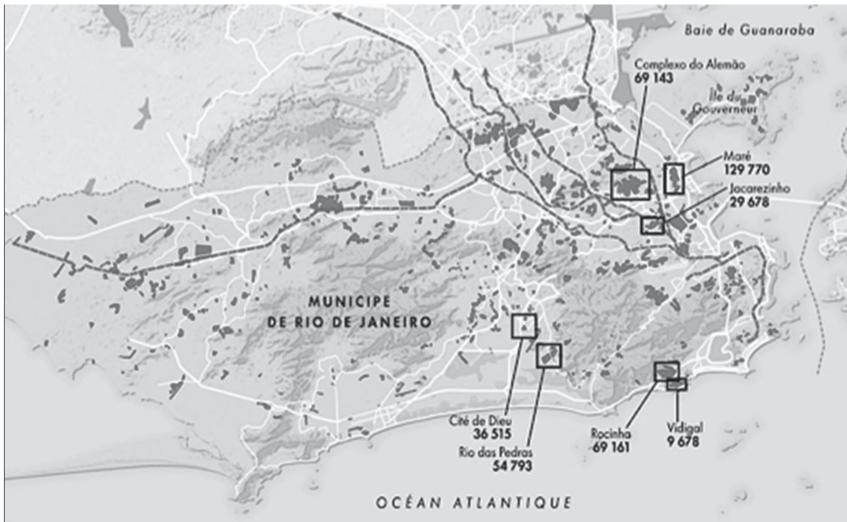
² A Guerra de Canudos, ou campanha de Canudos, é um conflito armado que ocorreu no final do século XIX opondo, de um lado, as tropas regulares do estado da Bahia – após houve a junção de tropas da República –, e, do outro lado, um grupo de 30.000 colonos estabelecidos em comunidade autônoma em uma vila fundada por eles mesmos no nordeste da Bahia na proximidade da antiga fazenda de “Canudos” e que foi rebatizada Belo Monte (BUENO, 2003).

onde possuem uma vista maravilhosa do mar e das montanhas que rodeiam os bairros (FREIXO, 2006). Ademais, estes locais são verdadeiros celeiros dos mais diversos estilos musicais e da cultura carioca em geral, desempenhando um papel capital no funcionamento artístico da cidade (VENTURA, 1994; WISNIK, 2008). Sobre este assunto, o carioca e historiador, Prof. Vitor Andrade Melo, explica como esta ambivalência se comporta desde a formação da primeira favela na cidade maravilhosa:

A história do Rio de Janeiro é a história do contraste absoluto. A formação da primeira favela na cidade, no final do século XIX, aportou, sobretudo, uma agitação cultural capital para a cultura local. Existem estudos que mostram que o estilo musical que deu origem ao samba foi concebido exatamente nesta primeira favela, chamada “Morro da Favela” nesta época e, posteriormente, renomeada de “Morro da Providência”. Além disso, a religião candomblé foi igualmente trazida pelos seus habitantes. Dessa maneira, as favelas são parte essencial da cidade, ainda que a segregação e o preconceito contra estes bairros estejam sempre presentes. Quando pensamos que o samba nasceu nas favelas, é preciso realmente reconhecer o valor extremo desses locais. Ademais, seus habitantes são próximos uns dos outros e coabitam pacificamente entre eles, o que não se faz presente nos bairros burgueses da cidade. Eles são bem mais apegados aos seus bairros do que outros habitantes. (Entrevista concedida no dia 10 de julho de 2014, Rio de Janeiro).

Não obstante o progresso notório nos anos 2000 na luta contra a pobreza no Brasil, o País ainda conta, segundo dados do ano de 2010, com mais de 6000 favelas em 323 cidades das 5.565 do país. Habitam nestes locais 11,4 milhões de pessoas, ou seja, 6% da população nacional. A cidade com maior índice é Belém, com 54% dos seus habitantes vivendo nestas comunidades. No Rio de Janeiro, 22% da população vivem em 900 favelas, representando um número próximo de 1,4 milhões de pessoas. As favelas da Rocinha, do Alemão e da Maré, todas situadas na cidade do Rio, são as maiores do País (IBGE, 2014). Analisando o mapa abaixo (Mapa 2), constata-se que as favelas atualmente se estendem ao longo de todo o território da cidade carioca, compreendendo igualmente regiões fora do município. As favelas urbanas estão representadas em cinza chumbo, ao passo que as favelas fora do município encontram-se cinza claro.

MAPA 2: Favelas do Rio de Janeiro

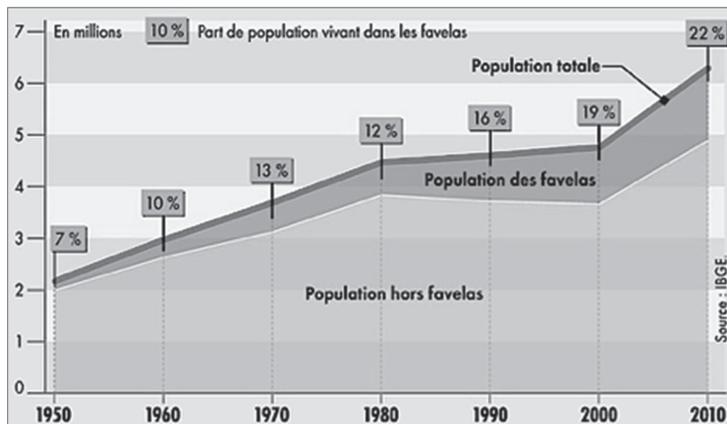


*Favelas Urbanas (em cinza chumbo) e Favelas fora do Município (em cinza claro)

Fonte: Castilho (2016).

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE (2014) (quadro abaixo), observa-se que o número relativo de habitantes das favelas do Rio de Janeiro aumentou ininterruptamente desde os anos 1950, passando de 7% para 22% em 2010, ou seja, 1.393.314 indivíduos. Efetivamente, ao longo do tempo as políticas públicas que contemplaram o controle do crescimento das favelas foram todas naufragando, mesmo que seja possível verificar que tal questão seja uma das prioridades do município e do estado da capital carioca desde 1940 (DABÈME; LOUAULT, 2013).

GRÁFICO 1: Evolução do número relativo dos habitantes das favelas no Rio de Janeiro (IBGE, 2014)



Fonte: Castilho (2016).

As favelas se caracterizam pelas suas condições de vida precária. Instaladas normalmente em terrenos ocupados ilegalmente, seus habitantes não possuem acesso às infraestruturas básicas de moradia (eletricidade, água tratada, esgoto, saneamento, entre outros) e sobrevivem em habitações insalubres. A exclusão social e espacial está na origem do desenvolvimento da economia informal e de inúmeras formas de tráfico, que se transformam em estratégias de vida. Segundo estudo realizado por Meirelles; Athayde (2014) junto a 12.000 habitantes de 12 favelas do Rio, a idade média dos moradores destas comunidades é de 36 anos³. Quanto ao nível de escolaridade, 3% são considerados como iletrados, enquanto 27% possuem nível fundamental completo. O estudo mostra que somente 1% dos entrevistados apresentou curso superior completo e que 4% abandonaram seus estudos universitários. Para além, 67% são de origem afrodescendente, 42% das habitações são matriarcais e 52% declararam terem passado por episódios de fome. De cada dez habitantes, seis afirmaram terem sido vítimas de preconceito ou de violência (ATHAYDE; MEIRELLES, 2014).

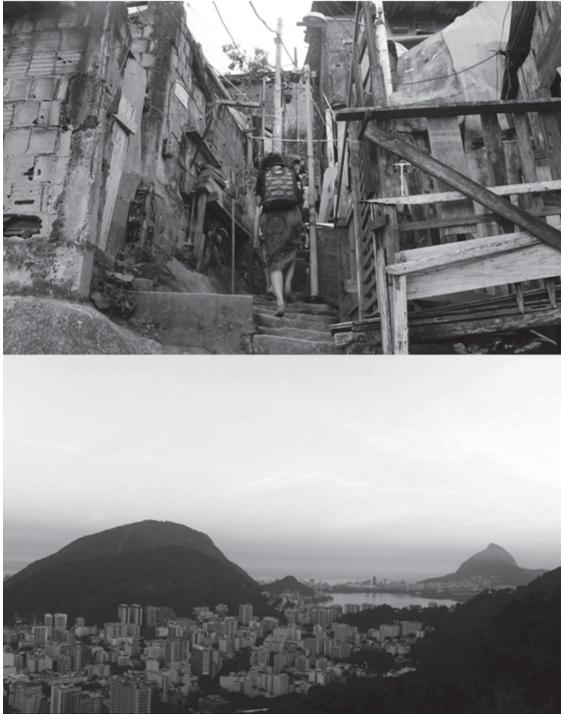
³ De acordo com dados oficiais do ano de 2014, a expectativa de vida da população brasileira era de 75,2 anos, ao passo que, nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, este número atingia 65 anos, ou seja, 10% menor do que a média nacional (IBGE, 2014).

Desde os anos 1940, período sob a presidência de Getúlio Vargas (1930-1945), até 1980, com o fim da ditadura militar, diversos programas de evicção e eliminação das favelas foram implementados pelos poderes públicos, ocasionando a expulsão de milhares de famílias e a demolição dos seus domicílios. Estima-se que, durante o período compreendendo os anos de 1962 e 1980, 80 favelas foram alvo dessas ações, o que levou à expropriação forçada de 139.218 habitantes. No entanto, tais intervenções não foram suficientes para conter a propagação do tráfico de drogas na maior parte das favelas cariocas, provocando um aumento exponencial da criminalidade (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA, 2015). Somente uma década mais tarde, um verdadeiro programa de urbanização foi planejado em detrimento das expropriações. Estas novas políticas previam a construção de infraestruturas básicas, tal como esgotos, tratamento de água, saneamento, coleta de lixo, pavimentação das ruas, entre outras (VENTURA, 1994; ZALUAR; ALVITO, 1999).

Em 2008, pressionado pela chegada dos megaeventos esportivos na cidade do Rio e pela forte progressão da violência relacionada ao tráfico de drogas nas favelas, a Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro principiou a implementação de um projeto de pacificação das favelas com o intuito de combater o tráfico através da ocupação das comunidades pela política pacificadora. No ano de 2015, o projeto beneficiava mais de 1,5 milhões de pessoas, com cerca de 38 UPPs distribuídas em 264 territórios, segundo dados oficiais divulgados pelo governo do estado (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA, 2015). De acordo com os coordenadores, o objetivo final seria o de atingir o número de 40 unidades. Quando analisamos os números que envolvem o tráfico de drogas e a violência, é evidente que tal política pública atingiu grandes metas relativas à diminuição da criminalidade. Não obstante, inúmeros casos de denúncias de abuso de poder foram registrados contra a polícia, ao passo que casos de violação de direitos humanos fundamentais foram revelados por ONGs e outras associações comunitárias (COMITÉ POPULAR DA COPA, 2013).

O projeto de pacificação das favelas provoca, igualmente, outras mudanças capitais para os habitantes locais, muito além da diminuição da criminalidade. Uma vez que ocorre a expulsão dos traficantes e a subsequente implementação da UPP, os impostos municipais e estaduais são praticados, sem demora, aumentando o custo de vida da população. Ademais, normalmente, a chegada dos novos impostos e taxas não é acompanhada de melhorias urbanas primordiais nestas comunidades.

FIGURAS 1 E 2: Favela «Morro Dona Marta» situada na zona Sul do Rio



Crédito das fotos: Castilho (2016).

Somente quando subimos pelas escadarias íngremes da favela Morro Dona Marta que nos damos conta da situação social dos habitantes locais e da pressão pela qual eles são submetidos pelos agentes imobiliários, visto o local privilegiado de suas casas. Quanto mais alto são as casas, mais precárias são as estruturas e as ajudas públicas. Em revanche, são estes mesmos habitantes que possuem as vistas mais esplendorosas da baía de Guanabara (foto abaixo). Segundo os habitantes locais, não é por acaso que as habitações situadas no cume da montanha são aquelas consideradas como de risco pelos poderes públicos. Isso acontece, pois, tais locais são os mais cobiçados pelos agentes imobiliários que atuam juntamente com os órgãos públicos. (Trecho do caderno de campo do dia 29 de junho de 2014, Rio de Janeiro).

As fotos expostas acima, realizadas na favela Morro Dona Marta, resumem uma parte das ambiguidades das favelas cariocas. Na primeira foto, remarca-se que, mesmo após oito anos de pacificação na comunidade, as melhorias urbanas são praticamente inexistentes. À exceção das pinturas de

algumas casas na entrada da favela, o aspecto geral, tanto em nível de infraestrutura quanto em sanitário, o que precariza ainda mais o cotidiano dos habitantes. Na foto anterior, contrariamente, observa-se a vista singular do cume da favela. Tal característica atrai não somente a população local mas, desde os últimos oito anos, as empresas imobiliárias. Assim, atualmente, nota-se que o preço dos imóveis situados nas favelas da zona Sul está supervalorizado, aumentando concomitantemente a pressão à qual os antigos habitantes estão expostos. Sobre este tema, Vitor Lira, nascido no Morro Dona Marta, expõe seu ponto de vista:

Se, por um lado, a pacificação foi eficaz contra o tráfico de drogas e a violência, por um outro lado, remarcamos que estas políticas são igualmente uma manobra de valorização territorial tanto mais que os antigos habitantes são quase que obrigados a saírem de suas casas. O custo da vida aumentou significativamente desde a pacificação, e nós somos expostos a um assédio cotidiano do setor imobiliário. Minha casa, que é bem pequena e maltratada, hoje em dia, tem um valor de venda irreal. No entanto, se alguém a compra, eu não tenho como adquirir uma outra casa nos bairros da zona Sul, que também estão valorizados. Assim, aqueles que já cederam à pressão e venderam suas casas, não conseguiram comprar nada nos arredores, pois o preço explodiu igualmente. Eles foram forçados a mudar para a zona Oeste, ou seja, 40Km de distância de onde moravam. Nós esperávamos que nossa vida fosse mudar em termos sociais, mas muito pelo contrário, atualmente, tudo está mais caro no que se refere à moradia sem que nosso salário tenha aumentando na mesma proporção. (Entrevista concedida no dia 08 de julho de 2014, Rio de Janeiro).

De fato, os habitantes que saem das favelas da zona Sul não têm outras opções de compra que não sejam em bairros mais distantes e periferias empobrecidas. Tais mudanças, ou deslocamentos, provocam problemas vitais aos cidadãos uma vez que grande parte deles trabalha no centro da cidade ou na zona Sul, regiões mais ativas do ponto de vista econômico. Doravante, para eles, é preciso desembolsar mais dinheiro para o deslocamento, enquanto o tempo de trajeto se multiplica. De acordo com Ninnin (2014), “assistimos uma mudança na vulnerabilidade (e criminalidade) em direção aos bairros e regiões mais afastados, provocando a formação de novos bolsões de pobreza, aumentando o risco de criminalização dos mais desfavorecidos”.

No mapa abaixo, observam-se os realojamentos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro em virtude das expropriações, sejam elas legalizadas ou não. No que se refere a estas expropriações, os poderes públicos se serviram das habitações originárias no programa federal “Minha Casa, Minha Vida” que, inicialmente, foram concebidas para resolver o problema habitacional das populações em situação de miséria da cidade. Isto marca a reorganização

geográfica da pobreza no território carioca. As construções das habitações populares deste programa federal se encontram principalmente na zona Oeste, principalmente porque esta área possuía inúmeros terrenos vagos, contrariamente à zona Sul. No entanto, tais regiões escolhidas apresentam coberturas de saúde e de educação ainda precárias, infraestrutura limitada e inapropriada para a recepção de um número tão grande de novos habitantes. Ademais, para milhares de pessoas, habitar nesta nova região apresenta restrição quanto ao deslocamento, uma vez que seus empregos estão localizados na área central da cidade que fica a 3 horas de transporte público de suas casas. Segundo um estudo empreendido por Barbassa (2016), atualmente os habitantes expropriados da favela Metrô Mangueira, localizada nas proximidades do estádio Maracanã, gastam mais de duas horas para chegarem aos seus locais de trabalho utilizando transporte público.

MAPA 3: Realojamento dos habitantes das favelas em direção à zona Oeste



* Cinza claro (realojamento para as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida – Cinza chumbo (favelas nas quais ocorreu expropriação).

Fonte: Castilho (2016).

O projeto de pacificação das favelas se associa ao grande projeto de reabilitação urbana promovido pelo município do Rio de Janeiro, em associação com o Estado, no contexto dos megaeventos esportivos. Segundo os políticos, era preciso aproveitar dessa situação preciosa a fim de combater os malefícios sociais, enquanto a cidade maravilhosa se transformava em uma “cidade global” (FREITAG, 2006). De acordo com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes,

atualmente em cárcere, acusado de desvio de verbas e corrupção, ao longo de uma entrevista concedida ao jornalista Juca Kfoury, em 2013 (BLOG DO JUCA, 2013), “a cidade tornar-se-á um centro mundial de tomada de decisão, sede de grandes empresas. Ela deve melhorar sua rede de comunicação e transporte, transfigurando-se em centro de difusão de conhecimento no Brasil e América do Sul.” Ainda, segundo Sr. Paes, “o Rio deve investir em atividades econômicas que representam uma parte importante do PIB mundial, ou seja, área de diversão, lazer, turismo, cultura, moda, design e esporte.” Neste aspecto, Harvey (2005) afirma que:

As atrações voltadas para o consumo e para o mundo do entretenimento tornaram-se facetas importantes nas estratégias de regeneração urbana moderna. É primordial que a cidade se assemelhe a um lugar de inovação, estimulante, criativa e pronta para acolher novos visitantes e novos habitantes (HARVEY, 2005, p.176).

No Rio, parece que o aspecto econômico possui mais importância do que o aspecto social, notadamente nas favelas situadas na zona Sul. Percebe-se que a especulação inflaciona mesmo as favelas concernidas pelos programas de pacificação, bem como os bairros nos quais melhorias foram realizadas no contexto dos megaeventos esportivos como, por exemplo, na zona portuária, na zona Sul e no bairro Barra da Tijuca. A organização dos megaeventos e todo o processo de segurança envolvido é denominado pelo pesquisador Neil Smith de “rente gap” (algo próximo de “buraco de aluguel”), segundo o qual a perspectiva da mais-valia dos terrenos reabilitados atraem novos investimentos das classes altas, provocando, assim, o processo conhecido como “gentrificação”⁴ (SMITH, 1987; 2002). Na favela Vidigal, situada entre dois bairros de classe alta do Rio, percebe-se uma mudança radical no perfil dos moradores desde sua pacificação. Nos dias atuais, centenas de estrangeiros habitam esta comunidade, bem como cidadãos oriundos de outros bairros. Segundo Marcos, nascido na favela Vidigal, a nova conjectura invoca questionamentos importantes junto aos habitantes:

Esta mudança ocorrida na estrutura da favela nos faz questionar inúmeros fatores. De um lado, os preços explodiram elevando o custo de vida em geral, no entanto, por outro lado, remarcamos que as possibilidades comerciais também melhoraram ao longo dos anos. Antes, não encontrávamos nada no bairro, atualmente, pelo contrário, encontramos diversos tipos de serviço o que estimula, sem sombras de dúvidas, a economia local. Na realidade, é preciso colocar em prática políticas de

⁴ A título de exemplo, o setor da Barra da Tijuca apresenta uma forte valorização.

regulamentação a fim de estimular o comércio local para impedir a entrada de grandes comerciantes. Se não, irá ocorrer um monopólio do comércio por pessoas de fora. É difícil, mas é preciso tentar de tudo e eu não vejo outra maneira de agir. Trata-se de uma modernização da cidade! Embora tenhamos assistido a saída de algumas famílias locais, percebemos igualmente aqueles que aproveitam da queda do tráfico e das mudanças econômicas ocorridas. (Entrevista concedida no dia 11 de julho de 2014, Rio de Janeiro).

Levando em consideração o discurso de Marcos apresentado acima, no que se refere à especulação imobiliária nas favelas da zona Sul, percebe-se diversos aspectos relevantes quanto ao impacto sobre os habitantes. Para uma parte da população, denominada “favelados burgueses”⁵, a especulação não resultou em expropriação, pois são proprietários que aproveitam plenamente do salto econômico ocorrido. Entre os proprietários menos favorecidos, alguns, embora tenham um bem imobiliário que se valoriza, podem se reencontrar em uma situação de impossibilidade face à alta do custo de vida, levando à venda dos seus imóveis e conseqüentemente mudança para um bairro mais distante. Outros poderão aproveitar da valorização que gera desenvolvimento econômico para lançar novos projetos comerciais, visando, assim, uma ascensão social. Os proprietários que alugam seus estabelecimentos são aqueles que mais lucram neste cenário, notadamente pela chegada de estrangeiros que buscam habitar nas favelas, bem como pela organização dos megaeventos (MARTIN, 2012; PORTAL DA COPA, 2014). Para os locatários de renda mínima, a situação é insustentável. Maioria, eles são esquecidos pela regulamentação territorial, alguns se encontrando na incapacidade de assumir os gastos suplementares ocasionados pela valorização do bairro, forçando-os a deixar o local em busca de regiões afastadas e viáveis economicamente (NINNIN, 2014).

Em efeito, a política de pacificação está longe de criar um consenso entre os habitantes da cidade. Mesmo os mais críticos assumem que o tráfico e a violência diminuíram após a política, malgrado os abusos cometidos em certas ocasiões (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2013). Na realidade, quando analisamos o desenvolvimento urbano de outros centros mundiais, encontramos igualmente casos de expropriação e infração de direitos humanos fundamentais. Neste aspecto, o Prof. Victor Andrade de Melo declara:

A situação é tão difícil de ser resolvida que, se você me perguntasse se eu tenho outra solução sobre os problemas das favelas, eu responderia que não! Ninguém, até hoje, conseguiu combater o crescimento desmesurado das favelas no Rio e, ao menos, as

⁵ Termo utilizado pela primeira vez pelo escrito Machado de Assis em 1967 (VENTURA, 1994).

UPPs conseguiram diminuir a violência e o tráfico de drogas. No entanto, é certo que precisamos continuar com a implementação da política em outros locais, sobretudo nas regiões mais afastadas, como a zona Oeste, onde a violência está em franca expansão. Embora sejam evidentes algumas vitórias parciais, a fossa social ainda está presente. É preciso destacar que a zona Sul representa somente 15% da cidade e que o deslocamento das favelas representa somente uma solução no curto prazo. Efetivamente, eu tenho medo que após os Jogos Olímpicos a situação piore ainda mais, pois a política de pacificação tem prazo de validade. Ela possui um custo muito elevado para o poder público e é impossível continuar da maneira como está. (Entrevista concedida no dia 10 de julho de 2014, Rio de Janeiro).

Tal situação sobre as expropriações destacadas pelo Prof. Victor Melo vai ao encontro de estudos publicados por outros pesquisadores no contexto dos megaeventos esportivos. O deslocamento/expropriação de habitantes sempre ocorreu, provocando um debate caloroso entre os organizadores, os opositores e o mundo acadêmico. De acordo com diversos estudos sobre o deslocamento de residentes (GREENE, 2005; HALL, 1992; 2004; NATIVE, 2011; SCHARR; STEINICKE; BORSODORF, 2012; WILKINSON, 1994), os megaeventos esportivos são susceptíveis de causar expropriações, principalmente as relacionadas às construções dos equipamentos necessários para os jogos. No Rio, no entanto, percebe-se alguns aspectos singulares sobre este tema. Inicialmente, trata-se de uma política pública de pacificação visando, segundo seus gestores, o combate ao tráfico de drogas e à violência de forma concomitante. Em segundo lugar, tendo como referência o trabalho de campo empreendido, o projeto não previa melhorias estruturais de impacto nas regiões pacificadas. Na realidade, as expropriações poderiam ser compreendidas como uma consequência da implementação do próprio projeto.

Desta forma, no Rio de Janeiro, nos parece que os políticos optaram por uma estratégia que vai além da questão, desde muito preocupante, da expropriação. Eles se serviram de uma política pública de segurança contestada por uma parte da população para promover certos deslocamentos, em outras palavras, a implementação de uma pacificação que esconde outros interesses urgentes. No presente, constata-se um desejo declarado de mudança radical na cidade pelos políticos locais sem que se leve em consideração as comunidades pobres e seus habitantes. Segundo o prefeito de cidade, ao se referir ao Plano Estratégico 2009/2012, “o Rio é responsável pela criação de diversas marcas brasileiras conhecidas em todo mundo: Maracanã, Copacabana, Ipanema, Corcovado, Pão de Açúcar, Samba, Bossa Nova. Sem mencionar a marca Rio, presente no imaginário de pessoas no mundo inteiro e que fala por si próprio.” Se apoiando nesta afirmação, é de esperar que a cidade há de se transformar

em uma “Cidade mercadoria”, destinada a uma elite de compradores potenciais e visando visitantes e turistas solúveis. Além disto, como destaca Borius (2010, p.6), “a esta cidade mercadoria se sobrepõe uma cidade empresarial que busca a produtividade e a performance e persegue o investimento e as tecnologias mundiais a qualquer preço, ou seja, as grandes corporações”.

Nesta nova cidade desejada pelo prefeito do Rio, não há espaço para os habitantes das favelas, mesmo que uma parte primordial da cultura local seja fruto deste meio. Sobre este propósito, Bautés; Gonzales (2011) observam uma ligação particular entre as políticas de segurança pública e as políticas urbanas, sobretudo pelo fato das lógicas espaciais que prevalecem na implementação das UPPs e pela seleção *a priori* dos bairros pacificados. Segundo os autores, a segurança estaria “ao serviço de especulação imobiliária e do *marketing* urbano”. A escolha das favelas pacificadas não corresponde necessariamente aos locais de maior urgência social relacionados à insegurança e ao tráfico de drogas. Contrariamente, os bairros pacificados são lugares estratégicos e simbólicos da cidade (JUNIOR; GAFFNEY; RIBEIRO, 2015). Em outras palavras, a questão da segurança é tratada de maneira diversa no que se refere à geografia urbana. Uma vez que a insegurança representa um obstáculo frente à liberação do mercado territorial, é através de uma maior segurança de bairros previamente selecionados que se possibilita uma maior atratividade da cidade para os investidores e turistas. A segurança, a melhoria urbana e dos transportes públicos, bem como a revitalização de certos bairros, provocam uma aburguesamento dos locais que foram alvo dessas transformações, desencadeando, desta forma, um fenômeno de especulação imobiliária.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, Celso; MEIRELLES, Renato. **Um país chamado favela**. Rio de Janeiro: Gente, 2014.
- BARBASSA, Juliana. **Dancing with the Devil in the city of God: Rio de Janeiro and the Olympic Dream**. Touchstone, 2016.
- BAUTES, Nicolas; GONÇALVES, Rafael Soares. Sécuriser l'espace des pauvres. **Justice Spatiale**, p.1-19, 2011.
- BLOG DO JUCA. (2013). **Eduardo Paes: "Olimpíada no Brasil é uma vergonha"**. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2013/08/eduardo-paes-olimpiada-no-brasil-e-um-escandalo>> Acesso em: 12, Jul, 2015.
- BORIUS, Olivier. Rio de Janeiro olympique: murs tropicaux, favelas et gentrification. **Axe III, Symposium 13 – Congrès CEISAL 2010**, p.1-16, 2010.
- CASTILHO, César Teixeira. **Politiques publiques et Coupe du monde de football 2014 au Brésil: des espoirs aux héritages locaux**. 2016. 556. Tese (Doutorado) – Université de Paris-Sud (Paris XI), Paris, 2016
- COMITÊ POPULAR DA COPA. **Megaeventos e violações dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa, 2013.
- DABÈME, Olivier; LOUAULT, Frédéric. **Atlas du Brésil: promesses et défis d'une puissance émergente**. Paris: Éditions Autrement, 2013.
- FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.
- JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar. **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2015.
- GREENE, Solomon J. Staged cities: mega events, slum clearance and global capital. **Yale Human Rights & Development**, p.161-187, 2005.
- HALL, Colin Michael. Adventure, sport and health tourism. In: WEILER, Betty; HALL, Colin Michael. **Special interest tourism**. London: Belhaven, 1992, p.141-158.
- HALL, Colin Michael. Sport tourism and urban regeneration. In: RITCHIE, Brent W.; ADAIR, Daryl. **Sport tourism: interrelationships, impacts and issues**. Clevedon: Channelview Publications, 2004, p.192-206.
- IBGE. **Estimativas da População residente no Brasil e unidades da federação**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, 2014.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MARTIN, María. (2012). **Pacificada, favela do Rio agora atrai moradores estrangeiros**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/74709-pacificada-favela-atrai-moradores-estrangeiros.shtml>> Acesso em: 14, Dez, 2015.
- NATIVEL, Corinne. Mobilisations urbaines et espaces de résistance aux Jeux Olympiques de Londres et de Vancouver. **Observatoire de la société britannique**, p.2-20, 2011.
- NINNIN, Justine. Le rêve carioca: entre planification urbaine et déplacements forcés de population. **L'Espace Politique**, p.1-17, 2014.
- OBSERVATORIO DA CIDADANIA. **Diálogo sobre Violência e Segurança: razões e urgências**. Rio de Janeiro: Ibase, 2009.

PORTAL DA COPA. (2014). **Matriz de Responsabilidades**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>> Acesso em: 16, Out, 2015.

SCHARR, Kurt; STEINICKE, Ernst; BORSODORF, Axel. Sochi/ 2014: des Jeux Olympiques d'hiver entre haute montagne et littoral. **Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine**, p.1-14, 2012.

SMITH, Neil. Gentrification and the Rent Gap. **Annals of the Association of American Geographers**, v.77, n.3, p.462-465, 1987.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, 34 (3), p.427-450, 2002.

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA. **Unidade de Polícia Pacificadora**. Disponível em: <<http://www.upprj.com>> Acesso em: 04, Dez, 2015.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WILKINSON, John. **Olympic games: past history and present expectations**. Sydney: NSW Parliamentary Library, 1994.

WISNIK, José Miguel. **Veneno Remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Capítulo 3

Feminilidades, baile *funk* e transgressão: códigos e constituição de um *ethos* feminino singular

Iara Viana

Deve haver uma ligação entre esse processo de “assunção” de um sexo, a questão da identificação e os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual capacita certas identificações de sexo e forçai e/ou des-reconhece outras identificações. (BUTLER, 2003, p.3)

Apresentar uma parte do mosaico de feminilidades e das juventudes é o que pretendo neste texto. Sabe-se que é impossível falar em uma identidade feminina tornando-se inútil buscar alguma essência da noção de “mulher”. Assim, seria ingênuo pensar no ser humano sem os atravessamentos identitários de raça, classe, idade e ideologias. Neste contexto, esse ser humano pode ser compreendido como uma amálgama desses vários traços identitários que o compõem, apresentando uma série de multiplicidades, de modos de estar no mundo, de ser ou tornar-se mulher. Há muito, os movimentos de mulheres, e até mesmo as teorizações feministas, já demonstravam a ocorrência de muitas fraturas, muitas diferenças. Neste sentido, tanto no movimento quanto no pensamento feminista, a mulher se constitui de “muitos jeitos”, de “várias formas” de “diferentes raças”, “classes”, “crenças”, “orientações sexuais”, mulheres de diferentes tempos, ainda que estejam todas vivendo numa mesma época. Sendo assim, essas distintas posições também vão contribuir para elaboração de formas distintas de enfrentamento das condições de vida, supor destinos, expectativas, possibilidades, assim como distintas formas de se submeter. Frente a isso, apresento um olhar hermenêutico acerca da construção social das feminilidades, com o intuito de resgatar a historicidade nessas relações do ser e do tornar-se, a fim de compreender seu engendramento, em especial no que concernem as relações de poder que caracterizam o sistema patriarcal ainda tão presente em nossos dias.

Construção social das feminilidades: a necessidade de um olhar hermenêutico

O esforço por tentar interpretar e, até mesmo, entender o lugar social da mulher em espaços públicos, os quais, até então, foram prescritos como um ethos masculino, levou-me, neste artigo, a eleger algumas personagens célebres para criar um mosaico hermenêutico da condição feminina através dos tempos. Ainda que obedeça a uma cronologia histórica, deixo clara a essência atemporal nesta construção. Neste percurso introdutório, visito as feminilidades nos mitos de origem com Lilith e Eva, entidades míticas dos tempos imemoriais; e algumas personalidades marcantes da Antiguidade e da Idade Média; apresento as várias faces da Virgem Maria, que simbolizam o poder e a piedade desde a Renascença até a Modernidade, findando esta viagem na primeira metade do século XX, berço de verdadeiros ícones da liberdade, da irreverência e da inteligência feminina, como Simone de Beauvoir e Virginia Woolf. Aqui, acrescento a noção de juventudes femininas que vivenciam como lazer e liberdade de expressão, os bailes *funk*, os chamados Proibições, nos bairros populares favelizados. Foram nestes espaços, reconhecidamente masculinos, que percebi o quanto a trajetória feminina, tanto na mitologia quanto na história, apresenta mais afinidades com o presente do que diferenças, ou seja, como salienta Debray:

A fonte não é a essência, e o devir é importante. Mas qualquer coisa obscura esclarece-se através de seus arcaísmos. Do substantivo *asché* que significa ao mesmo tempo razão de ser e começo. Quem recua no tempo avança no conhecimento (DEBRAY, 1994, p.21).

Neste sentido, destaco as heroínas que eternizaram seus feitos, ou seja, mulheres intensas, desafiadoras, autênticas, obstinadas, compassivas, apaixonadas, irreverentes, predestinadas. Uma conheceram o céu; outras o inferno; umas foram enaltecidas, santificadas, outras demonizadas, mas todas tocaram as profundezas do ser, chegaram ao limite de sua condição e de seu tempo. Procuo conhecer o poder exercido pela mulher historicamente limitado, mas que burla sutilmente o poder masculino socialmente legitimado. Faz-se uso do “jeitinho”, de ordens, reprimendas, ameaças, chantagens, vigilância sobre filhos e marido e trama-se uma rede invisível na qual controla e organiza o interior da casa e da família e que, por vezes, extrapola este domínio privado e se faz presente no espaço público. Todavia, nem como vítimas nem como algozes, acredito que as mulheres ao longo dos tempos foram tecendo modos de resistência a esta opressão masculina. O desejo de desvendar a origem do mundo, do sujeito, das coisas e da natureza, bem como o de compreender as

relações que regem a vida em sociedade são objeto de estudo de várias disciplinas há séculos (PIRES, 2002). Recorrendo aos mitos, às revoluções e às teorias científicas, diferentes sociedades elegeram inúmeras e criativas justificativas para sua organização social. Nas civilizações antigas, essas explicações baseavam-se nos mitos de origem divina, enquanto que nas civilizações ocidentais contemporâneas a ciência cumpre a função de buscar explicações para a ordem social existente a fim de legitimá-la (BERGER; LUCKMANN, 1966; Strey, 1998). Nesta medida, o resgate, tanto da história mítica da criação do mundo quanto da história da civilização ocidental, nos auxilia na compreensão das diferentes formas de relação vividas ao longo da história pelo(as) humano(as). Não se trata de buscar origens universais que revelem verdades últimas e essencialistas (ROSALDO, 1995), mas, sim, de recuperar a historicidade destas relações a fim de compreender seu engendramento, em especial no que concerne às relações que emergem códigos e significados do ser menina/mulher¹ funkeira em qualquer bairro popular das grandes cidades.

A mulher enquanto símbolo de força: algumas explicações míticas

Tragédias clássicas² como ‘As Bacantes’ e ‘Medeia’, de Eurípedes, falam em mulheres independentes e poderosas que integravam sexualidade e maternidade, bondade e maldade em uma só figura. Medeia, que matou por ciúme os próprios filhos ao ser traída pelo marido, encarna ora a imagem negativa de uma mãe má, ora a imagem de sabedoria, poder e força da mulher

¹ Indica que a condição de menina não está desvinculada da condição de ser mulher num contexto no qual as relações de gênero se mostram assimétricas diante de uma pretensa hegemonia patriarcal. Desse modo, o termo não se reduz à faixa etária de crianças e jovens femininas como se estivesse naturalizando a adultização desse período de vida; pelo contrário, procura evidenciar como a representação de ser mulher e ser homem atravessa os distintos ciclos da vida humana.

² São dramas no qual um herói trágico luta contra um fator transcendental que controla o fluxo dos acontecimentos. Tão grande é a força desse fator, que sempre chegamos em um final trágico, em que o herói sofre todas as consequências por tentar controlar o poderoso destino (Fado). A Tragédia suscita terror e piedade nos leitores, ocasionando a chamada *catarse*, que é uma espécie de purificação através do sofrimento alheio. São três os principais autores de tragédias: Sófocles, Ésquilo e Eurípedes. Ainda hoje suas obras são consideradas únicas e verdadeiras tragédias, pois possuem todas suas características. (Disponível em: <<http://www.lendo.org/a-tragedia-grega/>> Acessado em: set. 2012).

que não se submete à infidelidade masculina legitimada pela ordem patriarcal. As ‘Bacantes’ são mulheres de Tebas que abandonam seus lares à noite e celebram orgias, a ponto de uma delas matar o próprio filho sem o saber (MALUF, 1993; RINNE, 1988). Em ‘Antígona’, tragédia de Sófocles, Electra e Antígona, filhas de Édipo, representam mulheres que, mesmo vivendo sob a égide paterna, ousam desafiar a dominação masculina reinante em Tebas (PIRES, 2002). O poder feminino é também representado pelas sacerdotisas que conhecem a arte do amor e da adivinhação. Os poderes femininos, associados à capacidade reprodutiva, à sexualidade e à adivinhação eram percebidos, no entanto, como ameaçadores. Aparece, então, o mito da criação do Universo por Zeus que toma para si a capacidade reprodutiva e engrandece a paternidade, destituindo as imagens femininas de seus poderes. Em outros mitos, como os de Pandora, Perséfone e Psique, as mulheres são representadas como curiosas, frívolas, dependentes e feitas apenas para agradar aos deuses masculinos (BULFINCH, 2001; LUNA, 2002; MURARO, 1997; RICHLIN, 1991; TIBURI, MENEZES; EGGERT, 2002). As origens do mundo e da humanidade, segundo o livro bíblico ‘Gênesis’ (A Bíblia Sagrada, 2007), revelam um Deus-Pai-Criador violento e autoritário. Criado à imagem e semelhança de Deus, o homem é dotado do privilégio de dominar todos os seres vivos, ao qual é prescrito que subjogue a terra, o céu, o mar e todas as suas criaturas. A mulher é criada a partir do homem, como produto deste. Não tolerando a desobediência de Adão e Eva, que outorgam a si o direito ao saber e à autonomia, Deus os castiga com o sofrimento do trabalho e a dor do parto (BOFF, 1997; DADOUN, 1998). O mito de Lilith, a deusa diaba, que representa a outra face de Eva, conta que Lilith foi expulsa do paraíso por reivindicar autonomia e prazer sexual. Não querendo se submeter a Adão e nem a Deus, Lilith é condenada pelo Deus-Pai-Criador, que lhe diz: “Multiplicarei grandemente a tua dor, com dores terás filhos. Teu desejo te impelirá ao teu marido e ele te dominará” (A Bíblia Sagrada, 2007, p.3). Enquanto Lilith é castigada, a Virgem Maria é venerada não como deusa, mas enquanto mãe de Jesus-Deus. Maria é a Serva do Senhor, mediadora do ‘Deus Criador’, cuja sexualidade é negada, uma vez que concebe a partir do ‘Espírito Santo’. A imagem da mulher ideal passa a ser a de Maria, que não é mulher, é apenas mãe, adorada por sua condição de humildade, resignação e subordinação. Idealiza-se, a partir daí, a representação feminina da boa mãe, nutridora, protetora, santa e assexuada. Estas breves considerações denotam que, mitologicamente, religiosamente e historicamente a mulher fora concebida de maneira ambígua e contraditória, como se pode observar no decorrer da modernidade. Diante deste enredo histórico acerca dos aspectos míticos e sagrados produzidos em

torno do ser-mulher, remeto esta discussão para os feminismos e os paradoxos da modernidade.

Feminilidades, baile *funk* e transgressão: códigos e constituição de um *ethos* feminino singular

Sabedoras da importância das diversões populares, interessa-nos refletir sobre quem busca desqualificar o que vem das camadas populares. Como sabemos, não são raras as aproximações destas diversões como imorais, inadequadas ou distantes das possibilidades educativas. No estudo, ficou evidente que, nem sempre o lazer foi reconhecido pela sua importância, mesmo que ele seja garantido constitucionalmente³ e posto no mesmo patamar de outras necessidades como a de saúde, a de educação, a de segurança dentre outras. Deste modo, torna-se comum desqualificá-lo, principalmente se ele está relacionado ao “curtir um *funk*”. Neste contexto, muitas vezes o lazer é apresentado como um tempo para o consumo, como também improdutivo e destinado ao divertimento despretensioso, sem nenhuma outra consequência para a vida dos cidadãos, um mero entreter. Sendo assim, é importante salientar que o lazer no Brasil sempre foi influenciado por princípios positivistas, reforçando o mito da racionalidade iluminista, destacando a educação como um poderoso instrumento de reprodução e de adestramento social e, de acordo com Gomes e Pinto (2009), este contexto:

(...) estreitou relações entre o Estado republicano, a escola e o modo de trabalho capitalista, influenciando a incorporação da recreação ao cotidiano brasileiro. (...) acreditava-se que o tempo vago era nocivo ao desenvolvimento social, devendo ser preenchido com atividades recreativas consideradas saudáveis, higiênicas e moralmente educativas. (GOMES; PINTO, 2009, p.74)

No meu ponto de vista, o lazer/recreação foi amplamente introduzido como complemento às funções da escola, para “salvar” as crianças e

³ Artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (BRASIL, 1988, p.12). Artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer...” (BRASIL, 1988, p.148). Seção III (Do Desporto), Artigo 217, no parágrafo 3º do item IV: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988, p.143).

adolescentes das influências malélicas da rua⁴. Neste sentido, ampliou-se, gradativamente, a preocupação com os usos do “tempo livre” por parte de muitos setores sociais, numa tentativa de mantê-lo dentro dos limites da lei e normas morais estabelecidas socialmente. Todavia, neste estudo procuro demonstrar as múltiplas facetas do fenômeno chamado lazer, materializado aqui nas baladas *funk*, que foram privilegiadas lentes femininas e feministas nas quais, de certo modo, evidenciaram-se espaços tanto para transgressão, quanto para a subversão. Neste contexto, cabe reconhecer o lazer como possibilidade de “humanização da vida” e como “canal privilegiado” de democratização do acesso à cultura. Para Marcellino (1996), o lazer não pode mais ser “encarado como atividade de sobremesa ou moda passageira” no dia a dia de uma cidade ou metrópole. Assim como, para Gomes, o “lazer necessita ser compreendido e reconhecido como uma necessidade humana e como uma dimensão da cultura, representando, portanto, uma prática social complexa que precisa ser historicamente situada” (GOMES; ELIZALDE, 2012, p.81).

A rigor, estamos diante de grandes debates contemporâneos referentes ao uso socialmente referenciado do espaço-tempo do lazer, seja ele em um ambiente rural ou urbano. Os estudos neste campo enfrentam momentos de re-visitas conceituais de grande efervescência discursiva e literária, envolvendo matrizes teóricas nacionais e estrangeiras. Tratam-se de estudos que tomam o lazer como possibilidades ainda recreativas e (in)formativas e que implicam no atendimento a distintos segmentos sócio-profissionais, os quais envolvem relações etárias, de classe, étnicas e de gênero. Neste sentido, verificando outras abordagens nos estudos do lazer para entender melhor o *funk* como possibilidade de lazer, encontrei nos escritos de Padilha o reconhecimento de dois grandes campos teóricos vivenciais desse fenômeno: as concepções funcionalistas e as críticas, de inspiração marxista. Neste aspecto, a abordagem funcionalista apresenta a seguinte concepção:

(...) a sociedade é compreendida como harmônica e em constante equilíbrio. Aliás, a função do lazer é esta mesma: colaborar com a sociedade para que ela não perca o equilíbrio. Então, se o trabalho cansa, fadiga, aliena, o lazer recupera, descansa, compensa. Assim, o lazer é concebido como um remédio que visa curar os males sociais (PADILHA, 2002, p.33).

⁴Essas estratégias, segundo Kishimoto (1993), representaram uma das maneiras de “desmoralizar a rua”, com vistas a institucionalização de práticas culturais recreativas em espaços fechados, supervisionados e orientados.

Quanto à abordagem vinculada ao pensamento histórico crítico, lê-se:

(...) visa compreender a sociedade, tomando, como base, as condições materiais e econômicas da existência, sendo o homem compreendido como um sujeito que constrói e reconstrói a história, ao mesmo tempo em que constrói e reconstrói a si mesmo. Esse processo não se dá de forma harmoniosa, equilibrada, mas, sim, plena de conflitos e contradições. Por isso, a necessidade de recorrer ao raciocínio dialético para ler o que está escrito nas entrelinhas, para alcançar o que está por traz das aparências, ou seja, a essência. As aparências são profundamente enganosas; é preciso atenção na leitura do mundo, pois ele pode ser o que não parece, ou parecer ser o que não é. (PADILHA, 2002, p.33).

Neste quadro dual de possibilidades, associei-me à segunda compreensão, sobretudo na sua perspectiva vigotskiana de proposição histórico-cultural contra-hegemônica, entendo o lazer como um constructo polissêmico, como uma dimensão da cultura, um direito social do cidadão e da cidadã, e um espaço de organização popular de produção e socialização de conhecimentos.

Sendo assim, assinalar a necessidade de adensar e retomar os estudos por conta de uma questão que se mostra fundamental: o modo como a perspectiva materialista e histórica assumida por Vigotsky aponta para uma discussão acerca da metodologia para o estudo das emoções humanas na história e na cultura, afloradas, muitas vezes nos momentos de lazer nos bailes *funk* aqui pesquisados. Este era um princípio básico do autor, relacionado à sua concepção de funções psíquicas superiores amplamente exposta em suas obras, (1931/1995). Neste aspecto, Vigotsky tratou as emoções como processos do organismo humano tornados funções da personalidade, histórica e culturalmente contingentes. Ideias teológicas, políticas, estéticas e científicas ganharam um lugar não só na descrição, mas também na explicação das emoções humanas. Diante disto, a psicologia mecanicista, concentrada no estudo do “sistema nervoso periférico”, jamais atingiria tal grau de complexidade, expresso na fala abaixo:

Eu faço umas músicas de *funk* também. Entre o mundo do *funk* e mulheres é foda, tem umas que colocam roupa curta pra se exibir pra homem, ou pra mostrar que sabe dançar mais que a outra e eu acho que o *funk* não é isso. O *funk* é um momento de lazer, com muita emoção mesmo, emoção pra curtir, extravasar geral, igual quando os meninos vão jogar futebol, eles não lança ali toda sua raiva, alegria e tal, então nós também pode uai. Igual, tem o *funk* que é consciente e o *funk* que é putaria, que é mais pra dançar etc. Igual tem uns que chega e fala, nó essa música é pela orde!, porque fala de maconha, bandidagem e tal. Só que a pessoa não para pra pensar que o cara que tá fazendo aquela letra, ele quer divulgar aquilo que ele tá vendo no dia a dia dele (Sujeito 1 – Padoka dos Boys).

Neste sentido, se analisarmos a reflexão das emoções culturizadas destas jovens – produzidas nos bailes *funk* – através da evolução histórica das mulheres, perceberemos que os valores masculinos se sobrepuseram aos femininos há, pelo menos, dez mil anos e que, mesmo a Igreja exercendo forte pressão quanto às possíveis transgressões ou subversões praticadas por mulheres, induzindo de certa forma, a um adestramento da sexualidade feminina, dando maior autonomia ao homem; a menina/mulher que tratei neste estudo parece ter constituído uma aptidão mais aproximada de Lilith ou Eva, como discutido anteriormente, produzindo um *ethos* feminino singular, julgado pela sociedade patriarcal como transgressor. Retomando, rapidamente, este adestramento imposto pela Igreja, encontrei nos escritos bíblicos trechos amplamente opressores, conforme pode ser lido na primeira carta de Paulo de Tarso a Timóteo.

Quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia (...). Durante a instrução a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. (I TIMÓTEO, 9; p.11-14).

Neste mesmo contexto, os estudos mitológicos da história da humanidade, há cerca de vinte mil anos, faziam referência à mulher como grandes deusas fortes e misteriosas, mas que, ao mesmo tempo, eram temidas pelos homens, como já descrito no primeiro capítulo deste trabalho. Contudo, a origem de tal poder se baseava no simples fato de que tinham o dom de gerar a vida, supunham assim, que elas pariam deuses, ou seja, detinham o poder primordial de gerar, reproduzir e ampliar, inclusive, o poder econômico da família (MURARO; BOFF, 2002). Deste modo, fazendo uma retrospectiva rápida, na Idade Média, as ideias e conceitos eram elaborados pelos eclesiásticos, nos quais as mulheres eram consideradas pelo clero como seres suscetíveis às tentações demoníacas e, por isto, deviam ficar sob a tutela de seus maridos. Afinal, todas as mulheres descendiam de Eva, a culpada pela queda do gênero humano. Neste aspecto, Eva concentrava em si todos os vícios tidos como femininos: a luxúria, a gula, a sensualidade e a sexualidade. Não obstante, a maior parte das autoridades eclesiásticas deste período via a mulher como portadora e disseminadora do mal. Fica perceptível que a sociedade que criminaliza a mulher-eva, a transgressora – em nosso caso, a menina/mulher funqueira – seria, ainda, aquela sociedade que se diz moderna, mas que se sustenta em bases religiosas ditatoriais.

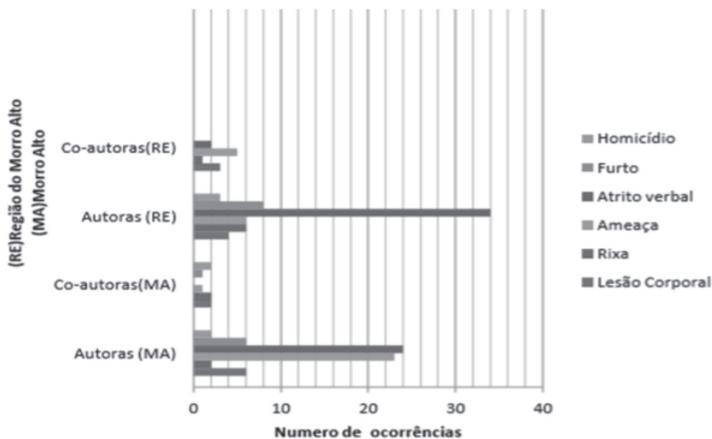
Neste enredo, coube-me uma dúvida. Qual seria o objeto da acusação, a transgressão ou o sujeito da transgressão? Evidentemente os dois não podem

ser compreendidos inteiramente separados, mas as nuances de sua integração são historicamente diferentes, podendo haver maior ênfase sobre a transgressão que sobre o sujeito, ou vice-versa (FOUCAULT, 1973). Sobre o assunto, Misse expressou:

Na modernidade, com a ênfase posta na racionalidade da ação e no autocontrole, as nuances apontam principalmente para o sujeito, fazendo dele e de sua subjetividade, o ponto de ancoragem e acusação. Constituem-se diferentes tipos sociais segundo a regularidade esperada de que indivíduos sigam variados cursos de ação reprováveis. Quando a ênfase recai sobre a transgressão e não sobre um sujeito, a separação entre o fato e a lei, fazendo com que as sanções sobre o indivíduo independam de sua subjetividade, de suas razões ou motivos. Quando essa separação se extingue, quando a transgressão e o transgressor se tornam uma só coisa, e a separação entre o fato e a lei torna-se maior, o que passa a ocorrer na modernidade, busca-se através da razão instrumental identificar nos transgressores motivos e explicações que o levaram à transgressão (MISSE, 1999, p.2).

Diante disto, fez-se necessário problematizar as subscrições de estereótipos que rotulam essas meninas/mulheres que frequentam as ruas como depositárias do mal, pela suposta promiscuidade que ameaça o lar (BADINTER, 1980). Todavia, ao analisar as possíveis transgressões praticadas por meninas/mulheres na região do Conjunto Morro Alto, contactei a comandante Tenente Coronel Cláudia do 36º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais em busca de dados quantitativos quanto ao número e tipo de ocorrências que envolviam em maior número, meninas/mulheres nos finais de semana. Assim, foi gerado um banco de dados a partir de trabalho estatístico minucioso realizado pela equipe do Tenente Rocha, o que possibilitou a elaboração dos gráficos abaixo, compondo as análises desta pesquisa a fim de aprofundar nos sentidos atribuídos pela sociedade para estes sujeitos jovens que, de certa forma, produziram um *ethos* feminino para um bairro popular favelizado.

GRAFICO 1: Jovens meninas/mulheres entre 12 e 29 anos atuadas em flagrante como autoras ou co-autoras dos crimes listados.



Dados fornecidos pelo 36º BPM.

Elaboração: VIANA, I. F. 2012.

Os boletins de ocorrência apurados compreenderam o período de janeiro de 2011 e outubro de 2012. O primeiro filtro utilizado foi selecionar apenas os boletins realizados entre 18h e 6h da manhã; o segundo, os dias da semana destinados à prática de lazer no bairro (quinta a domingo); e o terceiro, separar esses boletins por territórios, sendo (RE) região de expansão do Morro Alto, que corresponde às áreas ainda não regularizadas pela prefeitura e o Conjunto Morro Alto (MA). Analisando o gráfico 1, torna-se possível identificar que, a principal natureza para a prática criminal nesses dias e horários foi o atrito verbal, totalizando 35 registros na (RE), e 24 na região do (MA), isto em apenas 21 meses. Em todos os casos, a menina/mulher é registrada como autora. Neste aspecto, foi interessante observar que a natureza criminal de lesão corporal não acompanha este número, ficando bem abaixo na escala, com 6 registros no (MA) e 4 na (RE). Os dados quantitativos confirmam o que anunciei anteriormente, que as ofensas fazem menção a pessoas específicas e não a grupos e Bondes funqueiros, ou seja, estas jovens não acompanham a lógica de organização dos grupos rivais masculinos presentes no bairro. Diante disto, não podemos associar de forma imediatista um bonde feminino a um grupo criminoso, não é dele que emergem os atos ilícitos e sim de outros contextos, que são comuns em qualquer instituição social, sendo ela, rica, pobre,

branca, negra, etc. Criminalizar um Bonde feminino funqueiro significa, amplamente, disseminar e reforçar, ainda mais, a cultura patriarcal opressora, a desigualdade e o preconceito, assim expresso na fala do sujeito quatro, quando perguntado sobre sua relação com a polícia do bairro:

Já, fui parada umas vezes, principalmente quando tá o bonde junto, mas esse dia eles não me revistaram não. Se tivesse a (Cabo) a (...) nossa ela escama fi, tem uma prima minha que ela é sapatão, ela é igualzinho um homem, tem o cabelo curtinho igual de home, a gente chama ela de (...), hoje ela casou, (juntou as tralhas) com a (...). Aí eles param ela direto quando ela tá com a gente, achando que é homem né, nesse dia ela já gritou falando eu sou mulher, eu sou mulher, aí a cabo (...) já desceu do carro, já foi arredando as pernas dela no bigudo (lap... lap...) mandou ela pô a mão na cabeça, e já começa a revistar. Nó eu nem olho pra cara daquela mulher direito, eu morro de medo dela, nossa senhora. De rocha! Parece que eles marcam horário, fica na cola da gente toda vez que a gente tá lá na esquina de baixo. O pau quebrando aqui em cima na boca e eles rondando a gente lá embaixo, vai entender...(risos). E tomar café de polícia, aqueles tapão na cabeça, escamando as pessoas sabe e chamando a gente de vagabunda (silêncio)... ou é foda escutar isso, eu ralo tanto pra ter minhas coisas (Sujeito – 4 – Bonde Padoka dos Boys).

Esta perspectiva criminalizante e punitiva se revela nestes episódios nos quais a opressão, a segregação e a humilhação se materializam nas ações policiais. Assim, parece que a função de ressocializar, submetendo o outro a penas e castigos, considerando o sentido da pena e seus prejuízos psíquicos, é apenas uma falácia, conforme descreveu Karam:

O controle social manifestado no poder do Estado de punir, estruturando-se em um sistema que se materializa através do processo de criminalização de determinadas condutas conflituosas ou socialmente negativas, ao mesmo tempo que reduz o enfrentamento de tais condutas à simplista reação de impor uma pena aos seus responsáveis, produz um enorme volume de violência e de dor, sob a forma de deterioração moral, privação da liberdade e morte (KARAM, 1997, p.67).

Todavia, dentro da teoria das representações sociais, isto seria o processo de objetivação do qual falei anteriormente e que faz parte do processo de formação das representações, ou seja, é o processo de se atribuir algo material a algo que ainda está no plano das ideias, que ainda constitui um conceito. Esta materialização da violência sobre a manifestação da identidade da(o) funqueira(o) e do Bonde, seria a constituição do estigma que a funqueira(o) ou bondeira(o) carrega consigo. Neste sentido, para melhor entender este jogo de cartas marcadas com símbolos, códigos e significados diferentes para os grupos sociais envolvidos, Piccolo descreve:

[...] o estigma conferido a estes jovens é justamente aquilo que lhes confere identidade: suas roupas, seus cabelos, suas gírias, seus fascínios pelos símbolos ligados ao tráfico – carros, motos, armas, “novinhas”. Se concordássemos com essa ordem em que antropólogos colocam, estaríamos invertendo as coisas. Não existe o estigma e posteriormente a identidade. É o contrário. A identidade é construída no processo de interação marcado pelo reconhecimento recíproco que permite a autoconfiança corporal entre pares (PICOLO, 2004, p.276)

Contudo, o que se percebe é que essa autoconfiança ampliada, junto ao Bonde, assim expressa na fala do sujeito quatro, muitas vezes constitui para as instituições punitivas e para uma parcela da sociedade, um enfrentamento às regras, uma série de transgressões que são historicamente aceitas e compreendidas no universo masculino, mas não no feminino. Torna-se de suma importância para estes mecanismos punitivos encontrar formas de coibir qualquer que sejam as expressões destes grupos. Enquanto pesquisadora, foi de suma importância demonstrar o que está por trás da transgressão feminina. Em nosso caso, a constituição de um *ethos* feminino raro, ainda imaturo, mas que poderá conduzir meninas/mulheres a modos de viver mais dignos. A este respeito, Neri cita L.A. Salomé, que defende que esse processo só realiza quando:

[...] pregar a liberdade, e ainda a liberdade, e é preciso infringir todas as barreiras, porque é mais sensato confiar nas vozes do desejo, mesmo quando se exprimem por atalhos, do que confiar em teorias preconcebidas. Em todos os casos em que uma evolução pode conferir a um ser esplendor e alegria, por mais bizarro que possa parecer seu zigue-zague, nem por isso deixará de estar no bom caminho, e terá como objetivo conduzir a maturidade à própria mulher, ou seja, a sua secreta capacidade de viver (L.A. Salomé, *apud* NERI, 2005, p.142)

Dentro deste contexto, sabemos que a menina/mulher de nossos tempos tem garantidos o direito ao voto, ao trabalho, ao estudo, à saúde e ao lazer. Falta-lhe conquistar a maternidade livre, o direito de dispor de seu corpo e de sua sexualidade. Esta última, talvez esteja sendo pleiteada tanto nas letras de músicas *funk* – “Não adianta de qualquer forma eu esculacho; Fama de putona só porque como seu macho” (Tati Quebra Barraco), quanto na forma de dançar e curtir o *funk* junto ao Bonde. O feminismo apresentado a mim por estas jovens é aquele que rompe a barreira da sexualidade que fora reduzida à função biológica de perpetuação da espécie e que estivera subjugado à determinação psicanalítica outrora citada: ser mulher implica em ser mãe. Deste modo, a continuidade deste jogo possibilita que os embates frente à opressão produzam persistências e resistências que não eliminam o conflito, mas que

possibilitam uma nova institucionalidade na qual pode vir a desestimular a violência psicológica e, até mesmo, a física, ambas utilizadas como meios de destruição desse Outro – funqueiro(a) (ZALUAR, 1999).

Quando se realiza um trabalho de pesquisa, é importante ter em mente que os indícios provenientes do levantamento dos dados são um pequeno movimento que pretende mudanças. Deseja-se que a investigação tenha algum significado no quadro das referências culturais do seu tempo histórico. Todavia, o quadro contextual é sempre produto do movimento dinâmico das relações humanas e se impõe vigorosamente diante do pesquisador como alguma coisa infinitamente maior e mais complexa do que aquilo que ele poderia ter considerado de início como quadro referencial para a realização de seu trabalho. Esta situação fomenta indagações sobre a real medida daquilo que uma pesquisa científica pode oferecer à comunidade na qual se insere. Frente a isto, é importante estar ciente dos limites do trabalho interpretativo que o pesquisador desenvolve e ser cauteloso ao fazer afirmações que, embora se sustentem em dados, serão sempre produtos da atividade interpretativa e objeto de revisões posteriores. Neste sentido, e após intenso período de construção, seleção e análise de informações, é hora de (re)conhecer o caminho percorrido.

Num primeiro momento, através de uma análise superficial, acreditaríamos que a menina/mulher que se autointitula funqueira e perigete, estaria apenas constituindo experiências de lazer alienantes. Deste modo, eu não poderia categorizar estas jovens como meninas/mulheres “empoderadas”, termo advindo da expressão ‘empowerment’ (LEON, 2000), que remete à capacidade das mulheres de terem controle sobre suas próprias vidas, inclusive sobre seus corpos. Todavia, foi possível, de maneira minuciosa, conhecer a trajetória dessas jovens, acompanhar suas cotidianidades e perceber que, ao escolherem esses espaços, elas se tornam sujeitos de suas ações produzindo um *ethos* feminino singular que se desdobra em uma multidimensionalidade constituída de distintos códigos, valores, crenças e atividades.

A existência de grupos de mulheres que possibilitem a construção de um senso de pertencimento ao coletivo e de um contexto favorável à expressão do dançar *funke* promove impactos no desenvolvimento do *self* destas jovens. Os grupos foram significados como contextos de socialização, aprendizado, troca simbólica e afetiva, empoderamento e contato com a diversidade. Além disto, representam espaços de tensão e desafios. As lutas para a conquista dos direitos sociais das meninas/mulheres, principalmente as das negras, se efetivam no espaço cotidiano, repleto de complexidade. Este processo de luta vem se desenvolvendo a partir das desigualdades que se manifestam nas relações sociais. Na vida cotidiana, dá-se a repetição, a produção e a reprodução das relações

sociais dominantes, mas é neste espaço, também, que surgem elementos inovadores e propositivos capazes de provocar rupturas e transformar estas relações.

As participantes apontam espaços informais de interação, como as “esquinas sem nome” e grupos organizados e caracterizados denominados Bondes, que se organizam em torno de práticas culturais e de lazer como contextos privilegiados de canalização da força vital e criativa juvenil, de articulação de ações afirmativas. Isto sinaliza que, boa parte de instituições e serviços da chamada política de atenção integral à adolescência e à juventude, como escolas, serviços de saúde, projetos e programas da segurança pública e programas culturais têm desenvolvido suas ações a partir de visões limitadas e afastadas da participação sociopolítica juvenil. O estabelecimento de estratégias descentralizadas favoreceria o diálogo com os jovens por meio da construção colaborativa de políticas públicas para a juventude e mais afinadas com as especificidades dos diferentes segmentos desta população.

As diversas formas de ação sociopolítica das jovens que participaram deste estudo apontaram, ainda, para outro aspecto: embora não recusem o diálogo com o Estado, estas jovens e seus Bondes questionaram a efetividade da democracia representativa. Mudaram o foco destas ações, seguindo um caminho distinto das utopias predecessoras, como o movimento estudantil da década de 60. A politização da intimidade, que foi expressa durante os bailes, a descentralização e capilarização das ações, o reconhecimento da importância dos afetos e desafetos e a valorização do cotidiano como espaço privilegiado de transposição da teoria desafiavam olhares prescritos e preconceitos diante de meninas/mulheres atuantes e transgressoras.

As narrativas engendradas no contexto interacional da pesquisa apontaram para processos de adesão e de resistência ao modelo patriarcal, imposto há séculos. A instabilidade, a fluidez e as contradições passaram a ser incorporadas aos processos de significação da experiência, desafiando identidades de gênero como base comum para a ação coletiva. Posições de comando num Bonde, ou posturas de enfrentamento diante dos riscos apresentados nos bairros populares favelizados em função do narcotráfico e outros, eram vivenciadas como um devir, reconhecendo a complexidade, a não linearidade, a fluidez e a temporalidade próprias do ser mulher e do tornar-se mulher neste contexto. Todavia, uma dúvida se apresenta: Como repensar a categoria sujeito empoderado em contextos nos quais não há garantias mínimas de condições materiais de existência e de direitos sociais? As narrativas das participantes, em seus processos de construção de um senso de si, explicitaram que a relação entre o devir e a identidade política, entre mudança e estabilidade,

apresenta-se permanentemente marcadas por tensões. As participantes sinalizaram, nas entrevistas e nas observações, a problematização de suas formas de liberdade sempre em busca de um cotidiano mais saudável e que não reproduzisse as lógicas de opressão das classes mais abastadas que as julgam pelo modo de se vestirem e pelos locais que frequentam. Estas meninas/mulheres necessitavam ser reconhecidas pela ousadia e coragem de tentar fazer essas conciliações entre as diversas subjetividades em jogo, promovendo impactos no contexto social, bem como em seu cotidiano e na vida de outras mulheres.

Não pretendi, com essa reflexão, estabelecer uma análise da efetividade das ações empreendidas pelos Bondes das funqueiras do Conjunto Morro Alto, tampouco comparar sua eficácia a outras formas de organização coletiva. O caráter difuso, fluido e de estruturação ainda “precária” das ações destes Bondes inviabiliza dimensionar os impactos de sua iniciativa sob o prisma das estratégias convencionais de representação social ou da chamada democracia representativa.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, L. Sexismo e racismo: dois exemplos de exclusão do outro. In H. G. Araújo, P. M. Santos; P. C. Seixas (Coord.). **Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa**. Porto: SPAE, 1998.
- AMORIM, M. F. **O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise do universo sexual feminino**. Campinas: UNICAMP, 2009.
- ANDRADE, José Vicente. **Gestão em Lazer e Turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ALMEIDA, R. de O. **Mulheres que matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ARENDRT, Hannah. A Banalização da Violência: In: DUARTE, André. **A Banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt (1906-1975)**. DUARTE, LOPREATO, BREPOHL, Hannah, André, Christina, Marion (Org). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. v.1, p.14.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara F. Vieira. São Paulo-Brasília: Editora Hicitec-Editora UNB, 2008.
- BAQUERO, M. (2001). Capital social na América Latina. In M. Baquero (Org.), **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS. (p.50-70).
- BARBIER, R. **A Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRET, Michele; PHILLIPS, Anne. "Introduction". In: BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Eds.). **Destabilizing theory: contemporary feminist debates**. Stanford: Carolina Univ. Press, 1992.
- BECKER, Howard Copyright. **OUTSIDERS: Estudos de sociologia do desvio**. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. v.1 p.16-21.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1966.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo; Companhia das Letras, 1986.
- BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO; MOREIRA LEITE (Org). **Desafios da imagem: Fotografia, iconográfica e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus. 1998.
- BOMBASSARO, L. C. **Ciência e mudança conceitual**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- BOFF, L. O masculino no horizonte do novo paradigma civilizacional. In: BOECHART, W. (Org.), **O masculino em questão**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.96-108.
- BRUSCHINI, C. **Mulher e Trabalho: a brasileira conquista novos espaços**. Mercado Global: São Paulo, 1982. n.87, p.52-58.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. (1984). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault. In S. Benhabib; D. Cornell (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade** (p.139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis**. 15ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- BRUHNS, Heloisa Turni. **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas: Papirus, 1993.
- CAMARGO, Luiz Octávio de L. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

- CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: **Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira**. São Paulo: 2001.
- CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. In: **REVEJ@- Revista de Educação de Jovens e Adultos**. v.1, n.0, ago. 2007, p.55-67.
- CARDOSO, N. M. Mulher e maus-tratos. In: STREY, M. (Org.), **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 1997b. p.127-138)
- CAVALIERI, Sérgio Filho. **Programa de Sociologia Jurídica**. Jorge Zahar, 2004.
- CECCHETTO, F. As galeras *funk* cariocas: entre o lúdico e o violento. In: Vianna, H. (Org.). **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p.92-116.
- CONNEL, R.W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Hegemonic masculinity: rethinking the Concept**. Gender Society, v.19, n.6, p 829-859, 2005.
- CORREA, ROSENDAHL, Roberto L., Zeny (Org.). **Geografia cultural: um Século**, v.3 Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- COSTA, C. L. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates**. Cadernos Pagu, n.19, p.59-90, 2002.
- COSTA, L. F.; Penso, M. A.; Féres-Carneiro, T. Reorganizações familiares: as possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n.8, 1992, p.495-503.
- COTT, Nancy: **The Grounding of Modern Feminism**. New Haven, Yale University Press. 1987, p.4-5.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: _____. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p.25-62.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Trad. Theo Santiago, 5ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990
- CHALMERS, A. **O que é a ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHRISLER, J. C.; SMITH, C. A. Feminism and psychology. In: M. A. Paludi (Org.), **Praeger guide to the psychology of gender**. Westport: Praeger, 2004. p.271-292.
- DIAS, M. O. L. S. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.39- 53.
- DADOUN, R. A violência: **Ensaio acerca do homo violens**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- EICHLER, M. *Non sexist research methods: a practical guide*. Winchester: Allen; Unwin, 1988.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- _____. **O processo civilizador**. v.2 Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São PAULO: IBCCrim, 2004.
- ESSINGER, Sílvio. **Batidão: uma história do funk**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FONSECA, T. M. G. (2000a). Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis: Vozes.
- FONSECA, C. Honra, humor e relações de gênero: Um estudo de caso. In A. Costa; C. Bruschini (Orgs.) *Uma questão de gênero* (p.310-333). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- FONSECA, C. **A mulher valente: gênero e narrativas**. Horizontes Antropológicos, 1(1), p.113-130, 1995^a.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio Janeiro: Forense Universitária, 2004.

- _____. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- _____. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago.** São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- Gergen, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, n.40, p.266-275, 1985.
- GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000(a).
- _____. Sociologia Configuracional: as emoções e o lazer. In: BRUNHS, H.T.: **Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes.** São Paulo: Chronos, 2002.
- GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária: atividade e consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.
- GOFFMAN, E. Estigma: **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOMES, Christianne Luce. "Mapeamento Histórico do Lazer na América Latina: Em busca de novas abordagens para os estudos sobre o tema" In: ISAYAMA, SILVA, Helder F., Silvio R.(Org.) **Compreensão do Lazer Pela Perspectiva da Cultura.**
- GONZÁLES REY, F., (2000). El lugar de las emociones en La constitución social de lo psíquico: el aporte de Vigotski. **Educación e Sociedad**, v.21, n.71, p.132-148, jul.
- _____. **Sujeito e subjetividade.** São Paulo: Thomson. 2003.
- GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: N. K. Denzin; Y. S. Lincoln (Eds.), **Handbook of qualitative research.** Thousand Oaks: Sage, 1994. p.105-117.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. B. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 2ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GOMES, C. Pesquisa e produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: Diagnóstico e perspectivas In: PINTO, L.M.S.M. (Org.). **Lazer, turismo e hospitalidade: Desafios para as cidades sede e sub-sedes de megaeventos esportivos.** Atibaia: Dinamica Print Gráfica e Editora, 2010, p.107-111.
- GOMES, C.; PINTO, L. O lazer no Brasil: Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas/El ocio en Brasil: Análisis de prácticas culturales cotidianas, académicas y políticas. In: GOMES, Christianne *et al* (Org.), **Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica.** Belo Horizonte, Brasil, Editora UFMG. p.67-180, 2009.
- GOMES, Christianne L.; MELO, Victor A. "Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa". **Revista Movimento.** Porto Alegre, n.19, 2003.
- GELL-MANN, M. **O Quark e o Jaguar: as aventuras no simples e no complexo.** Tradução: Alexandre Tort. Rio de Janeiro: ROCCO, 1996.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ed. Rio de Janeiro: DPA, 2006.
- HARDING, S. **The science question in feminism.** Ithaca, NY: Cornell University, 1986.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Trad. Marta Avancini. Paz e Terra, 1993.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

- PERROT, Michelle(Org.). **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, v.12 p.1671988.
- PIRES, C. Antígona: Hermenêutica do público e do privado. In: M. Tiburi, M. M. de Menezes; E. Eggert (Orgs.). **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, p.123-134. 2002.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.
- SILVA, Joseli Maria. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da Ciência Geográfica**. Revista Espaço e Cultura.Rio de Janeiro, v.1, n.27, p.168, Janeiro-Junho.
- SCOTT, Joan W. Relendo a história do feminismo” In: _____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SCOTT, J. W. **Gender: an useful category of historical analysis**. The American Historical Review, 91(5), 1986, p.1053-1101.
- SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: A. O. Costa; C. Bruschini (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p.15-2.
- SOUZA Jessé. **A Construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2003.

Capítulo 4

Interseções entre lazer, turismo e espaço público: o caso dos músicos de rua

Denise Falcão

Introdução

No século XXI, já não é novidade que as artes passam a ocupar as ruas das cidades, transformando esses lugares, que estavam destinados às passagens, em territórios de encontros, de comunicações, de resistências e de significações simbólicas de um povo.

As artes nas ruas assumem certo glamour na contemporaneidade, no qual a beleza, a liberdade e o consumo são elementos presentes em suas significações. É possível observar nas metrópoles o cinza urbano sendo trocado pelo colorido do movimento *street art*¹. Suas telas gigantes moldadas nas paredes de edifícios, nas laterais dos viadutos de grandes corredores automobilístico, nas escadarias de diversos acessos, nos muros de terrenos baldios etc., se multiplicam pela cidade, retratando “com bom humor o contexto social, político, ambiental e surreal de nossa “insana” sociedade” (ASSIS, 2012). Também, é preciso colocar os holofotes sobre o aumento do número de artistas nos semáforos de longa duração da cidade e que, em um tempo cronometrado, lançam ao ar a barra que, girando em chamas, é recuperada com destreza com a utilização de dois bastões; coreografam bolinhas que voam em distintas direções e movimentos, apresentando um divertido malabarismo; iniciam uma performance de *street dance* da cultura *hip-hop*; andam de monociclo; fazem pirâmide humana, enfim, uma infinidade de movimentos circenses e artísticos, levando ao público, nos instantes prévios da engrenagem da primeira marcha, lampejos lúdicos na fração de tempo de parada obrigatória.

¹ *Street art* ou arte de rua é a expressão que se refere a manifestações artísticas desenvolvidas no espaço público.

As grandes cidades, em suas correrias constantes, acabam tendo seus ritmos interrompidos por efêmeras e nômades práticas artísticas nas ruas. É comum encontramos em uma caminhada pelos centros das cidades, principalmente se esses centros forem históricos ou tiverem algum ponto turístico nas redondezas, músicos desenvolvendo suas artes nas ruas, estátuas vivas imóveis em seus pedestais, mágicos com suas mesas ilusionistas, caricaturistas e toda sorte de artistas que ocupam os espaços públicos para difundirem suas artes de maneira gratuita, espontânea e acessível a todos. Claro que, inúmeras vezes, ou melhor, quase sempre, é possível se observar a passagem do chapéu ao fim da apresentação, ou vê-lo ali, bem pertinho do artista, pois a arte de rua sobrevive pelas contribuições espontâneas de sua plateia.

Importante fato é notar que, para estes artistas expressarem suas artes, é necessária a ocupação do espaço público. O espaço público nas grandes cidades e, principalmente nas cidades turísticas, está, a cada vez mais, sendo organizado para a produção, organização e consumo capitalista, o que equivale dizer que o espaço público está cada vez mais privatizado. Neste sentido, este estudo se debruça e apresenta elementos para a compreensão e discussão sobre a questão fundamental para a realização das artes nas ruas, a ocupação do espaço público. O foco se dá a partir da prática dos músicos de rua que se apresentam em duas reconhecidas cidades turísticas: Rio de Janeiro e Barcelona.

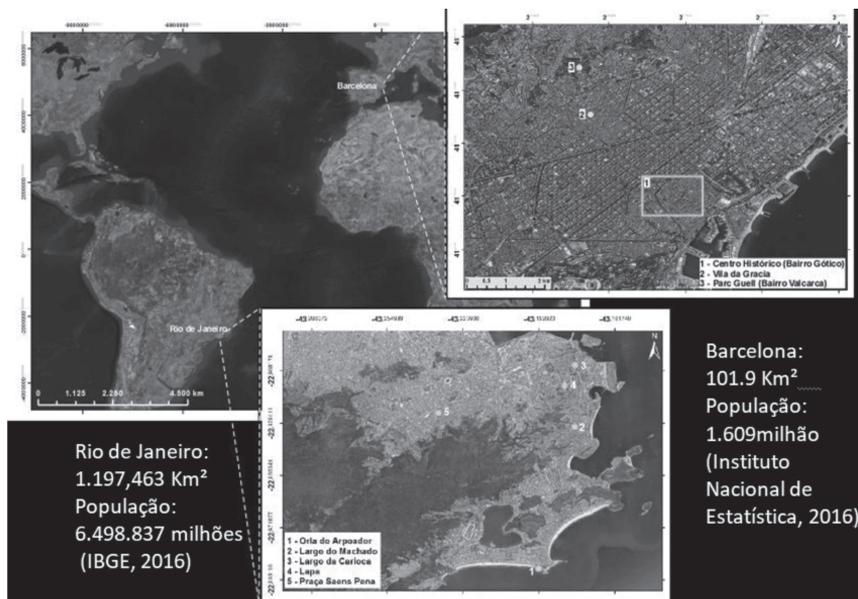
Caminhos metodológicos

A etnografia foi adotada para a pesquisa de campo deste estudo, que teve uma duração de dois anos divididos em doze meses para cada cidade. Seu desenvolvimento passou por três estágios: Iniciou-se o processo de identificação dos espaços e dos atores músicos que atuavam nas ruas de cada cidade, através do método criado para a pesquisa denominado *flâneurese dans la métropole*². Após o mapeamento desses atores sociais, no segundo estágio, foram selecionados os locais nos quais a observação da pesquisa aconteceria. Sistematizou-se, como estratégia, o plantão antropológico³, que possibilitou observar e acompanhar o desenvolvimento do fazer da arte dos músicos.

² Inspirada no personagem *Flâneur*, de Baudelaire, essa estratégia teve como intenção “o vagar”, a princípio incógnito, apresentando, no descompasso dos percursos, o encontro com os músicos de rua e a possibilidade de seu mapeamento.

Na cidade do Rio de Janeiro, a pesquisa de campo foi realizada na orla do Arpoador, no centro antigo do Rio (Rua São José e Rua Lavradio) e em três praças com estações de metrô (Largo da Carioca, Largo do Machado e Praça Saens Peña). Em Barcelona, foram escolhidos a região em torno da Catedral de la Santa Cruz y de Santa Eulalia (Catedral de Barcelona – centro histórico), o Parc Güell e algumas praças do bairro Gràcia (Plaça del Sol, Plaça Vila de Gràcia, Plaça de la Revolució). Como apresentado na Figura 1:

FIGURA 1: Pontos de observação dos músicos de rua nas cidades Rio de Janeiro e Barcelona



³ O plantão antropológico consiste na imersão da pesquisadora nas localidades escolhidas (praças, calçadas, ruas, parques, metrô) a fim de observar os sujeitos da pesquisa em sua arte. Um plantão de vigília sem tempo determinado. A pesquisadora se propõe a observar, sem hora para começar e sem hora para acabar, as atividades dos músicos, sendo esse tempo determinado pelas práticas dos sujeitos. Tal estratégia é *fulltime* e exigiu um posicionamento estratégico nos diferentes pontos que os músicos escolheram para tocar nas cidades do Rio de Janeiro e de Barcelona. Essa observação teve o objetivo de permitir uma “descrição densa” da prática e ser um facilitador para a aproximação com os sujeitos.

Os metrô foram incorporados como um quarto ponto de observação, tanto no Rio de Janeiro quanto em Barcelona, em função da grande incidência de músicos tocando em seus vagões. Em Barcelona, observou-se a L4 (linha amarela) e, no Rio de Janeiro, a Linha 1. O terceiro estágio foi deflagrado a partir do contato direto com o músico, visando conquistar sua confiança e conseguir sua aceitação em participar da entrevista e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram semiestruturadas (MINAYO, 2001; MARCONI e LAKATOS, 1999) e delas participaram 23 sujeitos.

Para o tratamento e a interpretação dos dados, seguiu-se os pressupostos etnográficos cuja intenção foi reconhecer os significados culturais e pessoais de determinado grupo em relação a determinada prática, a partir do ponto de vista dos sujeitos praticantes. Como enfatiza Malinowsky (1976), a etnografia como a compreensão do ponto de vista do outro, sua relação com a vida, bem como a sua visão do mundo.

A partir dos dados produzidos por esta pesquisa, este texto foca na relação dos músicos na ocupação do espaço público para desenvolverem suas artes.

A construção simbólica e a estetização do Rio de Janeiro e de Barcelona

Uma instigante questão referente à imagem que se tem de uma cidade pode ser balizada pela seguinte indagação: A percepção da cidade, constituída pelos sentimentos de seus habitantes através da memória individual e coletiva, dos hábitos estabelecidos, dos ideais compartilhados, das vivências do dia a dia, é a mesma imagem que os estrangeiros, os turistas, os navegadores das redes virtuais possuem? A constituição simbólica pela qual as cidades são reconhecidas resulta da exacerbação de suas características peculiares ou seria o resultado de um processo planejado e midiático promovido com claras intenções e objetivos de promover as cidades? É possível separar a vocação da cidade para o turismo da provocação que a imagem projetada da cidade promove para o turismo?

Segundo Falcão (2017), esta repercussão pela projeção de imagens que se possui, na contemporaneidade, está pautada por uma característica peculiar, presente no tempo/espaço social em que está inserida:

Na contemporaneidade, observa-se, paulatinamente, que mais do que ser no sentido real e concreto, é importante e necessário parecer que é, ou seja, a solidez e o tangível de características arraigadas transmutam-se em efemeridade e flexibilidade de

possíveis características. A dimensão virtual⁴, a que todos estamos submetidos, propõe uma leitura das cidades pautadas por imagens não apenas de caráter representacional, mas também por seu caráter performativo, possibilitando assim a apropriação das cidades como um espaço aberto para as experimentações individuais das mais diferentes naturezas. (FALCÃO, 2017 p.44)

Os processos pelos quais esta construção estética e simbólica destas duas cidades ocorreu, nos possibilitam, a partir da compreensão histórica, entender como se elevaram a grandes atrativos turísticos, as características relacionais da população da cidade, as belezas naturais e arquitetônicas, as artes e as culturas.

A cidade maravilhosa, como carinhosamente é conhecida a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, carrega esse apelido desde, aproximadamente, a década de 1930. Suas belezas naturais, alinhadas a sua gente alegre e festeira tocaram de forma sensível escritores da época. Jeanne Catulle Mendès, poeta francesa, visitou a cidade em 1911, se encantou com a receptividade do povo carioca e escreveu um livro de poemas intitulado “*La Ville Merveilleuse*”, publicado em Paris em 1913. Coelho Neto, em 29 de novembro de 1908, publicou no jornal “A Notícia” o artigo “Os Sertanejos”, no qual utilizava o termo “Cidade Maravilhosa”, tendo, em 1928, escrito um livro com este título e, na década de 1930, lançado um roteiro de filme com o mesmo nome. Jeanne e Coelho Neto acabam dividindo a autoria desse codinome.

A cidade de Barcelona, cidade que “respira cultura”, tem o reconhecimento de sua atratividade conquistada mais recentemente. Os Jogos Olímpicos de 1992 projetaram a cidade mundialmente, mas é a partir da década de 1980, com a democracia reestabelecida após a morte do ditador Franco, que se torna possível notar um giro nas políticas urbanas, apostando em um novo modelo que propunha o cidadão como o centro das atenções. A cidade passa por reformas estruturais, se transformando em um grande laboratório urbanístico no qual as ideias desenvolvidas na escola de arquitetura eram colocadas em prática e observava-se como a cidade as incorporava. Porém, com Barcelona sendo escolhida, em 1986, como sede dos Jogos Olímpicos de 1992, o processo político-econômico apresenta-se mais forte que o político-social. Neste sentido, os projetos planejados, discutidos e colocados em prática, tiveram que se ajustar

⁴ A dimensão virtual é entendida como a imagem em suas relações, ou seja, a forma como entendemos a sua representação e o discurso que a representa, corroborando Rob Sheid em uma entrevista a Ignácio Farias (2008).

a prazos e a outros interesses a serviço do capital. Como prioridade, impõem-se os processos urbanísticos que, entre outras coisas, proporcionassem a melhoria sobre o impacto visual da cidade. Os anseios populares foram deixados de lado e a força do capital para a projeção de Barcelona como cidade turística é intensificado.

Valores simbólicos, como o espetáculo da competição, a fraternidade popular e outros signos cívicos do esporte, concomitante à crença de que o apoio econômico promoveria não só a ampliação da transformação urbana em curso como também um progresso urbano e social foram utilizados para angariar o apoio da população, não apenas em Barcelona, mas também, na cidade do Rio de Janeiro na época, 2006, em que a cidade ganhou o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol, FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

É factível notar que essas transformações urbanísticas ocorridas nas duas cidades tentam camuflar o lado perverso propiciado por essa linha de empreendedorismo: a da privatização do espaço público! Sendo assim, observa-se a grande gentrificação⁵ ocorrida nas áreas revitalizadas, a especulação imobiliária, a construção de edificações que se transformam em “elefantes brancos” sucateados pela falta de manutenção e de possibilidades de apropriação pela população nos pós-eventos. Enfim, essas políticas públicas implementadas acabam por deixar de lado as promessas de melhoria na qualidade de vida das classes sociais mais desfavorecidas para privilegiar a estetização das cidades.

Com intuito de compreender as intenções da intervenção pública ao sediar megaeventos, Castro *et al* (2015) observou o movimento de governança empreendedorista no qual os novos ciclos de mercantilização da cidade se atualizam e recompõem as forças de acumulação urbana que reproduzem o mecanismo de segregação urbana. Neste sentido, afirma o autor, são abandonados os compromissos universalistas e redistributivos. O governo, pressionado pelo mercado internacional, passa a se orientar para ações que visem tornar a cidade competitiva no mercado global de consumo de serviços, principalmente os relativos ao turismo. Segue-se a linha “estetizar a cidade”, transformando-a em mercadoria e promovendo-a para consumo.

⁵ O termo aqui empregado segue a premissa de Smith (2007). Para o autor, o processo da gentrificação situa o fenômeno no quadro mais amplo do desenvolvimento desigual da economia capitalista. Coloca em evidência a articulação das diferentes escalas, as mudanças sociais recentes e os ciclos econômicos. É um fenômeno urbano através do qual os novos burgueses se apropriam de um espaço originalmente ocupado por moradores ou usuários em situação econômica frágil, causando a transformação do perfil social e econômico de uma determinada área em benefício exclusivo dessa nova classe burguesa.

Este processo de estetização das cidades conflui para o que anteriormente foi apontado como o “parecer ser”. A vida em sociedade, em seus fluxos contínuos, se choca, contrastando com as imagens projetadas para um ideal de vida nas cidades. As pessoas que usufruem das benesses simbólicas e estéticas projetadas, na maioria das vezes, não são as mesmas pessoas que vivem o dia a dia nas metrópoles mas, em alguma medida, estas pessoas também são afetadas.

É importante ter clareza que as cidades, com suas zonas turísticas e seus centros históricos remodelados, limpos, “sem” violência e com a arte espalhada por suas fachadas, suas praças e suas esquinas, emoldurando tantas belezas, ganham maiores controles sociais por parte do estado e proteção intensa por parte da polícia. A vida, nestes espaços, frui numa espécie de bolha, com a pretensão de apresentar a cidade em harmonia, sem conflitos sociais para o mundo.

Neste sentido, é possível afirmar que este caráter performativo da cidade acaba por abarcar e se alimentar das práticas artísticas desenvolvidas em suas ruas. A ocupação dos espaços públicos com arte é parte da imagem difundida e esperada para as cidades que, em suas entranhas, possuem a prerrogativa de abarcarem a diversidade cultural. As expressões nas artes de rua, muitas vezes, possuem caráter reivindicatório, apontam desigualdades sociais e transgridem o desejo de harmonia esperado para esses espaços sociais. A ocupação do espaço público por estes artistas tensiona o poder público sobre a capacidade de controle da urbanidade, como será apresentado no próximo tópico, desencadeando um esforço maior, por parte dos governos, para manutenção do controle social.

Por fim, as tensões que decorrem a partir da ocupação do espaço público pelos músicos de rua, foco deste estudo, são ocultadas, dissimuladas e silenciadas, fazendo com que as artes ganhem contornos estéticos e midiáticos e sejam absorvidas pelas imagens idealizadas das cidades cosmopolitas turísticas.

A ocupação do espaço público em foco

O setor turístico representa hoje um grande propulsor socioeconômico mundial. Seu faturamento apresenta um crescimento vertiginoso que se recupera e se supera a cada ano até os dias atuais, desde a crise mundial em 2009 (PANORAMA OMT, 2016). Este fato torna visível a força e a dimensão que seu poder econômico tem sobre as mediações e intervenções nas cidades reconhecidamente turísticas.

A organização das cidades e das urbanizações sendo orientada pela lógica capitalista se constitui sobre uma contradição central da vida social: a apropriação privativa do espaço público. São criadas normativas e políticas regulatórias de condutas e de comportamentos que, embasadas pelo discurso de promover o bem-estar social, acabam promovendo mecanismos de segregação. Estes mecanismos, entre outras coisas, afastam as pessoas indesejadas dos espaços (mendigos, carroceiros, ambulantes, moradores de rua, artistas, prostitutas/as, etc.), promovem a gentrificação e diferem as boas das más práticas, impondo um uso controlado e homogêneo para um espaço regulado, ordenado e preparado para consumo.

Cada vez mais nas cidades, criam-se espaços públicos voltados para os turistas, para os estrangeiros, para os que podem consumir. Revitalizando seus centros históricos à semelhança dos parques temáticos (DELGADO, 2015) não só pela estrutura arquitetônica e histórica constituinte, mas também pela ambiência criada⁶ (AUGOYARD, 2002), estes espaços objetivam atrair, envolver e seduzir aqueles que deles usufruem. Neste sentido, torna-se factível afirmar que este ideal de criação de espaços públicos nega a espontaneidade da sociabilidade inerente da rua, perdendo quase a totalidade da vida comunitária para assumir a desigualdade e a separação como valor de organização (SENNETT, 1978). Dificulta-se a rua como o eixo de fruição da cultura e da vida cotidiana nas relações. Impede-se o encontro. Eliminam-se as efervescências. Porém, a urbanidade, em seu potencial relacional e de imprevisibilidade, é incontornável! E a possível resposta para esta tentativa de encarceramento do espaço público é a transgressão dos sujeitos que se opõem a esses limites. Neste sentido, o que se observa é a luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) que passa a ser travada nas disputas pelas formas de ocupações e apropriações dos espaços destas cidades, revelando o jogo de forças entre o Estado, o sujeito e a sociedade.

Os músicos de rua entram nesta disputa pela ocupação do espaço com certa vantagem. Suas práticas abarcadas pelas mídias sociais e projetadas pelo *marketing* turístico, caíram no gosto mundial e ganham, cada vez mais, novos adeptos. Ancorados no imaginário social como uma parte sensível das cidades e tendo em suas expertises um provocador de sentimentos, estes músicos de rua circulam pelas redes sociais mundiais fortalecidos pelos modismos culturais

⁶ Para Augoyard (2011, 2008, 2004), a ambiência é o resultado esperado para configurações de ambientes cotidianos em que práticas estéticas visam a criar uma urbanidade focada nos efeitos da arte na cidade. Esse autor investiga os espaços criados com determinadas intenções, mas não se pode deixar de pontuar sobre qual intenção político-social-mercado lógica se promove essa criação.

e pelas estratégias de mercado para a estetização do mundo (LYPOVTSKY; SERROY, 2005). Neste sentido, já observava Debord, que a sociedade se movia pela espetacularização de sua cultura. Em sua obra “A sociedade do espetáculo” (2016, p.126) o autor afirma:

A cultura, tornada integralmente mercadoria, deve também se tornar a mercadoria vedete da sociedade espetacular. [...] A cultura deve desempenhar na segunda metade do século XX o papel motor no desenvolvimento da economia, equivalente ao do automóvel na primeira metade e ao das ferrovias na segunda metade do século XIX.

A música na rua, tomada como espetáculo, evidencia a necessidade da apropriação do espaço público para acontecer. Neste sentido, passa a ser relevante identificar as diferenciadas formas que se apresentaram na pesquisa de campo para a ocupação do espaço público pelos músicos de rua nas cidades Rio de Janeiro e Barcelona. Esta ocupação se dá pelo encontro/confronto com as formas distintas que cada cidade tem para gestar o espaço público já que, em comum, as duas cidades turísticas apresentam a força da representação dos músicos de rua como um atrativo cultural.

Na cidade de Barcelona, todo o espaço público é regulado. Não se pode pegar o violão, a flauta ou qualquer instrumento e tocar onde se quiser. Para tocar nas ruas, praças, parques e no centro histórico de Barcelona, os músicos devem possuir uma permissão concedida pelo *Ayuntamiento* (prefeitura). Essa permissão, denominada “carnê”, torna legal a atuação dos músicos de rua nas zonas pré-definidas para tal feito. Para obter o “carnê”, os músicos precisam estar cadastrados no *Proyecto Music al Carrer* (2006). Este projeto, que regulamenta a atuação dos músicos de rua no centro histórico da cidade, foi criado concomitante à promulgação da “*Ordenanza municipal de los usos del paisaje urbano de la ciudad de Barcelona*” (2006, p.2) que, segundo o documento, visa a incentivar e a assegurar a coexistência entre os cidadãos em espaços públicos. Mas, a partir de uma leitura crítica do documento e da análise de sua efetivação enquanto política pública, observa-se que tal *ordenanza* visa a higienizar os espaços turísticos e a controlar a prática social dos músicos de rua, criminalizando-a e denegrindo sua imagem, já que vincula suas performances artísticas a estigmas sociais⁷, como a mendigos que, de forma geral, a sociedade rejeita e não quer ver.

⁷ Goffman (1986) aponta que os estigmas são predicativos profundamente desacreditadores. Ou seja, a medida que se desqualifica um atributo, seja pessoal ou social, a relação diretamente vinculada é creditar valor a outro atributo, confirmando, assim, o status de “normalidade”, superioridade e excelência, evidenciando, dessa forma, a indesejável diferença e postulando um modelo a ser reproduzido.

Descumprir a regulamentação e tocar no centro histórico de Barcelona sem ser vinculado ao *Projeto Music al Carrer*, ou seja, sem o carnê de permissão, transforma em ilegal a prática do músico, sendo passíveis sanções aplicadas pela guarda municipal, como a apreensão do instrumento musical e a aplicação de multa no valor de 200 euros. Outro ponto nevrálgico da legislação promulgada em 2006 é que a prática dos músicos passa a ser associada à prática da mendicância e à prática da prostituição, tornando todas ilegais, indesejadas e provocando distintos sentimentos na sociedade inserida. Sendo assim, tal regulamentação tenta “tirar da visão” da sociedade parte das mazelas sociais que, expostas ao processo de turistificação das cidades, buscam nos processos de higienização dos espaços retirar o que incomoda “empurrando para baixo do tapete”. A partir de 2006, tocar sem permissão nas ruas de Barcelona passa a ser um delito!

Interessante foi notar que, apesar de toda esta regulamentação dos espaços públicos e da criminalização da prática dos músicos de rua, ainda é possível encontrar muitos músicos tocando em vários pontos da cidade. Um destes pontos, que também foi observado neste estudo, foi o Park Guell. Tal parque é o segundo atrativo turístico mais visitado da cidade⁸ e nele é possível encontrar vários músicos em atividade. Acontece que, neste espaço, a prática não é regulamentada nem controlada, como acontece no centro histórico, mas também não é permitido tocar. A guarda municipal tem uma vigília mais condescendente, às vezes interrompendo o músico em sua apresentação, às vezes passando como se não os visse.

A pesquisa identificou que, neste espaço, um outro tipo de ordenamento ocorre: um tipo de acordo de cavalheiros⁹. Entre os músicos mais antigos que tocam ali, estão acordados horários, pontos para tocar e o rodízio por tempo. Existem tensões quando músicos forasteiros, que não participam desse acordo, querem tocar ali também, principalmente no verão, quando a cidade está repleta de turistas. Existe uma Asociación de Músicos y Artistas del Park Güell (AMUA Park Güell) e é controversa entre os músicos, pois a mesma tenta assumir este papel de controle e muitos músicos, por não reconhecerem sua legitimidade e por crerem que pertencer a uma associação de músicos de rua rompe com o

⁸ O Park Güell é uma referência barcelonesa e mundial pelo conjunto da obra modernista do arquiteto catalão Antoni Gaudí. Em 1969, foi reconhecido como monumento artístico e, em 1984, declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

⁹ Acordo de cavalheiros: pacto verbal em que as partes envolvidas dispensam formalidades legais. <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/acordo>> Acesso em: 12/04/2019.

princípio básico de tocar na rua, a liberdade de expressão sem regras e sem organização, a *priori*, não se associam.

Um terceiro espaço, ainda na cidade de Barcelona, que apresentou diferenças na forma de ocupação pelos músicos de rua, foi o das praças do bairro Gràcia. Este bairro boêmio da cidade, marcado por fortes representações sociais, é considerado o bairro mais independentista¹⁰ da cidade ao mesmo tempo em que representa um dos mais conservadores também. Atualmente, sofre, em seu interior, o processo de turistificação. A pressão do *marketing* turístico posiciona o bairro como um centro cultural de diversidade e convivência. Em uma apresentação do *site* oficial da cidade, pôde-se ler:

O distrito de Gràcia é carismático, movimentado, cosmopolita e boêmio. Em Gràcia convivem **vizinhos** ao longo da vida com estudantes de intercâmbio, **ciganos** que tocam na rua com **artistas boêmios** em busca de inspiração, jovens e não tão jovens que se cumprimentam pelas praças enquanto fazem filas em frente ao cinema mais independente. É uma grande família, são os de Gràcia, e no distrito há espaço para todos. (Grifo do autor).¹¹ (Tradução nossa)

A partir desta apresentação oficial, é possível perceber a forma pela qual o estado se apropria de uma prática social comum nas praças do bairro como um elemento estético para divulgação turística. Só que este discurso agrega um componente pejorativo aos músicos: *gitanos que tocan en las calles*. O termo *gitano* está carregando a ideia subjetiva de aceitação da pluralidade cultural travestida de certa irreverência pelo estigma que possuem de não gostarem de trabalhar. Neste sentido, é possível ressaltar a ideia de manter tal prática como parte da diversidade cultural barcelonesa, que é socialmente aceita, porém marcada pelo estigma de vagabundos. Mas, não parece estranho e até paradoxal o Estado promover algo que considera ilícito?

¹⁰ Posição política que luta pela independência da Catalunha como comunidade autônoma espanhola. No último plebiscito, tal afirmação foi confirmada pelo mapa divulgado em: < <http://www.lavanguardia.com/vangdata/20150929/54437748951/partes-barcelona-area-metropolitana-independentistas.html> >

¹¹ *El distrito de Gràcia es carismático, bullicioso, cosmopolita y bohemio. En Gràcia conviven vecinos de toda la vida con estudiantes de intercambio, gitanos que tocan en la calle con artistas bohemios que buscan inspiración, jóvenes y no tan jóvenes que se saludan por las plazas mientras hacen cola ante el cine más independiente. Es una gran familia, son los de Gràcia, y en el distrito hay sitio para todos.* Disponível em: < <http://meet.barcelona.cat/es/descubre-barcelona/distritos/gracia> > Acesso em: 24 maio 2016.

Na cidade do Rio de Janeiro a situação da ocupação atual dos espaços públicos pelos músicos de rua está imbricada, até certo ponto, em outra lógica de regulação dos espaços. A arte nas ruas é livre e incentivada pela lei municipal ordinária nº 5.429, que foi promulgada em 5 de junho de 2012. Tal Lei dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município do Rio de Janeiro e postula:

Art. 1º As manifestações culturais de Artistas de Rua no espaço público aberto, tais como praças anfiteatros, largos, boulevards, independem de prévia autorização dos órgãos públicos municipais, desde que observados, os seguintes requisitos:

I - sejam gratuitas para os espectadores, permitidas doações espontâneas;

II - permitam a livre fluência do trânsito;

III - permitam a passagem e circulação de pedestres, bem como o acesso a instalações públicas ou privadas;

IV - prescindam de palco ou de qualquer outra estrutura de prévia instalação no local;

V - utilizem fonte de energia para alimentação de som com potência máxima de trinta kwatts;

VI - tenham duração máxima de até quatro horas e estejam concluídas até às vinte e duas horas; e,

VII - não tenham patrocínio privado que as caracterize como um evento de *marketing*, salvo projetos apoiados por leis municipal, estadual ou federal de incentivo à cultura.

[...]

Art. 2º Compreendem-se como atividades culturais de Artistas de Rua, dentre outras, o teatro, a dança, a capoeira, o circo, a música, o folclore, a literatura e a poesia.

Parágrafo único. Durante a atividade ou evento, fica permitida a comercialização de bens culturais duráveis, como CDs, DVDs, livros, quadros e peças artesanais, observadas as normas que regem a matéria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É interessante notar que, a permissão para a ocupação dos espaços públicos não foi sempre assim e a promulgação de tal lei, conhecida como Lei dos Artistas de Rua, é o resultado de três anos de luta da categoria dos artistas de rua e de seus simpatizantes contra um episódio de controle do espaço público. É possível rememorar o episódio de controle social a partir do processo de higienização do espaço público, em um passado histórico recente. Em 2009, o então prefeito, Eduardo Paes, promulga um decreto que proíbe as apresentações artísticas nos espaços públicos e passa a obrigar os músicos interessados em apresentar suas artes nas ruas, a inscreverem-se em um cadastro no município e a procurar a subprefeitura da região para conseguir uma licença. Tal decreto fazia parte de um pacote de medidas intitulado “Choque de Ordem”, colocado em execução por este governo. Neste mesmo “pacote”, também ficavam

proibidos de ocupar os espaços públicos, os camelôs, os barraqueiros de praia, os vendedores ambulantes, os moradores de rua e toda sorte de usos insurgentes do espaço, deixando claro que o processo de higienização desejado para as zonas turísticas da cidade deveria perdurar.

É preciso ressaltar que, neste período, o Rio de Janeiro já tinha a confirmação que iria sediar dois megaeventos: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Neste sentido, cabe afirmar que, já era pauta dos governos municipal, estadual e federal, o projeto olímpico, ou seja, já estava desencadeado o processo de “preparação” da cidade para atender às expectativas dos comitês organizadores de tais eventos sobre uma cidade olímpica. Assim sendo, emoldurar a imagem de cidade turística comprometida em melhorar a qualidade de vida de seus habitantes para sediar os jogos e bem receber os turistas respaldavam tal intervenção urbana da prefeitura com medidas austeras que tinham em seu discurso “o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009).

É possível notar, em ambos os casos, do Rio de Janeiro e de Barcelona, que os processos de urbanização e melhorias da cidade nem sempre levam em consideração benefícios reais para a população menos favorecida economicamente, estando a serviço dos interesses econômicos. As concepções das classes dominantes, o poder do mercado econômico e daqueles que comandam o poder público ditando regras, implementam urbanizações, gentrificações, melhorias e revitalizações de centros históricos como premissas que se mantêm na mesma lógica: remodelar, reconstruir, ampliar, possibilitar vias de acesso, limpar, deixar bonito, tornar atrativo, como possibilidades para um bom viver, promovendo qualidade de vida. Entretanto, todo este planejamento urbano, geralmente, está direcionado a apenas uma parcela da sociedade e exclui muitos de seus sujeitos de suas benesses.

Conclusão

Debord tinha razão! A espetacularização da cultura e da vida domina o cenário mundial. Os processos de estetização em que o mundo está envolvido promovem falácias sociais e escamoteiam as mazelas produzidas por esta lógica capitalista. O mundo, nesta lógica, está se desenvolvendo para os que podem consumir, os que têm poder aquisitivo.

Os dados que comprovam tal afirmação fazem parte da publicação oficial do *site portal Brasil* (2016). Esses dados apontam que a participação do

setor cultural no PIB brasileiro variou de 1,2% a 2,6%, com base nos anos de 2004 a 2013, de acordo com o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Já na Espanha, a 12ª edición del Anuario de Estadísticas Culturales (2016), elaborada pelo *Ministerio de Educación, Cultura y Deporte*, apontou que os dados do quinquênio 2011 a 2015 descreve que a variação das contribuições de atividades culturais para o PIB foi de 2,8% a 2,5%.

Na relação com os dados do setor turístico, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), a participação direta do turismo na economia brasileira foi de US\$ 56,8 bilhões em 2016, o equivalente a 3,2% do PIB. Já a contribuição total do setor foi de US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB Nacional.

Tais índices apontam um faturamento oficial e, portanto, legalizado e reconhecido. A contribuição dos músicos de rua não entra nessa contabilidade. Mensurar o poder de atratividade que tais sujeitos e suas práticas culturais possuem não é uma tarefa fácil e, muito menos mensurar o giro econômico que os cerca. Certo mesmo é que, inseridos no trabalho informal e absorvidos pela estetização das cidades, estes sujeitos estão à mercê do capitalismo artista¹² (LIPOVETSKY; & SERROY, 2015) e foram transformados ao mesmo tempo que se transformam em atrativos turísticos.

Nas cidades imaginadas como megacidades transculturais, a música na rua ganha *status* do sentimento de pertencimento. Não interessa aos governos acabar com esta prática, mas sim controlá-la. Diferentemente da fixidez que envolve as estruturas físicas, como as riquezas arquitetônicas, as belezas naturais e as urbanizações de cada cidade turística, suas ruas e suas entranhas se revestem permanentemente de signos mutantes. O nomadismo de seus artistas de rua que, com seus corpos e apetrechos, são presença e a capacidade de sobreposição constante das *street arts* provocam mudanças no aspecto visual e expressivo das cidades. As cidades vivas apresentam a expressão de seus sujeitos. E as artes na rua apresentam a expressão de seus sujeitos marginais.

Como já demonstrado nas configurações do campo, tanto a força das urbanizações, incidindo sobre os usos dos espaços, quanto a força das *ordenanzas*, representante da cidade idealizada, propiciam nuances nas posturas dos músicos para ocupar o espaço públicos. Modificam-se os pontos de tensão,

¹² "O capitalismo artista", segundo Lipovetsky & Serroy (2015, p.12), se volta ao mercado de consumo, multiplicando os estilos, as tendências, os espetáculos, os lugares de arte, lançando constantemente novas modas em todos os setores, criando, em grande escala, os sonhos, o imaginário, as emoções, tornando, artístico, o domínio da vida humana.

mas permanece uma prática social cheia de entraves para sua realização. Os governos, ao desenvolverem planos e projetos de urbanizações nos quais a lógica é promover as cidades como turísticas, abandonam as políticas públicas sociais que se interessam pela qualidade de vida de seus habitantes para centrar seu foco no poder econômico que se movimenta nas economias neoliberais. Em meio às predisposições para as cidades ordenadas e limpas, encontra-se uma política repressiva que cerceia o direito à cidade de seus habitantes, tentando silenciar as vozes dos excluídos. A arte na rua não é mendicância e nem, tampouco, deveria representar um delito. Como contraponto do estigma social que advoga que os perigos circulam pelas ruas, talvez seja possível encontrar o grande ato transgressivo das artes nas ruas na contemporaneidade: uma forma de resistência ao sistema capitalista neoliberal.

São muitos os contrassensos, percebidos ao longo desta pesquisa, neste jogo de força e porosidades entre os músicos, a sociedade e o Estado. Mais do que incoerências, poderíamos chamar de disputas de poder sobre a ocupação do espaço público em seus usos junto com a necessidade de estetizar culturalmente a cidade. Enfim, como pontua Oliveira (2012, p.1), “a arte feita na rua evidencia a tensão existente entre a liberdade e a espontaneidade do artista e as imposições do *marketing* e do agir operacional na gestão do território”.

REFERÊNCIAS

- AUGOYARD, Jean-François. **La construction des atmosphères quotidiennes: l'ordinaire de la culture.** Culture et recherche, Paris : Ministère de la Culture et de la Communication, p.58-60, 2008. Disponível em: < <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00995558> > Acesso em: 17 fev. 2016.
- AUGOYARD, Jean-François. Vers une esthétique des Ambiances. In: Amphoux, Pascal; Thibaud, Jean-Paul et Chelkoff, Gregoire. **Ambiances en débat.** Bernin: À La Crossier. 2004.
- ASSIS, Bruna. Sobre linhas e entre espaços. **Obvious newsletters.** 2012. Disponível em: < http://lounge.obviousmag.org/sobre_linhas_entre_espacos/2012/04/street-art-arte-de-rua.html > Acesso em: 07/04/2019.
- CASTRO, D. G. (Org.); GAFFNEY, C. (Org.); NOVAES, P. R. (Org.); RODRIGUES, J. M. (Org.); SANTOS, C. P. (Org.); SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016.** 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa.** Fraude y miseria del 'modelo Barcelona'. Madrid: La Catarata, 2010.
- DELGADO, Manuel. **Lo urbano como melodía oculta.** Blog El cor de les Aparences. Publicado em 24 out. 2015. Disponível em: < <http://manueldelgadoruiz.blogspot.com.es/2015/10/lo-urbano-como-melodiaoculta.html> > Acesso em: 05 jan. 2016.
- DELGADO, Manuel. O Espaço Público como Representação. Espaço urbano e espaço social em Henri Lefebvre. **Revista Punktó.** Porto. Portugal, 2014. Disponível em: < http://www.revistapunkto.com/2014/01/o-espaco-publico-como-representacao_9694.html > Acesso em: 06 jan. 2016.
- FALCÃO, Denise. Músicos de rua: luzes e sombras sobre uma prática social contemporânea no Rio de Janeiro e em Barcelona. Belo Horizonte: Tese de doutorado em Estudos do Lazer, UFMG, 2017.
- GOFFMAN, E. **Estigma: la identidad deteriorad.** Buenos Aires, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- LEI ORDINÁRIA nº 5.429/2012 Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/67120c4c1ae54a6603257a14006d2b1d?OpenDocument> > Acesso em: 18 de março de 2016
- LIPOVETSKY, Gilles. & SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. V. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, Anita Loureiro de. **Geografia da arte ambulante: Arte na Rua e Direito à Cidade.** Trabalho apresentado no SIMPURB, Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 12, 2011.
- ORDENANZA MUNICIPAL DE LOS USOS DEL PAISAJE URBANO DE LA CIUDAD DE BARCELONA _2006. Disponível em: < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiugPiPpx9HUAhUfKpAKHRB9dAQFggnMAA&url=h> >

ttp%3A%2F%2Fw110.bcn.cat%2FPaisatgeUrba%2FContinguts%2FPresentacions%2FDocuments%2FOUPU%2520Cast.pdf&usg=AFQjCNG3rfX218NigNiEKkQPUBv7elkcCg> Acesso em: 14 fev. 2016.

PANORAMA OMT DEL TURISMO INTERNACIONAL 2016. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418152>> Acesso em: 30 jan. 2017.

<<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/f4c9de4b2428fe898265f2e9e4619662.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2015

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO 2009-2012. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6616925/4178940/planejamento_estrategico_site_01.pdf> Acesso em: Acesso em: 14 out. 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009 [1978].

Capítulo 5

Áreas en declive y turismo: a la búsqueda de un milagro en la España vacía

Dolores Sánchez-Aguilera
Jaume Font-Garolera
Josep Coma-Guitart

Introducción

Una de las características más notables de la España actual es la creciente dualización del territorio. En una economía española cada vez más urbana y litoralizada -con excepciones como Madrid y su periferia metropolitana-, las áreas interiores y sobre todo la montaña mediterránea, padecen un proceso de decadencia económica y demográfica, que la etapa expansiva de fines del siglo XX e inicios del XXI no logró revertir. Con frecuencia se habla, en este sentido, de la llamada “España vacía” o “España vaciada”, con un epicentro se superpone al Sistema Ibérico en buena medida, abarcando las provincias de Soria, Guadalajara, Cuenca y Teruel. Se trata de áreas eminentemente rurales, que apenas tuvieron desarrollo industrial más allá de las capitales provinciales y que han experimentado a lo largo del último siglo un proceso de descapitalización que ha impregnado casi todas las esferas de la vida (humana, social, económica, cultural...). Todo ello, unido a las consecuencias de la globalización, ha convertido en endémica la crisis socio-demográfica de estas áreas, tanto en lo que se refiere al declive de las actividades tradicionales como por lo que respecta al post-productivismo agrario y la apuesta turística.

El citado declive se manifiesta en diversas áreas entre las que destacamos las serranías turolenses, y en casi toda la provincia de Teruel sin excepción, un territorio que constituye un claro exponente del fenómeno analizado se va a centrar el estudio de caso que se desarrolla en este estudio. En buena parte de la provincia de Teruel, las actividades tradicionales se encuentran en muchos casos al borde de la extinción, como la minería, la pequeña industria local, la

agricultura y la ganadería. Ante ello, y como respuesta a la falta de inversiones en otros sectores, las mayores expectativas de diversificación económica de la provincia se centran en desarrollar los servicios, especialmente el turismo, que parece ser el único sector capaz de frenar dicha situación de estancamiento económico y demográfico.

De acuerdo con estas premisas, esta aportación analiza las principales estrategias de desarrollo territorial turístico llevadas a cabo en la provincia de Teruel en las últimas décadas, intentando aportar luz sobre sus resultados a medio plazo. La extensa y despoblada provincia de Teruel constituye, en este sentido, un ejemplo paradigmático de actuaciones públicas centradas en el desarrollo territorial del turismo, con el objetivo de poner en valor sus recursos naturales, culturales y patrimoniales. Se analizan, en concreto, el parque temático *Dinópolis* (aprovecha los yacimientos paleontológicos de la provincia, con un parque central en la misma ciudad de Teruel y otros siete parques locales descentralizados); *Motorland* (un complejo del motor de dos y cuatro ruedas en la comarca del Bajo Aragón que ha desarrollado un turismo deportivo y de competición en la zona); y finalmente, las inversiones de Aramón-Montañas de Aragón en las estaciones de esquí de Valdelinares y Javalambre. A ellas deben sumarse otras inversiones como la puesta en valor del patrimonio monumental (como el arte mudéjar, patrimonio mundial UNESCO), del patrimonio inmaterial (Fiesta de los Amantes, Ruta del Tambor), así como la gastronomía y la promoción de productos como la trufa y el jamón de Teruel. Es por ello por lo que cabe hablar del turismo como milagro, puesto que en muchos casos deviene una estrategia casi única de desarrollo.

Para conseguir los objetivos planteados en el estudio se aplican diversas metodologías:

• **Análisis bibliográfico y hemerográfico:** Basado en la revisión bibliográfica de fuentes secundarias. También se ha consultado la prensa nacional, autonómica y local, básicamente para realizar un seguimiento de las noticias relacionadas con los proyectos analizados.

• **Análisis cuantitativo:** Se han consultado diversas fuentes estadísticas que proporcionan información sobre diferentes variables demográficas y socioeconómicas de las áreas de estudio.

• **Análisis cualitativo:** Se ha realizado trabajo de campo mediante visitas y entrevistas dirigidas a los actores vinculados con las actividades turísticas (alcaldes, técnicos municipales, propietarios y gerentes de empresas y responsables de entes comarcales). Se realizaron 23 entrevistas semiestructuradas en base a tres cuestionarios básicos (administraciones públicas, sector empresarial y representantes comarcales).

Turismo y desarrollo en áreas rurales y de montaña

Los cambios producidos en la demanda y la oferta turísticas –en el contexto de la sociedad postindustrial- propician, desde comienzos del siglo XXI, la aparición de un escenario que cuestiona la hegemonía del modelo convencional y los destinos tradicionales, que se ven abocados a su renovación y reorientación. Este contexto de cambio adquiere una mayor complejidad a partir de la irrupción de la crisis económica en 2008 y de su generalización y persistencia. Entre los rasgos que caracterizan el nuevo turismo cabe mencionar los siguientes:

(a) La imprecisa diferenciación del turismo con respeto a la práctica de actividades de ocio, ya sea el deporte, la cultura, el shopping o la asistencia a espectáculos.

(b) La crisis de la masificación, tanto en el proceso de producción, como del consumo turístico. La demanda reacciona en contra de una oferta homogénea y masiva.

(c) La aparición de prácticas turísticas asociadas a nuevas demandas y hábitos de consumo, en un marco de crecimiento de la economía de la identidad y de lo inmaterial. En el contexto social actual el turista deviene un consumidor de experiencias y emociones.

(d) La irrupción de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) influye en todos los componentes del sistema turístico, tanto en los destinos como en los mecanismos de promoción, información y reserva; las TIC permiten la interacción en tiempo real entre consumidor y productor, y avanzar hacia la creación de destinos turísticos inteligentes.

(e) La superación de la tradicional concentración geográfica de la actividad turística, a distintas escalas, con la aparición de nuevos destinos y mercados alternativos y cambios en la lógica territorial de los destinos tradicionales a escala regional.

El cambio social y el cambio en las pautas del consumidor turístico junto con los cambios y avances en la movilidad espacial fundamentan esta nueva territorialización turística.

El ámbito territorial de estudio: la provincia de Teruel

El ámbito de estudio de este estudio es la provincia de Teruel, en Aragón, como representativo de la situación de las áreas deprimidas de la España

interior. Esta demarcación presenta unas características geográficas y socioeconómicas muy particulares: territorio de interior, media montaña mediterránea, carácter rural, baja densidad demográfica, envejecimiento.

Teruel es una provincia que constituye un claro ejemplo de “depresión económica” (RUBIO TERRADO, 1996) pese a formar parte de una región que cuenta con una de las mejores rentas de situación del país por ubicarse en el eje del Ebro, próximo al del Mediterráneo e integrada en el triángulo País Vasco-Cataluña-Madrid. Aunque su situación pueda considerarse privilegiada, arrastra unos condicionantes que no permiten un desarrollo económico y demográfico destacable. Su ubicación en la comunidad autónoma se puede considerar periférica, al borde de la meseta castellana y limítrofe con distintas provincias litorales. Hay un predominio de la media montaña mediterránea, desde el Sistema Ibérico (oeste) hasta los Puertos de Beceite y el sistema costero catalán (este), con altitudes que superan los 2.000 metros (Pico de Peñarroya) en la sierra de Gúdar. Además, cuenta con una elevada altitud media (el 62% del terreno provincial está por encima de los 1.000 metros de altitud) y un fuerte pendiente (el 28% tiene pendientes superiores al 12%), con lo que hay que añadir que el clima tiene rasgos severos (la ciudad de Teruel tiene 12°C de temperatura media anual, y 378 mm de precipitación anual).

FIGURA 1:
Mapa de localización de la provincia de Teruel



Fuente: Elaboración propia.

A nivel de infraestructuras, el corredor de la A23 (Zaragoza-Valencia) y la N420 (Teruel-Calaceite-Tarragona) son los principales ejes de comunicación, que conectan el valle del Ebro con el litoral mediterráneo.

Estos factores configuran cuatro grandes zonas: los macizos montañosos (Albarracín, Gúdar y Maestrazgo), los altiplanos y parameras (Calamocha y Teruel), las Cuencas mineras y el Bajo Aragón. La zona de los macizos montañosos es la más deprimida, de difícil acceso, sin núcleos que articulen el territorio y con una fuerte despoblación. La zona Calamocha-Teruel constituye un corredor natural (Jiloca-Turia) y es la parte de la provincia más dinámica gracias a su accesibilidad, con una pequeña red de pequeñas ciudades y poblaciones que estructuran el territorio. Las cuencas mineras, con una economía basada en la minería y con fuertes desequilibrios demográficos entre sus municipios, y la Depresión del Bajo Aragón, en el extremo nororiental de la provincia, configuran un territorio de contrastes, pero con un denominador común: el declive demográfico y económico.

Demográficamente, Teruel es una provincia con poca población, con 135.562 habitantes (INSTITUTO ARAGONÉS DE ESTADÍSTICA, 2017), que representa el 0,29% de la población española, y el 10,6% de la aragonesa. Año tras año, Teruel pierde efectivos demográficos (variación anual negativa -1,03% entre 2016 y 2017), y se caracteriza por una bajas densidades (9 hab/km², ver figura 1), con más del 40% de la población de 65 años o más y con unos índices de vejez¹ elevados (comarca turolense de la Sierra de Albarracín con índices superiores a 300). Del análisis de la distribución de la población por comarcas y municipios en relación a su densidad, se puede concluir que, con excepción de la comarca de Zaragoza, la densidad de las comarcas aragonesas es muy baja (similar, en casi la mitad del territorio a las más bajas de los ámbitos NUTS 3 de los países nórdicos europeos), con las consecuencias que se derivan para el coste de las infraestructuras y el mantenimiento de equipamientos y servicios (GOBIERNO DE ARAGÓN, 2014) en la mayoría de municipios de Aragón.

¹ El índice de vejez es la relación existente entre las personas mayores de 65 años y las de edades comprendidas entre 0 y 14 años.

FIGURA 2:
Mapa de la densidad de población ≤ 8 hab/km², años 1900, 1950 y 2016 por municipios y comarcas en Aragón.



Fuente: Directriz Especial de Política Demográfica y contra la Despoblación, Departamento de Vertebración del Territorio, Movilidad y Vivienda del Gobierno de Aragón (2017).

Desde un punto de vista económico, la provincia de Teruel cuenta con una estructura productiva basada en los servicios (50%), la industria (17%), la construcción (11%), la energía (12%) y la agricultura-ganadería (10%). En relación con Aragón, la provincia de estudio destaca por tener una mayor dedicación y especialización al sector primario y energético. El sector servicios (en el que se incluye el turismo) está 10 puntos por debajo de la media autonómica, y el industrial, 4. Si se analiza la economía de las distintas comarcas, el sector servicios es importante (60%) en la Comunidad de Teruel, Bajo Aragón, Sierra de Albarracín, Maestrazgo y Gúdar-Javalambre, pero por el contrario registra bajas proporciones en las comarcas de Jiloca y Cuencas Mineras (30%), Bajo Martín (20%) y Andorra-Sierra de Arcos (15%), donde el sector industrial o primario es mayoritario.

Estrategias de desarrollo territorial y turismo en la provincia de Teruel

Ante la situación económica y demográfica turolense, la mayoría de las acciones (públicas y privadas) de diversificación y dinamización de la economía provincial (y del territorio en general) se centran en el desarrollo de distintas actividades y productos turísticos. El sector turístico en Aragón supone en la actualidad cerca del 8% del PIB aragonés y un 10% del empleo en la comunidad autónoma, con un importante potencial de crecimiento en cuanto al número

de visitantes y repercusión económica respecto a otros destinos españoles. El turismo aragonés es generador de riqueza, de creación de empleo, de mantenimiento de la población y ofrece, en suma, un innegable valor estratégico para Aragón (GOBIERNO DE ARAGÓN, PLAN ARAGONÉS DE ESTRATEGIA TURÍSTICA 2016-2020).

En este apartado se analizan las principales estrategias de desarrollo territorial turístico llevadas a cabo en la provincia de Teruel en las últimas décadas. No cabe duda que el turismo es en la actualidad uno de los pocos sectores económicos que puede insuflar algo de dinamismo económico en una provincia tan despoblada y envejecida como la de Teruel. Cuenta con unos recursos muy diversificados (naturales, paisajísticos, históricos y patrimoniales) susceptibles de poner en valor turístico a poco que se confíe en ellos. Abordamos, en este caso, los recursos y productos turísticos a los que tanto el gobierno autonómico aragonés (la Diputación General de Aragón, a través de la Dirección General de Turismo) como la Diputación Provincial turolense han prestado una mayor atención. Nos centramos específicamente en los recursos y productos del territorio provincial publicitados de manera preferente por la Diputación de Teruel a través de su página web <<http://www.teruelversionoriginal.es/turismo/>>, de acuerdo con sus propias estrategias de desarrollo turístico y territorial.

Analizamos específicamente los casos de *Territorio Dinópolis*, con centro en Teruel y sus siete pequeños museos o centros de interpretación del patrimonio paleontológico descentralizados; de *MotorLand Aragón*, con centro en Alcañiz, y relacionado especialmente con el motorismo y lo que podríamos llamar el nuevo segmento del moto-turismo; el patrimonio monumental mudéjar (con los monumentos declarados patrimonio mundial Unesco en 1986), localizados en la ciudad de Teruel y otros núcleos de la demarcación; la marca Nieve de Teruel, con las dos estaciones de esquí alpino de Valdelineares, en el municipio del mismo nombre, y Javalambre, en Camarena de la Sierra; ambas situadas en la comarca de Gúdar-Javalambre. Cabe hablar, por último, del impulso a la puesta en valor turístico del patrimonio inmaterial, centrado en la gastronomía, por una parte, y en los mitos, leyendas y tradiciones, por la otra parte. En el primer caso, destaca especialmente la denominación de origen *Jamón de Teruel*, además de la trufa negra de la comarca Gúdar-Javalambre. Y en el segundo, la leyenda vinculada a los Amantes (visitas al mausoleo y fiesta de los esponsorios), junto con diversas rutas de turismo cultural como la *Ruta del Tambor y el Bombo*. Se trata, en conjunto, de unos recursos y unos productos que intentan cubrir un territorio provincial que cuenta con numerosas potencialidades turísticas en parte aún muy desconocidas por el gran público.

1. Territorio Dinópolis

Es uno de los proyectos del Gobierno aragonés que ha captado mayores inversiones. Aprovecha, por una parte, el rico y acreditado científicamente patrimonio geológico y paleontológico de la provincia y, por otra, la gran repercusión mediática y toda la mitología asociada al mundo extinguido de los dinosaurios². El proyecto se gestó en 1998 a iniciativa de la Fundación Conjunto Paleontológico de Teruel-Dinópolis y se formalizó a través del Instituto Aragonés de Fomento. Desde un principio se concibió en una doble perspectiva, la propiamente turística o recreativa, por una parte, y la vertiente científica, por la otra. En el primer caso se trataba de construir un parque temático moderno capaz de atraer visitantes a un territorio poco poblado, en parte desconocido (cabe recordar aquí el eslogan “Teruel existe”) y alejado de los principales focos turísticos del país; y en el segundo, asegurar la divulgación de los hallazgos y las investigaciones paleontológicas de Teruel, bien conocidas entre la comunidad científica.

El parque central de Dinópolis, en Teruel, abrió sus puertas en 2001. Su construcción requirió una inversión inicial de 24 millones de euros, a los que se sumaron 12 millones de euros invertidos en las ampliaciones de 2006-07; con ello el parque alcanzó 54.000 m². En junio del 2017, el Gobierno de Aragón presentó un nuevo *Plan Director de Mejora y Ampliación* que supondrá una inversión de 24 millones de euros adicionales. Técnicamente, el complejo mantendrá un eje temático y un producto único y las inversiones se dedicarán principalmente a cubrir las instalaciones -con el objetivo de alargar la temporada- y a aumentar la interactividad de las museizaciones. El parque consta actualmente de un recinto principal, ubicado en Teruel-ciudad, y siete centros territoriales situados en localidades de la provincia que cuentan con un patrimonio paleontológico susceptible de sostener por sí mismo un discurso turístico. Se trata de *Legendark*, en Galve; *Inhóspitak*, en Peñarroya de Tastavins; *Región Ambarina*, en Rubielos de Mora; *Bosque Pétreo*, en Castellote; *Mar Nummus*, en Albarracín; *Titania*, en Riodeva; y *Valcaria*, en Ariño. Para informar al visitante cuentan con una profusa señalización específica en las carreteras turolenses, que actúa en el doble sentido orientativo-informativo y promocional. Esta

² La temática relacionada con los dinosaurios cobró gran proyección a partir del estreno de la famosa película de Steven Spielberg *Jurassic Park* en 1993. El film, inspirado en una novela de M. Crichton publicada en 1990, ha dado origen a diversas secuelas. La última, titulada *Jurassic World: Fallen Kingdom* se ha estrenado este año 2018. El éxito de la saga cinematográfica otorga publicidad permanente al complejo *Territorio Dinópolis*.

estrategia de descentralización -más allá del bajo número de visitantes de los subcentros- es, en sí misma, una apuesta por la dinamización del territorio a partir de sus propios recursos.

FIGURA 3:
Museos y centros de interpretación del
Territorio Dinópolis en la provincia de Teruel



Fuente: < <http://www.teruelversionoriginal.es/turismo> >

La cifra de visitantes se sitúa en torno a los 130.000 en el complejo central de Teruel, con tendencia a la estabilización o a un leve incremento. Según datos del propio parque, en 2017 se registraron 174.101 visitantes, de los que 137.406 corresponden al recinto de Teruel (con un incremento de 136 visitantes con respecto al 2016) y 36.695 al resto de sub-centros. En sus diecisiete años de funcionamiento el complejo Dinópolis ha acogido a 2.779.648 visitantes.

Si se consideran las procedencias de los visitantes, Valencia ocupa el primer lugar (15,3% de visitantes), seguida de Zaragoza (15,1%), Madrid (14,8%) y Barcelona (10%). Es preciso señalar que Teruel es relativamente próximo, en términos de distancia tiempo por carretera, a Valencia y a Zaragoza, principales focos emisores de su turismo y, en menor medida a Madrid y a Barcelona, pese a que estas provincias cuentan con un gran potencial emisor de turistas.

La implantación territorial de Dinópolis ha propiciado cambios en los municipios donde se localizan las subsedes, puesto que la presencia de actividad

turística ha permitido que su población se mantenga o que incluso aumente. Estos municipios se han desarrollado más que sus vecinos y han propiciado la inversión en infraestructura turística (Galve dispone de restaurantes, bar y alojamientos). También han contribuido a la creación de negocios de turismo rural en las zonas próximas a la capital y a la creación de puestos de trabajo ocupados por jóvenes en el propio complejo (GÓMEZ QUINTERO et al.).

2. MotorLand Aragón

Motorland se concibió no solo como un circuito de velocidad, sino como un complejo integral del motor, tanto desde la vertiente competitiva y lúdica como desde la industrial y comercial. Su nombre recuerda en parte la marca *Terra di Motori*, consolidada en Italia a través del histórico circuito de *Imola*, en Módena, y vinculada a las grandes marcas y nombres del automovilismo mundial (Ferrari, Bugatti o Lamborghini). Aunque se trata de un proyecto que supera la dimensión turística, puede situarse dentro de las estrategias de desarrollo turístico de la provincia de Teruel, en la medida que pone el acento en la atracción de visitantes aficionados al mundo del motor.

El proyecto *MotorLand*, parte de la tradición de Alcañiz en las competiciones automovilísticas, con la organización de “rallyes” automovilísticos desde principios de los años sesenta. Partiendo de esta tradición se concibieron diversas iniciativas que asumió el Gobierno de Aragón, concretándose en la construcción de un circuito homologado de velocidad y sus instalaciones anexas. Un proyecto arriesgado, de resultado incierto en una ciudad y un territorio alejado de los principales centros económicos del país y del propio Aragón.

El complejo requirió una inversión inicial de 104 millones de euros, se extiende sobre una superficie de 350 hectáreas y contiene el circuito de velocidad (inaugurado en 2008) y cinco circuitos especializados (4 de tierra y 1 de karting). Cuenta con un parque de pruebas y un centro de acogida e interpretación del mundo del motor diseñado por Norman Foster. El circuito homologado tiene una longitud de 5.500 metros, una recta de tribuna de 1.6725 metros y 18 curvas. Acoge competiciones de velocidad y resistencia de distintas categorías, nacionales e internacionales, y desde el año 2010 organiza el Gran Premio de Aragón de Moto GP, puntuable para la Copa del Mundo. Se gestiona a través de una empresa pública integrada por el gobierno aragonés, la diputación provincial y el ayuntamiento de Alcañiz. En 2015 el circuito organizó 33 eventos, se ocupó 276 días y pasaron por sus instalaciones 295.793 visitantes. Motorland estima que el impacto económico en el territorio en este año fue de unos 35 millones de euros (MOTORLAND, 2015). El proyecto beneficia, en general, a la comarca del Bajo Aragón y el Matarraña, especialmente al sector de la hostelería.

FIGURA 4: Circuito de Motorland



Fuente: < <http://www.motorlandaragon.com/es/%C3%A1reas-y-circuitos.html> >

En el trabajo de campo se contrastaron los datos publicados por el propio circuito con la entrevista a un experto del mundo del motor. Pueden destacarse los aspectos siguientes: el circuito de Alcañiz ha representado un revulsivo para las comarcas del Bajo Aragón y el Matarraña que, de ser un bucólico territorio rural han pasado a tener actividad turística y empresarial durante todo el año; técnicamente, tanto el complejo como el circuito de velocidad están muy bien diseñados. Actualmente, además de la notoriedad que le otorga la competición de Moto-GP, los entrenamientos de F3 e incluso de F1, su éxito radica en que mantiene actividad durante todo el año. Oferta distintos campeonatos nacionales o regionales de karts, enduro, trial o moto cross y de entrenamientos y pruebas y ensayos de vehículos de grandes marcas (una prueba de un modelo de Audi movilizó más 200 personas durante dos semanas).

La repercusión del circuito en el empleo es destacable, no sólo por los puestos de trabajo directos, sino por su incidencia en el resto de sectores económicos, con un equipamiento hotelero en expansión en toda la zona de influencia. En resumen, la inversión pública es rentable territorialmente, independientemente del balance de explotación del circuito considerado en sí mismo y de la afluencia masiva a la prueba de Moto-GP. Además de la calidad

de su diseño, el circuito cuenta con unas ventajas de localización geográfica que compensan su relativa lejanía de grandes centros urbanos. Los tradicionales y viejos circuitos europeos se localizan, en general, en zonas urbanas o periurbanas, habitualmente sometidas a restricciones ambientales (en materia de ruidos, por ejemplo) y a unas condiciones climáticas más adversas (nieblas, lluvias). Es el caso de circuitos como Imola y Sachsenring (Baja Sajonia), este último muy deficitario, ya que funciona unos pocos meses al año. En Alcañiz, el éxito del circuito radica en su diseño pero también en sus particulares condiciones climáticas (pocos días de lluvia o de niebla y muchas horas de sol). El resto depende de una buena política comercial.

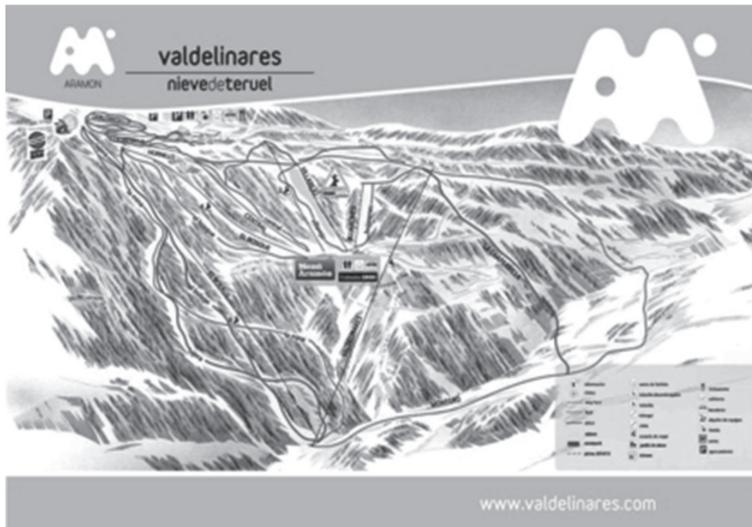
3. Nieve de Teruel

Aramón es el primer grupo empresarial español de turismo de nieve y montaña. Fue constituida en el año 2002 como sociedad anónima, y está participada a partes iguales por el Gobierno de Aragón e Ibercaja. Este grupo gestiona la mayoría de estaciones de esquí de la comunidad, y entre ellas las estaciones turolenses de Javalambre y Valdelinares.

La estación de Valdelinares se encuentra en la Sierra de Gúdar y cuenta con 14 kilómetros esquiables, 14 pistas, 166 cañones de nieve y 9 remontadores con capacidad para 13.220 esquiadores/hora. La estación de Javalambre cuenta con 15 kilómetros esquiables, 14 pistas, 169 cañones de nieve y 9 remontadores con capacidad para 10.060 esquiadores/hora. Ambas estaciones se pueden considerar pequeñas y familiares, dirigidas a un público novel. Ambas también registran mucha afluencia en temporada de esquí, llegando casi a la saturación por los clientes provenientes de la misma provincia y de la Comunidad Valenciana.

El impacto de las estaciones de esquí y el turismo de nieve ha propiciado un cierto crecimiento demográfico en los últimos años. Si se comparan las cuatro comarcas de montaña de Teruel (Maestrazgo, Sierra de Albarracín, Matarraña y Gúdar-Javalambre), la única que ha crecido demográficamente desde 1998 es ésta última, dónde se encuentran las estaciones analizadas. Por otra parte, Gúdar-Javalambre es la que tiene la renta per cápita más elevada.

FIGURA 5: Estación de Valdelinares



Fuente: < <http://www.valdelinares.com> >

Según la dirección de las estaciones, con la existencia de las pistas de esquí se ha mejorado muchas infraestructuras, sobre todo carreteras, se han creado o ampliado muchos negocios turísticos y comerciales en la zona de influencia, se ha generado empleo y se ha reforzado el veraneo en segundas residencias. Son factores que propician la fijación de la población local y la llegada de nuevos residentes.

El turismo como milagro

El punto de partida de este estudio es el turismo entendido como el sector 'milagro' que permitiría sostener e incluso desarrollar y diversificar las economías de los espacios interiores y de montaña. La provincia de Teruel debe ser considerada como un caso paradigmático en este sentido puesto que, el grueso de las inversiones públicas realizadas en el territorio durante los primeros lustros del siglo XXI (desde 1998 hasta la actualidad) tiene una relación directa con el turismo. Es el caso de las inversiones realizadas en el parque temático Dinópolis, en Teruel ciudad y en sus siete subcentros (60 millones de euros en total), en las estaciones de esquí de Gúdar-Valdelinares y Javalambre, a través de Aramón y del proyecto Motorland en Alcañiz (con una inversión inicial de 103 millones

de euros), que si bien no puede considerarse un proyecto directamente turístico, repercute en el desarrollo turístico del Bajo Aragón y comarcas aledañas. También deberían considerarse las inversiones en materia de infraestructura viaria y mejora de la accesibilidad a cada uno de estos grandes equipamientos.

Por otra parte, existe una constelación de inversiones públicas territorializadas, centradas casi exclusivamente en proyectos de desarrollo turístico. Cabe mencionar, entre otros casos, la creación de rutas culturales (Camino Cid) y de pequeños centros de interpretación, como el Mausoleo de los Amantes (Teruel), el Museo de la Ruta del Tambor y Bombo del Bajo Aragón (Híjar) o los distintos museos de la minería (Andorra, Escucha). A ello deben sumarse las inversiones en materia de promoción turística, especialmente de la gastronomía y productos derivados, como el Jamón de Teruel y la trufa negra.

Otras inversiones de futuro inciden también en el turismo, como el proyecto Galáctica en la cumbre de la sierra de Javalambre. Consiste en la construcción de un complejo de observatorios astronómicos (avalados por la certificación Star-light de la sierra de Javalambre), que aunque se ha concebido como un proyecto científico, contiene una vertiente divulgativa con vocación turística (su activo es de 30 millones de euros, según el portal Transparencia del Gobierno de Aragón). A la vista de estas inversiones, cabe centrar la discusión en sus resultados. Actualmente el parque temático Dinópolis se mantiene en torno a los 140.000 visitantes en Teruel y unos 5.000 visitantes/año en sus siete sub-centros. Son cifras modestas, que hacen difícil equilibrar la cuenta de resultados. La inversión en Valdelinares y Javalambre ha incidido especialmente en la comarca de Gudar-Javalambre, una de las pocas que aumenta de población, y en la ciudad de Teruel, además de su incidencia en la creación de empleo directo e inducido en sectores afines y su repercusión en la construcción y el inmobiliario (especialmente en Mora de Rubielos y Alcalá de la Selva). En cambio, en los municipios que albergan las estaciones (Valdelinares y Camarena) el efecto es casi nulo estadísticamente debido a su inaccesibilidad. Motorland, supone un impacto en Alcañiz y el Bajo Aragón, comarca que aumenta levemente su población y que ha visto crecer su oferta de alojamiento.

Considerada en su conjunto la provincia de Teruel ha aumentado en más del 50% su planta hotelera, muy por encima del conjunto de Aragón, contando que partía de unas cifras bajísimas. Por otra parte, y en la línea de lo que está sucediendo en otros ámbitos, se ha producido una cualificación de las plazas ofertadas, ya que desaparecen establecimientos y plazas en categorías inferiores y se incrementan en categorías medias. La expansión afecta también a la oferta en turismo rural y los apartamentos turísticos.

Consideraciones finales

En amplios sectores del interior de la Península Ibérica, en que la despoblación se une a la falta de oportunidades económicas por su escasa (o nula) articulación en los circuitos de producción en un mundo cada vez más urbanizado y globalizado, las estrategias centradas en el turismo se erigen en la opción más interesante –cuando no la única- para fijar la escasa población activa y en el motor de economías locales muy frágiles.

En este contexto, y a la luz de las iniciativas analizadas, cabe ratificar el punto de partida de esta investigación, en el sentido de que el turismo es percibido como una estrategia que actuaría como una especie de milagro –la única expectativa- para potenciar el desarrollo en la provincia de Teruel. De hecho, los datos turísticos referidos a la evolución de la oferta turística en la provincia avalan el crecimiento de establecimientos y de plazas en un periodo lastrado por una larga y profunda crisis económica como la recesión del último decenio.

Los proyectos y la demanda turística, si bien no logran revertir y dinamizar un declive que en el caso del territorio analizado es ya secular, al menos han conseguido atenuar la situación de progresivo deterioro socioeconómico de la zona, ofreciendo recursos para el mantenimiento y la supervivencia. Pero incluso, visto en perspectiva, el turismo es más que una simple actividad económica ya que, como se ha señalado, constituye también una vía de captación de nuevas inversiones (Dinópolis, MotorLand y Nieve de Teruel) que son estratégicas y vitales en casos como el la provincia de Teruel. Por ello, se puede inferir no sólo que el turismo se ve como un milagro, sino que en el caso de Teruel, el turismo es el último milagro.

BIBLIOGRAFÍA

CÀNOVES, G.; VILLARINO, M.; BLANCO, A.; DE UÑA, E.; ESPEJO, C. (2014): Turismo de interior: renovarse o morir. Estrategias y productos en Cataluña, Galicia y Murcia. Publicaciones de la Universidad de Valencia, Valencia.

GÓMEZ QUINTERO, J.D; y SANZ GRACIA, F (2013): Situación socioeconómica de Teruel: presente y futuro. Consejo Económico y Social de Aragón, Zaragoza.

MAGARAS, V. (2016): Zonas escasamente pobladas y regiones con baja densidad de población. Servicio de Estudios del Parlamento Europeo, Bruselas.

MUR SANGRÁ, M. y ARTERO ESCARTIN, I (1999): "Teruel. Población y economía, últimas tendencias." Revista de relaciones laborales, nº 6, págs. 161-184.

RUBIO TERRADO, P. (1996): La crisis del mundo rural. Experiencias de desarrollo en la provincia de Teruel. Publicaciones de la Universidad de Zaragoza, Zaragoza.

VERA, F.; LÓPEZ PALOMEQUE, F.; MARCHENA, M.; ANTON, S. (2013): Análisis territorial del turismo y planificación de destinos turísticos. Tirant Humanidades, Valencia.

REFERENCIAS

Diputación de Teruel: Turismo. Recuperado de < <http://www.teruelversionoriginal.es/turismo/> >

Gobierno de Aragón: Plan Aragonés de Estrategia Turística 2016-2020. Recuperado de < <https://www.turismodearagon.com/es/> >

Gobierno de Aragón: Estrategia de Ordenación Territorial de Aragón (EOTA). Recuperado de < <http://www.aragon.es/eota> >

Gobierno de Aragón: Directriz Especial de Política Demográfica y contra la Despoblación. Recuperado de < <http://www.aragon.es/DepartamentosOrganismosPublicos/Departamentos/VertebracionTerritorioMovilidadVivienda/> >

Gobierno de Aragón: Instituto Aragonés de Estadística. Recuperado de < <http://www.aragon.es/DepartamentosOrganismosPublicos/Institutos/InstitutoAragonesEstadistica> >

MotorLand Aragón: Memoria de Sostenibilidad 2015. Recuperado de < <http://www.motorlandaragon.com/> >

Capítulo 6

Migração internacional e novas territorialidades para o lazer: um olhar no litoral turístico do Rio Grande do Norte

Saete Gonçalves

Introdução

A cada vez mais os destinos turísticos tornam-se globais, ou seja, assumem uma forte capacidade de atração em nível mundial, os turistas ultrapassam fronteiras mais longínquas e as localidades assumem maior ubiquidade. Além disto, os deslocamentos são favorecidos tanto pelos acordos políticos e econômicos entre algumas nações, como quanto pela redução das barreiras nos sistemas de transportes e de comunicação.

Soma-se a essas tais questões, o fato de os custos das viagens apresentarem alternativas mais acessíveis para o usuário nos dias atuais, ampliando as possibilidades para que o ato de viajar não seja apenas um luxo reservado a uma parcela privilegiada da população, mas uma possibilidade que se estende a diferentes camadas sociais da população.

Com isto, muitas pessoas atravessam fronteiras geográficas para descobrir novos lugares e culturas. Para além da viagem turística, muitos decidem fixar residência nos destinos turísticos visitados devido ao poder de atração de exercido por alguns lugares, e aos vínculos constituídos com o território. Situações como estas são, cada vez mais, comuns, e acabam por aproximar o fenômeno turístico do migratório, principalmente por terem o deslocamento (viagem) como eixo comum.

Esta é uma das realidades encontradas no litoral oriental do Rio Grande do Norte, que, a partir dos investimentos europeus turístico-imobiliários, iniciados em meados da década de 1990 e intensificados na década de 2000, estimularam a vinda e a fixação de muitos estrangeiros. Tal fenômeno gerou dois desdobramentos: o surgimento do turismo de segunda

residência¹ e *migración residencial*², principalmente em seu litoral oriental, tendo como principais portões de entrada: Natal e Tibau do Sul. Esta pesquisa se dedica a esse segundo tipo de mobilidade, uma vez que se constatou um aumento expressivo de estrangeiros que fixaram residência na costa turística potiguar.

Muitos destes investidores e/ou turistas internacionais optaram por tornar o destino turístico o seu novo local de residência, mesmo diante aos contrastes sociais e regionais encontrados em tal porção do Nordeste brasileiro, quando se considera o Brasil como um todo e se compara ao país de origem desses estrangeiros, o que pode ser devido a diferentes interesses que carecem de investigação.

O ato de residir permite que outros olhares sejam manifestos pelo estrangeiro, a partir da convivialidade com os anfitriões e com o novo sistema de objetos e ações (SANTOS, 1997) encontrados no destino de acolhimento. Observa-se que essas percepções são distintas, já que cada sujeito apresenta sua individualidade e sua compreensão de mundo e que isto vai influir diretamente nas suas percepções, criando novas territorialidades e territórios no novo local de moradia, inclusive no âmbito do lazer.

Assim sendo, faz-se necessário pensar como a migração interferiu nas vivências de lazer destes estrangeiros.? Tais vivências de lazer se modificaram? Aumentou e/ou melhorou a qualidade de tempo e experiências desses destes sujeitos? De que forma se manifestam as relações entre lazer e trabalho? Como são produzidos os territórios para suas vivências de lazer?

Partindo de tais questões, buscou-se compreender a percepção dos migrantes no tocante às suas experiências de lazer e a formação de novos territórios e territorialidades no novo destino residencial, já que tal mobilidade implica uma apropriação em relação ao lugar que elegeram para morar.

Ressalta-se que as ideias desenvolvidas no presente artigo constituem parte da tese de Doutorado da autora, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada “Migração internacional e lazer no litoral turístico potiguar”.

¹ Este entendimento é aprofundado por Fonseca e Lima (2012), para as autoras, a segunda residência é um domicílio de uso ocasional e temporário, que pode ter várias finalidades e usos. Sendo o usuário que define se o uso do imóvel será para fins turísticos ou de trabalho, dessa forma, a segunda residência só será um alojamento turístico se tiver essa finalidade para o seu usuário.

² Neste tipo de migração, a residência primária passou a ser no próprio destino turístico, sendo de uso permanente ou semipermanente. (HUETE; MANTECÓN, 2011).

Metodologicamente, trata-se de um estudo complexo, de natureza qualitativa e que adotou como estratégias de pesquisa o estudo de caso e o levantamento de dados por meio da realização de entrevistas com 31 migrantes, naturais da Itália, Espanha e Portugal. Destaca-se que os respondentes foram designados por nomes de cidades localizadas em seus países de origem, mantendo-se o anonimato dos informantes.

Visando a organizar e a sistematizar as informações coletadas junto aos entrevistados, as mesmas foram lançadas no *software* MAXQDA. Em seguida, foram criados códigos e subcódigos que buscaram elementos significativos e recorrentes nas falas dos entrevistados que elucidassem aos objetivos do estudo, sendo possível revisá-los e correlacioná-los, a partir da teoria já existente e das informações fornecidas pelos entrevistados.

Após a sistematização e a codificação dos dados, foi realizada uma análise interpretativa (SEVERINO, 2007). Desta forma, buscou-se aprofundar o conteúdo encontrado em cada uma das entrevistas realizadas, verificando o que fora claramente dito e desvelando aquilo que estava implícito, apoiando-se nos pressupostos teóricos que sustentaram esta pesquisa.

Para melhor sistematizar tal discussão, este artigo se divide em cinco seções, sendo esta primeira a que apresenta com as considerações iniciais; na segunda e terceira seções se apresenta o referencial teórico que fundamenta a proposta da pesquisa e a discussão dos seus resultados. Na quarta seção, apresentam-se os resultados alcançados, e por fim, apresentam-se as considerações finais.

(Re) Pensando o lazer no contexto da migração

O lazer é um fenômeno social, contextualizado local e historicamente, que se reconfigura neste contexto denominado de pós-modernidade (KELLY; FREYSINGER, 2000; MELO, 2013; GOMES, 2014b). Estas mudanças resultantes na contemporaneidade influenciam as categorias espaço e tempo, que sempre estiveram presentes nos debates sobre os estudos do lazer, embora prevalecesse o debate do tempo frente ao espaço (GOMES, 2011), devendo ser repensados frente a este novo contexto.

Com relação ao espaço, as discussões suscitadas no campo do lazer remetem “a toda rede de equipamentos de lazer, vazios urbanos e áreas verdes de uma cidade” (PELLEGRIN, 2004, p.73), ou seja, englobam os locais nos quais as ações e experiências de lazer podem ser desenvolvidas. Porém, tal discussão pode ser avançada, já que uma das características que permeiam a

produção do espaço é o lazer, que pode ser tanto uma estratégia de valorização mercadológica quanto uma experiência humanizante, uma vez que o ser humano é contraditório por natureza e o lazer, por ser dialógico, reflete tais tensões e ambiguidades.

No século XXI, diante dos recursos tecnológicos, o espaço social não se limita ao espaço físico, sendo possível interagir com os amigos e parentes por meio da *internet* e das mídias sociais, com o uso de um celular, *smartphone*, *tablet*, computador ou *notebook*, por exemplo.

Também, por meio de tais tecnologias, pode-se acessar jogos; assistir programas de televisão, filmes e/ou séries; ler; ouvir música; visitar museus e outros equipamentos culturais e, sendo assim; logo o espaço para o lazer ganhou uma outra dimensão, a da virtualidade, que só foi possível diante da:

[...] nova reordenação dos tempos sociais em função da telemática, em si um novo conceito, criado no final da década de 1970 para explicar o impacto que a informática tem na sociedade. Trata-se, em linhas gerais, do conjunto de tecnologias de transmissão de dados a serviço dos indivíduos, o que contempla, nos dias de hoje, cada vez maior integração entre mídias distintas, desde as tradicionais, como televisão, telefone, rádio, até as mais modernas, notadamente oriundas de recursos computacionais. (MELO, 2013, p.31).

Percebe-se, assim, que, na conjuntura atual, faz-se necessário avançar ao pensar o lazer que permita novos olhares diante dele.

No tocante ao tempo,

O lazer é construído no percurso hegemônico, num marco fundamentado numa transição de época que estabeleceu o trabalho como aspecto privilegiado das sociedades. Durante os séculos XIX e XX, reconstruiu-se uma interpretação do lazer idealizado, que apoia discursos críticos sobre o trabalho. Discursos econômicos que enfatizam o consumo e o mercado são constituídos a partir do estabelecimento do laboral como eixo central da vida social, sendo vital a concepção do não-trabalho para a própria qualificação do trabalho e do consumo. (CARDOZO, 2014, p.21-22).

Neste sentido, o trabalho assume um aspecto principal na vida do indivíduo, sendo referência para as demais dimensões humanas e, de tal maneira, ao se regularizar o tempo de trabalho, se regularizou também o tempo de não-trabalho, ou seja, o tempo necessário para se recuperar e compensar as atividades laborais, bem como o utilizado para realizar outras atividades distintas ao trabalho. (MARCELLINO, 2007; BACAL, 1988).

O cenário que situa o lazer na lógica de reprodução do capital se insere em um contexto de expansão do tempo de não-trabalho da sociedade moderna,

simbolizado como um bem de consumo de primeira necessidade que se traduz como “cura para melancolia e *stress*, rejuvenescimento, realização de sonhos e reposição fundamental de energias” (MASCARENHAS, 2010, p.156), vinculada em oposição ao trabalho cansativo, enfadonho e alienante.

Rodrigues (1997, p.109) complementa que “o tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra”. Dessa forma, fundamentado nos princípios capitalistas, o lazer incorpora valores que ditam novos padrões/ modelos de consumo e que tem dado ao espaço e à sociedade perspectivas diversas merecedoras de investigação científica.

É, portanto, nesta perspectiva que o lazer se traduz em importante prática que, mediada pelo consumo nos moldes capitalistas, vem contribuindo para a valorização, transformação e refuncionalização do urbano em seu processo de produção, haja visto que o consumo do lazer lhes atribui um valor de troca.

Como se pode observar, tal discussão se sustenta no debate sobre “tempo livre”, esse tempo, do qual se exclui aquele dedicado ao trabalho, ou seja, ao tempo de não-trabalho, sendo bastante controverso e discutível por muitos pesquisadores do lazer. Para Bacal,

Tempo livre (TLv), enfim, é a denominação atual de uma parcela do tempo liberado do trabalho, entendido como *tempo de que o homem dispõe legalmente*. O significado desse *tempo livre* é estabelecido a partir, preponderantemente, do sistema de referência adotado para a valorização das atividades a ele relacionadas. (BACAL, 1988, p.16-17).

A investigadora acrescenta que, o “tempo liberado (TLb) é constituído pela parcela subtraída ao tempo necessário. Sua concepção varia, no decurso dos diversos estágios da civilização, e, em algumas épocas históricas, é confundida com o conceito de *tempo livre*”. (BACAL, 1988, p.16). E o tempo necessário é aquele utilizado para atender as necessidades vitais do homem.

Percebe-se, assim, que falta clareza nessas distinções que, muitas vezes, são utilizadas como sinônimos, acrescentam-se a esses termos: tempo desocupado, tempo conquistado, tempo de obrigações, tempo ocioso e tempo disponível (MARCELLINO, 2007; CAMARGO, 1992; BRAMANTE, 1998; BOULLÓN, 2004).

Mas, mediante tais classificações, pode-se afirmar que, na contemporaneidade, tal visão fragmentada do tempo deve ser rompida, uma vez que o próprio não é mais tão linear, padronizado e centralizado ao mundo do trabalho. As inovações tecnológicas e os novos modos de produção – nos quais o trabalho assume uma maior liquidez, já que antes o capital tinha sede

(empresa fixa), atualmente flutua (BAUMAN, 1998) – permitem novas configurações, sendo, assim, necessário repensar sobre o tempo em tal contexto.

Desta forma, deve-se romper com essa ideia do tempo intimamente ligado ao trabalho produtivo que secundariza o lazer, colocando-o numa posição subalterna, supérflua, como uma simples compensação do trabalho ou como um produto a ser consumido. Tornando-se relevante reconhecer a importância do tempo para o usufruto do lazer em equidade com o trabalho, uma vez que, são duas práticas sociais necessárias para o ser humano.

Corroborando com essa perspectiva, Vera *et al.* afirmam que,

No século XXI, o lazer – e a viagem turística como uma de suas expressões – será essencial para a ‘nova’ sociedade, seja entendida como pós-industrial, pós-fordista, do lazer, do consumo, do conhecimento, informacional ou com outras conotações. As fronteiras entre tempo livre e desemprego, trabalho parcial e desemprego parcial são progressivamente menos claras. Novos tempos sociais aparecerão e outros serão modificados, o que marcará a evolução dos modelos de vida. Nas condições da evolução social no final do século, o tempo livre não pode mais ser considerado como um ‘complemento’ do tempo de trabalho. E neste tempo livre, o tempo de lazer, em vez de enfraquecer, impregna e caracteriza, de várias formas, a maior parte do tempo humano. Além disso, os padrões de consumo mais recentes privilegiaram bens voláteis em detrimento de bens manufaturados. O protagonismo do lazer provocou, irreversivelmente, uma nova dinâmica de consumo caracterizada por limites imprecisos entre as diversas atividades (turismo, cultura, esporte, entretenimento, comércio, etc.). Isto implica que a cultura, o lazer e o turismo deslocaram a atividade laboral como o eixo do nível e das relações sociais. (VERA *et al.*, 2013, p.14, tradução nossa).

Os autores ratificam a fluidez do tempo do lazer e do trabalho e os equiparam, como sendo ambos tempos sociais importantes para o homem. Eles também enfatizam o fato do lazer assumir o protagonismo na sociedade contemporânea não somente do ponto de vista do mero consumo como também na vida social.

Desta forma, a compreensão de lazer precisa ir além dessa visão mercadológica,

Em outras palavras, é imprescindível distinguir e relativizar uma construção conceitual ocidental que define o lazer como antítese do trabalho, como tempo livre/liberado de variadas obrigações, ou ainda como ocupação do tempo livre muitas vezes atrelada ao consumo, de outras compreensões, ainda incipientes, que destacam a importância de reconhecer que o lazer é uma prática social da vida cotidiana que precisa ser situada em cada tempo/espço social, e que, justamente por isso, integra diferentes culturas. (GOMES, 2014a, p.8).

Frente a tal cenário, a dicotomia entre trabalho-lazer, ócio-negócio ou qualquer outro tipo de oposição, precisa ser repensada. Além disso, o lazer precisa ser compreendido como uma prática social complexa e que tem suas particularidades em cada contexto local e temporal, como ressaltado na citação anterior, devendo ser situado historicamente.

Além de tais aspectos, ressalta-se que o lazer é um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pelos artigos 6º e 227º, podendo ser ampliado ao migrante, uma vez que, segundo o artigo 5º da mesma Constituição, o mesmo lazer deve ter os seus direitos garantidos pelo Estado e, dessa forma, o lazer deve ser para todos.

Frente ao exposto, observa-se a dimensão e o alcance de tal prática social e, desta forma o entendimento do lazer quando se qualifica a um tipo de migração específico, deve ser considerado como uma busca dos migrantes em satisfazer ou melhorar esse tipo de experiência e até associá-la ou/fundi-la ao tempo de trabalho, uma vez que o lazer se reconfigura diante de um tempo-espaco social, menos rígido e estruturado e de divisões de trabalho menos sistemáticas. Segundo Bauman (1998), a fronteira entre a hora do trabalho e a do lazer, do escritório e da família, foi apagada, apresentando, desta forma, outras possibilidades para se pensar o lazer tal como sua prática.

É interessante destacar ainda que, o lazer por muitas vezes foi relacionado ao tempo improdutivo, inútil, que não é sério, acrítico, ocioso e, na medida em que se torna um motivador para as mobilidades, assume um valor de destaque, onde se é possível desfrutar de tal experiência sem constrangimentos ou preconceitos, mas como uma prática importante no desenvolvimento dos sujeitos. Tal migração que tem ademais em suas principais características – a busca por um novo estilo de vida, a forte presença da paisagem natural (qualidade ambiental), clima mais ameno e autorrealização – a valorização de experiências de lazer. (JANOSCHKA, 2011).

E, embora, este lazer buscado pelo migrante possa tanto se relacionar na busca do consumo – quer seja do litoral, da paisagem, do divertimento ou do descanso – como também ligado a experiências subjetivas, de bem-estar, que buscam um autodesenvolvimento, em se ter maior fruição do seu tempo e assim, uma melhor qualidade de vida; em ambos os casos, admite-se a importância do lazer na vida contemporânea, como um espaço privilegiado e que ressignifica as relações com o trabalho, dando-lhes uma importância análoga na qual, onde o trabalho tem o seu papel e o lazer tal qual, e essa é a grande diferença ao se pensar neste tipo de experiência migratória.

Sendo assim, quando se assume a importância do lazer na vida de cada pessoa, rompe-se com a dualidade entre lazer e trabalho, entre materialidade e

subjetividade, melhor e pior, – considerando ambos como complementares e que são condições essenciais para a totalidade da vida humana (WERNECK, 2008). É neste sentido que se torna essencial pensar a migração orientada pelo lazer.

Ratifica-se, assim, que tal migração é um reflexo da pós-modernidade, já que o lazer, neste contexto, busca romper com determinadas fronteiras (teóricas e espaço-temporais) e dicotomias, promovendo a compressão do espaço-tempo, estimulando a alta mobilidade, novos estilos de vida, privações para os excluídos/refugiados, assumindo uma cultura híbrida e valorizando o consumo (BAUMAN, 1998; HARVEY, 2010; GIDDENS, 1991).

Tecendo territorialidades e redes sociais no contexto migratório

O território pode ser definido, em termos políticos, referentes à ação do Estado; e, em termos econômicos, associado à apropriação econômica dos espaços, derivada da divisão territorial do trabalho e da luta de classes. Já, em termos culturais, é identificado com relações simbólicas – individuais ou coletivas – com o espaço. (HAESBAERT, 1997).

Neste artigo, se destaca a dimensão simbólica, que envolve a questão dos sentidos, da subjetividade e do afeto manifestados pelos sujeitos ou grupo social que perpassa todo o processo de produção do território, indo além das relações de poder político e/ou econômico e de dominação estabelecidas entre eles.

Já a territorialidade constitui-se por meio do significado das ações e relações desenvolvidas pelos próprios sujeitos que produziram e/ou que pertencem a determinado território. Sack (1986, p.6) considera a territorialidade como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território”. Embora o autor destaque o caráter de dominação que a territorialidade assume, a mesma adquire uma relativa flexibilidade, na medida em que se modifica conforme a posição dos atores e de determinados grupos sociais no território, bem como nas relações de domínio e apropriação estabelecidas por eles.

Frente esse cenário, constata-se que o território é dinâmico, passando por um processo contínuo de (des)(re)territorialização, no qual a territorialização representa o enraizamento de processos locais, que não podem ser rapidamente criados e imitados em localidades que não os desenvolvem. Em contraposição, na desterritorialização, há o desenraizamento, as atividades se tornam menos

dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local, mas remete-se aos fluxos, às redes, e essas tais relações se movimentam em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias, criando novas formas de apropriação dos territórios, o chamado processo de reterritorialização. (RAFFESTIN, 1984).

Seguindo tal linha de interpretação:

A desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono de velhos territórios para os novos (CÔRREA, 1996, p.252).

Neste contexto, observa-se uma dinâmica eminentemente relacional e metamórfica, com resultados em níveis relacionais e multiescalares. Conforme o supracitado autor, a produção dos novos territórios pode acabar com um território, bem como pode criar o novo dialogando com o velho, o moderno com o tradicional ou, até mesmo, suprimir o antigo.

Destaca-se, ainda, na citação de Côrrea (1996), o importante papel das migrações neste processo de reterritorialização, bem como o poder dos migrantes enquanto produtores de novos territórios e suas influências no destino, a medida que manifestam suas expressões culturais e estabelecem suas práticas sociais, como, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho. Tal processo diz respeito até mesmo à exclusão socioespacial, marcada por rejeição e xenofobia, e todos esses fatos contribuem para o reordenamento territorial. Constata-se, assim, uma relação direta entre o processo migratório e a produção de territórios.

Com este processo permanente do território de “tornar-se” e “desfazer-se” para “refazer-se” (HAESBAERT, 2007), o migrante se desterritorializa do seu local de origem e se reterritorializa no local de destino não apenas no sentido físico, mas num sentido relacional, complexo, imbricado por questões político-econômicas e socioculturais.

Sobre os movimentos migratórios, tal autor nos alerta que a migração não se trata exclusivamente de um processo desterritorializante, podendo ser visto como um processo em diversos níveis de desterritorialização. Há uma gama de motivações que propulsionam os deslocamentos e as singularidades não devem ser generalizadas.

[...] podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios. Com isso, falar genericamente em migração torna-se temerário – somos sempre obrigados a qualificá-la. Assim como os processos de des-territorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, o mesmo ocorre com as migrações, com a importante constatação de que também se trata de processos internamente diferenciados – por exemplo, a análise da des-territorialização depende do momento em que a trajetória do migrante está sendo analisada. Além disso, há migrações ditas “econômicas” vinculadas à mobilidade pelo trabalho, migrações provocadas por questões políticas e outras por questões culturais ou ainda “ambientais”. Para completar, categorias como as de refugiado e exilado muitas vezes são confundidas com a de migrante, sendo muitas as situações ambíguas ou de entrelaçamento. (HAESBAERT, 2007, p.246).

Não é necessariamente devido ao deslocamento do território de origem – por meio de movimentos internos ou internacionais – que os migrantes se tornam, automaticamente, desterritorializados. Eles podem reterritorializar-se no local de destino e tal desterritorialização e/ou reterritorialização vai depender, principalmente, da causa desta migração.

Conforme afirmou Haesbaert (2007), a motivação influenciará diretamente no ato decisório de migrar, na trajetória realizada, na adaptação no novo território e nas relações mantidas, tanto no país de origem, como de destino. Além disto, o processo de desterritorialização, por ser dinâmico, pode aparecer em distintas fases na história migratória de determinado grupo social.

Partindo de tais reflexões, pode-se compreender que, independentemente do tipo de migrante que se considera, o processo de desterritorialização não será igual em todas as localidades ou grupos sociais. Ele será pleiteado, perpassado por embates e disputa de poderes – políticos, econômicos, simbólicos e ambientais – entre os *outsiders* (migrantes) e os *insiders* (nativos e residentes), o que resultará num novo território, híbrido e diferenciado em cada destino migratório.

O migrante que se coloca neste estudo é aquele que se desloca, antes de tudo, pela busca de um novo estilo de vida e, geralmente, não apresenta limitações econômicas, detendo condições privilegiadas para se deslocar. Tal sujeito carrega consigo uma maior capacidade de “controle” do seu espaço, ou seja, à sua reterritorialização – o que inclui, também, as relações que ele continua mantendo com o espaço de partida.

Isto porque, na maioria das vezes, este migrante se desloca com mais facilidade e maior liberdade para escolher onde decide residir, dispõe também de recursos financeiros e tecnológicos para manter relacionamentos com seu país de origem, conectado com seus amigos e familiares e estabelecendo novos vínculos no destino. Tal particularidade se distancia de quem migra por razões primordialmente econômicas, pois, sua meta é buscar trabalho e enviar remessas ao

seu país de origem. Sendo assim, é possível perceber níveis de desreterritorialização distintos para cada grupo social, evidenciando que tal processo é influenciado primordialmente pela motivação da migração.

O autor pondera ainda que, “territorializar-se significa, também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2007, p.280). Sendo assim, nesta concepção de territorialização, a rede torna-se um elemento constituinte do território, onde as relações sociais dão significado e funcionalidade ao espaço, tornando-o território em si.

Nesta perspectiva de um território rizomático, deve-se reconhecer que os indivíduos e as instituições estão ligados através de uma diversidade de relações e envolvidos em vários domínios de trocas, formando assim a rede (BURT, 2000).

Sabe-se que o processo migratório, independentemente de sua causa, estabelece inúmeras relações entre os sujeitos: entre aqueles que migram e os que permanecem, entre os migrantes e não-migrantes no destino, bem como entre os migrantes e outros migrantes que residem na localidade receptora, por exemplo. Redes sociais já existiam no país de origem; novas redes são estabelecidas com a decisão de migrar e são tecidas no contínuo processo de ser migrante, reconfigurando-se com o passar do tempo e com a criação de novos territórios.

Vale salientar que as relações sociais se encontram em constante interação e transformação. Para Fazito (2002, p.214), as relações promovidas entre os integrantes da rede “podem ser mais ou menos constantes, ou totalmente imprevisíveis e não-lineares (relações emergentes)”. Além disto, as redes podem se modificar ao longo do tempo mediante a inserção de novos atores e de fatores externos (HAGAN, 1998).

A rede será feita por migrantes (seja ou não em parceria com os residentes) e, para migrantes, o que gera territórios de lazer que se potencializam paulatinamente. As redes sociais dos migrantes para desenvolver o seu lazer extrapolam limites físicos e favorecem o estabelecimento de inter-relações com o lugar de destino, o que pode ser potencializado com o uso das novas tecnologias e da *internet*.

Acredita-se que essa rede de lazer, de certa maneira, fortaleça o grupo de migrantes, reafirme suas identidades, ratifique o motivo de sua migração e propicie a troca de informações sobre o destino e o país de origem. Tais interações, no entanto, também pressupõem situações de constrangimentos, tensões, conflitos, contradições e oposições.

Migração e lazer: entre o idealizado e o real

Analisar as relações entre fluxos migratórios e a produção de novos territórios e territorialidades para o lazer, torna-se uma perspectiva inovadora. Acredita-se que o resultado desta avaliação irá interferir diretamente no grau de satisfação da decisão migratória do estrangeiro mediante, ao atendimento de suas expectativas e o desejo pelo retorno ao seu local de origem.

Inicialmente, é interessante apresentar um breve perfil dos entrevistados. No tocante à nacionalidade dos entrevistados, 14 são italianos, 10 são espanhóis e 7 são portugueses. Estas nacionalidades convergem para os três principais países europeus emissores de imigrantes e turistas internacionais para o Rio Grande do Norte (IBGE, 2012; BRASIL, 2015).

Com relação ao sexo, 27 são homens e, apenas 4, são mulheres. Tal diferença de sexo entre os entrevistados confirma os estudos de Benson e Osbaldiston (2016), que afirmam que este tipo de migração é, predominantemente, realizado por homens brancos. Fernandes, Castro e Knup (2014) corroboram com tal perspectiva e, segundo seus estudos, as recentes migrações no Brasil são realizadas por um número masculino bem superior ao feminino.

No que se refere à faixa etária, 25 entrevistados são adultos e encontram-se em idade laboral, e apenas 6 são considerados idosos no Brasil, com idade acima de 60 anos.

Sobre o estado civil dos entrevistados, 16 estão casados, uma pessoa vive em união estável, 8 são separados/divorciados e 6 são solteiros. Entre os 16 estrangeiros casados, enquanto 3 possuem cônjuges europeus, 13 têm cônjuges brasileiros.

Considerando o grau de escolaridade dos imigrantes, os dados revelaram que, mais da metade dos entrevistados (18) tem estudo superior, o que contribui diretamente com a obtenção de melhores oportunidades profissionais, já que pessoas qualificadas têm mais chances de inserção no mercado de trabalho local. Interessante destacar, ainda, que as 4 mulheres entrevistadas são graduadas.

Quando perguntados sobre o exercício de atividade laboral, 27 entrevistados estão trabalhando no Brasil e 4 não exercem nenhum tipo de atividade remunerada (um deles vive de renda, um está aposentado, outro desempregado, e uma estrangeira é “dona de casa”).

Constata-se, assim, que a ocupação profissional da maioria dos entrevistados está diretamente relacionada à atividade turística, evidenciando que o setor do turismo assume um importante papel na vida dos imigrantes residentes no litoral oriental potiguar.

Os resultados mostram que a maioria dos entrevistados se inclinou a viver em zonas costeiras, partilhando o território turístico e usufruindo os serviços que ali são oferecidos, como bares, restaurantes e equipamentos de lazer. Além disto, como visto, geralmente é nestas áreas que os serviços públicos e a infraestrutura apresentam melhor qualidade, quando se comparado a outros bairros da cidade, além da proximidade da praia.

A partir das entrevistas, foi possível identificar quatro perfis principais: os buscadores de um novo estilo de vida e/ou novos desafios pessoais; os empresários e investidores turísticos e/ou imobiliários; os assalariados e informais; e os motivados por questões afetivas. Em alguns casos, foi perceptível uma mescla entre diferentes interesses. Corroborando com as ideias de King, Skeldon e Vullnetari (2008) e Anich, Brian e Laczko (2013) que afirmam que os motivos da mobilidade humana são múltiplos, variados, multifacetados e marcados por dinâmicas que mudam constantemente e que envolvem dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais em sua efetivação.

Considerando a permanência no destino e as relações entre lazer, trabalho e território, cabe destacar que a maioria foi categórica ao afirmar que o tempo de não trabalho aumentou com a migração, e que, assim, usufruem maior tempo disponível para o lazer.

Ali você tem tempo livre bem pouco, ali esperava o final de semana, uma vez por semana conseguia bater um futebol com os amigos, se a gente arrumar as pessoas pra jogar, e se a gente conseguia sair, era uma vez por semana num restaurante. Lazer na Itália realmente era bem pouco, porque é bem pouco tempo que você tem livre e aquele tempo livre que você tem às vezes é usado para descansar, usado para descansar do trabalho, você não tem nem energia nem força para organizar algumas coisas [...] Aqui, não tem aquela força, aqui como eu falei, deço todos os dias para a praia, jogando, é outra qualidade de vida (PUGLIA, 47, M, ITA).

Neste sentido, percebe-se que o entrevistado assume uma nova relação com o trabalho e o lazer, apontando que a migração permitiu uma maior flexibilização do trabalho com uma menor jornada, e, conseqüentemente, mais tempo para o lazer.

Hiernaux (2009, p.119) endossa tal questão ao afirmar que “o que conta neste contexto [da hipermodernidade], é a liberação do ‘tempo obrigado’, substituído pelo ‘tempo livre’”. Interessante destacar que as qualificações ligadas ao tempo estão entre aspas, pois não existe um tempo totalmente livre ou totalmente obrigado.

Neste sentido, rompe-se com

A ideia de que o trabalhador existe para a reprodução do capital –, ao se “desligar” do trabalho (como comumente se fala) para exercer qualquer atividade de lazer, o indivíduo está, antes de crescer física ou espiritualmente como descanso semanal e as férias são elementos de reconstituição da força de trabalho, baterias psicologicamente necessárias para recarregá-la nos ciclos semanais e anuais de labuta (OURIQUES, 2005, p.38).

Com a flexibilidade do trabalho, não é mais necessário se esperar pelo final de semana ou pelas férias, pois, para muitos, esta visão estanque e dicotômica foi rompida. Não é necessária tal separação dura, mas, agora, isto é mais difuso.

Os depoimentos a seguir justificam tal constatação: “Aqui, quando quero ficar, fico [trabalhando], quando não quero, não fico [trabalhando]” (Bilbao, 46, M, ESP); “Quando eu sinto que eu preciso de um dia de não fazer nada, faço nada. E quando sinto que tem que trabalhar muito, vou fazer tudo. E quando eu quero fazer uma coisa, planejo e faço” (Segóvia, 40, M, ESP); “Aqui eu desço com a minha motinha na praia, vou caminhar, vou jogar na praia de manhã cedo, vou trabalhar, trabalho em casa, então não preciso ir ao escritório, com roupa social, então é completamente diferente” (Puglia, 47, M, ITA).

Os depoimentos revelam que a mudança de residência permitiu uma nova organização no modo do trabalho e em sua carga horária e, percebe-se a existência de menos formalidades, de um melhor planejamento no desempenho de suas atividades, dando-lhes mais autonomia e rompendo com a dicotomia do tempo de trabalho formal com duração de 8h/dia ou 40h/semanais, e do tempo de lazer, usufruído geralmente nos finais de semana e nas férias, remetendo-se, assim, a à ideia de um repensar sobre os tempos sociais, como apontam Melo (2013), Vera *et al.* (2013) e Gomes (2014a).

Sabe-se que essa nova forma de trabalho corresponde a uma pequena parcela da população laboral, mas é uma realidade que resulta dessa pós-modernidade, que estabelece novas relações com o espaço e tempo.

Já outra parcela dos entrevistados, não percebeu diferença entre a quantidade de tempo livre que tinha no seu país de origem para a que tem no Brasil, mas citam que o tipo e a qualidade da experiência é outra. “Olha, a vida mais ou menos é igual, porque se tu trabalhas [...] mas aqui tem menos *stress*, eu acho. Por quê? Porque o dia a dia é mais tranquilo, lá é tudo corrido. Corrido, corrido. 24 horas corrido.” (Sorrento, 54, M, ITA).

É só diferente. Eu não diria que nem é melhor, nem é pior. Se eu tivesse que escolher, eu diria que é pior, mas na verdade seria injusto, porque eu faço coisas boas aqui. Às vezes só saudade que me faz pensar que seja pior. Não é pior, entendeu? Então eu

seria injusta se eu falasse isso. Acho que é diferente, a palavra certa. Tempo livre igual. Qualidade do tempo livre... diferente. Talvez, como eu posso dizer... É porque como é uma vida totalmente diferente, as coisas que eu faço no meu tempo livre aqui... as coisas que fazia no meu tempo livre lá, são totalmente diferentes do meu tempo livre aqui. Mas, o tempo livre que eu tenho aqui é bom. Eu tenho uma boa piscina no condomínio, tenho belíssimas praias, eu tenho...vou ao *shopping*...eu gosto, gosto de ir no *shopping*. Então, qualidade boa. (Florença, 33, F, ITA).

Constata-se mais uma vantagem adquirida com o processo migratório:, a qualidade do tempo melhorou, ou seja, no litoral potiguar desenvolvem um cotidiano menos atarefado, o que permite que se cansem menos e, assim, tenham maior disposição para desenvolver suas experiências de lazer. Por outro lado, destacam-se que essas vivências se modificam, principalmente por questões naturais e sociais.

Assim como a entrevistada Florença (33, F, ITA) salientou o *shopping* como um espaço de lazer, outros também o destacaram, principalmente pela sensação de segurança. Mas, eles apontaram que esta prática surgiu no Brasil, pois no seu país de origem, as vivências são realizadas, em grande parte, na rua, já que existem muitas programações gratuitas, espaços públicos ao ar livre, e os cafés e bares são vistos como uma extensão da casa.

Constatou-se, assim, diferentes territorialidades vinculadas às vivências do lazer, no exterior, vinculada a experiências desenvolvidas na rua e no Brasil, mas vinculada em casa e em espaços privados. É claro que a rua serve também como o espaço típico do lazer.

Já um pequeno grupo de entrevistados, afirmou que o tempo para o lazer diminuiu, uma vez que a imigração intensificou o seu ritmo de trabalho, sendo-lhes atribuídos maiores responsabilidades, não permitindo, assim, desenvolver mais tempo para o lazer, inclusive decepcionando-se com tal situação. Como se observa nos seguintes relatos: “Aqui eu tenho menos tempo livre, porque minha profissão requer muito tempo aqui, 24 horas praticamente aqui neste trabalho. Além de ser de eu gerenciar o meu tempo, aqui eu não tenho” (Coimbra, 46, M, POR); e, “É diferente. Lá tem mais lazer, talvez. Lá tem mais lazer... tenho mais lazer por quê? Porque aqui estou no hotel e, quer queira, quer não, aqui tá... convivo aqui, quer queira, quer não, tô dentro do hotel dentro do serviço. Portugal é diferente” (Aveiro, 65, M, POR).

Os dois entrevistados têm muitas características em comum, além do fato de serem portugueses, atuam no setor da hotelaria; o primeiro, entrevistado como gerente de uma pousada familiar, e, o segundo, proprietário de um hotel; ambos residem no local de trabalho, tornando as relações entre trabalho e lazer mais difusas, difíceis de serem percebidas.

Constata-se, assim, que essa mudança de vida tende a romper ao mundo do trabalho tradicional, oposto ao lazer, porém com uma linha mais tênue entre ambos e, assim os imigrantes gerenciam melhor seu tempo. Segundo Perkins e Thorns (2006), na medida em que a mobilidade das pessoas está cada vez maior, seus padrões laborais e de lazer cada vez mais flexíveis e as situações relacionadas com sua residência mais diversas, não é possível aceitar mais essa distinção hierárquica.

Partindo do princípio deste limiar entre trabalho e lazer, um dos entrevistados tocou num ponto que contribui para o avanço de tal discussão.

Eu não quero muito tempo de ócio. **Eu desfruto trabalhando.** Eu gosto. Gosto de fazer negócio disso, daquilo, eu disfruto assim, sabe? Só em conversar, falo com o caseiro, falo com uma pessoa de negócios. Vamos fazer isso, vamos procurar... investigar, como fazer, o que fazer. Há um tempo para tomar um café, uma água conversando... Para mim não tem problema (Vigo, 51, M, ESP, grifo nosso).

Este relato corrobora a ideia de que novas configurações surgem e que a polarização lazer/trabalho merecem ser repensadas, já que, conforme se observa, eles se apresentam de forma articulada, e não em contraposição, como foi postulado por autores como Dumazedier (2002).

Já sobre as vivências de lazer dos entrevistados, relacionando diretamente com o processo migratório, as respostas foram muito diversas, fazendo especial menção às idas à praia, às atividades desportivas e sociais. Ir ao cinema, comer nos restaurantes e ler foram, também, atividades muito citadas. Como se pode verificar nos seguintes discursos:

Praia, que é o básico, mas eu gosto muito das lagoas, porque é tipo uma praia, mas ao redor cheio de natureza, de árvores, sei lá, gosto muito disso. Uma coisa que a gente não tem lá. Lazer também é muito... lazer noturno, pela noite, vamos a um bar, vamos pra casa beber cerveja, tocar um violão. E depois lazer, tipo, não sei em casa seria lazer, leitura, tudo isso. Eu fico muito mais em casa que lá na Europa (Elche, 22, M, ESP).

Alguns disseram que ficam em casa, fazem compras, viajam, fazem meditação e dançam. Demonstrando uma série de vivências, e as diversas possibilidades de lazer.

Com relação à companhia que desfrutam para o desenvolvimento de suas experiências de lazer, geralmente o fazem com familiares e/ou amigos, mas, em alguns momentos, também as realizam sozinhos.

Também foi questionado se os entrevistados estão satisfeitos com o seu projeto migratório e se eles têm a intenção em retornar ao seu país de origem.

A maioria dos entrevistados encontra-se satisfeita; um pequeno grupo está parcialmente satisfeito; e, um terço dos entrevistados, disseram estar insatisfeitos.

A parcela que afirmou estar satisfeita com a migração afirma que a qualidade de vida melhorou consideravelmente, como se revela o seguinte relato: “Estou satisfeito. A qualidade de vida que eu ganhei foi muita e eu acho que fiz bem. Ganhei muito em saúde” (Córdoba, 40, M, ESP); “Às vezes, a gente não faz uma escolha certa, mas essa escolha aqui, pessoalmente, para minha natureza, entre aspas, eu acho que foi uma escolha certa. Já não poderia voltar para Itália e imaginar minha vida agora em outro país” (Puglia, 47, M, ITA).

Já os que estão parcialmente satisfeitos explicaram que, financeiramente os objetivos foram alcançados, mas a cidade vem sofrendo algumas pioras no decorrer dos últimos anos, como se evidencia a seguir: “Primeiro, porque eu confiei demais nas pessoas. E a crise afetou muito o setor que eu estava trabalhando. Se junta tudo e ao final... esperava retorno do negócio em um ano e levou três. A expectativa, a nível pessoal, está bem” (Vigo, 51, M, ESP).

Aqueles que afirmaram estar insatisfeitos justificaram pelo aumento da criminalidade aliada ao medo da violência, à crise política e à instabilidade econômica brasileira, à existência de pessoas aproveitadoras, à alta burocracia, à baixa qualidade no ensino e ao desejo de envelhecer em melhores condições de seguridade social. E que esse tal conjunto de fatores corroboram para o desejo de retornar ao seu país de origem.

A maioria dos entrevistados não quer voltar ao seu país de origem sob nenhuma maneira, e reforçaram o desejo de permanecer no Brasil.

Eu não consigo me ver deixando o Brasil, não sei se tem essa coisa de outras vidas, mas aqui eu me sinto muito bem, aqui eu me sinto em casa, eu me sinto muito bem, aconteceu eu te falo de verdade, aconteceu que quando estava fora 40, 50 dias de eu ter saudades do Brasil, e na primeira vez, me diziam mas você está na sua Itália, mas eu não sei, talvez era o clima, essa particularidade, não sei se é o vento que tem, que eu gosto muito, mas é isso [risos] (Veneza, 56, F, ITA).

Alguns estrangeiros (2) não têm planos de voltar, mas se a crise continuar no Brasil, pretendem deixar o país e ir para qualquer lugar onde possam ter perspectivas de melhorias com respeito a sua renda e, assim, obter mais lucro, independentemente de ser o seu país de origem.

Não tenho planos, agora estou no Brasil, não sei até quando vou ficar aqui e depois eu vou ver o que faço, se eu volto pra Espanha, mas não é minha prioridade voltar pra Espanha não. Na verdade, eu estou a morar e trabalhar em qualquer lugar do mundo, onde eu consiga encontrar um projeto que seja atrativo pra mim e pra minha

esposa. A Espanha, como Espanha, assim não. Pode ser qualquer lugar (Pamplona, 38, M, ESP).

A instabilidade que interfere nos negócios é um fator preocupante. Nestes casos, retornar para o seu país de origem torna-se a melhor saída, e, talvez, este seja um elemento motivador para se pensar no retorno.

Três pessoas gostariam de passar uma parte do ano no Brasil e a outra parte do ano em seu país de origem. “Não. Eu tenho minha pensão... não quero ficar aqui definitivo, nem ficar em Portugal. É dividir sempre o meu tempo aqui. Talvez quando tiver coisas pra fazer lá... tanto ficar aqui 8, 9 meses e 3, 4 meses lá” (Aveiro, 65, M, POR).

Em definitivo? Não. Mas eu passaria... o meu planejamento era de aqui uns dois anos era estar na Itália. Passar uns 5 ou seis meses lá e o restante aqui. Não vai dar, mas... Se não vai dar em dois anos, vamos ver se daqui a 5, 10 anos a gente... mas eu não quero voltar pra lá, em definitivo (Milão, 49, M, ITA).

São sete os estrangeiros que têm interesse em regressar ao país de origem, cinco sem datas precisas e dois já haviam comprado a passagem de regresso. Os motivos que levam a tal desejo estão diretamente relacionados à demora nos procedimentos legais e burocracias, e o fato de terem sido enganados por aproveitadores.

Outro fator determinante desse desejo do retorno, segundo os entrevistados, é que o seu país de origem oferece melhores condições para se envelhecer com qualidade de vida. Ou seja, o litoral potiguar é adequado para se capitalizar e viver enquanto se é jovem, após isso, é melhor retornar para a sua terra natal, principalmente diante de uma doença mais grave e da velhice.

Foi destacado também, que, outro elemento propulsor para esse retorno seria a educação dos filhos, já que muitos afirmaram que, no Brasil, as escolas são caras e não oferecem diferenciais, como, por exemplo, serem bilíngues.

Os resultados apresentados levam a pensar que o projeto migratório, em sua maioria, foi bem-sucedido e que não foi melhor, devido, principalmente, à crise que afetou os negócios e tardaram ou diminuíram seu retorno financeiro em seus negócios. Frustrando algumas expectativas e com o atual cenário político e econômico brasileiro, a imagem do Brasil enquanto país de oportunidades, sofreu uma certa estacionada e interrupção, gerando um cenário de incertezas.

Diante do exposto, e compreendendo que a migração não é um evento único no tempo e no espaço, mas que pode repetir-se ao longo da vida de um sujeito (SKELDON, 2013), esta migração no Brasil pode ser permanente ou não.

Considerações finais

Constatou-se que o estrangeiro, agora como residente, assume um outro olhar frente o destino, diferenciando o território turístico do não-turístico, ou seja, do território das férias para o território do vivido, do cotidiano. Como moradores, os migrantes conseguem identificar problemas de infraestrutura, insegurança, demasiada burocracia e a má prestação nos serviços públicos, bem como declararam que há falta de interesse e pouca participação da população local em lutar para reverter essa situação.

Diante de tal cenário, percebe-se que a cidade deve ser preparada, primeiramente, para o residente, pensando em oferecer melhores serviços e condições para que ele tenha qualidade de vida, pensando num turismo que acolha os interesses da população e do destino pois, um turismo que cresce numericamente não é interessante para a cidade e para os cidadãos que nela residem, mas apenas para os agentes hegemônicos.

Desta forma, não se pode romantizar esse tipo de migração, só porque esses sujeitos têm maior possibilidade de escolher onde residir e serem detentores de capital, já que eles também passam por conflitos socioculturais, sofrem ataques xenofóbicos e as consequências da precariedade infraestrutural da cidade.

Com relação à avaliação da experiência migratória, a oportunidade de viver com mais qualidade de vida foi muito valorizada pelos entrevistados. O destino potiguar foi assinalado pelos entrevistados como uma cidade muito adequada para desfrutar do turismo e do lazer durante todo o ano, como uma cidade turística apta para os negócios, destacando que a migração contribuiu com o aumento do tempo para o lazer e que este assume um lugar de protagonismo neste novo estilo de vida, contribuindo, assim para a permanência destes estrangeiros no litoral potiguar. No contexto estudado, também se observou uma difusão nas relações lazer/trabalho e, desta forma, o destino potiguar expressa esse binômio de forma articulada e não em contraposição.

Com esta pesquisa, foi possível perceber que o lazer vivenciado por esses imigrantes assumem novos formatos e desempenham um importante papel em suas vidas como , um momento de trocas sociais, de descanso e de divertimento. Também se observou que algumas experiências vivenciadas no Brasil são diferentes daquelas vivenciadas em seus países de origem, onde lá eles praticavam mais vivências na rua e espaços públicos, e, aqui, se direcionam mais à praia e em espaços fechados.

A maioria dos imigrantes relatou que a sua nova vida no Brasil contribuiu para melhor qualidade, embora destaquem algumas fragilidades na prestação

de serviços públicos e na infraestrutura do litoral potiguar. Não se pode negar a contribuição destes imigrantes na economia local e nas trocas culturais, e que, desta forma, suas críticas devem ser ouvidas, trazendo melhorias para toda a população residente e o desejo da sua permanência no País.

De forma geral, os imigrantes avaliam positivamente seu projeto migratório, e que os valores intangíveis conquistados com essa imigração são superiores aos valores tangíveis, denotando, mais uma vez, que a sensação de bem-estar se sobrepõe aos lucros obtidos ou às questões salariais.

Afirmaram ainda que, apesar dos muitos contrastes e desigualdades socioespaciais no novo território, os imigrantes mudaram para o litoral potiguar permanentemente e estão satisfeitos com sua tomada de decisão, apenas uma pequena parcela admite que se trata de uma migração temporária, embora sem uma data fixa para o retorno.

Ressalta-se que, quando se pensa no regresso, os imigrantes se remeteram, principalmente, ao fato de, no seu país de origem, oferecerem um melhor suporte durante a velhice, já que durante essa esta fase da vida, se requerem mais cuidados com relação à saúde e à acessibilidade, dois fatores deficientes no Brasil. Interessante destacar, que nenhum imigrante vinculou o retorno à ideia da melancolia, nostalgia da época em que viveram ali e que essa vida era melhor que a atual.

Sabe-se que é difícil fazer previsões sobre o futuro deste fenômeno, uma vez que vivemos neste mundo de incertezas, de fluidez do capital e, precisamente, de instabilidade política pela qual vem passando o Brasil, mas, pode-se afirmar que este é um movimento contínuo ao longo da vida, e que as redes sociais estabelecidas podem permitir que esse fluxo permaneça, uma vez que, mesmo diante da crise mundial de 2008, o turismo e a imigração não cessaram no litoral oriental potiguar. Acredita-se que, agregado ao conjunto de fatores citados, a combinação do clima e da natureza, a fuga do urbano e a localização geográfica do estado permitiram que esses fluxos permanecessem.

Acredita-se que essas mobilidades vão se avolumar, principalmente pelas mudanças climáticas, intensificação da globalização, o avanço da tecnologia e da flexibilização do trabalho, devendo-se aprofundar pesquisas sobre esse tema e preparar as comunidades locais para esta nova tendência mundial.

Evidencia-se, ainda, que não se trata de um estudo comparativo, nem comprometido com generalizações, pois, debruçou-se sobre um contexto em particular, mas acredita-se que as considerações aqui expostas sobre o caso do litoral turístico potiguar apontam para analisar realidades semelhantes que ocorreram em outros destinos na costa litorânea do nordeste brasileiro, podendo este estudo ser replicado ou expandido.

Pode-se concluir, assim, que o lazer perpassa nas motivações do migrante internacional, e estas estão articuladas ao trabalho, não como oposição, porque mesmo que alguns tenham buscado oportunidades promissoras de negócios, sabe-se que a satisfação buscada não é meramente material, mas de ter uma vida melhor, diante do clima ameno, sol, praia, tranquilidade, novas formas de trabalho e aumento do “tempo livre”. Tais aspectos compõem o lazer e a chamada qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ANICH, Rudolf; BRIAN Tara; LACZKO, Frank. **Tendencias de la migración: comparación de las cuatro direcciones**. Informe sobre las migraciones en el mundo 2013: el bienestar de los migrantes y el desarrollo. Ginebra: Organización Internacional para las Migraciones, 2013.
- BACAL, Sarah, S. **Lazer: teoria e pesquisa**. São Paulo: Loyola, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer: concepções e significados. **Licere**. Belo Horizonte, v.1, n.1. p.9-17, set. 1998.
- BOULLÓN, Roberto C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. EDUSC: Bauru, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- BRASIL. Ministério do Turismo – MTUR. **Demanda turística internacional: Fichas fichas sínteses 2010-2014**. Brasília, 2015.
- BURT, Ronald S. The network structure of social capital. In: STAW B.; SUTTON, R. (Ed.). **Research in organizational behavior**. New York, NY: JAI Press, 2000. v.22.
- CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é lazer?** 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARDOZO, Juan Manoel Carreño. Poder e hegemonia na construção do conhecimento do lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tabora.(org). **Produção de conhecimento em Estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.13-29.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: globalização e fragmentação**. 3ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996.
- DUMAZEDIER, Joffre. Lazer: valores residuais ou existenciais?. In: POIRIER, J. (Eds). **História dos costumes**. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.p.147-222.
- FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais...**, Ouro Preto, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014a.
- _____. El ocio y la recreación en las sociedades latinoamericanas actuales. **Polis, Revista Latinoamericana**, v.13, n.37, p.363-384, 2014b.
- _____. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.3, set/2011, p.1-25.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAGAN, Jacqueline Maria. Social networks, gender, and immigrant incorporation: resources and constraints. **American Sociological Review**, v.63, n.1, p.55-67, Feb., 1998. Disponível em:

< www.jstor.org/stable/2657477 > . Acesso em: 06 maio 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 20ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HIERNAUX, Daniel. Los imaginarios del turismo residencial: experiencias mexicanas. In: MANTECÓN, Alejandro; HUETE, Raquel e MAZÓN, Tomás. **Turismo, urbanización y estilos de vida**: las nuevas formas de movilidad residencial. Akanycia. Barcelona: Ed. Icaria. Política Internacional, 2009. p.109-125. HUETE, Raquel; MANTECÓN, Alejandro. Introducción: sobre la construcción social de los lugares. In: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN A. (Eds). **Construir una nueva vida**:. Los los espacios del turismo y la migración residencial. Santander: Milrazones, 2011. p.11-19.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012.

JANOSCHKA, Michael. Imaginarios del turismo residencial en Costa Rica. Negociaciones de pertenencia y apropiación simbólica de espacios y lugares: uma relación conflictiva. In: MAZÓN, T. HUETE, R, MANTECÓN A. (Eds). **Construir una nueva vida**:. Los los espacios del turismo y la migración residencial. Santander: Milrazones, 2011. p.81-102.

KELLY, John; FREYSINGER, Valeria. **J. 21st Century leisure**: current issues. EUA: Allyn e Bacon, 2000.

KING, R., SKELDON, R., VULLNETARI, J. Internal and international migration: bridging the theoretical divide. **Working Paper paper** n.52, Sussex Centre for Migration Research, University of Sussex, December, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 12ed. Campinas: Papyrus, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. Contribuições da Geografia para o estudo do lazer. In: MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Lazer**: olhares multidisciplinares. Campinas: Alínea, 2010. p.139-159.

MELO, Victor Andrade de. Sobre o conceito de lazer. **Sinais sociais**. Rio de Janeiro, v.8 n.23, p.15-35. set-dez. 2013.

PELLEGRIN, Ana de. Espaço de lazer. In: GOMES, Christianne Luce. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.73-75.

PERKINS, Harvey C.; THORNS, David C. Home away from home: the primary/secondary home relationship. In: MCINTYRE, Norman; WILLIAMS, Daniel; MCHUGH, Kevin. (eds). **Multiple Dwellingdewelling**. Wallingford, UK: UABI, 2006. p.67-81.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO A. **Regione e regionalizzazione**. Milano: Franco Angeli, 1984. p.69-82.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

SACK, Robert David. **Human territorially**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (Tradução de páginas isoladas).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VERA, Fernando J, *et al*. **Análisis territorial del turismo y planificación de destinos turísticos**. 2ed. Valencia: Tirant Humanidades, 2013.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e qualidade de vida**. 2008. Disponível em: < <http://www.motricidade.com/index.php/repositorio-aberto/42-gestao/1229-lazer-trabalho-e-qualidade-de-vida> > . Acesso em: 27 maio 2018.

Capítulo 7

Interações entre uma rota turística e a intersectorialidade na gestão pública do Turismo na perspectiva regional: o caso Rota das Grutas de Peter Lund/MG

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira

Este capítulo é um recorte de uma pesquisa de maior amplitude na qual o objeto de estudo compreendeu as interações entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturador Rota das Grutas, de Peter Lund – RGPL, um projeto do Estado de Minas Gerais e que envolveu os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas, Cordisburgo e Belo Horizonte e diversas secretarias e órgãos.

O nome desta rota turística foi uma homenagem a Peter Lund, um dinamarquês nascido em 1801 que visitou o Brasil pela primeira vez aos 24, temeroso da tuberculose que havia vitimado seus dois irmãos. Entre idas e vindas, Lund fixou residência em Lagoa Santa, Minas Gerais, no ano de 1833. Nas cavernas da região, descobriu mais de 12 mil peças fósseis que permitiram escrever a história do período pleistoceno brasileiro – o mais recente na escala geológica. Lund descobriu, também, ossadas do chamado “homem de Lagoa Santa”, fóssil humano que possibilitou reescrever um importante período da pré-história brasileira. É considerado o pai da paleontologia do País. Seus achados foram a base para a revisão de pressupostos¹ aceitos pela então incipiente paleontologia. Posteriormente, na década de 1970, em pesquisas realizadas pelo prof. Walter Neves, da Universidade de São Paulo, descobriu-se o fóssil conhecido como Luzia² e, deste modo, o processo de migração das américas foi revisto.

¹ Teorias evolucionismo e catastrofismo.

² No momento que este estudo foi desenvolvido, um incêndio destruiu 90% do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Este local era responsável pela guarda de um acervo de cerca de 20 milhões de itens e, dentre eles, o crânio de Luzia. Posteriormente, o crânio foi encontrado em meio aos destroços do incêndio.

O formato do projeto permite visualizar a intersetorialidade como uma de suas premissas pois, segundo o Estado, o projeto incorporou esforços de diferentes órgãos do governo de Minas Gerais, tais como as secretarias de Meio Ambiente, Turismo, Obras Públicas, Desenvolvimento Urbano e Cultura. Sugere, ainda, aproximação com política de regionalização do turismo brasileiro. É pertinente, portanto, estudar as relações entre as diversas instituições e interlocutores envolvidos em tal projeto, bem como suas interações com a sociedade civil.

Para o Estado, tal Rota representa a necessidade de consolidar novos roteiros que possam se tornar produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional, demonstrando uma clara associação ao contexto econômico, a princípio. Em outro contexto, ainda para o Estado, o projeto consiste na idealização de um roteiro científico-cultural³ capaz de promover conhecimento e desenvolvimento socioeconômico para os municípios envolvidos, por meio da integração dos atrativos regionais em uma rota turística. Cabe, então, questionar: as diretrizes estabelecidas pelo projeto, apresentadas acima, são suficientes para promover a integração entre municípios, Estado e sociedade rumo ao desenvolvimento regional do turismo e do lazer? Como se deu o processo de elaboração e de implementação do projeto? Qual orientação para o desenvolvimento sustenta as ações implementadas?

O objetivo deste estudo foi compreender o processo de elaboração e de implementação projeto do estruturador Rota das Grutas de Peter Lund, suas interações com a Política de Regionalização do Turismo Brasileiro e com as diferentes instâncias de governança.

A natureza da pesquisa foi qualitativa e envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa documental, foram analisadas as cartilhas do programa de regionalização do turismo brasileiro e 168 atas de reuniões da instância de governança regional. Na fase de campo, foram realizadas 27 entrevistas com diversos interlocutores, sendo eles representantes das instâncias de governo estadual, municipal e regional, representantes da sociedade civil e empresários da região. Para se garantir o anonimato, cada entrevistado recebeu um apelido que o associa a uma gruta catalogada no território de residência de cada participante.

³ Nomenclatura empregada no estudo OMT (2011).

QUADRO 1: Caracterização e quantificação da amostra da pesquisa

Mentor do projeto	Instância Governança Estadual	Instância Governança Regional	Instância Governança Municipal	Liderança Comunitária	Empreendedores	Total
01	06	01	10 ^{4**}	04 ^{5*}	05	7

Fonte: Elaboração própria.

Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, com o auxílio do software NVIVO. Como prevê a técnica, foram estabelecidas categorias de análise a priori e a posteriori, demonstradas no quadro 2.

QUADRO 2: Categorias de análise

Categoria	Indicadores
Histórico da rota	Conteúdo
	Orientação
Território	Pertencimento
	Participação
Articulação regional	Política
	Governança
	Intersetorialidade

Fonte: Elaboração própria.

Após a categorização das informações, os dados foram analisados com o apoio das técnicas de frequência de palavras e análise de *cluster*.

A análise de *cluster* consiste em uma técnica de análise estatística multivariada que permite agrupar os pares, configurando a aproximação e o distanciamento entre eles. Foi utilizado o coeficiente denominado Jaccard, que representa a concordância definido pelos pares, sendo ela calculada em relação ao intervalo total dos pares, possibilitando comparar o número de presença de bandas comuns e o número total de bandas envolvidas, desconsiderando o número de ausências conjuntas (MINGOTI, 2005). Este coeficiente representa a análise das categorizações realizadas.

^{4**} Em razão das mudanças decorrentes da troca de gestão municipal no período da coleta de dados e da baixa ocupação nas secretarias que abrigavam o turismo por profissionais concursados, foi necessário entrevistar mais de uma pessoa para que fosse possível compreender a relação do município com o projeto e a política de regionalização.

^{5*} Um dos representantes respondeu por duas cidades, já que essas estão muito próximas. Entretanto, foi computado apenas como uma representação.

Os resultados são explicitados a partir tabelas originadas a partir do coeficiente empregado. Os resultados são gerados a partir da aproximação e distanciamento do número 1, como exposto por Marôco (2014). Ou seja, quanto mais próximo de 1, mais forte é a relação entre os pares estudados e, quanto mais distante de 1, mais fraca é a associação entre eles.

Tendo apresentado os contornos e o formato das análises estabelecidas pela pesquisa, o item a seguir esboça a sustentação teórica.

Regionalização: limites e possibilidades do conceito

Diversos são os conceitos de regionalização. A partir de uma noção geográfica, identifica-se aquele que se refere a um procedimento operacional de divisão dos territórios, no qual a região é entendida como uma estratégia para gerar desenvolvimento socioeconômico. Em tal concepção, está presente a ideia da homogeneidade de substratos culturais, podendo corresponder dialeticamente à negação das diferenças, mas, também, a uma interpretação exógena de cunho econômico interessado em mercados. Ao associar as dimensões espacial, econômica e sociocultural, surgem questões relacionadas à identidade e à territorialidade (FIGUEIREDO e NÓBREGA, 2015) e, portanto, à negociação das diferenças para facilitar o estabelecimento de uma unidade e identidade para a região (GEERTZ, 2001).

Considera-se, ainda, a existência de outras perspectivas de regionalização, dentre elas aquela na qual este é produto da sociedade e que pode ser explicada pela dialética entre os conceitos de modo de produção e de formação socioespacial, ou seja, aquela pertinente a um sistema relacional entre grupos e indivíduos e, portanto, fruto da organização socioterritorial e das formas de gestão do desenvolvimento local e regional, e que evidenciam princípios emancipatórios da vida social (SANTOS, 2010).

Nesta direção, o desenvolvimento regional pode ser entendido como meio para redução das disparidades regionais e opção por práticas participativas e democráticas, a partir de mecanismos de articulação entre sujeitos sociais voltados para escalas locais. Precisa seguir, portanto, na contramão de esquemas de desenvolvimento pautados na exploração desenfreada dos recursos naturais, do autoritarismo decisório e, como uma de suas consequências, a elevação das desigualdades sociais. Pressupõe a expansão das liberdades individuais e grupais, o empoderamento das populações locais e a garantia de bem-estar social (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015). Seus fundamentos estão centrados na

remoção das privações de liberdades humanas (SEN, 2000). Baseia-se na flexibilidade com adaptabilidade e, assim, se volta para as especificidades locais a partir de dimensões sociopolíticas, culturais, dos valores e das instituições. Significa promover a produção e distribuição de riquezas de forma solidária, partilhada e justa. Resulta, portanto, de práxis social coletiva, cujo objetivo é encontrar soluções locais, ou seja, endogenia.

Sua filosofia passa pela solidariedade humana. Isto quer dizer que a associação deste conceito apenas à noção de técnica de planejamento, que não reconhece as diversidades e as trajetórias, é insuficiente para análise do desenvolvimento regional cujo “o objetivo [...] é encontrar formas de inserção de lugares na economia de mercado, sem necessariamente desvalorização do homem, lugares, patrimônio cultural e natural” (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013). Está intimamente relacionado ao desenvolvimento social e humano, sem, no entanto, deixar de considerar o econômico, que assume outra direção, qual seja, a expansão das liberdades substantivas das pessoas, que servirão para aquilatar mudanças (SEN, 2000). Os resultados advindos de tal orientação correspondem à inclusão social e à diminuição de desigualdades locais e regionais. A redução de desigualdades precisa estar pautada na sustentabilidade e na diversidade (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015).

Nesta direção, a atual política brasileira de turismo sugere ter como orientação o desenvolvimento regional carregando consigo noções de desenvolvimento social e humano, mesmo destacando questões orientadas para o mercado. Afinal, salienta a comunidade local, a qualidade de vida dos residentes, o estímulo a pequenas economias, a integração e a cooperação entre os envolvidos. Tal política parece deslocar a noção de turismo centrado no turista para o turismo centrado no local, o que poderia ser considerado como um avanço. Ainda assim, questiona-se: E na prática, como isto ocorre?

A política parece se aproximar da noção de desenvolvimento socioespacial ao incluir o espaço social como categoria de análise, de instrumentalização e operacionalização. Para Souza (1997), o reconhecimento desta categoria como produto das relações sociais seria condição precípua para uma mudança significativa no conceito de desenvolvimento.

Ao considerar a relação, projeto de governo, sociedade e uma rota turística, marca-se a presença das interações entre lazer e turismo. No bojo desta pesquisa, são considerados como fenômenos sociais, complexos, dialéticos e multidisciplinares, estabelecidos a partir da dimensão da cultura (GOMES, 2011, 2014) e sua associação com a ludicidade como meio de interação capaz de propiciar transformações significativas nos sujeitos, favorecendo a autonomia das pessoas e integração com o meio ambiente (CABEZA, 2018). São considerados,

também, como um direito social. Sua fruição se dá de modo livre, ou seja, a escolha passa diretamente pelo sujeito em sua prática. São campos distintos que possuem uma fronteira tênue e de difícil delimitação. As categorias tempo e espaço exprimem tanto das aproximações como das diferenças. As diferenças são marcadas pela fruição. Enquanto no lazer ela é corriqueira e cotidiana. Os deslocamentos se estabelecem no território de residência e, geralmente, definidos a partir de relações sociais. A fruição do turismo, por outro lado, pressupõe o deslocamento para fora do local de residência e pela necessidade de um tempo de distanciamento do cotidiano e maior planejamento (OLIVEIRA, 2018). Ambos, lazer e turismo, podem impulsionar processos de distintas perspectivas favorecendo, por exemplo, as transformações materiais e simbólicas na sociedade.

Ao relacionar lazer e turismo ao processo de desenvolvimento, percebe-se a associação destes à dimensão humana, dada a capacidade de ambos proporcionarem desenvolvimento sociocultural e bem-estar. Por tal razão, podem constituir alternativas à noção de desenvolvimento focado somente em questões de crescimento econômico e acumulação de capital, reduzindo estes fenômenos a mercadorias destinadas à obtenção de lucro.

Rotas turísticas e o desenvolvimento regional

Há uma restrita produção acadêmica disponível nas bases de dados *Web of Science* e *Scielo*, revelando que a temática é ainda pouco estudada. Nota-se que o termo tem sido empregado de diversas maneiras, podendo representar desde um percurso de transporte comercial e relacionando a mobilidade como fator de desenvolvimento regional (CAMPODÓNICO & CUNHA, 2010), um itinerário turístico (ARAIZA *et al*, 2009), ou ainda, a uma região com potencial turístico para a criação de estratégia de desenvolvimento local e ou regional, como no caso da RGPL.

Observa-se também que, ao empregar o termo com o sentido de criação de motivações para a visitação turística, o mesmo pode carregar consigo a ideia de resgate da história, da memória, da cultura e também de expressão identitária. Porém, geralmente tem sido empregado como junção entre a produção rural e o turismo (JARAMILLO & RAMÍREZ, 2016; LACOSTE & NAVARRETE, 2014, SOSA & ARAIZA, 2012).

O conceito de rotas turísticas é apresentado por Sosa e Araiza (2012), ao estudar uma rota gastronômica, ponderando-a como um sistema organizado para proporcionar ao turista a possibilidade de estabelecer relacionamento com

a comunidade, a produção agroindustrial, os agricultores e as atividades rurais, além da cultura da região. *“Las rutas se organizan en torno a uno o varios productos clave que las caracterizan y les otorgan una identificación definida”*⁶ (SOSA & ARAIZA, 2012, p.159).

As autoras ainda apresentam dez pontos que definem a formatação de uma rota que são: (1) Identidade do local; (2) Contexto cultural marcante; (3) uma área geográfica demarcada; (4) organizações públicas e privadas apoiadoras; (5) produtores do setor primário; (6) setor produtivo de alimentos, artesanato e souvenirs; (7) empresas e prestadores de serviços turísticos; (8) serviços turísticos complementares; (9) associativismo, qualidade e capacitação; (10) desenvolvimento de marcas e definição de origem.

A abordagem central no turismo rural é empregada, na maioria dos casos, como recurso de caracterização da potencialidade turística, considerada nos textos como uma alternativa para o desenvolvimento que assume a noção de sustentabilidade. A escala regional é abordada, mas a local é aquela que revela ser a de maior importância, argumento com o qual se coaduna.

É importante ressaltar que, em todos os artigos analisados, a ideia de desenvolvimento está associada ao incremento econômico, mas, são propostas algumas alternativas, o que é considerado pelos autores como uma forma sustentável de promover desenvolvimento para as localidades. Tais alternativas correspondem, por exemplo, ao uso de estudos de valoração ambiental, visando estimar o valor econômico dos serviços ecossistêmicos por meio do método custo de viagem cujo argumento fundamental considera que o conhecimento desse valor é um avanço para a definição de estratégias alternativas de fomento ao desenvolvimento local e regional.

Em meio a este contexto, é proposta uma rota turística como uma estratégia territorial de desenvolvimento econômico capaz de proporcionar reestruturação e transformação produtiva, qualidade de vida, desde que considere, ainda, a junção com a formação de capital social, que é compreendido como um facilitador da coordenação e cooperação com vistas ao alcance de benefícios mútuos para os agentes envolvidos (PANIAGUA & PACHECO, 2016). Embora este método seja um instrumento para a gestão de áreas naturais, é preciso muita cautela, pois, se mal-empregado, pode ser associado à manutenção dos interesses do capital econômico apenas e, como destacado anteriormente, uma abordagem restritiva.

⁶ As rotas são organizadas em torno de um ou vários produtos-chave que os caracterizam e dão a eles uma identificação definida (Tradução Livre).

Ainda como resultante da análise empreendida do material levantado, percebe-se o distanciamento das discussões sobre as interações com lazer de modo direto. Embora sejam encontradas discussões acerca da ludicidade e de elementos associados à cultura, estes foram empregados apenas para destacar fundamentos motivacionais associados à formação de produtos turísticos, deixando transparecer que, a princípio, tais rotas são criadas como um chamariz para os que vêm de fora e, nelas, a população é vista como beneficiária apenas dos prováveis proveitos relativos ao emprego e renda. Nenhum dos projetos apresentados nos textos destaca a possibilidade de a população ser também sujeito da ação como, por exemplo, as integradoras entre o turismo e o lazer.

Percebe-se que todos os estudos analisados caracterizam propostas de rotas turísticas, mas nenhum deles se dedica a um projeto que tenha sido implementado, e que pudesse, assim, ter seus resultados analisados. Tal fato permite tecer um alerta para que em projetos que envolvam a elaboração de rotas turísticas, a interação entre turismo e lazer seja mais valorizada e integrada, possibilitando minimizar o distanciamento entre aquilo que se oferece à população como lazer e aquilo que a população percebe como oferta de lazer para os turistas. Com isto, talvez seja possível atenuar a segregação da população no usufruto dos espaços nos quais a atividade turística ocorre.

De maneira geral, no conjunto destas publicações, o conceito de desenvolvimento regional está associado a uma região que dispõe de potencialidade turística, uma abordagem restritiva, uma vez que se considera apenas a atratividade. O enfoque dado corresponde ao desenvolvimento econômico. Porém, os argumentos construídos estão apoiados no conceito de desenvolvimento sustentável, criado na década de 1980. Ainda que tal conceito seja passível de contra-argumentos, aponta para a inclusão de outras variáveis e mudanças significativas.

Esta seção analisou a interação entre a noção de rotas turísticas e sua interseção com o desenvolvimento regional. Na seção subsequente, serão apresentadas e analisadas as informações inerentes a esta pesquisa.

Rota das Grutas de Peter Lund: contornos e contradições

O marco temporal que define o início das discussões sobre o projeto RGPL como um tema de agenda é janeiro de 2008. Naquele ano, o idealizador do projeto, identificado na figura 1, presidia a Câmara de Meio Ambiente do estado de Minas Gerais (MIRANTE, 16 jun. 2016). Tais informações

evidenciam que o *locus* no qual a discussão estava vinculada era em uma instância de governança estadual cuja finalidade está vinculada ao meio ambiente e não ao turismo.

Tal instância de governança (ambiental), e notadamente seu presidente, estavam preocupados com as pressões que a região estava sofrendo devido a uma série de projetos envolvendo ações do Estado relativas ao vetor norte de Belo Horizonte, os impactos ambientais gerados pelas mineradoras e, também, diversos outros empreendimentos, todos associados à lógica de produção capitalista. É importante destacar, por outro lado, que o Circuito Turístico das Grutas, instância de governança regional da qual todos aos municípios que integram a rota fazem parte, havia sido formado no ano de 1999⁷ (LIVRO DE REGISTRO DE ATAS N° 1), portanto, nove anos antes, marcando o pioneirismo do estado de Minas Gerais na ideia de regionalização.

FIGURA 1: Nuvem de palavras – Histórico da Rota (30)



Fonte: Dados da pesquisa.

Na nuvem de palavras que sintetiza o histórico da rota, é visível que o projeto estava focado nas grutas abertas à visitação, destacadamente a de Maquiné, localizada na unidade de conservação Monumento Natural Estadual Peter Lund, na cidade de Cordisburgo, município designado no futuro como projeto-piloto. Ao observar a frequência de palavras apresentadas na Figura 1, percebe-se o distanciamento entre as demais unidades de conservação como, por exemplo, o Monumento Natural Estadual Rei do Mato, localizado em Sete Lagoas, que abriga a gruta de mesmo nome e, também, o Parque Estadual do Sumidouro, no qual está sediada a gruta da Lapinha. A extensão territorial desta

última unidade de conservação abrange os municípios de Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, mas sequer aparece nas informações destacadas na Figura 1.

O contexto das falas que aborda a gruta Rei do Mato, no entanto, demonstra um tom de lamento e revela que as ações destinadas a esta unidade de conservação, embora tenham sido planejadas e debatidas ao longo do tempo, não foram implementadas. A não execução das ações está associada a diversas questões que perpassam a esfera da gestão das unidades de conservação, notadamente a atuação do Instituto Estadual de Florestas – IEF, instância de governança estadual responsável pela gestão integral das unidades de conservação no estado de Minas Gerais. Acrescenta-se que a taxa de visitação nesta última é a mais baixa entre as três.

A presença da política de turismo se dá a partir das informações que destacam o Circuito das Grutas e a Secretaria de Turismo. No entanto, no contexto das entrevistas, estas duas instâncias de governança não foram inseridas no projeto logo em seu nascedouro, mas somente tempos depois, a partir do reconhecimento da relevância do projeto para o turismo e, principalmente, por meio de reivindicações para integrar o projeto.

Não, esse circuito das grutas eu não sei quem é, um troco aí que foi surgindo, eu não sei como é. Só na minha cabeça. Peguei um dia o carro e fui fazendo o percurso. Aí, eliminei certas coisas porque é impossível, quer dizer, imaginei um turismo que tivesse retorno de grana” (MIRANTE, 16 jun. 2016).

Eles deveriam ter primeiro consultado a área do turismo pra depois fazer o projeto que eles queriam fazer porque ali foi... assim, as pessoas só fazem as coisas na ordem inversa. Na ordem inversa. Você fez lá, você destruiu. Agora você quer que aquilo vire um ponto turístico. Você tirou o que tinha a referência pro turismo (PEDRA VERMELHA, 31 mar. 2017).

O contexto analisado e os trechos destacados evidenciam pistas que indicam uma orientação *top-down* e não *bottom-up* presente no projeto, diferentemente do que se pretende com a política de regionalização do turismo.

É importante destacar que, a atual política de turismo tem seus primeiros registros no ano de 2003 com a criação do Ministério do Turismo, bem como da institucionalização do projeto de Circuitos Turísticos definido pela Lei nº 43.321 de junho de 2003 (FREITAS, 2017), e ainda do programa de roteirização – Roteiros do Brasil, no ano de 2004. Contudo, parece seguir orientação contida na Lei nº 8.181/91 que, segundo Candioto e Benetti (2015, s/p.),

é a mais detalhada e completa da história das políticas federais para o turismo. Nela, estão contidas as seguintes estratégias: a) ordenamento, desenvolvimento e promoção

da atividade pela articulação entre governo e iniciativa privada; b) descentralização da gestão turística; c) implantação de infraestrutura básica e infraestrutura turística adequada as potencialidades regionais, além da qualificação profissional dos recursos humanos envolvidos.

A Política Nacional de Turismo implantada a partir de 1996 atribuiu ênfase na articulação entre governo e iniciativa privada, mantendo a orientação neoliberal dos governos anteriores (*Ibidem*).

A palavra museu aparece com certo destaque e está associada ao marco inicial da rota e, de modo mais específico, ao museu de História Natural da PUC, que abriga um significativo acervo sobre os achados de Lund na região, além de algumas críticas por parte do idealizador do projeto em relação à implantação de diversas ações nas unidades de conservação que abrigam as grutas de Maquiné e da Lapinha.

É pertinente destacar que o mentor do projeto desconhecia a política e o programa de regionalização do turismo, como se pode ver no trecho destacado anteriormente. No entanto, seu pensamento estava em parcial consonância com as diretrizes que apontam para a criação de produtos turísticos regionalizados, expressos por meio de roteiros turísticos, direcionados ao mercado nacional e internacional, já que o roteiro por ele proposto abrangia cinco municípios integrantes do Circuito Turístico das Grutas.

Embora, como dito anteriormente, as instâncias de governança de turismo não tenham feito parte do momento inicial do projeto, o termo turismo foi frequentemente empregado, geralmente como uma justificativa relativa ao fluxo de visitação. É relevante destacar que a ideia do projeto estava associada a um caminho (Figura 1) que poderia ser percorrido em um dia, associando o projeto ao formato de excursão, limitando, desta forma, os benefícios advindos da visitação para a população local, bem como para o visitante/turista considerado sujeito passivo por tal lógica.

As pessoas da região foram consideradas, a princípio, a partir do viés da educação ambiental que associa meio ambiente, cultura e ludicidade, lazer e turismo pedagógico. Neste caso, os sujeitos da ação foram as crianças e adolescentes em fase escolar. Os adultos, por outro lado, foram pensados apenas pelo viés econômico, destacadamente o fomento ao artesanato.

Parte da idealização do projeto estava relacionada à lógica centro-periferia, caracterizada na proposta de um roteiro em formato de excursão, como dito. A compreensão assumida para a lógica destacada está em consonância com o pensamento de Friedman (1972), que define as regiões centrais como subsistemas da sociedade que proporcionam uma alta capacidade de geração inovadora; por outro lado, as regiões periféricas são subsistemas

cujas orientações de desenvolvimento são, em grande parte, alicerçadas nas regiões centrais, permanecendo, portanto, uma substancial dependência. Ou seja, tal relação demonstra a dependência das regiões periféricas para com as regiões centrais.

Na economia periférica, as modificações no sistema produtivo são induzidas pelo exterior. Pelo fato mesmo de que essas modificações se limitem inicialmente a uma reordenação no uso de recursos já disponíveis, seu impacto na estrutura social é nulo ou reduzido (FURTADO, 1984, p.115).

Tal lógica contraria a concepção da política de regionalização que pressupõe a existência de capacidade mobilizadora das instâncias locais, que também não foram consideradas em grande parte das ações implementadas a partir do projeto, além da coordenação do processo de desenvolvimento de forma articulada e compartilhada (MTUR, 2004).

Em outra direção, é relevante refletir sobre a intersetorialidade indicada nos documentos do governo relativos ao projeto, bem como nas entrevistas. É necessário compreender a intersetorialidade para além da simples integração entre alguns programas e/ou secretarias, como caracterizado na Tabela 1 e sinalizado nas informações analisadas. Deve ser compreendida como articulação de saberes e experiências de planejamento, realização e avaliação de ações, de maneira constante e continuamente, o que é pouco expressivo no bojo das informações coletadas. Objetiva superar a fragmentação e a desarticulação que, geralmente, configuram as ações políticas setoriais. Por isto, consiste em uma nova forma de abordar os problemas sociais, ao colocar o cidadão no centro das políticas públicas, o que também não é percebido nas informações analisadas (MENICCUCCI, 2002).

TABELA 1: Cluster instâncias de governança Estadual

Fonte A	Fonte B	Coefficiente de Jaccard
IGE - SETUR ^a	IGE - IEF	0,7
IGR - CIRCUITO	IGE - IEF	0,55
IGR - CIRCUITO	IGE SEMAD	0,529412
IGE SEMAD	IGE - IEF	0,526316
IGE SETUR	IGE - SEMAD	0,526316
IGR - CIRCUITO	IGE - SETUR	0,47619

Fonte: Informações da pesquisa.

A Tabela 1 demonstra que as relações entre as diversas instâncias de governança envolvidas no contexto da RGPL são configuradas pela análise de *cluster* como mediana. Pode-se dizer que os resultados medianos, no conjunto das falas, representam as expectativas acerca do projeto e não sua efetividade.

A interdisciplinaridade e a intersetorialidade são destacadas nos discursos do Estado relativos à rota e configuram argumentos para validar a captação de recursos para as ações concernentes ao mesmo. Contudo, as informações coletadas apontam a fragilidade da intersetorialidade no contexto da RGPL, expondo, igualmente, a vulnerabilidade da concepção de governança como um mecanismo que possibilita uma abordagem ampliada e de maior profundidade acerca dos aspectos sociais, ambientais e políticos-legais, por exemplo. Ou seja, um processo para além da convergência de atores sociais (SILVA *et al*, 2012).

A complexidade das relações não significa prescindir da totalidade, mas sim compreender que a intersetorialidade, como uma metodologia, suscita a compreensão do quão limitado é o agir por partes, pois tal abordagem não é capaz de atender os cidadãos como um todo (RIBEIRO *et al*, 2014). Destarte, para que seja possível a obtenção de resultados positivos, é necessária a existência de relações sinérgicas (DREHER; BADEL, 2009), com um olhar para a dimensão da vida. A intersetorialidade requer, além do envolvimento e do diálogo, o estabelecimento claro dos papéis de cada um dos atores envolvidos.

Outro ponto importante que merece atenção foi revelado pela análise documental e por alguns entrevistados e se refere à existência de outro projeto que antecede a RGPL, desenvolvido no âmbito da instância de governança regional. Com uma orientação inversa a que foi discutida anteriormente, ou seja, *botton up*, o projeto denominado Caminhos de Lund caracteriza a lógica da endogenia e se associa ao contexto de criação de rotas turísticas, destacados anteriormente, como se pode ver no trecho a seguir, que também revela que houve pressão em decorrência da rota.

Bom, a verdade, Rota Lund surgiu, Caminhos de Lund já existia, né? [...] Mas aí voltando lá no Caminhos de Lund, qual que era a ideia de Caminhos de Lund? Era caminho mesmo turístico, levar as pessoas pra pessoas pra passear a cavalo, pra fazer rotas a cavalo com tropa pra dormir nas fazendas. Pra fazer de bicicleta. Pra fazer de Lagoa Santa a Cordisburgo de bicicleta. Era pra utilizar esse meio rural, esse caminho,

⁸ Legenda: IGE – Instância de governança estadual; IGR – Instância de governança regional; SEMAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento; IEF – Instituto Estadual de Florestas; SETUR – Secretaria Estadual de Turismo; Circuito – Circuito Turístico das Grutas.

as comunidades desse caminho antigo ao longo do Rio das Velhas e associar, além de Lund, ao ciclo do ouro porque tá tudo ali junto. O caminho tá na margem do rio, o caminho da boiada tá na margem de rio. O caminho de muitas épocas. Aí no levantamento, a gente tentou levantar todos esses dados históricos e pra começar a trabalhar a estruturação desse caminho. Primeiro mobilizar... primeiro a gente levantou pra depois mobilizar. Depois chegou no período de mobilização, começou a resistência dentro do Circuito. Ah! Porque o estado, doutor Célio Vale *vão* fazer Rota Lund com o Cartelli (MITO, 21 mar. 2017).

Outros dois pontos importantes são o pertencimento e a participação da comunidade local, mensurados na Tabela 2. Nota-se que os resultados são ainda mais baixos do que os medidos pela Tabela 1 e evidencia que a participação da população apresenta pouca expressão. Como dito anteriormente, se a própria Secretaria de Turismo teve dificuldades para participar do projeto, imagina a população local que, conforme apontam alguns entrevistados, não possui sequer conhecimento da existência da mesma.

[...] eu não sei se alguém sabe dessa Rota aqui em Sete Lagoas. A não ser assim o pessoal do trade turístico, né? O pessoal da Secretaria de Turismo, é óbvio, é... quem mais? De repente o Meio Ambiente pode saber alguém... alguns restaurantes ou... ou alguns... proprietários de hotéis, né? Mas fora do trade assim do atendimento ao turista, desconhecido (ESPELHO, 13 mar. 2017).

TABELA 2: *Cluster* Histórico da Rota, Pertencimento, Participação

Nó A	Nó B	Coefficiente de Jaccard
Pertencimento	Participação	0,444444
Participação	Histórico da rota	0,434783
Pertencimento	Histórico da rota	0,409091

Fonte: Informações da pesquisa.

O lazer não é visualizado na nuvem de palavras (Figura 1) e, tampouco, nos documentos acerca do projeto. Na fala dos entrevistados, este é percebido apenas como o lazer do turista, nunca o do morador. Tais apontamentos demonstram a invisibilização do mesmo no contexto da RGPL. Contraditoriamente, sua presença é subentendida, seja por meio de projetos envolvendo a cultura e que incluem a construção de museus, por exemplo, seja pela construção de parques em áreas naturais e em apresentações culturais ou em projetos de educação pelo e para o turismo e o lazer. No entanto, ao que parecem, as ações foram feitas tendo como objetivo atender ao visitante e quase nada consideram sobre o lazer do morador, muito menos seu papel como indutor de coesão social, cidadania e, consequentemente, como fator de desenvolvimento regional.

Considerações finais

Ao longo do texto, foram desenvolvidas informações acerca do processo de elaboração e de implementação, bem como as diretrizes para o projeto RGPL. Foram analisadas como ocorreu as (des)interações com a política de Regionalização do Turismo Brasileiro, com destaque para as instâncias de governança estadual – Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/MG, e regional do turismo – Circuito Turístico das Grutas. Foi evidenciada a pouca participação da população que, em muitos casos, desconhece ou nunca visitaram as grutas.

Tendo sido caracterizado o distanciamento destas duas instâncias de governança do projeto, é perceptível o comprometimento da compreensão sobre a contribuição da RGPL em relação à política de turismo em vigor e, logo, do desenvolvimento regional do turismo e suas interações com o lazer. Tal distanciamento, embora estas duas instâncias de governança tenham feito movimentos para aproximação e participação no projeto, evidenciam que as ações ocorreram a partir de orientação contrária à proposta pela política, que pretende que sejam do tipo *botton-up* e *não top-down*, como ocorrido. Sendo assim, é possível afirmar que foram limitados os resultados obtidos, comprometendo a capacidade da RGPL de promover conhecimento e desenvolvimento socioeconômico para os municípios envolvidos por meio da integração dos atrativos regionais em uma rota turística, como enunciado pelo Estado ao propor o projeto.

Embora tenham sido feitos obras de infraestrutura nas unidades de conservação que abrigam as grutas e no município de Cordisburgo, tais obras não conseguiram integrar os atrativos e não foram suficientes para reforçar a identidade e imagem da rota e da região, que é rica em valores naturais, culturais, históricos e científicos, o que é reconhecido pelo Estado ao elaborar documentos que versam sobre o projeto.

A ampliação da intersetorialidade é uma questão urgente e necessária para políticas que se pretendem democráticas, isto porque um determinado contexto passa a ser analisado e planejado a partir de diversas perspectivas e com o auxílio de especialistas de distintas áreas e não apenas por interesses específicos, como indicam as ações que envolveram a RGPL. A multidisciplinaridade de olhares em consonância com um objetivo maior, ou seja, o do bem-estar social, possibilita reflexões capazes de reorganizar a ordem capitalista que impera em grande parte dos projetos relacionados ao turismo.

Tal reordenação possibilita a evolução dos olhares quando se tratam de políticas, planos e projetos. Neste rearranjo, a direcionalidade do desenvolvimento

passa a priorizar o bem comum, o que pouco se percebe no contexto analisado. O projeto poderia ter potencializado a autonomia dos municípios, da região e das pessoas que ali vivem. Contudo, o que ficou claro é que sua interação com a sociedade foi limitada. O olhar para o lazer dos munícipes, invisibilizado (Figura 1) tanto pelos gestores quanto pelos próprios residentes quando se trata do projeto, marcam a limitação da rota enquanto uma ação com vistas ao bem comum e sinalizam que as diretrizes que a embasaram estão muito mais associadas ao desenvolvimento econômico do que o social, como devia ser, pois foi observada a limitação na articulação entre os sujeitos sociais, disparidades regionais e práticas participativas (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015), além dos princípios emancipatórios (SANTOS, 2010) e empoderamento das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marina; ISAYAMA, Hélder F. As fronteiras entre turismo e lazer. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 10., 2009, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2009. p.145-150.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes operacionais:** Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007:** diretrizes, metas e programas. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes Políticas:** Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010:** uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016:** o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.
- CABEZA, M. C. Ócio valioso para envelhecer bem. Tradução de Francisco José M. Couto. Sesc CANDIOTTO, L. Z. P. & BONETTI, L. A. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, n.19, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- CAMPODÓNICO, R.; BERTOLOTI, L. C. El turismo como construcción social: Un enfoque epistemometodológico. *Turismo y Sociedad*, v.14, p.47-63. nov. 2013. Disponível em: <<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/tursoc/article/view/3714/3847>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- CARVALHO, M. S. MOESCH, M. M. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v.6, n.2, p.442-457, maio-jul. 2013.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento regional do turismo. **Passos. Revista Brasileira de Turismo e Patrimônio Cultural**, v.1, n.2, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/bgg/article/view/4212>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, Fábio P. Lazer e Turismo: Novas centralidades da sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.3-22, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/773/637>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, Fábio P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, p.95-111, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n1>>. Acesso em: 12 maio 2018.
- CORIOLOANO, L. N. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume 2006.
- EGREJAS, M.; BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. La Valorización Del Diálogo En La Construcción e Implementación de Rutas Turísticas: Proyectos Palacios de Rio y Central Comunitario de la Amazonia – Brasil. *Estudios y perspectivas en turismo*, v.22. p.1160-1181, 2013.
- ELIZALDE, A. Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias. **INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.1, n.1, p.51-62, set. 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233809750_Desarrollo_a_Escala_Humana_conceptos_y_experiencias>. Acesso em: 05 jun. 2018.

EMMENDOERFER, L. *et al.* A Formação dos circuitos turísticos mineiros: Uma política descentralizada e democratizante? **Revista Observatório de Inovação em Turismo**. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5686> > . Acesso em: 15 jun. 2018.

ESFERA CONSULTORIA. **Fomento à operacionalização da Rota das Grutas de Peter Lund**. Etapa 1 – Mapeamento dos atores Locais. Belo Horizonte, abr. 2014.

ESFERA CONSULTORIA. **Fomento à operacionalização da Rota das Grutas de Peter Lund**. Etapa 2. Formatação do banco de dados: Público Científico em Potencial. Belo Horizonte, maio 2014.

ESFERA CONSULTORIA. **Fomento à operacionalização da Rota das Grutas de Peter Lund**. Etapa 3. Mobilização e Sensibilização. Belo Horizonte, jun. 2014.

FARIA, J. A. S.; GOMES, C. L. El ocio y el turismo en los artículos publicados en revistas académicas de turismo. **Estudios y perspectivas en turismo**, Argentina, v.22, p.875-892, 2013.

FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; WILKER, R. M. N (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009.

FRANZINI, R. X. **O turismo como opção de lazer**. Livrovilla. Disponível em: < <http://livrovilla.com/broc165970/o-turismo-como-opcao-de-lazer> > . Acesso em: 04 jun. 2018.

FREITAS, C. L. **Política, turismo e planejamento regional**. Métodos, modelos e reflexões críticas. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FRIEDMAN, J. General Theory of Polarized Development. In: HANSEN, Niles (Ed.). **Growth centers in regional economic development**. New York: Free Press, 1972. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/88053356/Principios-Fundamentais-da-Teoria-Centro-Periferia-Autor-Jhon-Friedman> > . Acesso em: 20 jun. 2018.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGAWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. 2ed. Tradução de Maria Celina Whately. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p.329-354. Publicado originalmente em **Revista Brasileira de Economia**, v.6, n.3, set. 1952.

FURTADO, C. Em Busca de Novo Modelo. **Revista de Economia Política**, v.23, n.3 (88), out.-dez. 2002; São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

GASTAL, S; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GIAQUETO, A. A descentralização e a intersetorialidade na política de assistência social. **Revista Serviço Social & Saúde, Campinas, Unicamp**, v.IX, n.10, p.79-102, dez. 2010.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a Antropologia**. Tradução de Ribeiro, Ved. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 247p.

GOMES, B. M.; SILVA, V. J.; SANTOS, A. C. Políticas Públicas de Turismo: Uma análise dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais sob a Concepção de Cluster. **Turismo em Análise**. v.19, n.2, ago. 2008.

GOMES, C. L. *et al.* (Org.). **Lazer na América Latina: Tiempo Libre, Ocio y Recreación en Latinoamérica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 398p.

GOMES, C. L.; PINHEIRO, M. LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenções com idosos**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GOMES, C. L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.3, set. 2011. Disponível em: < www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N03_ar1.pdf, 2011 > . Acesso em: 20 jun. 2018.

GOMES, C.; SOUZA, T. R. LA TEMÁTICA DEL OCIO SEGÚN LOS DOCENTES DE LAS CARRERAS DE TURISMO. Minas Gerais, Brasil, **Estudios y perspectivas en turismo**, v.20, p.127-148, 2011.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira do Lazer**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan.-out. 2014.

GOMES, C. L. Compreensões de Lazer/Ocio na América Latina. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.4, dez. 2013.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). O Direito Social ao Lazer no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2015.

GOMES, C.M. **Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica**. Disponível em: < ufsj.edu.br/.../1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil_breve_trajetoria_historica > . Acesso em: 20 jun. 2018.

GÓMEZ, J. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista eletrônica Pegada**, v.3/1, p.798-821. 2011. Disponível em: < revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewfile/798/821 > . Acesso em: 20 jun. 2018.

JARAMILLO, J. M. P.; RAMÍREZ, J. I. Propuesta de una ruta turística bananera en la base a la historia regional, Provincia el Oro, de Ecuador. **UNIVERSIDAD Y SOCIEDAD | Revista Científica de la Universidad de Cienfuegos**, v.8, n.2, mayo-ago. 2016.

KRUTWAYSHO, O; BRAMWELL, B. Tourism policy implementation and society. **Tourism Research**, v.37, n.3, p.670-691, 2010.

LACERDA, L. L. L. Interface Turismo – Lazer: Reflexões sobre as interações desses “campos” de estudo na realidade brasileira. **Revista Turismo Visão e Ação**, v.12, n.3, p.299-313, 2010. Disponível em: < www.univali.br/revistaturismo > . Acesso em: 20 jun. 2018.

LACOSTE, P. J.; NAVARRETE. S. Alternativas no tradicionales de desarrollo rural: La ruta del Pisco como recurso turístico (vale del Esqui, Chile). **IDESIA**, Chile, v.32, n.4, p.5-14, sept.-nov. 2014.

MAGALHÃES, J. S.; SUYAMA, E.; FARIA, D. M. C. P. Estimativa de uma função de demanda para os visitantes das grutas da Rota Lund. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.95-111, ago. 2017. Disponível em: < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1136> > . Acesso em: 23 jun. 2018.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS statistics**. 6ed. Portugal: ReportNumber, 2014.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos: In ISAYAMA, H. F; Linhares, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: O estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F; LINHARES, M. A. **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: Questões para o esporte e o lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008. p.179-202.

MINAS GERAIS/BRASIL. Estratégia de Desenvolvimento Turístico “Rota das Grutas de Peter Lund”. **Volunteers/WNWTO – Themis**, v.1, 2011. Disponível em: < <https://www.dropbox.com/s/13hq2pg0fwxqzqp/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Rota%20Lund%20vol1.pdf> > . Acesso em: 03 jun. 2018.

MINAS GERAIS/BRASIL. Estratégia de Desenvolvimento Turístico “Rota das Grutas de Peter Lund”. **Volunteers/WNWTO – Themis**, v.2, 2011. < <https://www.dropbox.com/s/kmhh05xz6tldr/>

Anexos%20Rota%20Lund.pdf > . Acesso em: 20 jun. 2018.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**. Uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

MOESCH, M. M.; GASTAL, S. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

MOESCH, M. M.; GASTAL, S. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, p.442-457, maio-jul. 2013.

MOESCH, M. M.; GASTAL, S. O lazer faz o elo: Reinventar as políticas públicas para o lazer e o turismo humanizadores. In: _____. **Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MÜLLER, A.; DaCOSTA, L. P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. 230 p.

OLIVEIRA, A. P. G. S. **Conectando trechos do caminho: turismo, lazer e desenvolvimento regional no contexto do projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund/MG**. [manuscrito] Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2018. 199 f.

OLIVEIRA, R. A. Descentralização: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. 103. Belo Horizonte: Administração Pública – Fundação João Pinheiro, 2008.

ONGHENA, Y. Actores, lugares y movilidades: apuntes para gestionar el turismo. Líneas transversales de los debates. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n.113, p.161-184, sept. 2016. Disponível em: < www.cidob.org > . Acesso em: 20 jun. 2018.

PANIAGUA, C. F. O.; PACHECO, G. J. A. Turismo termal en la Ruta de la Salud, en Mochoacán: potencial de desarrollo regional. **Región Y Sociedad**, n.65, 2016.

PORT, A. T. **O papel da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais na parceria público-privada da rota das grutas Peter Lund**: uma análise sob a ótica da intersetorialidade. Monografia. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.

RIBEIRO, O. C. F.; AMARAL, S. C. F.; SILVA, D. S. Fragmentação e intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.99-114, jan.-abr. 2014.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, T. N. A. dos. **Interfaces entre lazer e turismo em teses e dissertações brasileiras: estado do conhecimento (2009 -2015)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, T. N. A. dos; GOMES, C. L. Interfaces Lazer-Turismo: Um Estado do Conhecimento. **Revista Rosa dos Ventos** – Turismo e Hospitalidade, v.8, n.IV, p.419-434, out.-dez. 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v8i4p419> > . Acesso em: 20 jun. 2018.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHARPLEY, R.; TELFER, D. **Tourism and development: Concepts and Issues**. 2ed. Clevedon: Library of Congress Cataloging in Publication Data, 2015.

SOSA, M. E. ARAIZA, P. L. S. La conformación de una ruta alimentaria como estrategia de desarrollo turístico rural para el municipio de Ches, Sonora, México. **Estudios Sociales**, v.XXI, n.42, jul.-dez. 2013.

SOUZA, T. R. **Lazer e turismo: reflexões sobre suas interfaces**. 6. SEMITUR. Universidade de Caxias do Sul. 2010. Disponível em: < http://www.ucs.br/ucs/tplVSemintur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt11/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf > . Acesso em: 10 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/UFMG/CPNQ. **Acompanhamento e avaliação de obras, serviços e operações de infraestrutura destinadas à Copa do Mundo 2014 em Belo Horizonte**. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. N. do Processo Institucional/CNPq: 400049/2013-9. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/UFMG/FUNDEP. **Projeto “Observatório de Turismo Rota das Grutas de Peter Lund”**. FUNDEP. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, 2012.

VERAS F. *et al.* **Análise territorial del turismo y planificación de destinos turísticos**. Valencia: Ed. Tirant Humanidades, 2014.

Capítulo 8

Rastros de territorialidade: fluxo de relações a partir da prática dos sinos de São João del-Rei/MG¹

Joyce Kimarce do Carmo Pereira

Sino: Uma miscelânea relacional

O objetivo deste estudo é propor um diálogo entre a territorialidade e a relações de poder a partir de um objeto histórico. Para tanto, o cenário a ser apresentado é a cidade de São João del-Rei/MG, marcada por um símbolo identitário: o sino. Etimologicamente, esta palavra é proveniente do latim que constitui *signum*, originária também da palavra sinal, sendo denominada de sinal sonoro. Presente nas torres das igrejas católicas da cidade, o som, ao ser emitido pelo sino, evoca um emaranhado de relações de caráter social, cultural e político no território são-joanense.

Neste contexto, o território é aqui compreendido como um “produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder” (RAFFESTIN 1993, p.7-8). Para o autor, tal conjunto de relações é denominado de “territorialidades”, que são permeadas, muitas vezes, por conflitos, normativas, concessões e, ainda, apresentam as formas de legitimar, apropriar e de transformar dos sujeitos envolvidos no processo.

A partir deste panorama, este capítulo propõe-se refletir acerca dos fluxos de relações a partir da prática dos sinos de São João del-Rei. A metodologia desta investigação de abordagem qualitativa, envolveu estudo

¹ Esse trabalho é fruto da pesquisa de mestrado e contou com o apoio do órgão de fomento Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no período de 2015 a 2017.

bibliográfico, a realização de entrevistas com 06 (seis) sineiros e a técnica de observação participante, os dados coletados foram analisados por meio da análise do discurso. É válido destacar que este estudo é fruto de uma pesquisa de mestrado elaborada no contexto do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer na EEEFTO/UFG, intitulada: Entre Festejos e Ofícios: um olhar acerca das manifestações culturais do Toque dos Sinos de São João del-Rei/Minas Gerais.

Percurso histórico dos sinos

A trajetória histórica do sino abraça a complexidade das relações humanas, sendo possível identificar os rastros deixados ao longo da história. Historicamente, a origem dos sinos, é “turva”, “longínqua”, de difícil precisão e, nem sempre, esteve ligada exclusivamente à igreja. Desta forma, a origem e os usos dos sinos são distintos e difusos. Entretanto, em diversas crenças, há registros de sua relação vinculada ao ato de expulsar as denominadas “forças malignas” no qual o som do metal esteve intimamente ligado contra as forças do mal. (BRASILEIRO, DANGELO, 2013). Um dos fatos mais remotos de tal relação é aquele referente à tradição judaico-cristã:

Encontram-se um dos registros mais antigos dessa associação entre o som metálico e as forças malignas numa passagem do livro êxodo: ali registra-se que os trajes do Grande Sacerdote Israelita, incluía uma túnica sagrada ornada de fímbrias constituídas por campainhas de ouro sonantes. (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.19).

Há indícios, ainda, do Oriente ser precursor do sino, devido ao fato do budismo ter incorporado o objeto nos rituais em meados do III milênio antes de Cristo. (MONTANHEIRO, 2001; BRASILEIRO, DANGELO, 2013; SOUZA, 2012). Já no ocidente, segundo Brasileiro e Dangelo (2013, p.20), inicialmente, o sino não era estritamente de “uso sagrado”, pois, durante o período do Império Romano, os sinos tinham três funções básicas nas grandes cidades: “marcar e regular a abertura dos mercados, dos banhos e outros serviços públicos. Mas também eram utilizados como símbolos de boa sorte, utilizados em funerais e arte tumular”.

Há indícios que, no decorrer dos anos, com a propagação do cristianismo, representado pela igreja católica, por volta do ano 380, o sino começou gradativamente ser incorporado como símbolo religioso. Neste sentido, o sino passou a ser sacralizado e considerado representante do poder político e social, por meio da nova religião oficial do império romano,

evidenciando, desta maneira, os primeiros sinais de sacralização do objeto, além de ser utilizado como controle social e difusor do catolicismo:

O uso dos sinos foi estratégico como política de assimilação dos novos fiéis, incorporando á nova igreja práticas e elementos simbólicos da antiga religião. Deste modo, assim como os novos espaços sagrados, foram, inicialmente, construídos sobre os edifícios das antigas basílicas pagãs, **os sinos foram rapidamente assumidos, dentro do novo rito, como uma das vozes sagradas do novo culto.** (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.20, grifo meu).

Segundo os mesmos autores, a primeira iniciativa de utilização do sino como elemento sagrado foi por meio da construção de uma basílica em homenagem ao apóstolo Pedro, no ano 360, na qual foi construída uma torre onde foram afixados três sinos com a função de convidar a comunidade e o clero para participarem dos ritos sagrados. Porém, a utilização efetiva dos sinos, liturgicamente pela cristandade, tal como se dá nos dias atuais, ocorreu somente por volta do ano 768, período no qual o objeto foi incorporado como um dos principais elementos da “arquitetura religiosa”.

Neste contexto, foram construídas inúmeras torres contempladas por sinos com funções de caráter litúrgico e civil: “Ou seja, de louvor a Deus e congregador do clero e dos fiéis, mas também sendo utilizados na vida civil da Comuna com a função de defesa e de comunicação das catástrofes das cidades nascentes” (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.21).

Ainda conforme os autores, a torre passou a ser um dos representantes cruciais para facilitar a propagação sonora dos sinos: “a torre passa a ser um elemento essencialmente vertical, de modo a propagar melhor a mensagem sonora dos campanários pelos vales distantes do entorno da cidade fortificada da Idade Média”. E, completam acerca das três representações sociais da sonoridade dos sinos: “ora a força da fé cristã, ora a representação do poder comunal e ora os avisos dos acontecimentos da vida cotidiana” (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.24).

O historiador Le Goff (1964) afirma a presença dos sinos, desde os primórdios dos séculos VI e VII, como marcador temporal da vida civil e litúrgica, onde o sino passou a regular tanto a vida das pessoas ligadas diretamente à igreja quanto da comunidade em geral:

Um tempo marcado pela disputa entre os sinos dos clérigos e os dos laicos, entre o tempo escatológico das rupturas marcado pelas conversões, milagres, aparições diabólicas e divinas, e o tempo contínuo da historicidade construído laboriosamente pelos compositores de anais e crônicas, entre o tempo circular do calendário litúrgico e o tempo linear das histórias e narrativas, o tempo do trabalho, o tempo do descanso,

e a lenta emergência de um tempo divisível em partes iguais medidas mecanicamente, o tempo dos relógios que é também o do poder unificador, do Estado. (LE GOFF, 1964, p.7).

O autor conclui que, a população, não era dona de seu próprio tempo e, devido a este fato, não conseguia determiná-lo. Desta forma, a “massa” seguia o tempo determinado pela igreja, por meio da “imposição” do sino, enquanto um agente regulador da vida social. O tópico a seguir propõe-se, em um primeiro momento, a trazer uma abordagem sobre o processo de inserção e manifestação do sino no Brasil e no cenário de Minas Gerais. Posterior a isto, serão apresentadas algumas relações de poder do toque dos sinos são-joanenses a luz do discurso dos entrevistados.

Os sinos no Brasil e suas nuances

A inserção dos sinos no contexto brasileiro, assim como nas Minas setecentistas, se dá juntamente com o processo de “colonização” do território no qual o “colonizador lusitano”, ao instalar-se no Brasil, manteve e difundiu grande parte de sua cultura, costumes e tradições.

Segundo Vendramini (1981), a introdução dos sinos no cenário brasileiro ocorreu de maneira fácil, pois os índios, além da facilidade de compreender a comunicação sonora, tinham interesses pelos sinos e demais instrumentos metálicos, os quais, muitas vezes, eram utilizados como moeda de troca com os portugueses. “Dessa maneira, o sino, como no Velho Continente, foi se firmando como objeto imprescindível no papel da comunicação em cada vila da colônia”. (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.38).

Assim sendo, desde a “colonização” até o século XIX, os sinos estavam presentes em inúmeras cidades, constituindo-se como: “a verdadeira gazeta popular das cidades brasileiras, dando notícias de caráter religioso e civil, estimulando orações, comunicando óbitos, festas religiosas e até mesmo o toque de recolher”. (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.40).

Segundo os autores mencionados, há certa incipiência de pesquisas, registros e documentações referente aos sinos, aos sineiros fundidores e à campanologia no Brasil e em Minas Gerais. Tal fato pode ser explicado porque os sinos, em sua grande maioria, eram produzidos em Lisboa – Portugal e trazidos para o Brasil desde o período colonial até meados do século XIX, dificultando, assim, a produção bem como o aprofundamento das pesquisas sobre os sinos no País. Além disto, grande parte das informações sobre os sinos

confeccionados em Lisboa ao serem trazidos para o Brasil perderam dados relevantes para a compreensão do objeto.

Outro fator pertinente em relação à incipiência destes estudos é referente ao caráter itinerante dos sineiros. Devido ao fato dos sinos serem objetos de difícil locomoção, por seu peso e tamanho, os sineiros acabavam por instalar-se nas cidades, fabricando os sinos solicitados e, então, partindo para outras cidades em busca de outros trabalhos de fundição.

Os autores contam ainda que, mesmo com a existência de pequenas fundições localizadas, especialmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo – devido à industrialização – terem sido em sua grande maioria as responsáveis pela produção dos sinos brasileiros, especialmente nos anos de 1850 até 1870, a produção brasileira foi mais lenta. De maneira geral, Vendramini (1981) salienta que a fundição de campanas no Brasil estava muito atrelada ao processo de desenvolvimento de indústrias no ramo da metalurgia, iniciada no período colonial.

Foi então que, no ano de 1820, segundo Brasileiro e Dangelo (2013), ocorre à ascensão do mercado de sinos no Brasil, e esta começa a ganhar espaço, por meio da criação da primeira fundição do Brasil de grande porte e de caráter mais formal. Instalada no Rio de Janeiro, a nomeada de Fundição Imperial sustentou o mercado de campanas, tanto o carioca quanto o brasileiro, até 1870 e, após este não há indícios de encerramento das atividades.

Deste período em diante, estudos apontam que os sinos passaram a serem produzidos por distintas empresas não especializadas presentes na região de Campinas e em Jundiaí. Entretanto, foi no ano de 1898, com a instalação da primeira fundição italiana especializada em sinos, conjugada ao processo de aumento da imigração estrangeira no Brasil, que o mercado de sinos brasileiro começou a ganhar um ritmo mais acelerado e a espalhar-se pelo território.

No contexto de Minas Gerais, por exemplo, embora recebesse sinos provenientes da indústria sineira, a fundição de vários sinos, especialmente em São João del-Rei, se deu por meio de alguns artesãos fundidores autônomos, produtores de sinos para as novas igrejas que foram construídas: “José Valentim Onofre foi o último herdeiro dos grandes fundidores autônomos das Minas setecentistas, fundindo sinos de 1875 até 1910, nas principais cidades de Minas Gerais e na região sul de Minas, que se expandia com rapidez e tinha um grande fluxo de construção de igrejas”. (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.52).

Os sinos, as torres e os toques no cenário mineiro

O processo de difusão da fé cristã na sociedade mineira foi o fator decisivo na inserção e consolidação dos sinos em Minas Gerais, pois: “os ritos exteriores – procissões, solenidades fúnebres, coroações – eram propagadores da fé religiosa, e os sinos os anunciantes que acompanhavam e traduziam todo esse ritual católico a moda Portuguesa”. (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.38).

Aliado a este processo, ocorreu a ascensão das irmandades, ordens terceiras e confrarias religiosas na conjuntura mineira, a partir dessa herança lusitana. Segundo Boschi (1988), tais associações encontraram na arquitetura religiosa uma forma de evidenciar a riqueza, a grandeza, bem como o domínio religioso:

Para mostrar um aparente fervor religioso, o indivíduo não media recursos. A sua vaidade e o exibicionismo de sua generosidade faziam dele um contribuinte permanente das receitas financeiras das irmandades. Com isso, parece não ter havido limite para as encomendas de construção, pintura e esculturas. (BOSCHI, 1988, p.36).

Neste sentido, a arquitetura religiosa difundiu-se nas “vilas coloniais”, influenciando na paisagem mineira, por meio de construções arquitetônicas, sobretudo aquelas relacionadas à religião por meio da “presença constante de capelas, passos, oratórios e cruzeiros na construção do espaço e da paisagem mineira colonial”. (DANGELO, 2002, p.1). Tal como é detalhado esse cenário no excerto abaixo:

Essa sociedade barroca, diversa em sua constituição étnica, construída sob a efigie da Contra Reforma e vivendo as dúvidas do homem de sua época – o dilema do espírito e da carne, o simbolismo empírico – marcaria seu tempo principalmente por sua manifestação criadora na área da arquitetura, em especial no campo religioso, mas também nos domínios oficial e civil. (DANGELO, 2002, p.1).

Sob este parâmetro, os sinos, as torres e as igrejas tornaram-se elementos cruciais na conformação da arquitetura mineira, predominantemente barroca, sendo o sino, considerado para as comunidades cristãs, sobretudo, o catolicismo, o símbolo das igrejas e do território mineiro: “as torres e os sinos tornaram-se verdadeiros símbolos visuais da estrutura plástica das igrejas e de sua inserção na paisagem urbana das vilas do ouro mineiras” (NEVES, 2009, p.3).

Neste quadro, os toques dos sinos mineiros apresentam duas facetas, a primeira diz respeito ao domínio religioso e regulador do tempo civil e, a segunda, refere-se ao papel de anunciar para a população os, diversos tipos de

eventos e solenidades ocorridos no cotidiano da comunidade, tais como festivos, religiosos, fúnebres, notícias e acontecimentos, contemplando um caráter comunicativo e sociocultural:

[...] quando refletimos sobre o significado da linguagem dos sinos na cultura do lugar em Minas Gerais, estamos falando na verdade de veículos de manifestação cultural ligados a uma das formas de comunicação das mais antigas da civilização ocidental. Falamos também de uma cultura enraizada de maneira antropológica, que trabalha o sentido da memória ora associada ao significado da igreja como geratriz de uma série de relações urbanas, sociais, culturais, e também de sentido de permanência e pertencimento a um sistema barroco ainda presente em várias cidades de Minas. (NEVES, 2009, p.3).

Sendo assim, o toque dos sinos incita as relações sociais e de lazer ao convidar a comunidade para as festividades, e acabam sendo considerados símbolos que dão vida as cidades, conforme salienta Adão (2001, p.39): “O coração das vilas e depois cidades coloniais, pulsam ao som dos sinos e dos tambores, templos e edificações da ordem pública local, pontos de convergência e de irradiação da vida das vilas e cidade”.

Cabe destacar que, atualmente, no Brasil a tecnologia está minando o toque dos sinos. Santos e Montanheiro (2016, p.475) afirmam que o toque dos sinos desapareceu em grande parte das localidades, devido à “concorrência com os veículos midiáticos modernos”. Entretanto, em algumas cidades da região de Minas Gerais, especialmente em São João del-Rei, a “diversidade rítmica” dos toques dos sinos ainda se faz presente no cotidiano da comunidade: “Hoje em dia, apenas alguns núcleos de origem colonial, os sinos resistem aos tempos, ocupando um lugar de destaque no contexto social, como é o caso da cidade mineira de São João del-Rei”. (BRASILEIRO, DANGELO, 2013, p.73).

O toque dos sinos de São João del-Rei: “A terra onde os sinos falam”

“Estes dobres e repiques são resposos, são poemas que o bronze transforma em sons. De geração a geração estes “Principadas”, “Tenstens”, “terentenas”, “Clens”, “Tencão Festivo”, “Senhora Morta”. Que menino empinou o meião? Quem lustrou o garfo? Poliu a bacia com o óleo queimado? Verificou as amarras de couro do badalo? Nas sineiras recortadas, os sinos são as pupilas dessas torres. Com suas bocas de bronze, contam histórias de fantasmas. Quem organiza? Quem encontrou a paz do som eterno? Quem vai celebrar a missa das almas? Quem chama o sineiro? Que festa se anuncia? A linguagem do bronze alerta e avisa, conclama e convida, explica e esclarece. Aqui não teve infância quem não aprendeu a conversar com os sinos.” Jota Dangelo.

O toque dos sinos da cidade de São João del-Rei se confunde com a própria história religiosa, social e cultural do período denominado “colonial” mineiro e com a formação das irmandades religiosas. Embora atualmente ainda seja uma tradição que permeia no cotidiano da cidade, um dos maiores desafios de tal prática diz respeito à sua persistência até os dias atuais em meio ao avanço tecnológico e da informatização, os quais modificaram as formas de comunicação humana e acabaram influenciando na cultura e na sociedade.

Em um cenário em que a comunicação é associada cada vez mais ao uso de avançadas tecnologias da informação, o que se tem como novas propostas de estudo na área geralmente segue essa linha. O desenvolvimento maciço da informática, de *softwares* avançados, o computador pessoal, os celulares, a *internet* são, entre outros fatores, algo que gera mudanças não somente no modo como se realizam a produção e as atividades econômicas, mas também na cultura e na maneira como se organiza e se concebe a vida em geral. (DIAS *et al*, 2007,p.7).

Mediante a isto, a prática do toque dos sinos faz pensar no que “[...] se tem de mais tradicional, essencial, cotidiano e quase implícito: a linguagem dos sinos enquanto forma de comunicação primeira, a não verbal”. (DIAS *et al*, 2007, p.7). Desta forma, São João del-Rei é reconhecida atualmente como a “terra onde os sinos falam”, abrangendo a linguagem dos sinos, por meio de uma variedade de toques com distintas finalidades, tanto as de caráter religioso, quanto as de caráter sociocultural e, além, de defesa civil.

Este panorama pode ser enfatizado nas palavras de Carlos de Laet, jornalista carioca que visitou a cidade no ano de 1894 e, anos mais tarde, nas de Tancredo de Almeida Neves, em uma entrevista de 1985, respectivamente:

[...] Todo membro de qualquer irmandade confraria ou ordem terceira tem, quando morre, inconcusso direito a dobres funéreos, que mais crebros se tornam se o defunto exerceu cargo ou dignidade. Ora, como, em geral, o são-joanense faz parte de diversas corporações religiosas, raro é o óbito que durante o dia inteiro não faça gemer o bronze de muitos campanários. (IPHAN, 2009, p.6).

[...] Em São João Del-Rei nós somos dominados por dois sons: primeiro o som dos sinos. São João Del-Rei é a Capital dos sinos, talvez no Brasil ela seja a cidade que mais se toque sinos, e os sinos de lá tem linguagem própria. Lá têm toques de alegria, os toques de tristeza e tem os toques característicos da cidade, de forma que a cidade sabe o que está acontecendo, o que não está acontecendo e o que vai acontecer. (IPHAN, 2009, p.6).

Dito isto, é possível constatar a visibilidade que permeava o universo do toque dos sinos, mesmo com o passar dos anos. Pois, além de serem caracterizados como signos da igreja e símbolos de influência barroca no contexto sociocultural ao qual estão inseridos, os sinos acabaram por representar, também, uma tradição histórica cultural de caráter identitário. Exemplo disto pode ser encontrado em um dos documentos das irmandades religiosas são-joanenses, as quais registraram a devoção a prática:

Quando em 1830 a Mesa administrativa da época tratou de melhorar o nosso majestoso templo, que é um padrão inabalável da fé viva e ardente dos nossos antepassados, ouviu-se logo **do alto do campanário o som melodioso e argentino do sino que por 88 anos bimbou festivo convocando os fieis ao culto dos altares ou dobrou a finados lamentando a partida de um irmão para a vida do além.** Quando em **princípios de abril de 1916 correu a notícia que o sino de São Francisco quebrara-se, se entristeceu toda a população que se habituara a ouvir de longa data o sino que presidiu o nascimento dos nossos pais. A mesa administrativa atual querendo preencher essa lacuna fundamental na nossa cultura religiosa, tratou logo de buscar adquirir outro sino que o substituisse [...]**” (Livro de atas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em 1917, IPHAN, 2009, p.7, grifo meu).

Esta devoção é também expressa por Otto Lara Resende. O escritor são-joanense aponta de forma nostálgica sua relação de identidade com a cultura religiosa do toque dos sinos: “Quem quiser descrever o universo tem que falar da sua própria aldeia. E minha aldeia é formada por sinos, igrejas barrocas e as imagens da infância em São João del-Rei”. (IPHAN, 2009, p.6).

Territorialidades: a luz do ofício de sineiro são-joanense

O intuito de se apresentar tal cenário é o de demonstrar a diversidade das relações e influências do sino no território ao longo da história. Conforme foi possível notar, o sino, em um primeiro momento, apresentava caráter religioso centralizador e de controle social, na tentativa de manter a ordem, a organização e de promover o desenvolvimento da sociedade.

No contexto de São João, embora tal caráter ainda se manifeste na dinâmica dos sinos da cidade, são os sineiros os responsáveis por conduzir esta prática. Neste sentido, o ofício de sineiro é regulado e mantido pelos próprios sineiros, os quais seguem perpetuam as normas, tradições e costumes. Sendo assim, foram escolhidos dois fluxos de relações para exemplificar a manifestação da territorialidade são-joanense: a identidade e “imutabilidade” do toque dos sinos e “o mito de que torre é pra homem”, foram escolhidas para serem aqui abordadas em diálogo com o discurso dos entrevistados.

No que diz respeito à identidade e a “imutabilidade” do toque dos sinos, em primeiro lugar, de acordo com os entrevistados, a principal característica que marca a identidade do ofício de sineiro diz respeito ao toque denominado repique que, para os sineiros, é a base dos sinos são-joanenses e do ofício, propriamente dito:

O importante dentro de uma torre é o repique, e não o dobrar os sinos, revirar o sino, catar o sino, é repicar, é onde nossa identidade está, tá no repique dos sinos. (ESF).

A base dos nossos sinos do nosso ofício são os repiques, é a identidade de qualquer sineiro daqui de São João. (ESM).

A gente aprende desde pequeno que a base do toque dos sinos é repicar, é onde tudo do nosso ofício, no repique, no repicar o sino, é a identidade dos nossos sinos, é repicar nas torres. (ESC).

Como pode ser verificada nos relatos acima, para os depoentes, a identidade do ofício está no repique do sino. Tal fato pode ser explicado devido à frequência em que essa modalidade é tocada, pois os repiques estão presentes em grande parte do código sonoro da linguagem do toque dos sinos de São João del-Rei, sendo tocados cotidianamente na cidade. Diante disto, os entrevistados asseguram que, para se tornar um sineiro, é preciso aprender a base dos toques, ou seja, os repiques.

Entretanto, é possível discutir a constituição da identidade do ofício de sineiro de maneira mais aprofundada a partir da compreensão da identidade enquanto uma interação entre os sujeitos e a sociedade, em que Hall (2006) chama a atenção para o contínuo diálogo existente entre os indivíduos e o mundo cultural exterior, bem como as diversas identidades oferecidas por este meio. Para o autor, a identidade é construída ao longo do tempo de forma inconsciente e está em constante processo de formação:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas. (HALL, 2006, p.12).

Tal visão permite compreender que a identidade, além de ser uma construção do sujeito, é dinâmica. Neste cenário, observa-se nos relatos a seguir, por exemplo, a resistência dos sineiros em relação ao processo de transformação que o ofício de sineiro está começando a apresentar, por parte dos jovens.

Se, por um lado, os sineiros desejam a imutabilidade dos toques, ou seja, a manutenção da prática tal como ela é, afirmando ser esta a identidade dos sinos, por outro, os jovens estão inovando, reinventando e tentando (re)criar novos toques. Porém, tal postura não é bem aceita e, com isso, não é permitida às crianças e aos jovens a criação de toques, bem como a incrementação naqueles já existentes, pois, para os sineiros, caso isso ocorra, a linguagem e a identidade dos sinos se perderá:

Tem muito rapazinho aí que eles tão meio que inventando alguns repiques entendeu? E tipo assim já tá aí não tem nada que inventar tem que manter a tradição. Se deixar eles dobram os sinos aí pra qualquer imagem, pra qualquer um, aí a gente fica em cima disso sabe, porque não pode deixar, porque o dobro do sino é um complemento da festa, então se você ficar girando o sino pra qualquer festa, na festa do padroeiro perde o gosto. Porque aí o povo acha assim, uai é uma festa tão grande assim pro sino tá dobrando? Será que é padroeiro de novo? Pode confundir as pessoas entendeu? E os antigos fica de ouvido ligado, aí se acontece alguma coisa fora eles vem aqui e falam, eles falam: uai num era assim uai, porque ta acontecendo isso? Quem mandou fazer isso aí? Eles ficam em cima da gente. (ESC).

Todo cuidado é pouco, porque a meninada de hoje quer criar, incrementar, e eu falo com eles o toque dos sinos você não tem que tirar nem colocar, a nossa identidade como sineiro são os toques do passado dos nossos antepassados. Então não tem que

tirar nem inventar mais nada. Já tá pronto, tá ali. Se você mexer você tá quebrando a linguagem tradicional dos nossos sinos. Esse é o cuidado que nós devemos ter pra gente não perder essa identidade nossa de sineiro. Porque a gente fica preocupado de perder, eu to começando a ficar preocupado justamente com isso de perder a nossa identidade. (ESF).

A gente não tem que mexer nos nossos toques, eles já tão tudo pronto, não dá pra inventar, a gente tem que manter eles e ensinar para os que tão vindo para eles não se perderem. Porque todos os toques a gente deve aos nossos antepassados. Então, a gente sempre tenta manter o que os antigos deixaram, querer subestimar e querer mudar a coisa agora não faz sentido né, são 300 anos de tradição aí, então a gente não tem que chegar agora e tentar fazer alguma coisa. (ESM).

Vale frisar ainda, que, este desejo de manter o toque dos sinos fiel ao passado, tão amplamente defendido pelos sineiros, abre espaço para dialogar com quebra do mito da autenticidade e fidelidade as origens. Gomes (2009, p.83) afirma que “é impossível preservar um núcleo imutável e atemporal”. Entretanto, apoiada em Hall (2003), a autora acredita que “os mitos têm o potencial para moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significados às nossas vidas e dar sentido à nossa história”. (GOMES, 2009, p.83 *apud* HALL, 2003, p.29). Tal fator pode ser verificado no discurso dos entrevistados, que acreditam que a prática deva ser mantida de maneira fiel e imutável. Como enfatizado no relato abaixo:

Cabe a cada um de nós, que somos os responsáveis, cada um do seu campanário manter a tradição. Por isso to sempre debatendo sobre isso, porque isso é um bem nosso, é um legado que foi deixado para nós. Cabe a nós deixar esse legado para outros que vão vir. A gente como responsável tem que manter isso, manter a ordem nas torres e evitar que se fuja daquilo que é. Para não se perder amanhã, porque uma coisa que você perde hoje é difícil recuperar amanhã. Quem somos nós pra destruir o que foi deixado para nós? Isso é uma história pra nós. Se nós temos esse patrimônio aqui hoje, graças aos nossos antepassados, quem sou eu pra chegar e falar que vou destruir isso aqui. Não cabe nós fazermos isso, isso é história para manter para outros que vierem, pra própria sociedade que está pra vim, ver isso aí ver nossa história. E saber que eu fiz parte daquele patrimônio, daquele legado, é o que vai ser mais bonito. Ter um filho ou um neto e falar é pai, é vô eu sei que você teve participação no toque dos sinos. Então a tradição da nossa cidade viva é isso o sino então precisa ser mantida é um legado nosso. (ESF).

Entretanto, ao se pensar no processo de transformação e na dinâmica das “coisas”, da vida, da identidade e da cultura, bem como a interação dos indivíduos com esses processos, Debortoli (2002, 74), comenta que criar algo novo permite que os sujeitos atribuam novos sentidos e significados às “coisas”:

Podemos reconstruir as regras, reinventar palavras e jeitos de falar, recriar o mundo com nossas pinturas, esculturas, festas, brincadeiras etc. Como seres humanos, somos artistas e artesãos e podemos atribuir constantemente novos significados as coisas. É por isso que dizemos que somos sujeitos, que somos atores sociais. (DEBORTOLI, 2002, p.74).

Com isto, por meio da reconstrução das “coisas” a identidade dos sujeitos também irá se transformando pois, como conforme afirma Louro (1997), tanto os adultos quanto as crianças não interrompem o processo de (re)elaboração da identidade e da própria cultura. Além disto, de acordo com Pires (2007), é através da interação das crianças com os adultos e com o mundo a sua volta que, ocorre a produção e compartilhamento da própria cultura. Nesta conjuntura, a cultura, na visão de Ingold (1994), por não se caracterizar como algo pronto, fechado e externo, se revela enquanto um elo de relações entre os sujeitos e as experiências vivenciadas. O autor acredita que o mundo se dá de maneira contínua e está em plena interação com os seres humanos.

Neste sentido, Debortoli (2002, p.76) envereda pelo caminho das: “[...] múltiplas possibilidades dos seres humanos expressarem suas possibilidades de construção de conhecimentos, e, sobretudo a capacidade e o direito não apenas de se apropriar da cultura, mas de reconstruí-la, reelaborando os sentidos, que emergem das experiências humanas”. O autor acredita na importância de se “[...] apresentar um olhar das crianças e dos jovens, tomados como sujeitos nas relações sociais, seres humanos construtores, criadores e recriadores da cultura”. (DEBORTOLI, 2002, p.76).

Então, mais do que manter os toques antigos tidos como identitários para os sineiros, vê-se a importância de dar vazão para a recriação e (re)invenção de novos, como forma de trazer mais sentido para a experiência dos sujeitos envolvidos, especialmente aqueles aprendizes de sineiro. Como forma de oportunizar as crianças e os jovens são-joanenses a desenvolverem seu potencial criativo – para a própria vida e o modo de se relacionarem – poderá contribuir para que se sintam cada vez mais parte da construção do ofício e da prática cotidiana do toque dos sinos da cidade.

Seguindo esta mesma linha de discussão, ratifica-se a transformação que os toques já sofreram. Por meio do depoimento seguinte, o entrevistado alega que alguns toques do período colonial, na atualidade, foram suprimidos, uma vez que, no decorrer dos anos e com o avanço tecnológico, perderam o sentido de serem tocados:

Tem vários toques extintos né, hoje pela própria globalização, eles já num tem mais fundamento, que era o toque de parto, que era o toque de agonia, o toque de parto

hoje já não tem mais sentido porque se a parturiente tiver algum problema no parto faz a cesariana e “cabou”. Então você não tem mais que ficar ali tocando sino pra parturiente ter um bom parto. Toque de agonia hoje a gente tem recurso médico para os doentes de uma infinidade né, então hoje alguns toques se perderam por isso. (ESM).

Além disto, há ainda aqueles toques que não foram extintos, o toque de anjinho, era um toque muito comum nas cidades coloniais mineiras para falecimento de crianças com idade inferior a sete anos. Apesar de ter menos utilidade devido à queda na taxa de mortalidade infantil no decorrer dos séculos, ainda é tocado esporadicamente. Como observado pelo depoente:

O toque de anjinho que é toque pra criança né, nós ainda fazemos, felizmente graças a Deus hoje as crianças, tem uma taxa de mortalidade mínima, hoje é só uma fatalidade se a medicina realmente não encontrar uma solução, teve caso, já vi, e já até fiz esse toque de anjinho, mas os antigos aí tocavam direto, era recorrente esse toque, toda semana tinha pra anjinho porque a taxa de mortalidade de criança era muita, natimorto era praticamente todo dia né. Nascia em num tinha recurso “murria”, então alguns toques foram se perdendo, outros têm menos utilidade, porém ainda tem. (ESM).

Então, diante deste panorama, nota-se que a linguagem do toque dos sinos são-joanense já sofreu alterações ao longo dos anos, corroborando, assim, a perspectiva da dinâmica das identidades e produções culturais humanas, afinal, “a cultura não é, portanto, uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar, o que envolve modificações e descontinuidade” (GOMES *et al*, 2009, p.83). Evidenciando desta maneira, o caráter mutável da prática do toque dos sinos, a qual, ainda assim, continua sendo mantida. Neste contexto, além do discurso dos entrevistados abrir espaço para dialogar com essa “impermanência” e dinamicidade das coisas, diálogo, ainda, com a capacidade do ser humano de recriar o mundo. Assim sendo, Debortoli (2002, p.74) salienta:

Quando chegamos ao mundo, o encontramos repleto de sentidos e significados, de conceitos e valores. O que não significa que as coisas devam permanecer eternamente do mesmo jeito. Nós participamos da construção e reconstrução dos sentidos, nós participamos da construção e reconstrução da história, nos participamos da construção e reconstrução do mundo.

O autor ressalta que sempre é possível incluir algo novo, uma vez que os seres humanos não são pessoas prontas e passivas. Para Debortoli (2002, p.74), mesmo que pareça imperceptível, pode-se (re)criar algo novo “algo que é nosso, que é fruto da nossa história e de nossas experiências”. Nesta posição,

verifica-se, que além dos sineiros, as crianças e os jovens interessados no toque dos sinos, apresentam um potencial de ressignificar o toques dos sinos de São João, podendo criar novos toques e novas formas de tocar o sino, como forma de atribuir novos significados para o ofício de sineiro.

Conforme demonstrou Montanheiro (2001) acerca da apropriação dos toques por parte dos sineiros, o autor defende que, os sineiros colocam certa subjetividade na forma de tocar os sinos, variando de sineiro para sineiro, mesmo que sutilmente. Este cenário pode ser verificado nos seguintes relatos:

A gente faz muita variação dentro do repique, né? A gente nunca muda nada, mas faz floreio, tem aquela padronização de toque, porém a gente consegue fazer alguma coisa diferente que caiba dentro daquele padrão, entendeu? Cada sineiro floreira do seu jeito né e dá pra gente saber quem é. Ai ao invés de você fazer 3 tempos de repique você faz 6, faz 7, você aumenta, você consegue variar ali dentro, claro do compasso do sino, dentro daquilo que o repique pede, porém você consegue fazer coisas diferentes. (ESM).

Tem os floreio, né, que a gente faz, os floreios a gente sempre faz, o tencão festivo é o toque que eu mais gosto de florear, que eu acho mais bonito. Ele bem tirado fica bonito, o meião e o sininho eles vão marcando o ritmo, e o grande ele vai ficando tipo assim... tremendo. Você vai tremendo ele entendeu? Você vai tremendo o sino, dá umas pancadas, aí você começa a fazer os floreios entendeu e vai embora a gente chega a tirar uma hora tocando e floreado o tencão. (ESC).

Assim sendo, esse contexto vai ao encontro do posicionamento de Montanheiro (2001) sobre o sineiro imprimir uma marca pessoal no modo de tanger os sinos, em que os sineiros conseguem identificar pelo toque quem está na torre tocando o sino. O autor defende, ainda, que isto não significa que os toques mudem entre os sineiros, e, sim, que tais pequenas sutilezas e variações se assemelham aos diferentes sotaques de falantes de uma mesma língua ou das diferentes entonações das vozes dos falantes pertencentes a uma localidade.

O panorama exposto desvenda que a capacidade inventiva e criativa dos sineiros e aprendizes não é totalmente suprimida, pois, apesar do padrão a ser seguido, faz-se a incrementação nos toques, uma vez que o sineiro acaba imprimindo novas características, bem como sua forma de tocar os sinos através dos denominados “floreios”. Segundo o entrevistado ESM, os repiques de São João del-Rei contemplam certa “liberdade”, pois permitem ao sineiro fazer essas variações: “Os nossos repiques te dão uma liberdade te dão um espaço muito grande pra florear”. (ESM). Afirmando o que a literatura aborda acerca da existência de pequenas variações e “ornamentos” na execução dos toques, porém a estrutura sonora dos sinos permanece a mesma. (IPHAN, 2009).

A presença unicamente masculina na prática do toque dos sinos são-joanense abre espaço para discutir o segundo aspecto sobre o “mito de que torre é pra homem”, dando vazão à reflexão sobre o papel da mulher em relação ao ofício de sineiro de São João del-Rei, fator este que também permite lembrar o modo como eram transmitidos os ensinamentos sobre os toques para que as mulheres conseguissem entender a comunicação dos sinos.

Sobre tal ponto, Brasileiro e Dangelo (2013) apontam que as mulheres recebiam uma explicação didática, porém a literatura não apresenta indícios de mulheres sendo levadas para a torre para aprenderem da mesma forma que os homens eram ensinados por meio da observação e prática diária. Os autores enfatizam que os ensinamentos dedicados à mulher eram passados durante o dia a dia da vida doméstica.

No contexto atual, as mulheres que desejam entrar para o ofício de sineiro, por exemplo, precisam de autorização. Neste sentido, o posicionamento dos entrevistados demonstra a influência da herança patriarcal difundida pela igreja:

Aqui, em São João del-Rei, não tem mulher sineira não, aqui tem esse mito “né” de que torre é pra homem, então acaba que torre é um pouco mal falada. Eles falam que lá em cima ninguém vê nada, então eles não sabem o que pode acontecer lá em cima, então falam que é melhor deixar só pros homens, então é uma coisa assim meio... Não sei retrógrada, meio difícil assim né. (ESM).

Pra gente poder ensinar de verdade pra mulher ser sineira a gente precisa do consentimento da administração da igreja que vai autorizar se a gente pode ou não ensinar as mulheres que tiverem interessadas a tocar sino. (ESF).

Se eu tiver um menino ele vai ser sineiro e entrar pra alguma banda, agora se for menina ela vai entrar só pra banda. Porque sei lá torre é mais pra homem né, tem muito homem dentro da torre, aí não dá, e aqui a administração da igreja tem que autorizar e também aqui não tem tradição de mulher sineira né, então se for menina ela só vai participar da banda mesmo. (ESP).

Nesta circunstância, a obrigatoriedade de solicitar a autorização da igreja para a mulher se tornar sineira e a discriminação da mulher através do mito da torre da igreja e do ofício de sineiro ser para homem, são elementos que cerceiam o bojo das discussões da literatura sobre a tradição masculina nas religiões. (GIDDENS, 2005; BOURDIEU, 2011; FERNANDES, 2005; NUNES, 2005; FURLIN, 2008;).

Em tal conjuntura, para Nunes (2005), a sociedade fundamentou-se nos valores patriarcais e estes foram amplamente difundidos pela igreja. Tal fato

leva a refletir sobre as questões de gênero no âmbito social da religião, o qual a autora defende ser um campo mais atrasado no que se refere ao reconhecimento da igualdade da mulher na sociedade ao enfatizar que as religiões:

[...] são um campo de investimento masculino por excelência. Historicamente, os homens dominam a produção do que é “sagrado” nas diversas sociedades. Discursos e práticas religiosas têm a marca dessa dominação. Normas, regras, doutrinas são definidas por homens em praticamente todas as religiões conhecidas. As mulheres continuam ausentes dos espaços definidores das crenças e das políticas pastorais e organizacionais das instituições religiosas. O investimento da população feminina nas religiões dá-se no campo da prática religiosa, nos rituais, na transmissão, como guardiãs da memória do grupo religioso. (NUNES, 2005, p.363).

Neste sentido, Nunes (2005) garante que o lugar da mulher na religião continua silencioso e os motivos não são explicitados. A autora afirma que “o lugar das mulheres no discurso e na prática religiosa não foi, e frequentemente ainda não é, dos mais felizes”.

Giddens (2005) também acredita na tradição predominantemente masculina na religião, sobretudo na igreja católica, e, por isto, as mulheres sofrem discriminação neste campo. O autor prossegue argumentando que esta condicionante faz-se presente em grande parte das sociedades e religiões do mundo. Para ele, “as igrejas e denominações são organizações religiosas com sistemas definidos de autoridade. Nessas hierarquias, assim como em outras áreas da vida social, as mulheres são, na maioria das vezes, excluídas do poder”. (GIDDENS, 2005, p.434).

Desta maneira, a religião dominante acaba por moldar e influenciar a cultura, o comportamento e as crenças dos sujeitos, bem como estabelecendo os papéis a serem desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Mediante isto, Fernandes (2005) endossa que, por ser a religião um espaço de poder institucionalmente marcado pela presença masculina, são os homens quem determinam os locais e cargos que as mulheres devem ou não ocupar na igreja. Tal posicionamento envereda pelo caminho de concluir o motivo pelo qual as mulheres são excluídas de certas áreas da religião, como no caso do ofício de sineiro são-joanense, ratificando, assim, a força da dominação masculina no cenário religioso até os dias atuais.

Entretanto, é crucial mencionar que, embora haja tal tradição masculina no ofício de sineiro da cidade, há casos de mulheres sineiras na região, conforme os relatos a seguir. Além disto, o sineiro EFS relata a experiência de uma mulher de São João del-Rei interessada em conhecer e aprender o toque dos sinos são-joanenses:

Em Rio das Mortes, que fica aqui na região de São João, é que tem mulheres sineiras, elas tocam sino melhor que muito homem ai, que muito homem mesmo. Lá pra te falar a verdade o fluxo sineiro é muito maior o lado feminino que o masculino. Lá as mulheres se interessam muito mais pelos sinos do que os homens. (ESM).

Tem cidades históricas aqui, que tem senhoras de idade que sobe nas torres para tocar os sinos. Então quem sabe futuramente isso acontece na nossa cidade de São João del-Rei. (ESF).

Aqui em São João, que eu saiba, mulher sineira não teve, já teve interesse, mas não virou sineira. Foi até o caso de uma amiga muito amiga interessada em conhecer o sino, eu falei vamos subir lá na torre, ela subiu lá começou a ver a gente tocar o sino, ai eu perguntei você tem vontade de aprender, eu tenho, aí eu comecei a ensinar ela. Mas depois ela teve que sair, não pode dar continuidade, porque ela passou na faculdade, então ela ficou meio sem tempo, era muita correria. Mas ela começou sim a tomar conhecimento, e tinha muita facilidade, ela tava tendo uma facilidade tão prática de aprender sabe? Eu gostei de ensinar ela, eu tive esse prazer de poder passar algumas coisinhas sobre o toque dos sinos pra ela. Aí, falei com ela quem sabe futuramente, não descarta isso não. (ESF).

Sob este enfoque, apesar do cenário de dominação masculina vigente nas instituições religiosas, tal como no universo do ofício de sineiro, há casos de mulheres que conquistaram seu espaço no ofício, tornando-se sineiras em localidades próximas a cidade, evidenciando, desta forma, o fato de não ser mais inquestionável a dominação masculina no campo religioso, especialmente em função das conquistas que o movimento feminista adquiriu. Embora o caminho a percorrer seja longo, algumas barreiras sociais e culturais foram transpostas, já que é crescente a força de intervenção das mulheres e de vozes femininas ouvidas nos mais diversos âmbitos da sociedade, sendo um destes espaços o do próprio ofício de sineiro.

Considerações finais

Complexidade e a ambiguidade são os elementos que compõem as relações provenientes dos sinos, ora são dominantes, ora são liberais; ora seguem normas, ora transpõem normas; ora são pacificadoras, ora são conflituosas; ora são criativas e recriadas, ora são tradicionais e suprimidas.

Os sinos são-joanenses evocam um fluxo de relações, as quais potencializam a compreensão do território enquanto uma construção social. Neste cenário, dotado de historicidade, os sujeitos manifestam e expressam a territorialidade das mais variadas formas, denotando, até mesmo, uma

identidade territorial. Em outras palavras, é dizer que, a partir das relações socioculturais, políticas, religiosas e históricas estabelecidas no passado e ecoando no presente são-joanense, os sujeitos se apropriam e legitimam práticas, costumes, normas e posturas garantindo, desta forma, a dinâmica do território. Embora este processo seja permeado por conflitos e tensionamentos, também revelam trocas enriquecedoras entre os sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Kléber do Sacramento; NASCIMENTO, Andréa Cristina Silva. Lazer e sociedade na cidade de origem colonial. In: **Lazer em São João del-Rei: aspectos históricos, conceituais e políticos**. São João del-Rei: UFSJ, 2011.
- BRASILEIRO, Vanessa Borges; DANGELO, André Guilherme Dornelles. **Sentinelas sonoras de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Estudo 43 – Artes e Projetos, 2013.
- BRASIL. Parecer Iphan. **Processo nº 01450.011821/2009-82**, Brasília, 30 dez. 2009. p.1-14. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer%20Toque%20dos%20Sinos.pdf> > Acesso em: 16 Jan. 2017.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- DANGELO, André Guilherme Dornelles. **Os sinos da quaresma, mensageiros da alma barroca mineira**. São João del-Rei: UFSJ, 2002.
- DEBORTOLI, José Alfredo. Linguagem: marca da presença humana no mundo. In: CARVALHO, Alysso *et al* (Org.). **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROEX-UFMG, 2002. p.73-76.
- DIAS, Ângelo; MANEIRA, Angelo; MONTENEGRO, Daniel; HORTA, Elton; GONTIJO, Joana; MENDES, Juliana; ANDRADE, Marcelo. **A linguagem dos sinos de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Faculdade de Comunicação e Artes, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.
- FERNANDES, Sílvia Regina Alves. A não-ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na igreja católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. **Revista Estudos Feministas**. v.13, n.2. Florianópolis, 2005.
- FURLIN, Neiva. Inserção feminina nos territórios do saber teológico: Uma perspectiva de gênero. In: **Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.
- GOMES, Christianne. Lazer. O lazer no Brasil: Analisando práticas culturais, cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christianne; OSÓRIO, Esperanza; PINTO, Leila; ELIZALDE, Rodrigo. (Org.). **Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.67-122.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1984.
- MONTANHEIRO, Fábio César. **Quem toca o sino não acompanha a procissão: toques de sino e ambiente Festivo em Ouro Preto**. 2001. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Montanheiro,%20Fabio%20C.pdf> > Acesso em: 28 Fev. 2017.
- NEVES, Breno Bello de Almeida. **Parecer referente ao processo Iphan 01450.011821/2009-82**. 2009. Disponível em: < http://www.ihgsaojoaodelrei.org.br/repositorio/File/parecer_toque_sino.pdf > Acesso em: 20 Fev. 2017.
- NUNES, Maria José Rosado. Gênero e Religião. **Revista Estudos Feministas**. v.13, n.2. Florianópolis, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Maria do Carmo Ferreira dos; MONTANHEIRO, Fábio César. **Edição de manuscritos**

campanários: contributo para a memória de uma forma de Expressão. 2016. Disponível em:
< <http://www.ichs2.ufop.br/caletroscopio/revista/index.php/caletroscopio/article/view/150/97> >
Acesso em: 28 Abr. 2017.

VENDRAMINI, Maria do Carmo. Sobre os sinos nas igrejas brasileiras. In: **Musicae Sacrae Brasiliensis**. Roma: Urbaniana University Press, 1981.

Capítulo 9

Lazer, turismo e políticas públicas na sociedade informacional: ensaios a partir do “surfe de sofá”

Marcina Amália Nunes Moreira

A composição do texto a seguir apresenta excertos teóricos de investigação anterior¹ balizada por formas diferenciadas de acolhimento turístico sustentadas pelas mediações das redes sociais virtuais de viajantes (RSV), como é o caso do “surfe de sofá” ou *Couchsurfing*. Percebida pelas possibilidades de troca de hospitalidade com usuários cadastrados em âmbito mundial, o verbete de língua inglesa, *Couchsurfing*, tem o significado literal de “surfe de sofá”, estabelecendo referências a viagens com hospedagem na “sala de estar” dos *hosts* (anfitriões), sendo que, no caso, o “surfista” é designado *guest* (hóspede). É, portanto, uma rede de hospitalidade cujos membros (*surfers* ou, simplesmente, surfistas) podem hospedar-se, livre e gratuitamente, na residência de outros membros durante alguns dias, em âmbito mundial.

Apesar de tal prática social ser, atualmente, difundida, algumas questões, como aquelas concernentes à fidelidade dos dados cadastrais dos *surfers*, informações sob as mais variadas formas de linguagem disponíveis no ambiente virtual, ainda geram preocupações no que diz respeito à segurança dos usuários. Esta RSV, especificamente, funciona com base na confiabilidade de seus usuários e nas referências cruzadas entre *hosts/guests*. Em contato virtual, um número crescente de usuários busca a ideologia e os princípios do *Couchsurfing*, assim destacados em sítio eletrônico oficial: a promoção da paz e a busca por

¹ O ensejo metodológico e a investigação completa foram desenvolvidos na tese de doutorado intitulada: “Tem um lugar em seu sofá? A hospitalidade em Jaguarão/RS na perspectiva da rede *Couchsurfing*”, defendida no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer, na Universidade Federal de Minas Gerais.

um mundo melhor, como ideologia, e o compartilhamento da vida, a criação de conexões, a curiosidade, a oferta de bondade e manter o mundo melhor do que encontrou, como princípios.

Por se tratar de um sistema compartilhado, espera-se que os usuários sejam idôneos em suas informações. Porém, nem todos o são e, além disto, nem todos o utilizam sob suas premissas ideológicas. A maioria das pessoas conhece o projeto *Couchsurfing* por meio de amigos e parentes e, segundo pesquisas de Stern (2009), o medo de receber ou de se hospedar na casa de alguém desconhecido existe e é, para alguns, um fator de impedimento para a realização deste tipo de turismo. Outras contradições aos princípios de uso desta RSV foram apontadas na investigação de Moreira (2017), contendo relatos de intimidação, preconceito, pagamento pela hospedagem, dentre outras situações hostis relatadas pelos surfistas pesquisados.

Ao desfilhar olhares sobre o desenvolvimento tecnológico marcado pela simultaneidade virtual e pelas novas relações de compartilhamento que envolvem as práticas sociais em redes virtuais, Schwartz (2003) propôs a existência do conteúdo virtual do lazer, incluindo outras vivências e experiências do espaço virtual às discussões sobre o lazer na contemporaneidade. Na ótica das políticas públicas, por sua vez, conquanto o lazer seja considerado um direito social, com citações na Constituição Federal no artigo 7º, sobre o acesso a tal direito por parte dos trabalhadores, no artigo 217, no qual o mesmo é equiparado à promoção social e, por último, no artigo 227, com ênfase às práticas de lazer para crianças e adolescentes (BRASIL, 1988), parece não haver lugar para o aprofundamento de estudos em políticas públicas que considerem o campo virtual do lazer, basilar na atualidade.

Pautada neste ânimo, apresenta-se, em sequência, apontamentos teóricos que embasam as RSV na pós-modernidade, o advento da sociedade da informação e da *web 2.0*, bem como algumas inferências do *Couchsurfing* como prática social no campo do lazer. Tem por objetivo encorajar novas investigações pautadas, por exemplo, no papel das políticas públicas de lazer enquanto um direito social, considerando-se o tempo-espaço virtual de considerável amplitude nas práticas de lazer e turismo.

Redes e fluxos como condição pós-moderna

Embora não exista consenso entre os estudiosos sobre o contexto histórico que aparta Modernidade da Pós-Modernidade, se é que se pode estabelecer uma cisão contextual, faz-se menção ao texto considerado fundador

da Pós-Modernidade, *La Condition Postmoderne*, obra escrita pelo filósofo francês Jean-François Lyotard em 1979, cuja primeira tradução para o português optou pelo título “O pós-moderno” (1986), tornou-se emblemática ao retratar um contexto de declínio de aporte das metanarrativas como explicação de mundo, numa constatação de que as verdades construídas pelos pensadores modernos constituíram-se, simplesmente, em hipóteses.

Assim, validada por Lyotard (1979), a pós-Modernidade, propagada às mais diversas práticas sociais, ao campo da literatura, do cinema, das artes, das viagens, edifica-se no fato de que tudo o que rende resultados em termos de conhecimento, em tese, é interpretado como uma possibilidade, um discurso alternativo, mas não definitivo. A pós-modernidade é apontada por Lyotard (1979) como uma questão epistemológica, em primeira instância, pois em matéria de ideias, convivem concepções contraditórias em que não se produzem mais doutrinas, e sim vicissitudes.

A chamada “pós-modernidade” é, para Bauman, um momento de liquefação da Modernidade, sendo esta a causa do termo “modernidade líquida”. Como principais fatores negados ou “diluídos”, estão a crença, por parte dos indivíduos, na ideia de progresso econômico, social, político e cultural. Em outras palavras, “o grupo de parentesco, a comunidade tradicional fechada e isolada, os laços e obrigações sociais fundados na afetividade e na tradição, a religião, dentre outros, foram, de certa forma, “derretidos” pelo progresso moderno”. (FRAGOSO, 2011, p.109). Os laços e ideais “derretidos” podem ser aplicados também ao comportamento, incluindo a maneira como os indivíduos presentes na modernidade líquida lidam com a hospitalidade, sendo este também um aspecto baseado atualmente em ideais atrelados ao consumismo. (FRAGOSO, 2011).

O termo “líquido” é utilizado por Bauman (2004) como uma metáfora cujo objetivo é o de retratar a crise vivida pela sociedade pós-moderna, isto é, a maneira superficial e flexível com a qual os indivíduos passaram a enxergar as ideologias, antes consideradas praticamente incontestáveis. Contudo, a maneira como tal flexibilidade ou relatividade é explicada por Bauman (2004) esclarece um clima cultural líquido, caracterizado pela falta de certeza e de solidez nas relações.

Em outras palavras, percebe-se uma perda dos laços e obrigações sociais fundados na afetividade, na tradição, na religião, temas dos quais a hospitalidade também se apropria. Não obstante, o *Couchsurfing* investe, enquanto missão, na partilha de generosidade, confiança no intercâmbio cultural que, de certa forma, enobrecem seu sentido de ser na modernidade líquida, embora:

Nenhuma das conexões que venham a preencher a lacuna deixada pelos vínculos ausentes ou obsoletos tem, contudo, a garantia de permanência. De qualquer modo, eles só precisam ser frouxamente atados, para que possam ser outra vez desfeitos, sem grandes delongas, quando os cenários mudarem – o que, na modernidade líquida, decerto ocorrerá repetidas vezes. (BAUMAN, 2004, p.7).

A manifestação, portanto, do que se designou chamar “pós-modernidade” configura um momento de liquefação da modernidade, pretexto para o termo “modernidade líquida” (BAUMAN, 2004, p.8). No entanto, é necessário salientar que a era pós-moderna também traz consigo certo aspecto inovador no que diz respeito à construção. Ou seja, no momento em que elimina os aspectos próprios da Modernidade, também acaba por criar novas nuances e significados de elementos antigos, em constante ressignificação.

Bauman (2004) aprofunda uma análise sobre as tensões existentes no movimento de ressignificação dos elementos antigos e traz uma reflexão importante para o entendimento das práticas sociais relacionadas ao turismo mediado por RSV na atualidade, em diversas perspectivas e olhares. A emancipação alia-se à ideia de liberdade e Bauman (2004) atribui à mesma um poder de ação segundo os pensamentos e desejos, mas com o respeito a certos limites e padrões. A partir do surgimento da modernidade líquida, o autor confirma crescer a possibilidade de se exercer a liberdade segundo o sentido acima exposto, uma vez que os indivíduos tornam-se mais responsáveis por seus atos. (BAUMAN, 2004).

Além disto, ao se pensar nas práticas de viagem como um fenômeno que dialoga com o contexto exposto, percebem-se, também, vulnerabilidades e contradições. Assim, tal prática pode expressar “formas de reforçar as desigualdades, injustiças, alienações e opressões sociais, como, ao contrário, representar uma possibilidade de liberdade e dignidade da condição humana”. (GOMES; ELIZALDE, 2012, p.299). Sobre as limitações e vulnerabilidades apresentadas pela condição pós-moderna, Bauman (2000), complementa:

Sentir-se livre das limitações, livre para agir conforme os desejos, significa atingir o equilíbrio entre os desejos, a imaginação e a capacidade de agir: sentimo-nos livres na medida em que a imaginação não vai mais longe que nossos desejos e que nem uma nem os outros ultrapassam nossa capacidade de agir (BAUMAN, 2000, p.24).

A liberdade é, portanto, causa da perda de identidade da sociedade que, por não adotar integralmente seus valores e costumes, acaba por desvencilhar-se de suas origens, o que implica certo grau de superficialidade. Associada às

mudanças e às restrições impostas ao movimento mediado pelas comunidades integradas em rede, a viagem encontra-se em um “cenário administrado, supervisionado e policiado com firmeza – que descreve com dificuldade o mundo líquido moderno, com seu culto da velocidade e da aceleração, da novidade e da mudança, em nome da transformação”. (BAUMAN, 2011, p.28).

A sociedade da informação

A sociedade da informação, ou do conhecimento, emerge no final do século XX como resultado do fenômeno da globalização (CASTELLS, 2003). É definida, segundo Pezzella e Bublitz (2012), como uma sociedade que recorre principalmente às tecnologias da informação e comunicação para a interação entre os indivíduos. Tais interações abrangem, sobretudo, opções relacionadas ao entretenimento e à prestação de serviços e, não puramente, à informação ou o debate sobre a mesma. A informação passa a ser um elemento central de toda a realização humana, incluindo social e econômica. É um novo sistema de geração de riquezas não mais baseado em músculos, mas na mente.

A totalidade do processo ligado à era da informação é denominada por Castells (2003) de “sociedade em rede”, pois foca a apropriação da *internet* no sistema capitalista. Lévy (1999) usa o termo “cibercultura”, pois aprecia a interação virtual pela cultura da informática. Contudo, ambos percebem sua importância enquanto instrumento de transformação social na contemporaneidade. De acordo com o autor:

[...] a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes. (LÉVY, 1999, p.123)

Desde 1945, com a invenção do computador, a realidade é transformada a passos largos (SIMÕES, 2009). Mas, com o advento da *internet*, as experiências são potencialmente vivenciadas. Castells (2003) infere que a cultura da *internet* é composta pela junção de quatro abordagens que estão relacionadas à usabilidade da mesma. A primeira delas diz respeito à cultura tecnomeritocrática, que consiste na crença, por parte de uma elite, de um ideal de progresso social graças à introdução da tecnologia. Em seguida, a cultura *hacker*, também conhecida como “pirata da *internet*”, que impulsionou a ascensão da rede mundial de computadores. Por sua vez, a cultura comunitária virtual remete aos usuários da rede e suas experimentações e interações junto à esta rede e, por

último, a cultura empreendedora, composta por capitalistas que utilizam a *internet* como forma de gerar riquezas (CASTELLS, 2003).

Desta forma, de acordo com Castells (2003), o sistema capitalista permeia a informação como força produtiva:

O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades, inclusive à Europa Medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada pelo escolasticismo, ou seja, no geral uma infraestrutura intelectual (ver Southern, 1995). Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. (CASTELLS, 2003, p.64).

Independentemente das nomenclaturas e divisões de estudo, é inegável que a *internet* se tornou a base da sociedade em rede, que congrega computadores, pessoas, informações. A inteligência coletiva não sobrevive mais à passividade e à singularidade. O seu engajamento é necessário neste novo sistema cognitivo humano, que surge dentro do contexto da cibercultura, no qual a inteligência está em toda a parte (LÉVY, 1999).

O sistema comunicativo atual é global e aberto, constituindo valores e símbolos engajados a um sistema tecnológico. Com novos dispositivos de interação, a identidade própria e a formação de grupos acontecem num novo espaço-tempo, em que o aspecto físico quase é eliminado, da mesma maneira em que o tempo é acelerado. Lévy (1996, p.11) traz outros entendimentos sobre a vida social:

Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição do “nós”: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual... Embora a digitalização das mensagens e a extensão do ciberespaço desempenhem um papel capital na mutação em curso, trata-se de uma onda de fundo que ultrapassa amplamente a informatização.

O computador, assim, não é mais peça central, mas sim, um nó desta grande rede universal. O termo “sociedade da informação” tem sido utilizado como substituto do conceito “sociedade pós-industrial”, retratando um paradigma técnico-econômico que tem por base a facilidade e o baixo custo da informação gerada pelos avanços tecnológicos. (SIMÕES, 2009).

Albertin (1996) descreve os paradoxos existentes entre a era do

computador e a era da informação. Em termos de investimentos, por exemplo, enquanto a primeira possuía característica conservadora, com foco na produtividade, no caso da última, o investimento é preponderantemente agressivo e seu eixo principal não se encontra na produção, mas na vantagem competitiva.

A sociedade informacional é, para Werthein (2000), percebida no crescimento e na reorganização do capitalismo da década de 1980. É notório que o nível de transformação desta sociedade da informação varia de acordo com o estágio de industrialização de cada país. Assim, em países mais industrializados, essa nova sociedade é mais sentida em sua prática enquanto que, nos países em desenvolvimento, a sociedade da informação ainda é considerada apenas como tendência, pois é necessário mais investimento, conhecimento e utilização da tecnologia da informação. Tal paradigma tem como características, para Werthein (2000, p.31):

a informação como matéria-prima para atuação do homem sobre a própria informação e sua respectiva tecnologia; alto grau de penetrabilidade das novas tecnologias informacionais em todas as atividades humanas; preponderância da lógica de redes; flexibilidade, já que a tecnologia possibilita reestruturações e reversão de processos; convergências tecnológicas entre as áreas de telecomunicação, biologia, computação, microeletrônica e optoeletrônica, o que torna os processos em sistemas bastante complexos.

Este cenário amplo e multifacetado envolve fatores políticos e sociais pré-existentes, condições de pesquisa científica e sua aplicabilidade social. Um fator preponderante a ser considerado é o potencial para a dinamicidade, penetrabilidade e inevitabilidade das transformações. Se, por um lado pode trazer resultados negativos, por outro incentiva soluções participativas por parte dos setores sociais, como as comunidades. Uma ferramenta atual que permite toda esta movimentação e aperfeiçoamento intelectual virtual e real de informações é o uso da lógica de redes. (SIMÕES, 2009)

Os indivíduos estão inseridos em teias ou redes de relacionamentos que os introduzem na sociedade. Enquadram-se, na atualidade, as escolas, a família, o trabalho e a comunidade. Cada ser tem o seu papel e identidade cultural na RSV, tornando-a um todo coeso em que valores e interesses são compartilhados, como é o caso do *Couchsurfing*.

As redes configuram-se como redes de confiança, de trabalho ou consulta e redes de comunicação. A primeira compartilha informações politicamente delicadas e restritas. A segunda é mais informal e possibilita o contato entre pessoas que possam acrescentar positivamente e facilitar o

trabalho. A última permite a troca de informações no trabalho, “amizades de escritório” que facilitam os desempenhos funcionais. (REGIS, 2007).

Assim, por sua eficiência e amplitude, a rede foi percebida nas últimas décadas como um importante instrumento organizacional, por ser uma estrutura não linear, descentralizada, horizontal e cooperativa, dinâmica, flexível e não limitada. Tornou-se uma nova forma gerencial em um mundo que passa por transições nesta importante era da informação. (SANCHEZ, 2006).

Castells (2003) relaciona as redes com a era da informação, ressaltando que as mesmas podem ser vistas como vários nós interconectados. Os nós, de acordo com o autor, são as organizações formais e informais, lícitas e ilícitas representados por indivíduos ou grupos de indivíduos.

A rede social é uma importante ferramenta profissional e pessoal, ultrapassando os espaços acadêmicos e científicos, cada vez mais com adeptos cujas motivações de usabilidade são variadas, seja por algum objetivo específico ou somente pelo prazer de se relacionar. As redes atrelam-se, ainda, umas às outras, gerando interação, o que incentiva olhares aproximados às políticas públicas de lazer e turismo. Por serem canais e fluxos de informação que se baseiam na confiança e no respeito entre seus membros, resultam no compartilhamento de informações que modificam ou ampliam o conhecimento.

Nos lemes da *Web 2.0*

A valorização do outro e o estreitamento de laços sociais se tornaram uma necessidade humana, na medida em que BAUMAN (2003) salienta que as comunidades estão menos ligadas aos fortes laços, apresentando-se como comunidades efêmeras, ocasionais. O autor sugere que:

“Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos” (2003, p.134)

Neste sentido, segundo Luz (2012), com o excesso de liberdade de escolhas na atualidade o ser humano se fragmenta, dissocia-se do social, individualiza-se. Porém, simultaneamente, como um ser social, há a necessidade de vínculos, o que o leva a buscar no ato da viagem os elos sociais mais íntimos e significativos. Trata-se do paradoxo da pós-modernidade: a liberdade cria o individualismo, mas traz consigo a solidão e a carência afetiva, que são

remediadas pela reintegração. Tal retomada do ser ao senso de comunidade², ligada à afetividade, é tida por Cova (2001) como um valor arcaico. Trata-se do denominado tribalismo pós-moderno ou neotribalismo:

Ao progresso linear e seguro, causa e efeito de um evidente bem-estar social, está em vias de suceder uma espécie de ‘regresso’ que caracteriza o ‘tempo das tribos’. Aqui também é preciso encontrar a palavra oportuna que descreve um estado de fato não sendo, simplesmente, regressivo. Pode-se falar, neste sentido, de ‘regrediência’, retorno em espiral de valores arcaicos unidos ao desenvolvimento tecnológico. (MAFFESOLI, 2014, p.5).

A preocupação é que os sentimentos são instáveis e, portanto, os laços e parcerias criados neste modelo são frágeis, pois estão carregados dos princípios do período anterior, extremamente individualista. Assim, para pertencer a algum grupo é preciso seguir um código de conduta ética. Tais regras existem para “encaixar” o singular, único, por vezes conflitante, ao comunitário, harmônico. O objetivo não é o de evitar discussões, mas o de permitir que estas ocorram respeitando-se os membros. Permitir que as transformações inerentes a essa organização ocorram sem que haja prejuízo aos laços conquistados. Por isto, caso a relação dure, seus vínculos serão muito fortes e intensos.

Alguns dos agentes tecnológicos que permitiram que a propagação de tal comportamento social exista foi a *internet*, a *Web 2.0*³ e, no caso específico do turismo, o uso de redes sociais voltadas para os viajantes. Vila e Vila (2012) afirmam que, a novidade não está no acesso à diversidade de informações disponibilizadas por meio da *internet*, mas sim na busca e nos modos de gestão de tais informações, tornando-as mais atrativas.

Web 2.0 é a revolução empresarial na indústria de software, originada pela transferência para uma *internet* como plataforma e tentando entender as novas regras do seu sucesso. O essencial dessas regras é: criar aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para que melhorem à medida que mais pessoas usá-las (isso é o que temos chamado em outros lugares, de “aproveitamento da inteligência coletiva). (O’REILLY *apud* WILLIAM; MARTELL, 1998, p.2)⁴

² Busca de si no outro.

³ A *Web 2.0* é a evolução da *internet* – *Web 1.0* – da década de 1990, em que somente era possível consultar folhetos virtuais. Vila; Vila (2012).

⁴ Tradução livre da autora: “*Web 2.0* es la revolución empresarial de la industria del software que se origina por su traslado hacia una *Internet* como plataforma e intentando entender las nuevas reglas de éxito de la misma. La principal de esas reglas es: construir aplicaciones que aprovechen el efecto red para que mejoren mientras más personas las usen (esto es lo que hemos llamado en otro lugar el “aprovechamiento de la inteligencia colectiva)”. (O’REILLY *apud* WILLIAM; MARTELL, 1998, p.2)

Com o advento tecnológico e as transformações sociais, o modelo 2.0 aparece como uma revolução dos setores empresariais, a denominada Economia do Conhecimento. A *Web* 2.0 permitiu ao usuário interagir com os *sites*. Antes a informação era estática, alimentada somente pelo responsável por sua criação. Com o 2.0, passam a ser produzidos *blogs*, galerias de imagens, redes sociais e outras ferramentas. As definições de *Web* 2.0 perpassam a conectividade, o pertencimento, a identidade, os interesses comuns, os relacionamentos e a inteligência coletiva. Vila e Vila (2012) relatam que há publicações que caracterizam os usuários desta ferramenta nos seguintes aspectos:

- Criadores: aqueles que publicam em *blogs* e *vlogs*, alimentando o sistema;
- Críticos: dotam o sistema de comentários e contribuem em espaços de discussão;
- Leitores: usam subscrições, marcam fotos e participam de processos decisórios, como votações;
- Registrados: aqueles que visitam e mantêm um perfil de usuário em determinada comunidade;
- Espectadores: participam mais passivamente da *web*, sendo apenas leitores, ouvintes ou espectadores de todo o conteúdo disponibilizado;
- Inativos: não realizam nenhuma das atividades anteriores.

É notório que a existência de redes sociais não vem da criação da *Web* 2.0, já que tais redes remontam à existência humana. Porém, a propagação das redes se deu por este fenômeno. Os elementos que permitiram o desenvolvimento da tecnologia 2.0 foram o embasamento do sistema em algoritmos genéricos – como os motores de busca e o uso da inteligência coletiva enquanto geradora de opinião –, dando origem e alimentando o conhecimento, além da determinação tanto humana quanto dos agentes inteligentes. (VILA & VILA, 2012)

William e Martell (2008) explicam o sistema 2.0 no turismo como um ecossistema baseado na Economia do Conhecimento. Antes da *internet*, o turismo conhecido era o de massa, época da sociedade industrial. Tal tipo de turismo é denominado turismo 0.0, desconectado, proveniente de um sistema organizativo hierárquico e vertical, propiciador da economia de escala e que ofertava produtos padronizados, não modificáveis e massificados, sem foco no cliente ou destinos.

Com o desenvolvimento da era da informação, o turismo se flexibiliza e foca o cliente. Tal avanço turístico está relacionado à era da *internet* (*Web* 1.0), dando origem ao turismo 1.0, ou e-turismo. Aqui, se inicia uma orientação ao cliente ainda tímida, com conversação unidirecional. As empresas se tornam mais conscientes dos destinos e tentam trabalhar de forma cooperada, mesmo que pontualmente, devido às dificuldades com mecanismos de colaboração. (WILLIAM & MARTELL, 2008)

Ainda para os autores, o turismo 2.0 é aquele cimentado na Economia do Conhecimento e deve considerar todas as generalidades de sua cadeia de valor, melhorando a produtividade das empresas e destinos. Seus agentes precisam utilizar uma plataforma em comum que esteja inter-relacionada em torno de um sistema de redes. O conhecimento e sua circulação devem ser o motor dessa rede, que se auto-organiza e se desenvolve pela retroalimentação sistêmica de seus próprios membros. (WILLIAM & MARTELL, 2008)

Características comparadas entre turismo 0.0, 1.0 e 2.0

	0.0	1.0	2.0
Tipo de organização	Integração vertical	Rede	Rede
Tipo de sociedade	Industrial	Sociedade da Informação	SIC (Sociedade da informação e do conhecimento)
Tipo de oferta	Rígida empacotada, para as massas	Individualizada, flexível, segmentada	Individualizada, flexível, segmentada (mais forte graças à dinamização e à inserção de tecnologias)
Inserção do turismo eletrônico	Desconectados	Medianamente conectados	Altamente conectados graças à plataforma <i>web</i>
Orientação ao cliente	Usuário indiferente	Usuário com conexão unidirecional	Usuário com conexão bidirecional, altamente conectado
Orientação ao destino	Limitada a serviços pontuais	Média/alta: integrações pontuais, residentes e empresas como agentes passivos	Alta, interações flexíveis, residentes e empresas como agentes ativos

Fonte: Traduzido e adaptado de William & Martell (2008, p.124).

Os sistemas turísticos não são, portanto, lineares. Portam-se de maneira complexa, dinâmica, incerta e imprevisível, sendo influenciados por elementos diretos da atividade turística, e indiretos e externos à rede, como as culturas, a política, os recursos sociais, naturais e humanos. (MCKERCHER, 1999 *apud* WILLIAM E MARTELL, 2008, p.120). Para manter seu bom funcionamento, é demandada uma gestão diferenciada com monitoramento constante e aprendizagem social para sua adaptação em cenários mutáveis. Segundo Machado (2015, p.49):

Desde o advento da *internet*, pesquisadores de diferentes áreas vêm destacando seu papel na geração e disseminação de informações, inclusive a partir do desenvolvimento de novos padrões comportamentais e de relacionamentos sociais e comerciais. No contexto turístico, as mudanças geradas pelo *eTourism* no comportamento dos viajantes também são reconhecidas na literatura especializada.

Processualmente, a *internet* propiciou o desenvolvimento da *Web 2.0* e a criação das redes sociais, essenciais para a gestão turística. Desta forma, é imprescindível que este tema seja abarcado, tanto para um entendimento mais aprofundado do comportamento humano atual quanto para o funcionamento do turismo ligado às redes sociais. De acordo com Silva (2016, p.27):

A *internet* possibilitou que um tipo de lazer emergisse: o lazer virtual. Nele, várias possibilidades são permitidas: jogos, bate-papo, viagens virtuais (que inclusive podem ser consideradas como pré-viagens, já que muito buscam informações antecipadas sobre o destino) e até namoros. A *internet* é hoje, sem dúvidas, um espaço atual de lazer.

Para Alves (2011), rede social é um sistema dinâmico derivado de relacionamentos significativos entre os nós (indivíduos, grupos organizacionais ou pessoais) que estão conectados a um agrupamento de outros nós por intermédio de laços – ideias comuns, parentesco, amizade. A importância desta rede não se dá pelo número de integrantes, mas pelas relações que eles constroem entre si e pelo nível e importância da informação para os seus membros. O uso deste tipo de ferramenta permite o intercâmbio social e o encontro de pessoas. Alves (2011) também se refere à instabilidade e à fragilidade de laços sociais dentro de tais redes ao dizer que uma das características da rede social é a sua ininterrupta mutação, já que o meio virtual é o reflexo do meio real.

A orientação sistemática das redes trabalha as relações sociais por meio da estrutura horizontal, em que não há hierarquia social, uma vez que todos os usuários são consumidores de produtores de informações (CASTELLS, 2001). Desta forma, as informações circulam entre um número bem maior de pessoas, potencializando seu compartilhamento. Para que isto aconteça, as relações devem ser baseadas na confiança, que está atrelada ao conhecimento do indivíduo sobre determinado assunto. Quanto maior o conhecimento, maior a confiança. Caso contrário, a sociedade se desintegra (ALVES, 2011).

Sobre tal temática, Recuero (2009, p.32), sublinha o seguinte:

Sites de Redes Sociais agem através de softwares sociais programados que permitem aos indivíduos conectados alocarem espaços no ciberespaço, habilitando-os à expressão e às trocas sociais e interações mútuas ou reativas.

A partir das considerações expostas sobre RSV, principalmente no que tange à ausência de hierarquias sociais e a prerrogativa da confiança que deve existir entre seus membros serão tecidas, a seguir, considerações específicas sobre a rede social de viajantes *Couchsurfing*.

O Couchsurfing no limiar das políticas de lazer

O início do século XXI foi marcado por uma ascensão de computadores nos domicílios brasileiros. Segundo dados disponibilizados pelo resultado da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), 54,9% dos domicílios brasileiros estão conectados a uma rede com *internet*, possibilitando a conexão de 95,4 milhões de pessoas. O acesso, portanto, segundo a pesquisa, é promovido através de *smartphones*, *tablets*, televisão, além de outros dispositivos, sendo que, a cada cinco residências, quatro possuem telefone móvel para se conectar.

Quando se parte da interpretação da relação existente entre o ser humano e suas experiências em viagens, é notório que ambos são constantemente influenciados pelo arrocho do espaço e do tempo, pela lógica produtiva e pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Tais constatações ressurgem a partir do desencadeamento do processo de globalização nas últimas décadas, afetando profundamente a mobilidade humana (HARVEY, 2010), enquanto premissa para o lazer experienciado durante as viagens.

De maneira singular, a inserção de tecnologias que conformam o planejamento das viagens na contemporaneidade possui nuances na experiência do turista desde o momento em que ele idealiza o seu “sair de casa”. No cerne das mudanças de cunho social, bem como os efeitos que as mesmas implicam na afetividade e nos relacionamentos humanos, Bauman afirma que “os seres humanos não mais nascem em suas identidades, mas precisam tornar-se o que já são” (BAUMAN, 2001, p.40). A condução da vida cotidiana desempenha, assim, uma função importante para as pessoas e para a sociedade, apresentando-se a partir de uma perspectiva sociológica como construto apropriado para se analisar as relações entre suas novas estruturas e seus agentes mediados por RSV.

Lefebvre (2008) destaca que, o cotidiano seria a expressão de práticas contraditórias que reproduzem, ao mesmo tempo, uma lógica social (de mercado), além de possibilitar a recriação desta lógica pelos sujeitos. A suposição de fundo desta área de pesquisa sobre a condução da vida cotidiana é a de que valores específicos para determinadas culturas, e eventualmente camadas sociais, se refletem no agir cotidiano que, por sua vez, sofre influências temporais e espaciais com a atuação de novas tecnologias, culminando na necessidade de maior atenção à condução pública de tais mecanismos virtuais.

Todas estas tecnologias da informação e comunicação (TIC) são, constantemente, pauta dos noticiários formais e informais de nosso cotidiano,

o que enaltece a máxima de que a *internet* trouxe grandes mudanças às práticas sociais de lazer, mas que, por outro lado, pouco ou nada se sabe sobre o ensejo das políticas públicas de lazer em ambientes virtuais estabelecidos por redes de sociabilidade, desdobrando importantes objetos de estudos.

A conformação de redes de viajantes desponta como uma importante interface de estudos ao envolver temáticas que exigem suportes de análise que se diferenciam das correntes de pensamento funcionais existentes. Referente aos estudos do lazer e turismo, dados de pesquisa que corroborem a segurança pública dos usuários diante das RSV, por exemplo, são iminentes. É imprescindível destacar a necessidade de novos propósitos e instrumentos de análise que apoiem o desencadear de um princípio elementar de organização de políticas públicas a partir de diferentes tempos e espaços e, muitas vezes, de objetos de investigação já existentes, como é o caso do *Couchsurfing* enquanto mediador das práticas de lazer e turismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. H. **A chave que desliga a Internet**. *Revista.br*. São Paulo, n.4, ano 3, p.22-23, dez. 2011.
- AMARAL, A. Categorização dos gêneros musicais na *Internet*: para uma etnografia virtual das práticas comunicacionais na plataforma social Last.fm. In: FREIRE FILHO, J., HERSCHMANN, M. (Org.). **Novos rumos da cultura da mídia**. indústrias, produtos e audiências. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Portugal: Relógio D'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998.
- _____. **Modernidad líquida**. Buenos Aires: Fondo de cultura economica, 2011.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.
- _____. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BEIRÃO, Paulo Sérgio Lacerda. **A questão da transdisciplinaridade no cenário mundial e as implicações para o lazer e a educação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 13, 2001, Natal. *Anais...* Natal: CEFET/RN, 2001.p.27-34.
- BEY, Hakim. **Sedução dos Zumbis Cibernéticos**. 1997.
- _____. Superando o turismo. Tradução de Hudz. **Revista Carbono**. Brasil. Disponível em: < <http://revistacarbono.com/artigos/08-hakimbey-michaelhughes/> >. Acesso em: 14 ago. 2017.
- BIALSKI, Paula. **Becoming Intimately Mobile**. Warsaw: Warsaw Studies in Culture and Society, 2012. v.2.
- _____. **Intimate tourism: friendships in a state of mobility-the case of the online hospitality network**. 2017. 86f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia e Psicologia Social). Instituto de Sociologia, Universidade de Varsóvia, Varsóvia, 2007.
- BIALSKI, Paula; BATORSKI, D. From Online Familiarity to Offline Trust: how a virtual community creates familiarity and trust between strangers. In: ZAPHIRIS, P.; ANG, C.S. (Org). **Social Computing and Virtual Communities**. Boca Raton: Taylor and Francis Group, 201. p.179-205
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima "Hospitalidade sem sacrifício? o caso do receptivo turístico". **Revista Hospitalidade**, São Paulo, n.2, p.11-28, 2006.
- _____. Apresentação à Edição Brasileira: o estudo da hospitalidade. In: MONTANDON, Alain (org.) **O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2011. 1437p.
- _____. A pesquisa em Hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, ano V, n.2, p.23-56, 2008.
- _____. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.
- _____. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v.XII, n.especial, p.42-69, mai. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a *internet*, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHERNEY, M.R. **Surf 's Up**: communicative aspects of online trust-building via reducing uncertainty online in Couchsurfing. 2014. Illinois State University. s State University.

CHIZZOTTI, A. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho, Braga, Portugal. v.6, n.2 p.221-236, 2003.

COHEN, I. J. Teoria da Estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

COUCHSURFING. Disponível em: <<http://www.couchsurfing.org>>. Acesso em: mar. 2013.

CUENCA CABEZA, Manuel. **El ocio humanista**. Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto; ADOZ, 2000.

_____. Ocio humanista. In: CABEZA, Manuel Cuenca; MARTINS, José Clerton de Oliveira (Org.). **Ócio para viver no século XXI**. Fortaleza: As musas, 2008. p.33-55.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DUTRA, Mariana. **Turismo 2.0**: um estudo de perfil de usuários da rede Couchsurfing. 2010. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERNÁNDEZ, José F. T.; BEDOYA, Víctor A. M. Prefácio. In: GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p.9-25.

FIGUEIREDO, Ana Flávia de A. **Sobre buscas e sentidos em uma rede mundial de viajantes: The Couchsurfing Project**. 2008. 122p. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

FORTES, Rafael. Lazer e meios de comunicação. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; SILVA, Silvio Ricardo da. (Org.). **Estudos do Lazer**: um panorama. 1ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. v.1, p.51-63.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRAGOSO, Tiago de Oliveira. **Modernidade líquida e liberdade consumidora**: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman. Pelotas, ano 1, n.1, p.109-124, mar. 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOMES, Christianne L. Lazer – Concepções. In: _____. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.133-141.

GOMES, Christianne. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Christianne; PINTO, Leila. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais, cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christianne Luce. **Lazer na América Latina**. Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica. Belo Horizonte: Editora UFG. 2010.p.67-122.

HARVEY, David. **The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism**. London: Profile Books, 2010.296p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: mar.2017.

- KOZINETS, Robert. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica *online*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LABATE, Beatriz B. A experiência do “viajante-turista” na contemporaneidade. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa T.; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus, 2000. (Coleção Turismo)
- LACERDA, Leonardo L. L. Interface turismo-lazer: encontros e desencontros. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Aleph, 2007a.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. _____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEMONS, André. Cidade e mobilidade. Telefones Celulares, Funções Pós-Massivas e Territórios Informativos. **Matrizes**. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v.1, n.1, p.121-137, out. 2007.
- LEMONS, André. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informativos. **Revista Matrizes**, n.1, out. 2007.
- LEMONS, André; CUNHA, Paulo. (Org.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre, Sulina, p.11-23. 2003. Disponível em: < <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/cibercultura.pdf> > . Acesso em: 12 out. 2012.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009. _____. **O que é o virtual?**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 300p.
- MARSHALL, Berman. Modernidade ontem, hoje, amanhã. In: _____. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MAUSS, M. [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. v.II. São Paulo: Edusp, 1974.
- MOREIRA, Marcina Amália Nunes Moreira. **Tem um lugar em seu sofá? A hospitalidade em Jaguarão/RS, na perspectiva da rede Couchsurfing**. 2017. 148p. Tese (Doutorado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- O'REILLY, T. What is Web 2.0? **O'reilly**, 2005. Disponível em: < <http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html> > . Acesso em 14 ago. 2017.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- RAULINO, Gabriela; COSTA, Sebastião. Simbioses entre capitalismo, lazer e mídia. Culturas Midiáticas. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba**. n.10, ano VI, jan-jun. 2013.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 191p. (Coleção Cibercultura).
- REGIS, Helder Pontes. Redes sociais informais: análise das redes de amizade, de informação e de confiança em incubadoras de base tecnológica no Recife. **Revista Psicologia: organização e**

trabalho. Santa Catarina, v.7, n.1, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/2290>> . Acesso em: 21 jul.2017.

ROJEK, CHRIS. **Decentring Leisure: rethinking leisure theory**. London: Sage Publications, 1995.

SANTOS, M. M. C. D.; PERAZZOLO, O. A. Hospitalidade numa perspectiva coletiva: o corpo coletivo acolhedor. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.6, n.1, p.3-15, 2012.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer; contemporizando Dumazedier. **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.6, n.2, p.23-31, 2003.

SILVA, Iris da. **Lazer e trabalho em tempos líquidos: apropriação das redes sociais virtuais por bibliotecários da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2016. Dissertação, UFMG, 2016.

SIMÕES, Isabella. A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista eletrônica temática**. Ano V, n.5, mai., 2009.

STERN, Raquel Farias. Turismo e pós modernidade: uma análise do intercâmbio de hospitalidade – O CASO DO COUCHSURFING. **Revista Itinerarium**. Rio de Janeiro, v.2, 2009. UNIRIO. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/viewArticle/387>> . Acesso em: 14 ago. 2017.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001.

VILA, Trinidad Dominguéz; VILA, Noelia Araújo. El fenómeno 2.0 en el sector turístico. El caso de Madrid 2.0. **Revista Pasos Online**. v.10, n.3, 2012. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/10312/PASOS29.pdf#page=9>> . Acesso em: mar. 2015.

WILLIAM, Edu.; MARTELL, E. Pérez. Turismo 2.0. La web social como plataforma para desarrollar un ecosistema turístico basado en el conocimiento. **Estudios Turísticos**. n.178, p.113-147,2008.

YANNOPOULOU, N. User-Generated Brands and Social Media: Couchsurfing and Airbnb. **Contemporary Management Research**.v.9,n.1,p.85-90,2013.

ZHU, Y. **Social Capital, Trust and the Online Hospitality Community**. Manchester: University of Manchester, 2010.

Capítulo 10

Territorialidades domésticas projetadas no cinema: retratos da sociedade brasileira no filme *Que horas ela volta?*

Christianne Luce Gomes

O presente texto propõe discutir a temática “lazer e territorialidade” por meio do cinema, sendo este concebido como uma forma de arte que, tecnicamente, caracteriza-se pela articulação de imagem em movimento e som¹. O cinema pode ser desfrutado tanto como um entretenimento destinado ao consumo massivo, ou como uma experiência de lazer², que detém potencial de instigar a nossa compreensão sobre diferentes culturas, sobre o lugar social que cada pessoa ocupa no mundo, bem como sobre a sociedade em que vivemos. Esta segunda perspectiva é a que guia as reflexões aqui propostas e que tratam de um filme que problematiza, sobretudo, as relações sociais constituídas em um território doméstico. Tais territorialidades são tecidas no contexto das transformações sociais que foram implantadas no Brasil na primeira década do século XXI.

O filme analisado neste capítulo é *Que horas ela volta?* (Brasil, 2015, direção e roteiro de Anna Muylaert), um longa-metragem de ficção que recebeu vários prêmios e é protagonizado pela atriz Regina Casé, que interpreta “Val”, uma empregada doméstica que trabalha e vive há vários anos na casa de seus patrões, pertencentes à classe alta, em São Paulo. Tudo prossegue bem naquela mansão até a chegada de Jéssica (interpretada por Camila Márdila), filha de Val. A partir daí, vários conflitos emergem naquele território.

¹ Este texto foi elaborado a partir de uma investigação sobre a temática lazer, mulher e cinema (realizada com o apoio do CNPq, processo nº 308943/2014-7, e da FAPEMIG, processo nº PPM-00338-15) e de um estudo sobre lazer, turismo e desenvolvimento territorial, realizado no decorrer do Estágio Sênior na Universidade de Barcelona, com bolsa CAPES (2017-2018, Processo nº 88881.118999/2016-01).

² Compreendo o lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais (GOMES, 2011, 2014).

Haesbaert (2010) explica que todo território tem uma dupla conotação: material e simbólica. Baseado em Lefebvre, o autor distingue *dominação* (entendida como posse, propriedade, algo mais concreto e vinculado ao valor de troca) de *apropriação* (um processo simbólico carregado das marcas do vivido, do valor de uso). Deste modo, território implica não apenas o domínio ou o controle politicamente estruturado, mas também a apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e até mesmo afetiva, dependendo do grupo ou classe social considerado.

A identificação e a apropriação efetiva de um território ocorrem quando as pessoas têm o privilégio de usufruir plenamente dele. Será que isso é possível para todas as pessoas inseridas no território doméstico retratado no filme *Que horas ela volta?*

É necessário salientar que todo território é perpassado por relações de poder, visando “atingir, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (SACK, 1986, p.6). Por isto, todo território é, necessariamente, funcional e simbólico. Sendo assim, as relações de poder têm no espaço social um componente indissociável, tanto no que diz respeito à realização de funções, quanto na produção de significados (HAESBAERT, 2010).

O conjunto de relações sociais cotidianas que são mantidas pelas pessoas com o território, e no próprio território, são denominadas por Raffestin (1993) territorialidade(s). As territorialidades são associadas a diferentes tipos de usos do território, atribuindo-lhe sentido, valor e função. Por isto, as territorialidades são o conteúdo do território. Complementando tal discussão, Saquet (2010, p.24) destaca que, “cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s) a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas”.

Considerando estes fundamentos, o objetivo deste texto é empreender reflexões baseadas no filme *Que horas ela volta?* e visa compreender algumas relações sociais constituídas por meio do trabalho doméstico, do lazer e da educação no cotidiano da sociedade brasileira retratada nessa cinematografia.

Cabe esclarecer que este é um dos 15 filmes selecionados em uma pesquisa mais abrangente sobre as representações das mulheres em filmes latino-americanos contemporâneos. Esta investigação teve abordagem qualitativa e contou com um estudo bibliográfico, realização de entrevistas e análise fílmica. O lócus da pesquisa foi um cinema que atendeu os seguintes critérios: **(a)** estar localizado em Belo Horizonte, **(b)** conceder, formalmente, anuência institucional para a realização da investigação, **(c)** possuir bilheteria para vender ingressos dos filmes exibidos nas suas salas e **(d)** ter programação que contempla filmes latino-americanos com certa regularidade.

Mesmo que estes filmes tenham alcance limitado em termos de distribuição e exibição no circuito comercial brasileiro, restringindo-se quase sempre a mostras e festivais de cinema, estes tematizam peculiaridades sociais, culturais, históricas e políticas que são próprias do território latino-americano, diferentemente daqueles que são produzidos em outros continentes, sobretudo nos Estados Unidos. Além disto, o recorte geográfico está de acordo com uma das linhas do Grupo de pesquisa Luce (UFMG/CNPq), dedicada ao estudo de diferentes práticas de lazer na América Latina. Os critérios de seleção de cada filme foram os seguintes: ser produzido em um país latino-americano, ser longa-metragem de ficção e mencionar pelo menos uma personagem feminina na sinopse divulgada pelo próprio cinema. Apenas 15 filmes atenderam os critérios da pesquisa, sendo 3 da Argentina³, 1 do Chile⁴ e 11 do Brasil⁵.

As entrevistas foram feitas com espectadoras e espectadores destes filmes no cinema estudado. Logo após a exibição, o público presente era convidado, aleatoriamente, para colaborar voluntariamente com a pesquisa por meio da concessão de uma entrevista sobre o filme assistido.⁶ O anonimato de cada pessoa foi preservado, sendo seu depoimento citado na pesquisa por meio da abreviatura do nome/sobrenome, seguidas da idade e indicação da letra “F” para as mulheres, ou “M” para os homens entrevistados. No caso do filme *Que horas ela volta?*, 6 pessoas foram entrevistadas e designadas, neste texto, pelas siglas C.G.41F, C.O.30M, D.R.49F, H.A.61F, M.A.24M e M.P.64M.

A análise fílmica buscou fundamentos em França (2002) e Vanoye e Goliot-Lété (1994) e foi sistematizada em três momentos, que demandaram: (a) assistir ao filme no cinema para tomar conhecimento de seu conteúdo, (b) assistir

³ Título dos filmes Argentinos selecionados na pesquisa: *Sem filhos* (lançado em 2015, direção de Ariel Winograd), *Papéis ao vento* e *Roteiro de casamento* (ambos lançados em 2016, com direção de Juan Taraturo).

⁴ Título do filme chileno: *O clube* (lançado em 2015, direção de Pablo Larraín).

⁵ Título dos filmes brasileiros: *Que horas ela volta?* (2015, direção de Anna Muylaert), *Boi Neon* (2016, direção de Gabriel Mascaro), *Ela volta na quinta* (2016, direção de André Novais), *Para minha amada morta* (2016, direção de Aly Muritiba), *A bruta flor do querer* (2016, direção de Andradina Azevedo e Dida Andrade), *Nise – O coração da loucura* (2016, direção de Roberto Berliner), *Prova de coragem* (2016, direção de Roberto Gervitz), *Mulheres no poder* (2016, direção de Acioli), *Amores urbanos* (2016, direção de Vera Egito), *O outro lado do paraíso* (2016, direção de André Ristum) e *Ponto Zero* (2016, direção de José Pedro Goulart).

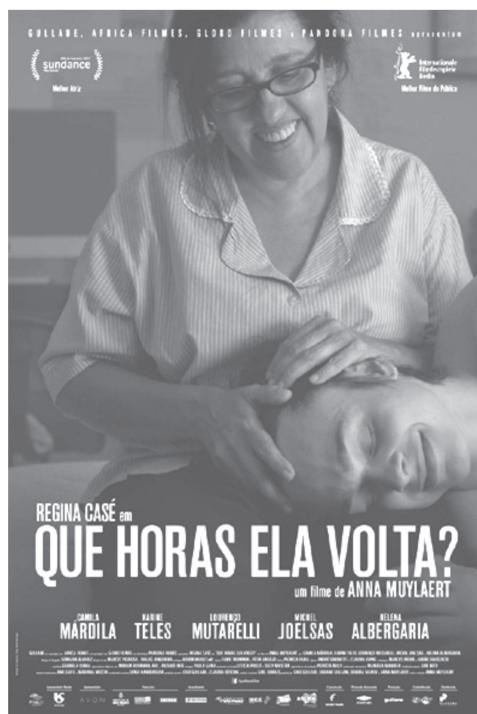
⁶ Todos os voluntários entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, assim como todo o protocolo da investigação. As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente.

ao filme pela segunda vez, procurando articulá-lo com o problema investigado e (c) aprofundar a análise fílmica, identificando e analisando as cenas consideradas mais relevantes para a pesquisa.

As análises foram subsidiadas pela “sociologia das ausências” e pela “sociologia das emergências” (SANTOS, 2002), tendo em vista a importância de superar o modelo de racionalidade ocidental dominante. Enquanto a sociologia das ausências se debruça sobre aquilo que é produzido como não-existente, transformando objetos impossíveis em possíveis e elementos ausentes em presentes; a sociologia das emergências propõe a ampliação simbólica de uma realidade específica.

1º ato: a ficção

FIGURA 1: Cartaz do filme *Que horas ela volta?*



Fonte: Que horas ela volta?

Disponível em: < http://cinecartaz.publico.pt/Filme/354907_que-horas-ela-volta >

O filme *Que horas ela volta?* é protagonizado por Val e a trama gira em torno do que acontece após a chegada de sua filha, Jéssica, em São Paulo. Para entender a proposta da cinematografia, é preciso, como ponto de partida, conhecer minimamente os seus principais personagens e entender as relações sociais constituídas entre eles na trama.

Val é uma empregada doméstica que se encarrega de todos os afazeres requeridos na casa de uma família da classe alta de São Paulo, onde ela trabalha há vários anos e reside em um pequeno quartinho nos fundos da propriedade. Além de ter sido babá do único filho de seus patrões – agora adulto –, ela cozinha, limpa a casa, faz a manutenção do jardim e da área de lazer, lava, passa as roupas, serve os convidados em momentos festivos e organiza todo aquele espaço social. Val é uma pessoa simples, responsável, carinhosa e dedicada. Seu sotaque e cultura revelam sua origem nordestina. Ela assume, com resignação, uma condição social de inferioridade no território doméstico em que trabalha. Na maior parte do tempo, ela está na cozinha.

De origem humilde e sem escolaridade, Val migrou do Nordeste para São Paulo em busca de trabalho com o intuito de prover as necessidades de sua filha, que passou a ser criada por outra pessoa da família. Ela abdicou da convivência cotidiana com a sua própria filha na tentativa de proporcionar a ela uma vida melhor. Por outro lado, Val estabeleceu uma relação próxima e afetiva com Fabinho, o filho dos patrões, como se fosse uma segunda mãe para ele. (MAIA, GOMES, 2017).

Quando Jéssica diz à sua mãe que pretende ir ao encontro dela para prestar o concurso vestibular na Universidade de São Paulo (USP), Val fica eufórica porque não vê sua filha há mais de dez anos, temendo inclusive não reconhecê-la. A empregada comenta com os patrões os planos de Jéssica e pergunta se a moça pode ficar com ela por um tempo. Val fica agradecida porque seu pedido foi prontamente atendido pela patroa, que se surpreende por Jéssica ter a pretensão de estudar na USP: uma universidade de difícil ingresso que, tradicionalmente, é reservada à formação das elites do País.

O encontro de Val com a filha, no primeiro momento, gerou retraimento na jovem, o que foi logo superado. Ela chama sua mãe pelo apelido, evidenciando um certo distanciamento. Jéssica estranhou o fato de Val “morar no serviço”, mas, sem alternativa, seguiu do aeroporto para lá com a mãe. No caminho, Jéssica conta para Val que é mãe solteira e deixou o filho em sua cidade natal, enquanto tenta construir para eles um futuro melhor. No entanto, a condição em que Val e Jéssica chegam a São Paulo, bem como os objetivos de ambas nesta empreitada, são completamente diferentes.

Jéssica foi bem acolhida pela família, recebeu flores e entregou a eles um doce típico do nordeste brasileiro. O presente, inicialmente deixado de lado, foi aceito pouco depois. A jovem também tem sotaque nordestino, mas é segura de si, determinada a realizar seu sonho de ser arquiteta e se encanta com o estilo modernista da mansão. Ela tem uma boa formação escolar, emite sua própria opinião, se posiciona criticamente, se interessa pelo estudo e pelo aprendizado de coisas novas.

Em seu processo de territorialização, Jéssica não se coloca em um lugar inferiorizado por ser nordestina, tampouco por ser filha de uma empregada doméstica, o que, inevitavelmente, gera situações sociais embaraçosas para Val, que se desdobra para manter a filha em seu “devido lugar”. O comportamento da jovem, muitas vezes, é reprovado e muitos conflitos emergem neste processo. Ao questionar e confrontar as normas estabelecidas como cidadã consciente que é, Jéssica evoca uma existência mais digna e não aceita as humilhações dissimuladas que são imputadas à sua mãe e a ela própria, por extensão, o que causa constrangimentos e desagrada profundamente a Dona Bárbara, patroa de sua mãe.

Bárbara (interpretada por Karine Teles) é uma mulher vaidosa, sofisticada, estudada e elitizada que dedica boa parte do tempo à sua própria carreira profissional e valoriza o *status* social de sua família. Procura se aproximar de seu filho Fabinho, mas, ele não corresponde, causando-lhe frustração. Bárbara é amistosa com Val mas, de forma explícita ou sutil, sempre demarca a relação social hierárquica e as diferenças sociais existentes entre elas. Ela enfatiza a conotação material do território, procurando dominar e controlar tudo o que ali acontece.

“Dona Bárbara”, como é chamada por Val, tenta manter a ordem na casa e na família, mas, em algumas situações, é reprovada por seu marido, Carlos (Lourenço Mutarelli). Por ter herdado um patrimônio que garante uma boa condição financeira à sua família, Carlos trabalha em seu ateliê de artes plásticas apenas quando está disposto, o que é raro de acontecer. Ele se sente solitário e trata Jéssica como uma hóspede, pois, ficou muito entusiasmado com a chegada da moça.

Carlos a convida a fazer as refeições à mesa em sua companhia, autoriza que ela fique no quarto de hóspedes, a leva para passear, dialoga e chega a fazer confidências, procurando deixá-la à vontade naquele novo território, o que, por vezes, ocorre de forma ambígua, deixando em dúvida quais são as reais intenções dele. Isso fica evidente no episódio em que Carlos leva Jéssica para passear e a abraça no Edifício Copam de uma forma suspeita, ou quando pergunta a ela: casa comigo? E, após repetir a pergunta, promete levá-la para

onde ela quisesse. Diante do embaraço da moça, que não sabia o que responder, Carlos diz que estava brincando e sai do local, constrangido, enquanto ela fica aliviada por ele ter dito que era apenas uma “brincadeira”.

No filme, o fato de Jéssica aceitar as gentilezas de Carlos em termos de apropriação do território (ou o convite de Fabinho para se divertir na piscina) era visto como algo inadequado: curiosamente, enquanto as intenções por trás das atitudes do patrão não eram questionadas, Jéssica era censurada porque deveria apenas recusar e agradecer, já que tudo era feito somente “por educação”. Tal prerrogativa marca profundamente aquele território doméstico. Por isto, em uma de suas advertências a Jéssica, Val afirma: “tem coisa que não se ensina, a gente nasce sabendo”.

Jéssica não tinha intenção de dominar aquele território, mas queria se apropriar dele enquanto uma pessoa que está de passagem e que não se coloca num lugar subalterno, como ocorria com sua mãe diante de seus empregadores. Em vários diálogos, é possível perceber isso, como nos exemplos abaixo:

Val: Onde já se viu filha de empregada sentar na mesa dos patrões.

Jéssica: Eles não são meus patrões.

Jéssica: Você nunca nadou aqui?

Val: Eu vou nadar na piscina na casa dos outros?

Enquanto Val só conhecia a conotação material daquele território doméstico que pertencia a seus patrões, Jéssica buscava se apropriar dele, num processo simbólico no qual o valor de uso era o que mais importava. No entanto, quase sempre ela era tolhida.

Fabinho (interpretado por Michel Joelsas), o filho de Bárbara e Carlos, é um jovem de classe alta que não assume responsabilidades e está interessado em curtir a vida com os amigos. Ele tem a mesma idade de Jéssica, mas, diferentemente dela, é descomprometido com os estudos e, ainda assim, pretende ingressar na USP. Ele não tem muitos vínculos com seus pais e está sempre próximo de Val, com quem cultiva afeto e estabelece uma relação de cumplicidade e confiança.

Como será abordado no próximo tópico, tais apontamentos sobre o filme *Que horas ela volta?* retratam alguns paradoxos verificados na sociedade brasileira atual.

2º ato: a ficção instigando o repensar sobre a realidade

No Brasil, o trabalho doméstico é tradicionalmente exercido pelas mulheres e, historicamente, ele é considerado como “o lugar do não-prestígio, da não-cidadania, do não-direito, da não-pessoa” (MORI; BERNARDINO-COSTA; FLEISCHER, 2011, p.16). O serviço doméstico é realizado em nosso País, majoritariamente, por mulheres negras e afrodescendentes, o que pode ser associado à origem escravocrata desse tipo de trabalho, mas não de forma exclusiva, pois, também é uma faceta da desigualdade social brasileira e do desequilíbrio regional existente no Brasil e que fazem com que muitas pessoas migrem do Nordeste para o Sudeste, especialmente para a cidade de São Paulo, em busca de oportunidades de trabalho. No caso das mulheres nordestinas, muitas vezes, o serviço encontrado em São Paulo é de empregada doméstica formal/informal, babá, diarista, cabeleireira e vendedora ambulante de alimentos caseiros, por exemplo.

No que concerne ao labor doméstico, ele traduz a divisão sexual do trabalho e é uma forma de opressão específica sobre as mulheres, “naturalmente” propensas a se responsabilizarem por ele. Tal atribuição é automaticamente colocada como exclusiva das mulheres. Não é vista, nem reconhecida: é como se não existisse (KERGOAT, 2009), não merecesse uma boa remuneração e não fosse digna de direitos trabalhistas.

Falta de escolarização, pobreza material, vulnerabilidade social e dificuldades de inserção no mercado de trabalho são determinantes para que muitas mulheres, como Val, não vejam outra alternativa se não a de trabalhar a vida toda como empregadas domésticas – com sorte, tendo garantidos os recentes direitos conquistados pela categoria profissional.⁷

Em termos de direitos, além desta profissão não ser equivalente às demais, a maioria das domésticas ainda trabalha informalmente e em condições muito precárias. Tal situação foi comentada por vários entrevistados que participaram da pesquisa:

⁷ Em abril de 2012, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional 66/2012, conhecida como a “PEC das Domésticas”. Essa emenda garante aos trabalhadores domésticos uma jornada máxima de trabalho de 8 horas diárias e 44h semanais, pagamento de hora extra, seguro por acidente de trabalho, adicional noturno, insalubridade, vínculo trabalhista para quem trabalha 2 ou mais dias na mesma residência, FGTS obrigatório e proibição para pessoas menores de 18 anos. Apesar de ser uma grande conquista para muitos trabalhadores domésticos, a maioria ainda se vê obrigada a permanecer na informalidade do labor doméstico.

O filme retrata uma realidade que está presente na história do país, pelo menos desde o período colonial em clássicos como Gilberto Freyre. Se você for pegar [o livro] *Casa Grande e Senzala* você vai ver essa realidade. A realidade (...) da vida doméstica brasileira, de como é a vida de uma empregada doméstica, enfim, todas as questões de discriminação onde tem uma certa inferiorização do trabalho doméstico, estão presentes de uma maneira. (M.A.24M)

[O filme] representa exatamente o que é o país, o colonialismo, a questão do patrão, do empregado, os lugares que eles ocupam na sociedade. Então, eu achei (...) que demarcou direitinho o lugar que as pessoas têm aqui no Brasil. (D.R.49F)

Em momento nenhum a situação de opressão daquela família personificada na Bárbara, na dona da casa, é uma relação de opressão rasgada. Tudo é “por favor”, tudo é “claro, ah, que lindo!”, “traz a sua filha”. Então, essa coisa da aparência, acho que [Bárbara] fez isso muito bem, também me chamou a atenção. (C.G.41F)

Realmente é uma crônica social sobre as relações patrões/empregados que ainda persistem até hoje. (H.A.61F)

Vamos dizer que a Val seria escrava e a patroa, seria a patroa mesmo. Mas a filha, ela de fato é uma heroína. Ela veio, mudou a vida da mãe, a condição de deixar de ser doméstica e buscou morar com ela naquele cômodo, não se sabe se é na periferia de São Paulo. (M.P.64M)

Embora o entrevistado designado pela sigla M.P.64M valorize as atitudes da personagem Jéssica, a “não-existência” da jovem, no filme, foi assimilada como ignorância e incultura, próprias da “monocultura do saber”, e também de uma suposta inferioridade natural e insuperável, que são fundantes da lógica da classificação social (SANTOS, 2002). Mesmo sendo velada, tal lógica foi percebida e questionada por Jéssica em diversos momentos.

Sobre o quarto de hóspedes, Gotman (2011) explica que ele é a condição de uma hospitalidade mínima. A autora afirma que, à medida que o movimento de separação espacial entre as classes avança e a noção de vida privada se aprofunda, os espaços considerados próprios para receber uma visita se dissociam dos aposentos privados e daqueles que eram reservados a uma sociabilidade mais íntima. Acompanhando este movimento, os empregados domésticos passam a assumir circuitos à parte, devendo se alojar fora da vista de seus senhores. É o que ocorre com Val e com tantas empregadas domésticas no Brasil, e o que era esperado de acontecer com Jéssica. Embora o quartinho de Val fosse apertado e não oferecesse condições mínimas para que a jovem passasse os dias estudando, era lá que ela deveria ficar, e não no quarto de hóspedes.

A princípio, Carlos permitiu que Jéssica se instalasse no quarto de hóspedes, mas logo depois Bárbara solicita que ela se retire de lá, sob pretexto de que receberia em breve uma visita. Quando a jovem desocupou aquele aposento e foi dormir num colchão no quartinho apertado, abafado e sem iluminação que era destinado a Val, manifesta sua indignação:

- _ Sinceramente, Val, não sei como é que você aguenta.
- _ Como é que eu aguento o quê?
- _ Ser tratada desse jeito, que nem uma cidadã de segunda classe.
- _ Tu se acha melhor que todo mundo. Tu é superior a todo mundo!
- _ Eu não me acho melhor não, só não me acho pior. É diferente.

O fato de ser alvo de preconceitos por ser nordestina e filha de uma empregada doméstica não impediu que Jéssica abrisse mão de sua dignidade como cidadã, tampouco que ela deixasse de vislumbrar outras possibilidades profissionais, garantidas em especial por meio do acesso a uma boa universidade – algo impensável para muitos jovens brasileiros, em situação de vulnerabilidade social.

Foi no despontar do século XXI que as políticas sociais inclusivas e comprometidas com a redução das desigualdades ganharam mais peso em nosso País. Uma destas frentes é representada pelas políticas educacionais adotadas no governo Lula, que deram continuidade às reformas iniciadas no governo anterior e procuraram promover avanços em todos os níveis formativos a partir de 2003.⁸

Apesar da USP ser uma universidade pública do Estado de São Paulo e não uma universidade pública federal, no filme ela simboliza este movimento que permitiu o ingresso de pessoas oriundas de classes sociais desfavorecidas ao ensino superior, as quais passaram a ocupar uma parte das vagas antes reservadas exclusivamente às elites do nosso País.

⁸ De acordo com as pesquisas de Aguiar (2016), o governo Lula privilegiou vários pontos da agenda da educação superior, tais como a ampliação, a democratização do acesso e a promoção da equidade, sobretudo no que se refere às populações historicamente não atendidas, seja por razões econômicas e/ou raciais. Outro ponto destacado nas políticas da educação superior foi o binômio qualidade/massificação, sustentados de um lado pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação, e de outro, pelo incremento da educação a distância. Apesar do avanço em termos da ampliação das vagas nas instituições federais, de acordo com a autora, a mercantilização da educação, portanto, ocorreu concomitantemente às inúmeras conquistas sociais promovidas neste período no campo da educação pública de nível superior. Isso decorreu do “surgimento de megagrupos financeiros que exploram a educação superior como uma *commodity* cuja principal função é gerar dividendos aos acionistas”. (p.125)

Tal mudança social funciona como pano de fundo para o filme e foi salientada em algumas entrevistas. Enquanto uma delas ressalta o ingresso ao ensino superior, outra observa que Jéssica viaja para São Paulo de avião, o que, até então, não era muito comum no Brasil, tratando-se da filha de uma empregada doméstica.

Sou filho de uma empregada doméstica e tive acesso à educação superior. Eu não entrei pelo novo sistema de vestibular, eu entrei pelo vestibular tradicional, mas eu vivi obviamente a realidade e a dificuldade de ser filho de empregada doméstica, oriundo de escola pública tentando entrar em uma universidade concorrida, e é esse mesmo drama que o filme está representando. (M.A.24M)

Eu acho um elemento muito curioso para a leitura do Brasil nos últimos anos também, onde a coisa da mobilidade social está dada, eu acho que também é bem usado com delicadeza quando “você vai, e vai de avião”. Virou um lugar comum simbólico no Brasil. Você, pobre, usando avião. (C.G.41F)

O filme instiga a consciência crítica quanto à lógica de classificação social que impera de maneira velada não somente na mansão onde Val trabalha, mas em toda a sociedade brasileira. Jéssica não se submete a essa lógica e evoca uma existência com mais dignidade. Ela clama pela articulação entre os princípios da igualdade e da diferença, com reconhecimentos recíprocos (SANTOS, 2002).

Isto fica notório quando Jéssica, após ser convencida por Fabinho e um amigo dele, entra na piscina e se diverte com eles, apesar de ter sido recomendada do contrário, pela mãe. Ao tomar ciência do ocorrido, Bárbara toma medidas radicais para preservar a relação assimétrica entre patrões e empregados: manda esvaziar a piscina, dizendo que a água foi contaminada por ratos. Diante de uma atitude tão extrema e humilhante por parte de Bárbara, Jéssica se recusa a permanecer na casa e vai embora de forma intempestiva, gerando reflexões em sua mãe sobre seu próprio lugar naquele território.

A piscina é um dos símbolos da riqueza da família e um espaço a ela reservado. Até então, Val nunca havia entrado nela, nem para limpá-la, pois essa função era realizada por um profissional especializado. Após o episódio com Jéssica, Val entra na piscina parcialmente esvaziada pela primeira e última vez. Dali, ela telefona para a filha e compartilha a satisfação que sentiu por realizar tamanha transgressão. Brincando com a água, Val chuta para o alto o aprisionamento gerado por aquele território e decide viver com sua própria família em um pequeno imóvel alugado na periferia de São Paulo, mas, com uma perspectiva de maior consciência social (MAIA, GOMES, 2017).

FIGURA 2: Val brinca com a água da piscina



Fonte: Que horas ela volta?

Disponível em: <<https://br.pinterest.com/explore/que-horas-ela-volta/>>

De acordo com Preuss (1997), o relacionamento entre patroas e empregadas na sociedade brasileira constitui uma relação desigual, assimétrica, baseada em subjugação racial e social. As fronteiras profissionais não são bem definidas e a disputa por território é constante. Tais características tornam ambivalente o vínculo entre elas, fragilizando as fronteiras entre a relação profissional e a familiar e produzindo sentimentos contraditórios em ambas as partes. Neste paradoxo, questões como raça, sexo, condição social e econômica tensionam o jogo de poder (CHÉQUER LUZ; MATOS, 2016).

É muito importante trazer o emprego doméstico para fora de sua invisibilidade e desvalorização e situá-lo na categoria de uma profissão, um trabalho aprendido e com requisitos próprios. Desnaturalizá-lo para fazer valer, também para essa forma de prover o próprio sustento, as mesmas noções e princípios que integram as demais ocupações existentes no mercado de trabalho. Além disso, prover de políticas e de ações sociais aqueles/as que o exercem para criar-lhes as condições de exercício da cidadania plena e de superar a pobreza e as más condições de vida e trabalho. (SANCHES, 2009, p.888)

As atitudes de Jéssica acabaram fazendo Val perceber que a ambivalência do vínculo profissional constituído entre ela e seus patrões tinha algumas finalidades. Mesmo sendo tratada com cortesia por todos, Val não era “praticamente da família”: ela era uma empregada doméstica que devia estar sempre pronta para servi-los, dormia no serviço em um quartinho em péssimas condições, era privada dos alimentos reservados somente para os patrões e não

podia entrar na piscina nem para brincar na água com Fabinho, quando era babá do menino.

Instigada por sua filha, Val compreendeu o jogo de poder dissimulado naquele território marcado pela dominação, o que culminou com a transformação daquela mulher trabalhadora, fato que foi salientado por vários entrevistados.

Eu gostei muito da Val, mas eu achei que a filha dela é uma personagem bem interessante por que ela consegue fazer essa leitura de como a mãe dela é tratada. Ela consegue ver isso e ela não aceita essa condição de empregada na casa, ela se revolta quanto a essa condição de ser tratada como cidadã de segunda classe. (...) o fato dela estar estudando é uma forma de se rebelar contra o sistema. (...) essa nova geração que está chegando, que está entrando na universidade, que está percebendo que o pobre, que o negro, que o nordestino pode ocupar papéis importantes na sociedade. Eu gostei muito da menina, (...) ela soube se colocar, ela abriu o olho da mãe dela. (D.R.49F)

A figura da filha da Regina Casé, nesse filme, traz um debate muito importante que é o do empoderamento feminino (...). Eu acho muito interessante quando ela consegue passar essa visão para a própria mãe que foi criada em um outro regime, nesse regime em que o empregado só escuta, abaixa a cabeça e só obedece. Ela consegue, ao longo do filme, passar essa visão e faz com que a mãe questione criticamente algumas posturas dos patrões. Então, eu acho que essa temática do empoderamento feminino é muito importante no filme. (M.A.24M)

Tem aquela cena linda de Val que te arrebatava afetivamente, que é ela na piscina. (...) ela está mais confiante de si, ela está se sentindo empoderada de alguma maneira, entende? (...) depois disso ela se demite, num gesto de autoafirmação que não é nem um pouquinho afetado. Essa cena é linda, ela é uma cena longa, ela tem a fala inteira ali (...), sem demonstrar afetação nenhuma, nem um traço de coitadismo (...). O poder dela está aí. (C.O.30M)

Este mesmo entrevistado (C.O.30M) observa algo interessante no percurso de Val: “a construção de uma mudança pessoal tão grande, que é tão lírica, que eu acho que ela consegue ser uma metáfora da mudança social em si.”

Embora possa apresentar alguns deslizos, a transformação de Val ao longo do enredo do filme aqui discutido – provocada pelo posicionamento firme de Jéssica – representa uma possibilidade concreta de empoderamento, o que é cada vez mais necessário em países como o Brasil, nos quais sobejam situações de desigualdade, exclusão e hegemonia masculina.

Empoderamento é um processo por meio do qual as pessoas mais vulneráveis vão em busca de recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência, capacidade de ação e de decisão diante das situações de exclusão

decorrentes da hegemonia/dominação. O acesso a tais recursos nem sempre é fácil e simples e, por isto, é preciso desenvolver ações estratégicas mais ou menos coordenadas para obtê-los. Como as pessoas que pretendem ser empoderadas muitas vezes já estão em desvantagem – o que dificulta a obtenção desses recursos –, são necessárias intervenções externas por parte de governos, universidades, movimentos sociais, ONGs, etc. (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). Tais intervenções precisam comprometer-se com o combate à exclusão e com a promoção dos direitos das mulheres, enfrentando as históricas desigualdades e assimetrias em relação aos homens. O empoderamento está ligado à superação ou, pelo menos, à criação de condições para o enfrentamento de explorações diversas. Implica, portanto, um horizonte emancipatório para as mulheres.

Anteriormente, foi mencionado que Carlos (marido da patroa de Val) demonstrou empatia por Jéssica desde sua chegada e a acolheu como uma hóspede. Contrariando sua esposa, ele mostrou toda a casa e permitiu que a jovem ocupasse o quarto de hóspedes, a convidou para almoçar à mesa, ofereceu o sorvete especial de Fabinho, mostrou a ela os quadros que pintou, presenteando-a com um deles e a levou para passear. Carlos confidenciou a Jéssica que fumava escondido em seu ateliê e deixou claro que quem “bancava” todo aquele padrão de vida era ele. Recebeu uma herança e não precisava mais trabalhar, não vendo a necessidade de aumentar sua riqueza. Assim, podia se levantar às 11 horas e fazer sua arte quando quisesse, sem necessidade de disciplina.

As intenções de Carlos sobre Jéssica são colocadas na narrativa fílmica com muita sutileza. Ele chegou a ajoelhar-se diante de Jéssica na cozinha para dizer que ela poderia ter a vida que quisesse ao lado dele. Surpresa, a jovem ficou desconcertada e sentiu alívio quando, logo depois, ele se recompôs e disse que estava brincando. Mas, suas atitudes na trama revelam que ele almejava encantá-la e seduzi-la e, para tanto, seu poder material foi colocado como uma estratégia.

Um súbito pedido de desculpas de Carlos a Val, sem que saiba o porquê, sugere que ele pode ter abusado sexualmente dela durante os vários anos em que trabalhou como empregada doméstica naquela residência. Considerando o contexto social abordado, um entrevistado ponderou que a “questão do assédio sexual em relação às empregadas domésticas não é uma realidade que é exceção, é algo que se vê com alguma frequência” (M.A.24M).

Carlos e Val tinham “uma relação patrão/empregado na qual ela se coloca na posição sempre de subalterna. É o papel da total subserviência e da mulher como esteio da família”, salienta uma entrevistada (H.A.61F).

(...) na verdade, essa questão de empregada e patrão tem muito a ver com o nosso país, com a nossa cultura colonialista. Então eu acho que a menina [Jéssica] me surpreendeu por causa disso, eu gostei da personagem. (D.R.49F)

Todos os dilemas entre patrões e empregadas e entre ricos e pobres, essa coisa toda que deriva da desigualdade social, todas essas questões estão em pauta hoje, e agora a todo momento. Eu acho que a grande relevância do filme é trazer isso pra discussão, é trazer isso pra sala de cinema e fazer com que as pessoas reflitam sobre essa realidade. (M.A.24M)

Em suma, o filme aqui analisado instiga reflexões sobre as relações de poder e sobre as desigualdades sociais perpetuadas não somente na mansão onde Val trabalha, mas em toda a nossa sociedade.

Considerações finais

Além de colocar em evidência as opressões veladas ou explícitas praticadas sobre as mulheres pelos homens e até mesmo pelas próprias mulheres, e pelos patrões sobre empregadas, o filme *Que horas ela volta?* instiga reflexões que vão além de um território doméstico, evidenciando alguns dos alicerces que sustentam a sociedade brasileira.

Os principais marcadores identitários que compõem as personagens do filme estão relacionados com classe social, origem territorial, gênero e profissão. O vínculo das personagens femininas com os homens da trama, embora sutil, demarca relações de poder que reforçam uma cultura de dominação e hegemonia masculina respaldada por riqueza material. Entretanto, tal relação de opressão é tensionada e questionada, todo o tempo, por Jéssica. Ela não se coloca num lugar inferiorizado, como ocorria com sua mãe diante de seus empregadores.

A jovem nordestina tinha clareza das relações de poder que perpassam aquele território doméstico, mas ela não tinha intenção de dominá-lo. Porém, se via em condições de se apropriar e usufruir daquele território enquanto estava de passagem naquela casa, contribuindo com a produção de novos significados sobre as territorialidades tecidas ali.

Em suma, os conflitos vividos por Val, Bárbara e Jéssica – três personagens que sustentam a narrativa – têm como pano de fundo as mudanças sociais verificadas nos últimos anos no Brasil. Tais transformações são materializadas, no filme, principalmente por meio da democratização do acesso à educação pública de nível superior por parte de pessoas oriundas das camadas desfavorecidas da população brasileira.

Que horas ela volta? tem desfecho inconcluso mas, no contexto do filme, isto representa um exercício de esperança. “Sem fazer algum tipo de panfletagem ideológica, [o filme] faz com que a gente saia de lá com um posicionamento pelo menos otimista” (C.O.30M).

Os diálogos de Val com Jéssica são esclarecedores para a empregada doméstica, que se conscientiza e realiza sua mudança de postura em relação à vida e ao trabalho. Embora possa apresentar alguns deslizes, a transformação de Val ao longo do enredo – provocada pelo posicionamento firme de sua filha – representa uma possibilidade concreta de empoderamento, o que é cada vez mais necessário em países como o Brasil, onde sobejam situações de desigualdade e exclusão social. Neste sentido, assistir a um filme como este em nossos momentos de lazer acaba por nos ensinar muito sobre nosso próprio país e sobre as possibilidades de compreender e de enfrentar as desigualdades sociais existentes.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v.24, n.57, p.113-126, Mar. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 14 Abr. 2019.
- CHÉQUER LUZ, P.R.; MATOS, R.C.A. As relações de poder na teledramaturgia brasileira: uma análise dos eixos de conflito entre patroas e empregadas em “Cheias de Charme”. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v.4, n.2, p.268-280, dez. 2016. ISSN 2318-406X. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/7657/5560> >. Acesso em: 14 abr. 2019.
- FRANÇA, A.R. **Das teorias do cinema à análise fílmica**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Disponível em: < <http://www.andrefranca.com/andre/dissertacao.pdf> >
- GOMES, C.L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.
- GOMES, C.L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.3, set/2011, p.1-25.
- GOTMAN, A. Marcel Mauss: uma estação sagrada da vida social. In: MONTANDON, A. (Org). **O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HOROCHOVSKI, R.R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. Florianópolis, Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2. *Anais...* Florianópolis, 2007. p.485-506.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.67-75.
- MAIA, M. F. Q. C.; GOMES, C. L. A hospitalidade no cinema: Discutindo a temática em três filmes latino-americanos. **Revista Hospitalidade**, v.14, p.1-28, 2017. Disponível em: < <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/709/745> >. Acesso em: 3 Ago. 2017.
- MORI, N.; BERNARDINO-COSTA, J.; FLEISCHER, S. Trabalho doméstico: desafios para igualdade e valorização. In: MORI, N. *et al*. **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2011. p.15-29.
- PREUSS, M.R.G. **Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição**. In: Coletâneas da ANPEPP. n.7, p.53-65, 1997.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SACK, R.D. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANCHES, S. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.17, n.3, p.879-888, Dec. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300016&lng=en&nrm=iso >. Acesso 14 abr. 2019.

SANTOS, Boaventura S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, v.63, p.237-80, Out. 2002.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

CHRISTIANNE LUCE GOMES é professora Titular da UFMG e Pesquisadora do CNPq. Desenvolve atividades acadêmicas em diferentes cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (mestrado e doutorado). É Doutora em educação, com pós-doutorado em ciências políticas e sociais e estágio sênior na Universidade de Barcelona (bolsa Capes, 2018). Realizou o curso de formação da Escola Livre de Cinema de Belo Horizonte. Como membro da Equipe gestora/UFMG, é Coordenadora geral da Rede CEDES/Secretaria Especial do Esporte. É líder do Grupo de Pesquisa LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação (UFMG/CNPq). Publicou vários livros e artigos científicos sobre a temática do lazer.

E-mail: chris@ufmg.br

DENISE FALCÃO é Doutora em Estudos do Lazer/UFMG com doutorado sanduíche no departamento de Antropologia Social da Universitat de Barcelona (UB). Atualmente realiza o pós-doutoramento na mesma área. Atua como prof^a substituta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisadora do grupo LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação (UFMG); Pesquisadora GRECS – Grup de Recerca sobre Exclúsio i Control Social (Universitat de Barcelona); Pesquisadora do Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer/UFMG.

E-mail: defalcao1@gmail.com

AGUSTÍN AROSTEGUY é Doutor em Estudos do Lazer/UFMG, Mestre em Direção em Projetos de Lazer (cultura, recreação, turismo, esporte) na Universidade de Deusto e Especializado nas Artes do Espetáculo pela Universidade de Buenos Aires. Membro dos Grupos de Pesquisa: LUCE – Ludicidade Cultura e Educação. Publicou o romance ‘Carne de canhão’ (2014) e o poemário ‘Minha vida é um limão, por favor devolvam meu dinheiro!’ (2016). Entre as últimas traduções encontram-se as dos poetas Adriane Garcia, Marcelo Sandmann e Fabrício Marques.

E-mail: agarosteguy@yahoo.com.ar

ANA PAULA GUIMARÃES SANTOS DE OLIVEIRA é Doutora pelo programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer; Mestre em Administração; Especialista em Gestão Estratégica de Marketing; Graduada em Turismo. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro dos Grupos de Pesquisa: LUCE – Ludicidade Cultura e Educação; TECT-Turismo, Economia, Cultura e Território. Interesse em pesquisas desenvolvimento regional e humano, políticas públicas de turismo e Lazer.

CÉSAR TEIXEIRA CASTILHO é Professor Adjunto I da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG). Pós-Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutor em Estudos do Lazer pela UFMG. Doutor em Ciências do Esporte, da Motricidade e do Movimento Humano pela *Université de Paris-11 (Paris Sud)*. Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG. Pesquisador do GESPEL e Vice-Líder do Grupo de Pesquisa LUCE/CNPq.

DOLORES SÁNCHEZ-AGUILERA é Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona (UB). Licenciada em Geografia e História e Doutora em Geografia, com prêmio extraordinário de doutoramento (1992). Leciona turismo, população e planejamento territorial tanto na graduação em Antropologia social e cultural, como nos seguintes mestrados da UB: Turismo Urbano; Planejamento Territorial e Gestão Ambiental; Gestão de Patrimônio Cultural e Gestão Cultural. Foi professora visitante em várias universidades europeias (Paris I-Panthéon-Sorbonne) e latino-americanas (Brasil, Chile). Orientou 14 teses de doutorado na UB. É autora de vários livros, capítulos de livros e artigos científicos sobre temas relacionados à Geografia Turística, Geografia Populacional, Análise e Planejamento Territorial. Atualmente, é investigadora de um projeto sobre turismo urbano na Espanha. Ela é membro fundador do Grupo de Pesquisa Análise Territorial e Desenvolvimento Regional (ANTERRIT) e avaliadora de diferentes agências espanholas: ANECA, Agência Espanhola Research, DEVA (Andaluzia) e AVAP (Valencia).

E-mail: dsanchez_aguilera@ub.edu

IARA FÉLIX PIRES VIANA é formada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre e Doutoranda em Estudos do Lazer – PPGIEL – UFMG. Especialista em áreas de risco social. Participa do Grupo de Pesquisa LUCE (UFMG/CNPq). Integrou e coordenou grupo de pesquisadoras em Moçambique – missão formação de professores, numa ação de cooperação sul-sul através do Ministério das Relações Exteriores em 2015. É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Associação Brasileira de Pesquisa e Pós -Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL). Atualmente trabalha na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais como Superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino.

E-mail: iara.flix@gmail.com

JAUME FONT-GAROLERA: Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona (UB). Licenciado e Doutor em Geografia, com prêmio extraordinário de licenciatura (1988) e doutorado (1992). Tem uma longa trajetória docente, incluindo docência de disciplinas de graduação, mestrado e doutorado. Foi professor visitante em várias universidades europeias (como Lyon II) e latino-americanas (Brasil, Nicarágua, Costa Rica), e orientou 15 teses de doutorado. Publicou inúmeros livros e artigos relacionados às suas áreas de pesquisa, focadas no ordenamento e gestão territorial, relacionadas especialmente ao setor de turismo. É membro fundador do Grupo de Pesquisa Análise Territorial e Desenvolvimento Regional (ANTERRIT), já consolidado, do qual atualmente é o pesquisador principal.

E-mail: jaume.font@ub.edu

JOSEP COMA-GUITART: Professor Associado de Análise Geográfica Regional do Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona (UB). Licenciado em Geografia (2005), tendo recebido Diploma de Estudos Avançados em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional (2007), pela Universidade de Barcelona. Suas linhas de pesquisa focalizam o ordenamento e gestão territorial. É membro do Grupo de Pesquisa Análise Territorial e Desenvolvimento Regional (ANTERRIT). Lecionou nos cursos de Geografia e Ciências Ambientais, bem como nos Mestrados em: Planejamento Territorial e Gestão Ambiental, Formação de Professores, Gestão do Patrimônio Cultural e Museologia, e Turismo Urbano na Universidade de Barcelona.
E-mail: josepcoma@ub.edu

JOYCE KIMARCE DO CARMO PEREIRA é Doutoranda e Mestre em Estudos interdisciplinares do Lazer. Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Campinas. Integrante do Grupo de Pesquisa LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação (UFMG/CNPq). Realiza pesquisas nas áreas do lazer, turismo, práticas sociais, patrimônio e hospitalidade.
E-mail: joycekimarce@hotmail.com

MARCINA AMÁLIA NUNES MOREIRA é Doutora pelo programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer; Mestre em Geografia; Especialista em Turismo e Desenvolvimento Regional; Graduada em Turismo. Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa, *campus* Florestal, Minas Gerais. Membro do Grupos de Pesquisa: LUCE – Ludicidade Cultura e Educação; Interesse em pesquisas em Hospitalidade, Lazer e Políticas Públicas de Turismo.
E-mail: marcina.amalia@ufv.br

PEDRO TEIXEIRA CASTILHO é Professor Adjunto I da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Literatura e Psicanálise pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: contatocastilho@gmail.com

SALETE GONÇALVES é Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação (UFMG/CNPq) e do GET – Grupo de Estudos Turísticos (UERN/CNPq). Participou do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior na Universidade de Alicante/Espanha com bolsa CAPES (2017 – Processo nº 88881.131526/2016-01).
E-mail: salleteg@yahoo.com.br.

Christianne Luce Gomes

Professora Titular da
Universidade Federal de Minas
Gerais e Pesquisadora do CNPq.
Coordenadora do Programa de
Pós-graduação Interdisciplinar em
Estudos do Lazer e líder do grupo de
pesquisa LUCE - Ludicidade, Cultura
e Educação. Editora da Revista
Brasileira de Estudos do Lazer e
Coordenadora da Rede CEDES
junto à Equipe gestora/UFMG.
Doutora em Educação, com
Pós-doutorado em Ciências Políticas
e Sociais. Realizou estágio sênior
na Universidade de Barcelona,
junto ao Grupo ANTERRIT.

Denise Falcão

Professora substituta na
Escola de Educação Física da
Universidade Federal de Ouro Preto
(UFOP). Doutora em Estudos do Lazer
pela UFMG, onde atualmente realiza
Pós-doutorado com bolsa CAPES.
Fez residência doutoral na
Universidade de Barcelona, no
Departamento de Antropologia
Social. É membro e pesquisadora
dos grupos: LUCE - Ludicidade,
Cultura e Educação/UFMG; GRECS -
Grup de Recerca sobre Exclúsió i
Control Social/UB; Oricolé -
Laboratório de Pesquisa sobre
Formação e Atuação Profissional em
Lazer/UFMG.



SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

